

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**OS ESPINHOS, AS FLORES E OS FRUTOS DO MANDACARU:**  
**AS TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO SOCIAL DE UMA**  
**COMUNIDADE RURAL CAMPONESA A PARTIR DA**  
**INTERVENÇÃO DE ATORES EXTERNOS**

Maria do Socorro de Lima Oliveira

Orientadora: Dra. Ghislaine Duque

Campina Grande/PB  
2011

**Maria do Socorro de Lima Oliveira**

**OS ESPINHOS, AS FLORES E OS FRUTOS DO MANDACARU:  
AS TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO SOCIAL DE UMA  
COMUNIDADE RURAL CAMPONESA A PARTIR DA  
INTERVENÇÃO DE ATORES EXTERNOS**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito necessário à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Ghislaine Duque

Campina Grande/PB  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

O48e

Oliveira, Maria do Socorro de Lima

Os espinhos, as flores e os frutos do mandacaru: as transformações na configuração social de uma comunidade rural camponesa a partir da intervenção de atores externos / Maria do Socorro de Lima Oliveira. – Campina Grande, 2011.

242 f. : il. color.

Referências.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.

Orientadora: Profa. Dra. Ghislaine Duque.

1. Comunidade Rural 2. Ação Coletiva 3. Identidade Camponesa 4. Modo de Vida I. Título

CDU 316.334.56(043)

**Maria do Socorro de Lima Oliveira**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**DRA. GHISLAINE DUQUE**

(Orientadora – UFCG/PPGS/CH)

---

**DR. MÁRCIO DE MATOS CANIELLO**

(Examinador – UFCG/PPGS)

---

**DRA. MARILDA MENEZES**

(Examinadora – UFCG/PPGS)

---

**DRA. NERIZE LAURENTINO RAMOS**

(Examinadora – UEPB)

---

**DR. GENARO IENO NETO**

(Examinador – UFPB)

Campina Grande/PB  
2011

***À memória de Maria da Guia Dantas Lustosa***

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas maravilhas que operou em minha vida, ajudando-me a superar os momentos de desânimo e os obstáculos que surgiram ao longo desses intermináveis quatro anos.

Aos camponeses de Mandacaru que compartilharam comigo suas vidas e suas histórias. Obrigada pela colaboração e confiança.

À minha estimada orientadora Ghislaine Duque, Professora Ghi, pela paciência e dedicação ao longo dos meus onze anos de aprendizado em Sociologia. Devo tudo a senhora!

Ao Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação pela generosa transmissão de conhecimentos e carinhosamente aos professores Marilda Menezes, Edgard Malagodi, Márcio Caniello, Luis Henrique Cunha e Rodrigo Grunewald.

Aos amigos Joãozinho, Rinaldo e Zezinho cuja contribuição e prestação de serviço foram essenciais para o término desse trabalho.

Aos colegas da turma de doutorado 2007, em especial aos colegas amigos, Paulo Cândido e Ada Késia.

A todos os membros da ASA-Paraíba, pela disponibilidade e pela confiança que depositaram em mim.

Aos companheiros do PATAC, Afonso, Francisco, Glória, Sandra, Waldir, Walterlândio e especialmente a Tônico e a Darc pela inestimável colaboração.

Aos queridos amigos de vida Adriano, Assunção, Maria, Fátima e Cléo por todo o incentivo e apoio que foram fundamentais nos momentos de realizações e de dúvidas.

Aos meus pais, Maristela e Rufino, por terem segurado minhas mãos desde os primeiros passos da minha formação até hoje.

A Júnior, marido, companheiro, amigo cuja compreensão e colaboração foram essenciais.

À minha família por acreditar que é possível realizar os sonhos.

Obrigada!

*“Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento”.*

Érico Veríssimo

## RESUMO

A tese pretende demonstrar como a ação coletiva incentivada por atores externos - entidades e organizações que fazem parte da Articulação do semiárido Paraibano (ASA-Paraíba) - foi desenvolvida na Comunidade rural de Mandacaru, localizada no Cariri paraibano. Nosso objetivo foi analisar como as ações dos atores externos e dos camponeses alteraram a configuração da comunidade Mandacaru, provocando transformações no modo de produção, no modo de vida e na construção das identidades dos camponeses. A história da constituição da Comunidade Mandacaru evidencia as mudanças sociais ocorridas, ao longo do tempo, em sua configuração social. Mudanças que incidiram desde a formação e divisão da Fazenda, que deu origem à Comunidade, até os dias atuais. A organização social da Comunidade foi gradativamente atingida e transformada pela emergência da ação coletiva, possibilitando o desenvolvimento de um processo de mudança, de mais de quinze anos, que alterou a trajetória social dos camponeses que lá residem e trabalham. Foi através da introdução de iniciativas organizativas e técnicas inovadoras que novas formas de convivência social e ambiental com a região semiárida foram introduzidas na Comunidade. A ação coletiva impulsionada particularmente pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade (STR) e pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) trouxe para a Comunidade um novo olhar sobre sua organização social e econômica. A grande inovação organizativa, que se justapôs à organização comunitária, foi o Sistema de Fundos Rotativos Solidários (FRS). Esse Sistema constitui uma estratégia aplicada a todas as inovações tecnológicas e produtivas: um conjunto de tecnologias simples, de baixo custo e de grande potencial adaptativo às condições ambientais, como por exemplo: cisterna de placas, barragem subterrânea, cerca de telas, silos ecológicos e diversas formas de manejo sustentável dos recursos naturais e da mata nativa, melhoramento de rebanho, pastos e lavouras, em particular com a adoção do paradigma agroecológico. O resultado deste trabalho é a aprendizagem da gestão coletiva e comunitária de recursos comuns e públicos através do exercício da solidariedade. A Comunidade se fortaleceu e seus membros ganharam autoconfiança. Os camponeses aprenderam a trocar idéias e descobriram que a ação coletiva permite obter resultados difíceis de serem alcançados pela ação individual. Esse processo de construção coletiva se deu de forma conflituosa e intensa, resultando numa profunda transformação no modo de vida, na identidade e nas práticas produtivas dos camponeses.

Palavras-chaves: Ação coletiva. Comunidade rural. Modo de vida. Identidade camponesa.



## ABSTRACT

The thesis aims to ascertain how collective action encouraged by external actors - entities and organizations that are part of the Paraíba Semi-arid Articulation (Paraíba-ASA) - was developed in the rural community of Mandacaru, located in the Cariri Region, State of Paraíba Cariri. Our goal was to analyze how the actions of external actors and peasants changed the configuration of the community Mandacaru, causing changes in the way of production, lifestyles and identities in the construction of the peasants. The history of the establishment of the Community Mandacaru highlights the social changes, over time, in its social setting. This process focused on the formation and division of the Rural Propriety called *Fazenda*, which led to the Community, and turned to the present day. The social organization of the Community has gradually affected and transformed by the emergence of collective action, enabling the development of a process of change, more than fifteen years, which changed the social trajectory of the peasants who live there and work. It was through the introduction of innovative techniques and organizational initiatives that new forms of social life and environment with the semi-arid region were introduced into the Community. Collective action driven particularly by the Union of Rural Workers of Solitude (STR) and the Program for Application of Appropriate Technology for Communities (PATAC) brought to a new look at their social and economic organization. The major organizational innovation, which is juxtaposed to the community organization, was the Revolving Funds Solidarity System (FRS). This system is a strategy applied to all technological and productive innovations: a set of simple, low cost and great potential adapted to environmental conditions, such as: tank plates, underground dams, some screens, silos and ecological various forms of sustainable management of natural resources and native forest, breeding herd, pastures and crops, in particular with the adoption of agro-ecological paradigm. The result of this work is the collective learning and community management of common resources and public through the exercise of solidarity. The community is strengthened and its members have gained confidence. The peasants learned to exchange ideas and found that collective action delivers results difficult to be achieved by individual action. This process of collective construction took place not without conflict and intense way, resulting in a profound transformation in the production practices of farmers, their way of life and identity.

Keywords: Collective action. Rural community. Way of life. Peasant identity.

## RÉSUMÉ

Cette thèse veut vérifier comment l'action collective, encouragée par des acteurs externes – entités et organisations membres de l'Articulation du Semiáride de la Paraíba (ASA Paraíba) – s'est développée dans la Communauté rurale de Mandacaru, Cariri. Notre objectif était d'analyser comment les actions des acteurs externes et des paysans ont altéré la configuration de la communauté Mandacaru, provoquant des transformations dans le mode de production, dans le mode de vie et dans la construction des identités des paysans. L'histoire de la constitution de la Communauté Mandacaru met en évidence les changements sociaux qui se sont produits, au long du temps, dans sa configuration sociale ; ce processus a marqué la formation et division de la Fazenda qui a donné naissance à la Communauté et l'a transformée jusqu'à nos jours. L'organisation sociale de la Communauté a été graduellement atteinte et transformée par l'action collective, permettant le développement d'un processus de changement au long de plus de quinze ans, processus qui a altéré la trajectoire sociale des paysans qui là résident et travaillent. Par l'introduction d'initiatives organisatives et techniques, de nouvelles formes de « convivence » sociale et environnementale dans la région semi-aride ont été introduites dans la Communauté. L'action collective, encouragée en particulier par le Syndicat des Travailleurs Ruraux de Soledade (STR) et par le Programme d'Application de Technologie Appropriée aux Communautés (PATAC) a donné à la Communauté un nouveau regard sur son organisation sociale et économique. La grande nouveauté organisative, qui a accompagné l'organisation communautaire, a été le Système des Fonds Rotatifs Solidaires (FRS). Ce système constitue une stratégie appliquée à toutes les actions visant introduire des innovations technologiques et productives - un ensemble de technologies simples, peu coûteuses et de grand potentiel d'adaptation aux conditions environnementales, comme par exemple : citerne de plaques, barrage sous-terrains, clotures en fil de fer tissé, silos écologiques et diverses formes de gestion durable des ressources naturelles et de la végétation native, amélioration du cheptel, des paturages et des cultures, en particulier par l'adoption du paradigme agroécologique. Le résultat de ce travail est l'apprentissage de la gestion collective des ressources publiques et communes par l'exercice de la solidarité. La communauté s'est fortifiée et ses membres ont gagné confiance en eux-mêmes. Les paysans ont appris à échanger des idées et ont découvert que l'action collective permet d'obtenir des résultats difficiles à atteindre par l'action individuelle. Ce processus de construction collective s'est fait non sans conflits et de forme intense, et a eu pour résultat une profonde transformation des pratiques productives des paysans, de leur mode de vie et de leur identité.

Mots-clés: Action collective. Communauté rurale. Mode de vie. Identité paysanne.

## LISTA DE ABREVIações

### **AE**

Agricultores Experimentadores

### **ASA-Brasil**

Articulação do Semiárido Brasileiro

### **ASA-Paraíba**

Articulação do Semiárido Paraibano

### **AS-PTA**

Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

### **BSC**

Bancos de sementes comunitários

### **CAAASP**

Central das Associações e dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano

### **CEBE's**

Comunidades Eclesiais de Base

### **COLETIVO**

Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano

### **CONAB**

Companhia Nacional de Abastecimento

### **CASACO**

Coletivo ASA Cariri Ocidental

### **COP3**

Convenção de Combate à Desertificação e à Seca

### **CRS**

Catholic Relief Service

### **EnconASA**

Encontro Nacional da ASA

### **EMATER-PB**

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

### **EMEPA**

Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A

### **FEBRABAN**

Federação Brasileira dos Bancos

**FRS**

Fundos Rotativos Solidários

**FOLIA**

Fórum de Lideranças do Agreste

**GPAF**

Grupo de Pesquisa sobre Agricultura familiar

**GRH**

Gerenciamento de Recursos Hídricos

**IBGE**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**MDS**

Ministério do Desenvolvimento Agrário

**OSCIP**

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

**ONG's**

Organizações não-governamentais

**P1MC**

Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido

**P1+2**

*Programa Uma Terra e Duas Águas*

**PATAC**

Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades

**PAA**

Programa de Aquisição de Alimentos

**PRONAF**

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**SANBRA**

Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

**SDT**

Secretaria de Desenvolvimento Territorial

**STR**

Sindicato de Trabalhadores Rurais

**UGM**

Unidade Gestora Microregional

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1-1:</b>	Elementos de interação coletiva	86
<b>FIGURA 2-1:</b>	Casa-sede da fazenda	97
<b>FIGURA 2-2:</b>	Planta baixa da casa-sede da fazenda	98
<b>FIGURA 2-3:</b>	Cerca e porteira da Comunidade	111
<b>FIGURA 2-4:</b>	Escola da Comunidade e sede da Associação	121
<b>FIGURA 2-5:</b>	Reunião da Associação Comunitária de Mandacaru	122
<b>FIGURA 3-1:</b>	Primeira cisterna construída na Paraíba. Salão Comunitário de Caiçara.	139
<b>FIGURA 3-2:</b>	Interação entre mediador, agricultor experimentador e tecnologias adaptadas à convivência com o semiárido	146
<b>FIGURA 3-3:</b>	Mapa da Paraíba destacando o Território de Atuação do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano	158
<b>FIGURA 3-4:</b>	Reunião do COLETIVO	158
<b>FIGURA 3-5:</b>	Estrutura organizacional da ASA Paraíba para o P1MC	170
<b>FIGURA 3-6:</b>	Mutirão de construção da cisterna de Mauro, membro do novo grupo de FRS/2005.	181
<b>FIGURA 4-1:</b>	Barragem subterrânea de Pedro produzindo em pleno período de estiagem.	192
<b>FIGURA 4-2:</b>	Banco de Sementes Comunitário de Mandacaru	207
<b>FIGURA 4-3:</b>	Máquinas e estoque de frutas beneficiadas	208

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 2-1:</b>	Para ser sócio	120
<b>QUADRO 3-1:</b>	Semiárido Brasileiro	132
<b>QUADRO 3-2:</b>	O STR de Soledade	136
<b>QUADRO 3-3:</b>	O PATAC	137
<b>QUADRO 3-4:</b>	10 passos para a construção de uma cisterna de placas	139
<b>QUADRO 3-5:</b>	História das cisternas de placas	140
<b>QUADRO 3-6:</b>	Agricultores Experimentadores (AE)	144
<b>QUADRO 3-7:</b>	Novos atores coletivos no semiárido paraibano	152
<b>QUADRO 4.1:</b>	A Revolução Verde	193
<b>QUADRO 4-2:</b>	O projeto da agroecologia	196
<b>QUADRO 4-3:</b>	Banco de sementes: independência do camponês	206

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 2-1:</b>	Tipologia dos grupos sociais e econômicos que faziam parte da Fazenda Mandacaru	94
<b>TABELA 2-2:</b>	Tipologia das famílias na comunidade Mandacaru, segundo sua situação socioeconômica	112
<b>TABELA 2-3:</b>	O número de sócios nas famílias	124
<b>TABELA 3-1:</b>	Valores aplicados por famílias através das inovações feitas em seus estabelecimentos até 2002	177
<b>TABELA 4-1:</b>	Distribuição das inovações feitas com o FRS por tipo de família	203

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I: ASPECTOS SOBRE COMUNIDADE, COMUNIDADE RURAL CAMPONESA, MODO DE VIDA E IDENTIDADE DO CAMPONÊS	45
1.1 Questões sobre comunidade e comunidade rural camponesa	46
1.1.1 Sobre o entendimento do conceito de comunidade	47
1.1.2 Sobre a comunidade rural camponesa	53
1.2 A relação entre cultura e modo de vida	58
1.3 O debate acerca da identidade, da identidade camponesa: tradição e contemporaneidade	63
1.4 Aspectos sobre cooperação e ação coletiva	78
CAPÍTULO II: AS TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO SOCIAL E NO MODO DE VIDA DA COMUNIDADE DE MANDACARU	88
2.1 Da fazenda aos sítios, dos sítios à comunidade: o processo de constituição e formação da comunidade mandacaru	89
2.1.1 A fazenda Mandacaru	90
2.1.2 A divisão da Fazenda em sítios	103
2.2 A reconfiguração de mandacaru: a constituição da comunidade	111
2.2.1 A Associação Comunitária de Mandacaru	119
2.2.2 Os novos atores externos	125
CAPÍTULO III: ATORES E INTERAÇÕES: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO CARIRI PARAIBANO E EM MANDACARU	129
3.1 Raízes da ação coletiva no cariri: cooperação, reciprocidade e construção de novos saberes	131



3.2 A disseminação da ação coletiva e a emergência de novos atores coletivos no Cariri paraibano	151
3.2.1 O advento dos Coletivos no Cariri	151
3.2.2 A ação coletiva através da Rede ASA: P1MC e P1+2	162
3.3 A ação coletiva na comunidade mandacaru: a gestão e o manejo do sistema de fundos rotativos solidários	172
CAPÍTULO IV: OS FRUTOS DA AÇÃO COLETIVA EM MANDACARU: TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA PRODUTIVO, NO MODO VIDA E NA IDENTIDADE DOS CAMPONESES	189
4.1 Um novo (con)viver em mandacaru: a transformação no sistema produtivo camponês	190
4.2 Aspectos da mudança social em mandacaru: implicações acerca do impacto da ação coletiva e da transição agroecológica no modo de vida camponês	211
4.3 Entre o tradicional e o moderno: a identidade sociocultural do camponês de mandacaru	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	235
APÊNDICES	
ANEXOS	

## INTRODUÇÃO

### **Os espinhos, as flores e os frutos do Mandacaru**

A natureza o criou por anseio,  
resistente a dureza árida da terra ardente,  
ergue-se imponente feito torre,  
de bela flor entre espinhos que orna a vida da gente.

Fonte d'água que brota com pureza,  
alimento que mata a fome dos bichos da natureza;  
que diante de tanta rudeza;  
frondosa é a cactácea de incomparável beleza.

Ao se tornar fruto,  
num ato fortuito,  
trazendo a vida e a semente,

que cairá pela terra seca e ardente,  
brotando pelo suor do labor,  
até se transformar outra vez em flor...

Poeta José Antonio<sup>1</sup>

Meu encontro com a Comunidade Mandacaru<sup>2</sup> ocorreu em 2002 quando tive a oportunidade de ser auxiliar de pesquisa no Grupo de Pesquisa sobre Agricultura familiar (GPAF) – do qual já era membro há três anos. Neste momento, surgiu a oportunidade de estudar os Fundos Rotativos Solidários (FRS)<sup>3</sup>; já que a coordenadora da equipe – Profa. Dra. Ghislaine Duque – estava desenvolvendo um estudo sobre este sistema de crédito no Estado da Paraíba. Uma das comunidades escolhidas foi, justamente, Mandacaru. A escolha se deu pelo fato desta comunidade ter se tornado um modelo de implementação e gestão coletiva dessa modalidade de Fundo Rotativo.

Diante dessa experiência de pesquisa, além de entrar no microcosmo sociocultural de Mandacaru, desenvolvi a pesquisa que desembocou na minha

---

<sup>1</sup> O soneto “*Os espinhos, as flores e os frutos do Mandacaru*” foi escrito por um poeta da comunidade, seu José Antonio. Ao questionar-me sobre o porquê do nome fictício “Mandacaru”, respondi que o nome de fantasia ajudava a preservar a identidade do lugar e que a escolha tinha sido inspirada num velho mandacaru que fica logo na entrada da comunidade. Então, o poeta fez de improviso um verso. Dias depois eu retornei à comunidade e ele me presenteou com o soneto, que fiz questão de expor no trabalho.

<sup>2</sup> Além do nome da comunidade, os nomes das pessoas e entidades são fictícios.

<sup>3</sup> Os FRS são um tipo de organização formada para gestão e repasse de recursos (financeiros e outros) levando em consideração as relações sociais e pessoais entre os indivíduos.

dissertação de mestrado, em 2006, intitulada “*Cooperação entre camponeses: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários*”. Para entender esse sistema de crédito, foi necessário realizar um estudo etnográfico sobre o modo de vida dos membros da comunidade, o sistema de parentesco, as relações sociais, os laços de solidariedade e reciprocidade, as relações econômicas e, principalmente, desvendar sua história e formação.

Ao término da dissertação, algumas sugestões foram propostas com intuito de serem desenvolvidas em estudos futuros, pois não havia como esgotar tão rico material de pesquisa sem sair do foco do objeto de estudo. As questões sugeridas foram: *os tipos de políticas públicas que envolvem o sistema de FRS; a tensão política e econômica entre a política pública do Governo Federal e as ações da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA/BR) que envolvem o sistema a partir do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC); a importância da diferenciação do papel dos agentes mediadores, lideranças e atores sociais coletivos no processo que envolve o funcionamento dos FRS; a dimensão socioeconômica nas unidades de produção, a partir da importância de uma forma de associação de crédito diferenciada para produção e reprodução da vida camponesa, e o impacto dos atores externos e suas políticas públicas de intervenção técnica no modo de vida e na identidade dos camponeses de Mandacaru.*

Ao adentrar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande para a realização do doutorado, foi proposto um projeto de pesquisa sobre “*A construção da identidade do camponês do Cariri paraibano*”. No entanto, o desenrolar de nova pesquisa despertou mais uma vez a vontade de entender melhor a interferência dos atores externos a partir da implementação de novas tecnologias e do processo de mediação social por eles executado. Assim, para esse estudo voltamos à Comunidade Mandacaru, pois a pesquisa de campo revelava uma forte transformação na configuração social da comunidade a partir da interferência de atores externos e da mediação por eles desempenhada. Além disso, realizar um estudo microssociológico aprofundado em Mandacaru era uma forma de valorizar o vasto material coletado durante os oito anos de pesquisa que fora desenvolvida.

A primeira preocupação ao construir o objeto em questão foi a de não cair na armadilha de realizar uma pesquisa localizada em um microcosmo com limites

delimitados espacialmente e socialmente sem encerrá-lo em si mesmo, tornando a reflexão estanque sem que essa possa servir de inspiração sociológica que ajude a pensar outras configurações. Pois, uma comunidade possui singularidades e especificidades que só lhe dizem respeito. Desta forma, uma pesquisa intensiva e de longa duração poderá expor nuances jamais reveladas da intervenção técnica e social, bem como revelar questões que possam inspirar novos estudos, permitindo repensar e adaptar as políticas públicas às realidades locais.

Construir um objeto com implicações teóricas e empíricas significa fazer recortes que não pretendem ser a realidade em si, mas apenas uma aproximação feita pelo pesquisador para ajudá-lo a entender o contexto social que se propôs estudar (WEBER, 2001). Deste modo, é importante tecer alguns esclarecimentos prévios no tocante ao entendimento de algumas categorias e conceitos que serão trabalhados detalhadamente no desenrolar da tese, tais como: configuração social da comunidade rural camponesa, categoria camponês, modo de vida e identidade.

### **Delimitação e Construção do Objeto de Estudo:**

A primeira implicação a ser levantada diz respeito à escolha da pesquisadora em tratar Mandacaru como uma comunidade e os sujeitos que dela fazem parte como camponeses. Esta é uma opção meramente conceitual, pois no contexto estudado é possível identificar várias denominações tecidas pelos próprios sujeitos e por diversas entidades governamentais e não governamentais que interagem direta e indiretamente com eles, tais como: homem do campo, trabalhador rural, produtor rural, pequeno produtor, agricultor, agricultor familiar e, também, camponês.

Perante a realidade encontrada na comunidade Mandacaru e da relação dos sujeitos com os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, foi escolhida a categoria camponês. Conceitualmente, o camponês pode ser entendido como aquele tipo de agricultor familiar que está ligado aos demais por uma forte relação bilateral de conhecimento global e possui consciência de ser conhecido do mesmo modo (MENDRAS, 1978). A agricultura camponesa pode ser considerada como uma forma particular de agricultura familiar (WANDERLEY, 1999). Trata-se efetivamente, de uma agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação família/produção/trabalho, porém possui particularidades que a tornam específica no

interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito à forma de produzir, aos objetivos da atividade econômica e às experiências de sociabilidade (OLIVEIRA, 2006).

Outra justificativa é a de que os membros de Mandacaru, em sua maioria, se identificam como camponeses, bem como nomeiam Mandacaru de Comunidade. No caso de Mandacaru, foi conservada a ideia de unidade espacial, como comprova a manutenção das antigas cercas que demarcavam a antiga fazenda, bem como, uma relativa unidade social, já que a comunidade é composta quase que exclusivamente pela família de origem. Essa identificação do espaço de Mandacaru também é percebida e reconhecida pelos camponeses de sítios vizinhos.

Ao longo do tempo, a relação entre a “comunidade” e a “sociedade envolvente”, através do fluxo de idas e vindas de pessoas, bem como a intervenção dos atores externos que adentraram no espaço comunitário, com suas políticas intervencionistas e mediáticas, alteraram significativamente a Comunidade. A mudança social é uma característica marcante da sociedade que experimenta processos sociais em constante movimento (ELIAS, 1994b). Cabe à Sociologia desvendar como essas mudanças sociais ocorrem, quais forças a provocaram e como esse processo atinge a vida dos indivíduos (GIDDENS, 2002; ELIAS, 1994a).

Adotar a denominação “comunidade rural camponesa”, considerando essa realidade como uma configuração social, é assumir alguns riscos que esse tipo de estudo geralmente oferece: trata-se da tendência de entendê-la como uma realidade fincada em uma estrutura tradicional imutável, com limites geográficos e composição social fixa e estanque, ou como um ente cuja composição específica o separa radicalmente da “sociedade envolvente” (WANDERLEY, 2000). Não há barreiras delineadas entre comunidade e sociedade (ELIAS, 1994a). São os laços sociais estreitos que os indivíduos mantêm entre si, associados ao senso de identidade e ao sentimento de pertença de cada um, que dão significado ao lugar que os mesmos denominam de comunidade. Logo, comunidade será entendida como uma entidade simbólica e geograficamente significada cujo modo de vida e sistema de valores se apóia em laços sociais baseados no parentesco, vizinhança e amizade proporcionando aos seus membros um senso de identidade e pertencimento (ELIAS, 1994a; TÖNNIES, 1979).

A noção de *configuração* ou *figuração*<sup>4</sup> social, desenvolvida por Norbert Elias na obra “*Qu’est-ce que la sociologie?*”, designa qualquer situação concreta onde haja relações sociais que formem uma rede de interdependência. Uma de suas de aplicações empíricas foi realizada por Elias e John L. Scotson na comunidade londrina de Winston Parva. Os autores publicaram o estudo desse caso no célebre livro “*Os Estabelecidos e os Outsiders*”. Na pesquisa, eles desenvolveram uma reflexão teórica e metodológica acerca do microcosmo social da comunidade, considerando que apesar de ser um estudo localizado, poderia servir de paradigma para outros estudos em outras configurações.

Para os autores, as comunidades são lugares onde os indivíduos moram, constroem seus lares, e estabelecem entre si laços sociais de interdependência. “Em essência, as comunidades são organizações de criadores de lares, são unidades residenciais como os bairros urbanos, vilarejos, as aldeias, os conjuntos habitacionais ou os grupos de barracas de acampamentos” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 65).

No caso da comunidade rural camponesa, deve-se levar em consideração que além de ser um lugar para viver é também um lugar para trabalhar. O espaço configuracional desse tipo de comunidade é quase que eminentemente constituído pelo binômio moradia/trabalho. Esta particularidade constitui uma realidade cuja configuração é evidenciada a partir das relações que envolvem uma densa teia social. Teia tecida, cotidianamente, através dos tipos de laços estabelecidos entre os indivíduos, as famílias e as atividades laborais, criando uma rede particular de interdependência.

De acordo com Elias (2006), embora as configurações sociais possuam algumas características em comum, que as qualificam como tais, cada uma possui suas especificidades. Ao considerarem Winston Parva um paradigma, Elias e Scotson não pretendiam formular o uso estanque do entendimento de comunidade, pelo contrário, para eles, são os tipos de interdependências, estruturas e funções encontradas nos grupos de famílias que suscitam problemas próprios, tornando cada grupo único. Assim, a busca pelo esclarecimento desses problemas torna-se central

---

<sup>4</sup> O próprio Elias usa os dois termos em suas obras escritas em inglês: *configuration* e *figuration*. Aqui a opção foi feita pelo uso da palavra *configuração* que é a mais utilizada nas traduções para o português. Segundo, Heinich (2001), *configuração* é o termo que é mais próximo do senso comum e mais fácil de ser compreendido.

para a compreensão do caráter específico da comunidade como comunidade. Com isso, fica claro que cada comunidade possui sua configuração característica e que esta, por sua vez, está estreitamente vinculada ao tipo de relações que os indivíduos estabelecem entre si e ao modo de vida que constroem e reconstróem cotidianamente.

Portanto, configuração se refere à rede de interdependências formada pelos grupos e pelos indivíduos. Estas configurações podem ser internas ou externas a um determinado grupo, são consequências inesperadas das inúmeras possibilidades de interações sociais vividas pelo indivíduo ou pelo grupo (ELIAS, 2006). Pensar a comunidade como uma realidade configuracional, é pensar na rede de relações sociais estabelecidas pelos indivíduos e grupos que a compõem, como também, vislumbrar as inter-relações internas e externas, os tipos de laços sociais, as formas como se apresentam os conflitos, os processos de identificação e de diferenciação e o equilíbrio das tensões nas desigualdades. Estes elementos associados geram processos que permanecem em constante transformação, atingindo as configurações.

Transportar esse conceito para o estudo de comunidades rurais pode ajudar a vislumbrar as especificidades das redes de relações sociais internas e externas, sem cair na questão da “relativa autonomia social” que muitos autores clássicos da Sociologia Rural destacam como característica das comunidades camponesas (MENDRAS, 1978, WOLF, 1970). Apesar desta questão, hoje fica cada vez mais claro que não é possível pensar as comunidades rurais sem considerar as relações de interdependência que elas mantêm com outras configurações sociais.

É importante destacar que não há uma barreira que separa a comunidade da sociedade. É comum nos estudos de comunidades rurais a ideia de que existe um mundo rural à parte, com sua especificidade sociocultural, como se fosse uma ilha social que resiste às influências dos processos civilizadores. Não é raro encontrar nestes estudos o uso da oposição comunidade/sociedade a exemplo da obra clássica do Alemão Ferdinand Tönnies (1979), intitulada “*Comunidade e Sociedade*”. O conceito de configuração permite ir além dessa oposição binária. Pois, o que existe na realidade são configurações sociais, com características específicas, que estabelecem entre si diferentes formas de relações de interdependência. Sendo assim, não é possível pensar num mundo rural isolado.

Muitas vezes, as comunidades rurais são vistas como um espaço social de interação marcado por uma forte coesão social. Espaço homogêneo com pouca disposição para os conflitos e para as disposições dos lugares de poder. Segundo Elias (1994a), a coesão é um forte elemento de manutenção e de reprodução social. Só que, um alto grau de coesão social não elimina as possibilidades de conflito

A partir do entendimento da comunidade como uma configuração, as relações sociais deixam de serem homogeneizadas, evidenciando as faces da desigualdade e da diferenciação social. Com isto, os conflitos e os lugares de poder ocupados por indivíduos e grupos são, facilmente, identificados na distribuição de posições nas diversas instituições que fazem parte da comunidade ou que atuam em sua configuração. Outro aspecto que demonstra as relações de poder encontra-se presente em comentários e fofocas elogiosas ou depreciativas que geram “estigmas” e identidades sociais que reforçam as desigualdades entre os membros da comunidade.

A história de constituição da Comunidade Mandacaru evidencia as mudanças ocorridas, ao longo do tempo, em sua configuração social. Mudanças que incidiram desde a formação e divisão da Fazenda, que deu origem à Comunidade, até os dias atuais. Esse processo social pode ser desvendado e estudado a partir da noção de configuração, pois o olhar sob as redes de interdependências, as relações sociais, as disposições dos lugares de poder, os stigmas, as interferências dos atores externos e as relações estabelecidas com outras configurações, revelam as transformações e os momentos específicos deste processo. Por conseguinte, é possível identificar três etapas que demonstram as mudanças configuracionais que assinalaram a história de Mandacaru<sup>5</sup>: a configuração da Fazenda Mandacaru, a divisão da Fazenda em pequenos sítios e a formação configuracional da comunidade.

A configuração social da Fazenda foi marcada pela rede de interdependência construída a partir das relações sociais advindas de uma estrutura patriarcal, cuja figura principal era o Vô Neco. Patriarca que comandava com “mão de ferro” seus descendentes, agregados e trabalhadores meeiros. Todas as decisões eram tomadas pelo Vô. Ele conduzia o processo social e produtivo realizado na Fazenda; como o tipo de laço social que lá deveria ser estabelecido, quais seriam os festejos

---

<sup>5</sup> A história de Mandacaru será exposta no capítulo sobre as mudanças em sua configuração social.



realizados, aonde deveria ser plantada a lavoura, os tipos de ferramentas utilizadas para o plantio, como cuidar dos animais, etc. Além do mais, o Vô era quem mediava às relações com o mundo exterior: políticos, párcos, bancos, comércio. Nos moldes weberianos, é possível entender sua ação social como sendo voltada para o exercício do poder e dominação tradicional em que o grande o pai manda e os filhos obedecem. Ainda em vida, o Vô divide o espaço da Fazenda entre seus 10 filhos, cabendo em torno de 20 hectares, a serem recebido após sua morte, para cada um.

Com o falecimento do Vô, a fazenda foi dividida. A configuração formada a partir da divisão do espaço em pequenos sítios e a desagregação de uma família extensiva em famílias nucleares cria novas maneiras de interdependência e de relações sociais. De tal modo, uma nova formação espacial e social é construída a partir da relativa dependência estabelecida entre as famílias e o todo. As famílias nucleares, com seus lotes específicos de terra, mantiveram o limite espacial da antiga Fazenda e criaram novas formas de cooperação e ajuda mútua – como o caso do plantio e colheita compartilhada, entre algumas delas – essa fase é marcada pelo rearranjo da organização familiar e das relações sociais entre os descendentes do Vô.

Aos poucos uma rede de interdependência vai sendo erguida entre as famílias. Esta rede de cooperação se formou a partir de novas formas de organização social, como a institucionalização da Comunidade a partir da Associação Comunitária e a emergência de atores externos que passam a interferir, contundentemente, no espaço e nas relações sociais mantidas pelos membros da comunidade. A reconfiguração de Mandacaru provocou certa unidade que se estabeleceu na diversidade: partes que formam um todo. Não é mais a configuração de uma Fazenda ou família comandada por seu patriarca, a situação que envolve o espaço da configuração da Comunidade é outra, agora são unidades familiares de produção distintas, compostas por seus chefes e familiares, atuando no todo compreendido por comunidade. A princípio, a divisão em lotes iguais gerou certa paridade social. Porém, ao logo do tempo houve um processo de diferenciação social. Novos lugares de poder foram se formando no âmbito da Comunidade: pela aquisição de terra, pelo comando da Associação e pelo domínio das novas tecnologias propostas pelos atores externos ou, ainda, por essas três formas associadas.

Nos três momentos, acima assinalados, é possível perceber que as mudanças fazem parte de um processo social de alteração na rede de interdependência formada pelos indivíduos. Muda-se essa rede e as relações sociais são alteradas, bem como o modo de vida e as identidades dos indivíduos. Fazenda, Sítios e Comunidade – configurações distintas – evidenciam diferentes formas de organização social e espacial, processo produtivo, arranjos institucionais, ação coletiva e identidades socioculturais.

Considerando o entendimento da comunidade rural, como uma realidade formada por uma configuração social, faz-se necessário salientar que uma configuração, em particular, é formada por indivíduos específicos que compartilham certo “modo de vida”, que por sua vez, através dos processos de socialização e individualização, constroem e reconstroem interativamente suas “identidades”. Assim, diante da relevância das noções de modo de vida e identidade, para compreender a comunidade como uma configuração social, é imprescindível expor como elas serão tratadas nesse estudo.

As obras produzidas no âmbito da Sociologia e da Antropologia que se debruçaram sobre a realidade social do campo, no Brasil e no mundo, deixam claro que há especificidades que diferenciam o “modo de vida” do campo do “modo de vida” da cidade<sup>6</sup>. Sobretudo, fica evidente nos estudos sobre o mundo rural, realizados a partir da segunda metade do século XX, a importância de se entender melhor o que significa “modo de vida” e “identidade” do camponês.

Modo de vida é o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem seus meios de subsistência. Este depende, antes de tudo, da natureza dos meios que eles encontram e têm de reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressarem suas vidas a partir da inter-relação entre os aspectos ecológicos, econômicos, sociais e culturais. Assim, o modo de vida é construído por interações objetivas, natureza, meios de produção; e subjetivas, valores, costumes,

---

<sup>6</sup> Além da bibliografia mencionada: Abramovay, 1990; Brandão, 1999; Candido, 1975; Chanin, 1980; Chayanov, 1981; Duque & Oliveira 2005; Lamarche, 1993; Jolivet & Mendras, 1971; Menezes, 2004; Popkin, 1979; Sabourin 2006; Scott, 1976; Wanderley, 2000; Wolf, 1970; Woortmann, 1990, há uma grande produção da Sociologia e da Antropologia que esse breve ensaio não teria como esgotar.

tipo de laços sociais, etc. (GEERTZ, 1989; CANDIDO, 1975, MURRAY & KUCKHOHN 1965).

Já as identidades constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, são construídas por meio de um processo de individuação forjado a partir de sua ação individual e coletiva. Ou seja, da forma como o indivíduo elabora seu “eu” tomando com base o tipo de relação social estabelecida com o meio (CASTELLS, 2008; BAUMAN, 2001; HALL, 2006; GIDDENS, 2002).

Assim, é possível afirmar que o camponês compartilha um modo de vida que caracteriza sua relação específica com a natureza e com a sociedade. E que este modo de vida é parte constituinte do que se pode chamar de sociedades camponesas. O modo de vida, também, é muito importante na construção das identidades. Pois, as relações específicas com o exterior ajudam a construir as particularidades do “eu”.

Os estudos sobre as sociedades atuais e a identidade cultural dos sujeitos desenvolvidos por Giddens, Hall, Bauman, Castells, podem ajudar a perceber porque as sociedades camponesas são compreendidas como realidades tradicionais e o camponês como portador de uma identidade centrada num “eu” único e indivisível construído sócio-culturalmente, não correspondem à condição atual do campesinato e do camponês. Não corresponde, simplesmente, porque as sociedades camponesas também fazem parte de uma das características mais marcantes da “alta modernidade”, “modernidade tardia” ou da “modernidade líquida”, a saber: o processo de globalização; no tocante à inter-relação entre o global e o local, ao redimensionamento entre o tempo e o espaço e, conseqüentemente, à descentralização da identidade cultural dos sujeitos.

Hoje, é possível verificar que um camponês no interior do Nordeste brasileiro é capaz, através dos meios de comunicação como o telefone ou a internet, de estabelecer relações sociais e comerciais com indivíduos de qualquer parte do planeta. Por outro lado, o turismo cultural possibilita ao indivíduo de todos os lugares do mundo, obter conhecimentos específicos sobre certos locais, através de sites

especializados, escolhendo roteiros alternativos que incluem a visitação de lugares que outrora eram considerados os mais remotos possíveis<sup>7</sup>.

O camponês é um sujeito dinâmico que faz parte dos processos sociais que hoje constituem as sociedades. Estes processos provocaram profundas e constantes transformações, alterando o modo de vida dos sujeitos, obrigando-os a articular aspectos variados de uma vida sociocultural que só podem ser captados através da articulação de identidades descentralizadas, múltiplas e fragmentadas.

Historicamente as sociedades camponesas brasileiras sofreram profundas transformações advindas da mudança em suas próprias redes de interdependência, bem como a partir dos processos sociais que atingem as sociedades como um todo. No interior do Nordeste, se estabeleceram, ao logo do tempo, diversas formas de configuração social que vão das sesmarias, às grandes fazendas de gado, sítios e comunidades rurais. Esse não pode ser entendido como um processo linear. Cada localidade possui suas particularidades e alguns nem passaram por essas fases. Coincidentemente, a Comunidade Mandacaru experimentou essas transformações configuracionais gerais que alteraram o modo de vida e a identidade dos camponeses.

Hoje, Mandacaru é atingida por inúmeras políticas públicas que são direcionadas para o desenvolvimento do Semiárido brasileiro<sup>8</sup>, campesino, e muitas delas são aplicadas diretamente às comunidades rurais, tendo como base concepções que muitas vezes são conflituosas e até mesmo excludentes, acerca do seu modo de vida e das identidades dos camponeses.

Na década de 1990, as comunidades rurais sofrem paulatinamente a influência de novas formas de organização, promovidas em grande parte pela organização interna ou intervenção externa de novos atores, que começaram a atuar

---

<sup>7</sup> Por exemplo, a Pousada Lajedo do Pai Mateus, localizada no interior do Cariri paraibano, recebe turistas das mais variadas localidades do planeta que buscam o turismo cultural e ecológico.

<sup>8</sup> O semiárido está presente no Brasil nas regiões Nordeste e Sudeste. Corresponde a uma área de 982.563,3 quilômetros quadrados e é a região semiárida mais populosa do mundo, com 36 milhões de pessoas. É definido por quatro dos principais sistemas de circulação atmosférica. Ao passarem pela região, provocam longos períodos secos e chuvas ocasionais concentradas em poucos meses do ano. A precipitação pluviométrica é em média cerca de 750 mm/ano, de forma bastante irregular no espaço e no tempo. As altas temperaturas (cerca de 26° C) com pequena variação interanual exercem forte efeito sobre a evapotranspiração que, por sua vez, determinam o déficit hídrico como o maior entrave à ocupação do semiárido e ressaltam a importância da irrigação na fixação do homem nas áreas rurais da Região Nordeste em condições sustentáveis (Ministério da Integração Nacional, 2005. Semiárido. Relatório Final).

coletivamente nas organizações dos camponeses ou a seu serviço: o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), as Associações Comunitárias, as Organizações não-governamentais (ONGs) e os projetos de extensão (SABOURIN, 2006).

Em Mandacaru, diversos agentes interventores atuaram em momentos distintos de sua história, como foram os casos das intervenções da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) e dos STRs. Atualmente, a intervenção mais significativa é oriunda de ONGs. Neste caso, a intervenção técnica e social surge com uma proposta diferenciada de convivência com o semiárido<sup>9</sup> a partir da aplicação de tecnologias alternativas e adaptadas às especificidades do ambiente ecológico e social da comunidade: a tecnologia social.

A intervenção técnica aqui é entendida como uma ação planejada e tecnicamente orientada, aplicada através de metodologias específicas que provocam alterações no modo de produção e na organização social camponesa. De toda forma, ela é oriunda do processo de extensão e mediação realizado pelos atores externos. Ela pode ser implementada de forma vertical, de cima para baixo, ou de maneira horizontal construída conjuntamente com os camponeses.

O tipo de intervenção e as tecnologias dela oriundas, geralmente, são construídas a partir das experiências dos próprios camponeses. Elas partem do conhecimento e do saber culturalmente adquiridos e transmitidos por eles. Para tanto, são reelaboradas tecnicamente e viabilizadas através de um intenso processo de mediação social (DUQUE & OLIVEIRA, 2005).

A mediação social é parte indispensável da intervenção técnica. Pois, ela é entendida, pelos agentes mediadores – técnicos que atuam diretamente na comunidade – como um instrumento didático de construção e transmissão de saberes.

De toda forma, a mediação pressupõe relações sociais preestabelecidas que provocam uma expressiva troca de experiências e de conhecimentos por parte dos atores envolvidos no processo de intervenção técnica. Neste, a aprendizagem envolve três aspectos igualmente importantes: SUJEITO COGNOSCENTE – SUJEITO MEDIADOR – OBJETO DE CONHECIMENTO. Assim, os técnicos, ou

---

<sup>9</sup> Proposta de convivência sustentável entre populações humanas e as potencialidades ecológicas, ambientais e sociais encontradas na Região do Semi-Árido do Brasil.

agentes mediadores, tornam-se o elo que estabelece a ligação entre o camponês – sujeito cognoscente – e a inovação técnica - objeto do conhecimento.

Esse entendimento é baseado no modelo pedagógico de aprendizagem proposto por Vygotsky (1991). Para além, do entendimento do procedimento de ensino/aprendizagem proposto pelo autor, este modelo é relevante por tirar o agente mediador do foco principal do processo, possibilitando a relação ente o camponês e a técnica, colocando o mediador como um coadjuvante. Este é o modelo que mais se aproxima da proposta de mediação da ONG que atua intensamente em Mandacaru. No entanto, todo modelo é um tipo ideal que não pretende ser a realidade, mas um artifício que permite entendê-la (WEBER, 1999). Na prática, por mais horizontal que seja proposta de mediação, ela não se exime de interesses previamente estabelecidos e de uma certa dose do elemento poder (WEBER, 1999).

O tipo mais freqüente de intervenção técnica realizado em Mandacaru, pressupõe, antes de tudo, a convivência com o semiárido. Assim, as inovações técnicas são pensadas e elaboradas a partir do potencial ecológico e social da região. De forma sustentável, estas inovações potencializam a capacidade produtiva, a captação de água e a organização social dos camponeses. Elas são: barragens subterrâneas, silos ecológicos, fundos de pastagem, cisternas de placas, tanques de pedras, entre outros.

No caso da Comunidade de Mandacaru a intervenção técnica, como qualquer outro tipo de intervenção, não é neutra (CUNHA, 2004). Ela vai além da implantação de tecnologia, reforçando e/ou alterando de forma social, cultural, política e ideológica o cotidiano da comunidade e o modo de vida do camponês, contribuindo para a construção e reconstrução das identidades dos agentes envolvidos nos processos por elas desencadeados.

Além da questão de construção técnica das inovações, estas possibilitam um movimento de reorganização da ação coletiva dos camponeses. A ação coletiva é a busca da realização de interesses comuns por mais de uma pessoa ou grupo (OLSON, 1999; OSTROM, 1990; PUTNAM, 1996). Para que a ação coletiva aconteça, é necessário que exista cooperação entre os indivíduos. Segundo os agentes mediadores, uma forma que possibilitou promover a construção das inovações técnicas em Mandacaru foi a utilização de um sistema de cooperação, os Fundos Rotativos Solidários, que ao passo que possibilita a ação coletiva, favorece

a gestão compartilhada dos recursos, descentralização, participação, mobilização social, educação-cidadã, direito social, desenvolvimento sustentável, fortalecimento social e emancipação dos camponeses.

Em Mandacaru, as relações sociais entre os camponeses constituem laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade, bem como conflitos que surgem a partir da disputa por posições de comando e interesses individuais divergentes. O sistema de FRS insere-se nesse denso tecido social. Por um lado, ele se apóia nos laços sociais que favorecem a cooperação, e por outro, esses laços não o imunizam dos conflitos e das disputas lá existentes.

Pelo que consta, a partir da exploração do campo pesquisado, as questões que envolvem a noção de cooperação constituem uma peça-chave da ação coletiva dos camponeses de Mandacaru via sistema de fundos rotativos. Isso porque eles dependem uns dos outros para que haja rotatividade e perenidade do fundo. Caso aconteça alguma deserção, os demais serão prejudicados e a manutenção do sistema pode ser afetada ao ponto dele não funcionar mais.

Então, a cooperação é aqui entendida enquanto um tipo particular de ação coletiva em que dois ou mais indivíduos ou grupos têm o interesse de atuarem em conjunto para a consecução de um objetivo.

A cooperação apóia-se na reputação dos indivíduos e nos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade que são elementos facilitadores da ação coletiva. Eles fornecem a coesão e a coerção necessárias à manutenção das relações entre indivíduos ou grupos que cooperam.

A cooperação é fruto, também, da vontade e do interesse dos membros dos grupos. Os interesses podem ser de várias naturezas e podem ser motivados por inúmeras razões coletivas e individuais. Eles são importantes para a formação e manutenção de grupos cooperativos. Em relação aos FRS, o interesse em adquirir as novas tecnologias motiva os indivíduos a cooperarem para alcançarem esses bens. Após a formação dos grupos, há também o interesse coletivo em manter a cooperação para garantir que os membros recebam os benefícios um a um.

Vale salientar que a cooperação não se sustenta apenas pela ação interessada dos indivíduos, principalmente a longo prazo. Daí a importância dos laços sociais para a sustentação da ação coletiva. Eles dão um tipo de suporte

coletivo capaz de provocar a coesão que os interesses, sozinhos, não ofereceriam. De certa forma, a história de Mandacaru – o tipo de interdependência e de laço social que ao longo do tempo foram construídos – facilita a ação coletiva que a intervenção técnica lá desenvolvida necessita para funcionar. Principalmente quando esta intervenção necessita de um sistema de cooperação como o dos FRS.

Diante desta problemática, algumas indagações ajudaram a nortear o estudo em questão: será que a ideia de interdependência entre comunidade e sociedade abre caminho para uma redefinição do que sejam sociedades camponesas e, por conseguinte, do que seja a configuração social da comunidade, do modo de vida e da identidade do camponês? É possível delinear o que seria o modo de vida camponês e as identidades construídas a partir dele? Diante da tentativa de compreensão da construção da identidade cultural do camponês é possível traçar políticas públicas de intervenção técnica adaptadas às comunidades rurais? Como os atores sociais externos, com suas práticas interventoras, atuam diante do universo das comunidades rurais? É, de fato, necessário conhecer o cotidiano e a prática camponesa para construir modelos de assistência técnica aplicados às necessidades de cada localidade?

Com base nestas questões, a hipótese que norteia a tese é a seguinte:

**Hipótese:**

- Se as ações dos atores externos, por intermédio de suas políticas de intervenção técnica e mediação social, conjuntamente com a ação coletiva dos camponeses, alteraram a configuração social da Comunidade, então é possível inferir que estas ações também provocam transformações no modo de vida e na construção das identidades dos camponeses de Mandacaru.

Diante da hipótese apresentada seguem o objetivo geral e os objetivos específicos, a saber:

**Objetivo geral:**



- Analisar como as ações dos atores externos e dos camponeses alteraram a configuração da Comunidade Mandacaru, provocando transformações no modo de produção, no modo de vida e na construção das identidades dos camponeses.

### **Objetivos específicos:**

- Verificar como se deu a transformação da configuração da Comunidade de Mandacaru através da análise da ação coletiva e da rede de interdependência estabelecida entre os camponeses e os atores externos;
- Avaliar como são planejados e aplicados os projetos de intervenção técnica dos atores sociais externos que atuam em Mandacaru;
- Averiguar como o modo de vida dos camponeses de Mandacaru foi alterado e se essa mudança é compatível com os projetos dos atores externos;
- Analisar como a identidade camponesa é reconstruída a partir da mudança na rede de interdependência construída a partir da ação coletiva dos camponeses e dos atores internos e externos.

### **Metodologia da pesquisa:**

Desde 2002 que venho realizando trabalho de campo na Comunidade Mandacaru. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de longo tempo cujas técnicas do Método Etnográfico e da História Oral possibilitam um acompanhamento preciso da realidade sociocultural e do processo social desencadeado no lócus pesquisado.

A pesquisa iniciada em 2002 tinha como foco analisar o Sistema de Fundos Rotativos Solidários. O interesse pelos FRS surgiu no momento em que estava pesquisando "*O papel da mulher na unidade de produção agrícola familiar*"<sup>10</sup> (na

---

<sup>10</sup> Esta foi uma pesquisa de iniciação científica, financiada pelo CNPq, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Ghislaine Duque.

Comunidade rural Mandacaru), quando me deparei com inúmeros depoimentos acerca da importância das cisternas de placas, construídas a partir do sistema de FRS, para a qualidade de vida da família e principalmente da mulher (já que, tradicionalmente, pegar água é um trabalho feminino). Naquele momento, percebi que esse sistema tinha alcance mais amplo: ao nível do fortalecimento dos laços sociais de proximidade e ao nível do reforço da ação cooperativa. Estes fatos despertaram-me curiosidade e vontade de entender e analisar mais profundamente os Fundos Rotativos.

Ao término da pesquisa sobre a mulher camponesa, que coincidiu com o final do meu Curso de Graduação, tive a oportunidade de ser auxiliar de pesquisa da Professora Ghislaine Duque, coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Agricultura familiar (GPAF), que acabara de iniciar uma pesquisa em todo o Estado acerca dos fundos rotativos. Era a oportunidade que eu precisava para estudar o Sistema de Fundos Rotativos Solidários.

Como revelei na minha Dissertação de Mestrado em 2006, o primeiro desafio foi entender como funcionava o sistema de FRS. Aquele era, para mim, um terreno movediço. Tive muitas dificuldades. Quanto mais conversava com os professores que conheciam o sistema e com os membros da ONG que o organizava, mais mergulhava num mar de incertezas. Participar de reuniões da ASA-Paraíba sobre os fundos também não deu muito resultado. Então, fui às comunidades onde havia fundos rotativos. Fiz algumas entrevistas e observações. De posse de algum conhecimento de caso, lancei-me na tentativa de associar a realidade a algumas reflexões teóricas: que dificuldade! Quase desisti.

Eis o maior desafio para um pesquisador iniciante. Reunir teoria e prática na tentativa de construir um objeto de estudo. São muitas as incertezas e os questionamentos. Para Max Weber (2001), o cientista social só conseguirá vivenciar o processo de ruptura epistemológica requerido para a construção de qualquer objeto de pesquisa se questionar, pois a investigação resulta numa conversão do pesquisador a um novo modo de ver a realidade. Ao construir um objeto de pesquisa, o pesquisador deve ter a capacidade de transformar objetos socialmente insignificantes em científicos, ou mesmo, de apreender objetos socialmente importantes a partir de um ângulo imprevisto.

O esforço de entender o sistema de Fundos Rotativos, a partir da Comunidade, sem saber como ele se relacionava com o todo, foi válido, mas não era suficiente. Havia alguns limites na inferência indutiva que escolhera – entendendo por indução um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. O objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se baseiam. Portanto, a indução vai da parte ao todo e nesse caminho o cientista corre o perigo de simplificar os fatos, bem como o de não compreender as leis gerais relativas ao todo (BACHELARD, 1977). Lançando mão do método indutivo, acreditava poder entender de modo geral todos os aspectos que envolviam os FRS.

Só percebi os graves limites da investigação que realizara, quando em 2003, a ASA-Paraíba encarregou a Profa. Ghislaine de fazer, com minha colaboração, uma pesquisa de avaliação dos FRS a nível estadual. A partir desta pesquisa, descobrimos que em cada lugar os FRS assumiam formas diferentes e que essa diversidade era fruto da disseminação do sistema por toda Paraíba e da descentralização da ação, iniciada pelo PATAC, hoje dividida com diversas entidades. Além das diferenças que cada organização atribuía ao sistema, havia ainda uma forte distinção entre as comunidades. Levantamos a hipótese que os fundos rotativos apoiavam-se nos laços sociais. Daí uma possível explicação para as diversas formas de funcionamento. Foi assim que relacionamos os FRS a uma possível interpretação teórica: a da noção de cooperação. Desta forma, iniciou-se o trabalho de construção de um provável objeto de estudo. Este é um recorte da realidade feito pelo pesquisador (BOURDIEU, 1989). Ele é construído e, portanto, é um advento artificial que não quer e nem se presta à comparação com a realidade (WEBER, 2001).

Após a avaliação dos Fundos Rotativos a nível estadual e de posse de um entendimento geral acerca dos mesmos, ficou claro que era preciso descobrir na base o que os fundamentava. Daí iniciou-se o processo de escolha de uma comunidade. A eleita foi a Comunidade Mandacaru. Esta Comunidade foi escolhida porque era a vitrine demonstrativa do PATAC e porque, aparentemente, era o lugar em que os FRS apresentavam sua melhor versão.

Foi com o intuito de realizar a pesquisa com os FRS que mergulhei no universo complexo de Mandacaru. Ao término da pesquisa de Dissertação de

Mestrado, onde desenvolvi um estudo sobre a cooperação advinda dos Fundos Rotativos Solidários, eu queria continuar pesquisando em Mandacaru, porém desta vez o foco não seriam os fundos rotativos, mas a intervenção dos atores externos e a ação coletiva dos camponeses que lá residem.

Em 2007, quando iniciei o doutorado, dei continuidade à pesquisa de campo em Mandacaru. Antes de estabelecer contato com os membros da Comunidade li novamente meus diários de campo e, a partir de um novo olhar sobre o *lócus* de estudo, elaborei um roteiro de pesquisa contendo minhas principais preocupações.

Outra atitude importante foi à releitura das entrevistas que continham os depoimentos sobre a história da Fazenda e do Vô Neco. Como este tema não era a preocupação da pesquisa anterior, tentei ordenar os fatos para buscar preencher as lacunas que existiam.

Assim, para apreender a realidade empírica que cercava a Comunidade e o camponês, bem como o significado que ele, enquanto sujeito, dá a sua ação individual e coletiva, foi necessário recorrer ao método etnográfico e a metodologia da História Oral.

O método etnográfico surge no intercurso teórico e metodológico da Antropologia, mas não se restringe a ela, sendo também utilizado por cientistas sociais e historiadores. Consiste em uma imersão do investigador na situação estudada com o objetivo de descrever e explicar os fenômenos observados. Além da observação, a etnografia possibilita a utilização de outras técnicas como: diário de campo e a entrevista semiestruturada com auxílio de roteiro prévio. Percebe-se que esse método não é incompatível com a metodologia da História Oral, que por sua vez, desenvolve técnicas que possibilitam a coleta de informações de fontes orais através de técnicas semelhantes da etnografia, como a técnica da entrevista, por exemplo.

Além do uso comum de algumas técnicas, há também a aproximação no entendimento da relação do sujeito com o objeto, que é produto, a um só tempo, do tema objetivado pelo pesquisador e do encontro de duas subjetividades. Pesquisador e sujeitos pesquisados vivenciam, no tempo de duração do trabalho de campo, uma espécie de jogos de interações e de negociação de interesses, onde

informações são trocadas, assim como afetividades, angústias, tensões, frustrações, etc (GEERTZ, 1989, PORTELLI, 1997, VELÔSO, 2005).

Uma questão relevante, que merece ser salientada, é que o uso do método etnográfico não garante, necessariamente, a realização de uma etnografia. A etnografia consiste num estudo quase artesanal da cultura de um grupo. É o que é qualificado de descrição densa (GEERTZ, 1989). Esta é uma modalidade que possibilita uma liberdade e um poder relevante ao pesquisador, como detentor do conhecimento e da verdade colocada. Vale salientar que nos estudos etnográficos clássicos, a voz ativa é a do pesquisador e não do pesquisado.

No caso desta pesquisa, foi utilizado o método etnográfico, mas, não é realizada uma etnografia do objeto pesquisado. Assim, fez-se necessário intercalar o método etnográfico com a metodologia da História Oral para a realização do estudo.

As idas ao campo de pesquisa foram planejadas de forma intercalada, ou seja, a cada dois meses eu passava uma semana na Comunidade. Nestas ocasiões, a família de Pedro gentilmente me acolhia. Este foi um momento de grande importância para a coleta de dados, pois conviver com uma família de Mandacaru possibilitou-me a obtenção de informações que de outra maneira não seria possível apreender. As conversas durante as refeições e nos momentos de descanso foram ricas e profundas. Nestas ocasiões, eu não gravava e nem anotava o teor das conversas. Assim, antes de dormir eu recorria a meu *diário de campo* onde registrava tudo o que tinha acontecido no decorrer do dia e, principalmente, durante as conversas informais.

Mantive esta estratégia durante o ano de 2007. Porém, percebi que era necessário passar intervalos de tempo maiores em Mandacaru para observar as nuances das relações sociais lá estabelecidas. Então, em 2008, resolvi me instalar num hotel em Soledade onde permanecia por um mês a cada trimestre. Uma vez em Soledade eu me deslocava para a Comunidade quase todos os dias e às vezes acompanhava os camponeses nas suas idas à cidade e às reuniões da ASA.

A proximidade com os camponeses possibilitou-me a obtenção da maior compreensão de seus discursos (PORTELLI, 1997). No caso dos camponeses que se tornaram Agricultores Experimentadores, havia a recorrência de discursos muito elaborados e similares. Esta sinergia entre os discursos era provocada pela intensa

exposição nas atividades do COLETIVO e da ASA. Assim, eu entendi que teria que ter muita atenção em relação às conversas e entrevistas realizadas com eles. Isto demandou mais tempo, pois eu checava as entrevistas e cruzava os dados para encontrar eventuais discrepâncias. Como os Experimentadores tinham muito orgulho de suas experiências, o melhor lugar para entrevistá-los era o roçado de suas propriedades. Ao demonstrarem seus experimentos, com os mais ricos detalhes, eles discursavam de forma mais espontânea e livre de frases elaboradas.

A técnica da *observação direta* foi a mais utilizada neste momento. Ela pode ser obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para entender as ações dos atores em seu contexto, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista. Para Geertz (1989), a observação também consiste em garantir que, a cada surgimento de uma nova ideia, ela possa ser utilizada para solucionar, resolver e esclarecer pontos fundamentais da relação teoria e prática. Para ele, o trabalho etnográfico consiste num esforço intelectual que implica em um risco elaborado para uma descrição densa através da qual é possível acessar as estruturas significantes que produzem os fenômenos.

O método etnográfico ajudou-me a entender e desvendar a trama das redes de interdependência, das especificidades dos laços sociais de parentesco, das trocas simbólicas que envolvem as noções de solidariedade e de reciprocidade. Bem como a acompanhar a atuação dos atores externos. A observação e mergulho intensivo no mundo cultural da Comunidade trazem à tona valores da tradição dos camponeses que permitem identificar os traços gerais da identidade do camponês, esclarecendo a relação entre o universo social de pertencimento e interconhecimento da comunidade e os traços individuais das identidades dos seus membros.

Entretanto, o método etnográfico se presta a entender o geral e não o particular. Ele não permite adentrar nos traços específicos e individuais das subjetividades que constroem as identidades dos indivíduos.

A pesquisa em Mandacaru requiritava o entendimento acerca das identidades dos camponeses, assim, após a realização da pesquisa, que me permitiu levantar os traços gerais da Comunidade, parti para as entrevistas individuais em 2009. Foi neste momento que a metodologia de História Oral se revelou de grande valia. Pois, o uso da técnica da história de vida auxilia na captação do universo da memória dos

indivíduos. Já que a identidade individual nada mais é que os traços de uma memória que ajuda a construir uma narrativa sobre nós mesmos (PORTELLI, 1997, VELÔSO, 2005, HALL, 2003).

O processo de socialização, que possibilita a construção da identidade dos sujeitos, se dá através da interação do todo com a parte, do social com o individual. A pretensão de realizar um estudo que tente desvendar como o modo de vida camponês se reconstrói a partir de como as relações são estabelecidas com agentes exteriores, só poderia ser feito através do uso de métodos e técnicas que pudessem captar os aspectos gerais do todo – método etnográfico – e específicos das partes – metodologia da História Oral. Assim, essa foi a estratégia metodológica adotada para o estudo da Comunidade.

Nos anos de 2009 e 2010, eu resolvi diminuir as viagens ao campo, pois eu já possuía um vasto material e precisava debruçar-me sobre ele para elaborar a escrita dos capítulos da tese.

Vale dizer que no momento em que estava realizando o trabalho de campo em Mandacaru, eu também pesquisava a relação dos atores externos com os membros da Comunidade e observava a atuação dos técnicos nas reuniões de planejamento interno e nas reuniões do COLETIVO e da ASA-Paraíba.

Nos anos de 2006 e 2007, eu prestei algumas consultorias para o PATAC e para ASA. O fato de ter passado dois anos envolvida com a dinâmica da ASA levou-me a uma espécie de naturalização dos fatos, ao ponto de encarar a realidade e as questões que outrora me perseguiram como óbvias. Porém, a leitura de Bourdieu (1989, p. 39), me alertou para o fato de que “[...] *o cientista social não deve aceitar nenhuma definição como óbvia*”. Ainda para este autor, a ruptura com o senso comum é uma das principais condições para a construção de um objeto de pesquisa. E esta ruptura só seria possível com o exercício da “dúvida radical” por parte do pesquisador que estaria incumbido de questionar todas as pré-noções.

O envolvimento estava refletindo-se ideologicamente no meu discurso e no conteúdo dos textos que estava produzindo. O mundo das ONG's que tanto me fascinara, estava impregnando-me de pré-noções. Nada contra as pesquisas engajadas. Mas escolhi manter certo distanciamento para poder prosseguir com minha pesquisa.

O trabalho de campo, como os ritos de passagem, implica, pois na possibilidade de redescobrir novas formas de relacionamento social, por meio de uma socialização controlada. Neste sentido, o processo é uma busca do controle dos preconceitos, o que é facilitado pela viagem para outro mundo social e pela distância das relações sociais mais reconfortantes (DAMATTA, 1987, p. 152).

Contudo, o afastamento consciente da ASA e das relações sociais que envolviam seu contexto não tinha como propósito livrar-me das pré-noções ao ponto de tentar tratar o objeto como “coisa” e, assim, entrar na velha cilada da neutralidade científica.

Optar por uma metodologia qualitativa é ter consciência da inter-relação inevitável entre o sujeito e o objeto de estudo. Segundo Chizzotti (1991, p. 79): “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

De acordo com Weber (2001), a neutralidade não existe de maneira absoluta na pesquisa científica, considerando que, já na escolha do objeto, o cientista é inspirado por seus próprios valores e ideais. Porém, no momento do tratamento dos dados, faz-se necessária certa distância para que os valores do pesquisador e dos pesquisados não interfiram nos resultados.

Assim, o caminho seguido na pesquisa de campo levou-me para o rumo contrário do sugerido por Roberto DaMatta (1987), onde o processo de conhecimento se dá através do constante mecanismo de transformação do familiar em exótico e do exótico em familiar. A pesquisa com os atores e entidades da ASA fez-me transformar primeiro *o exótico em familiar* e depois *o familiar em exótico*. Na medida em que a desconhecida realidade empírica que envolvia o objeto era desvendada, tornava-o tão próximo de mim que tive que me distanciar dele. Como sugere Gilberto Velho (1978, p. 39):

O fato de dois indivíduos pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes (...) O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido.



Gilberto Velho nos alerta para o fato de que familiaridade não é igual a conhecimento científico. Por mais que eu conhecesse o ambiente pesquisado, tratava-se de um conhecimento superficial, do senso comum, que a prática do estranhamento crítico me ajudou a superar.

Deriva daí a importância do estudo de projetos individuais e coletivos nos quais as possíveis contradições e ambigüidades, provindas dos multipertencimentos, apresentam-se, pelo menos em parte, subordinadas a uma ação racional. Ao mesmo tempo, é esse multipertencimento que permite ao antropólogo pesquisar sua própria sociedade e, dentro dela, situações com as quais ele tem algum tipo de envolvimento e das quais participa. O fato de não ser englobado por nenhum grupo exclusivo – somado às próprias características e à formação do antropólogo, que, em princípio, produz e valoriza uma curta distância – permite o movimento de estranhamento crítico diante do próximo (VELHO, 1978, p. 18).

Após certo distanciamento, em 2009 realizei a maioria das entrevistas com os membros do PATAC e da ASA. Foram feitas *entrevista semiestruturada*, com auxílio de roteiro prévio e uso de gravador. A intenção era entrevistar os atores envolvidos nos projetos de intervenção de forma individual, bem como de forma coletiva em situações específicas, como as reuniões, para assim analisar como os aspectos de seus discursos se manifestam em situações grupais.

O ambiente mais fértil de coleta de dados eram as reuniões e os eventos. Participei de inúmeras reuniões na Comunidade, em Soledade e no Estado. Nestas ocasiões, eu anotava minhas impressões e depois as transcrevia para o diário de campo.

Em 2010, quando iniciei a sistematização dos dados, deparei-me com uma imensidão de informações acerca da Comunidade, do PATAC e da ASA. Assim, tive que passar quase dois meses para organizar as informações e construir os argumentos que nortearam a construção dos capítulos da tese.

A ordenação de dados e de fatos colhidos no ambiente de pesquisa tornou-se um verdadeiro trabalho de bricolagem (LÉVI-STRAUSS, 1982) que me permitiu reconstruir a realidade de Mandacaru, não como ela se apresenta em seu cotidiano, mas como um colorido mosaico construído acerca das impressões que tive do processo social que a envolve.

**Universo de pesquisa:**

O universo de pesquisa proposto se mostra de forma complexa por tratar-se da relação de uma comunidade rural e seus membros com atores externos que interferem direta e indiretamente em seu meio.

Mais precisamente, a pesquisa de campo está sendo feita na comunidade rural Mandacaru no município de Soledade. A comunidade Mandacaru fica localizada a 12 km de Soledade. Este Município ocupa 560,06 km<sup>2</sup> de extensão e possui uma população estimada em 13.623 hab (IBGE, 2007). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Soledade é um município no estado da Paraíba (Brasil), localizado na microrregião do Curimataú Ocidental. No entanto, o município encontra-se na fronteira com as microrregiões do Carri, Seridó e Curimataú do Estado.

O município de Soledade, do ponto de vista ambiental, está situado de fato numa faixa de transição entre o Agreste seco e o semiárido do Estado. Do ponto de vista locacional, está situado entre o Curimataú Ocidental, o Seridó Oriental e o Cariri Oriental. Predomina, portanto, um quadro natural regido pelas condições de semiaridez.

Quanto a sua identidade, pode ser considerado como município do Cariri, pois seu povo se identifica com essa microrregião e de fato, parcela significativa do município apresenta as características naturais típicas do Cariri: noites frescas, dias quentes, vegetação de caatinga hiperxerófila com predomínio das cactáceas com destaque para os facheiros e xiquexiques, baixas precipitações pluviométricas, baixos índices de umidade relativa do ar.

Estas características também estão presentes no Seridó, porém nesta região a ocorrência de uma história de garimpagem ligada à mineração é bem mais expressiva e a própria exploração mineral é um dos elementos de diferenciação regional entre o Cariri e o Seridó. Isto não quer dizer que em Soledade não encontramos empresas de extração mineral, mas esta atividade não é a que tem maior peso na economia. Então, do ponto de vista ambiental, Soledade é

principalmente Cariri e do ponto de vista identitário também. Por estas razões, neste trabalho, Soledade é considerado um município “Caririzeiro”<sup>11</sup>.

Mandacaru localiza-se na porção ocidental do Município. Ela é composta por 35 estabelecimentos agrícolas que variam muito de tamanho: entre 03 e 120 hectares. Nos 35 estabelecimentos, apenas 32 casas são habitadas; isto permite estimar a população em aproximadamente 133 habitantes. Seus camponeses desenvolvem, na maioria dos casos, atividades agropecuárias. Com algumas exceções de mulheres que trabalham na escola local e políticos que atuam em nível municipal.

A escolha se deu pelo fato de desenvolver pesquisa na localidade há aproximadamente oito anos e por essa comunidade ser vitrine dos projetos de intervenção técnica de uma ONG, com vocação para o meio rural, ampliando o alcance dos aspectos investigativos. A comunidade possui uma constituição social bem peculiar a partir de laços fortes de parentesco que fortalecem um sentimento de pertencimento entre seus componentes. Por outro lado, a pesquisa vem demonstrando uma interessante interface entre a conduta moral dos camponeses, através de suas relações sociais tradicionais, pautadas na lógica da reciprocidade, bem como uma valorização da conduta racional e da maximização dos interesses individuais através de ações coletivas mediadas por instituições e atores externos. Outro aspecto importante, revelado pela pesquisa, é a visível alteração na configuração social da Comunidade, bem como no modo de vida e nas identidades dos camponeses.

### **Organização do texto de tese:**

Além da introdução, a Tese é composta por quatro capítulos, a saber:

**CAPÍTULO I – ASPECTOS SOBRE COMUNIDADE, COMUNIDADE RURAL CAMPONESA, MODO DE VIDA E IDENTIDADE DO CAMPONÊS** – Neste capítulo será discutido os principais conceitos e noções que ajudam a entender o objeto de

---

<sup>11</sup> A expressão “Caririzeiro” é a maneira cultural e identitária utilizada pelos habitantes do Cariri paraibano.

estudo em questão. Desta forma, será explicitado o entendimento sobre comunidade na teoria social e em seguida sobre sociedades camponesas e comunidade rural. Depois, as noções de cultura e modo de vida. Em seguida, serão discutidas as questões pertinentes á noção de identidade. Para tanto, será preciso situar o que são as identidades dos indivíduos na contemporaneidade, concebendo o camponês como um ser da atualidade, cujas identidades são afetadas pelos processos sociais que atingem a sociedade de modo geral. Por fim, serão expostos alguns aspectos da teoria da ação coletiva, reciprocidade, solidariedade, confiança e reputação, que elucidam aspectos relevantes do modo de vida camponês.

**CAPÍTULO II – AS TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO SOCIAL E NO MODO DE VIDA DA COMUNIDADE DE MANDACARU** – Em primeiro lugar será discutido o conceito de configuração social, em segundo, através do processo de formação da comunidade, será demonstrado como sua configuração e seu modo de vida foi se transformando, paulatinamente, através da intensificação da intervenção técnica promovida pelos atores externos.

**CAPÍTULO III – ATORES E INTERAÇÕES: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO CARIRI PARAIBANO E EM MANDACARU** – Neste capítulo será apresentada a construção da efetiva ação coletiva de camponeses e entidades parceiras, desencadeada em Soledade e entorno, e como ela provocou profundas transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais na microrregião do Cariri. Também será demonstrado que a Comunidade Mandacaru, devido ao incentivo de atores externos e ao interesse de seus membros, mergulhou intensamente na experimentação de um novo modelo organizativo, os Fundos Rotativos Solidários (FRS), e de uma nova forma de lidar com o meio ambiente através das inovações tecnológicas adaptadas ao semiárido.

**CAPÍTULO IV – OS FRUTOS DA AÇÃO COLETIVA EM MANDACARU: TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA PRODUTIVO, NO MODO VIDA E NA IDENTIDADE DOS CAMPONESES** – Neste último capítulo será evidenciado como uma proposta de tecnologia e mediação social em torno da convivência com o

semiárido conduziu os camponeses de Mandacaru para um processo de transição agroecológica, construindo as bases de um novo modo de vida e de novas identidades.

Seguem as considerações finais, as referências bibliográficas, apêndice e os anexos.

# CAPÍTULO I

## ASPECTOS SOBRE COMUNIDADE, COMUNIDADE RURAL CAMPONESA, MODO DE VIDA E IDENTIDADE DO CAMPONÊS

A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio.

Antonio Candido<sup>12</sup>

É importante destacar que o estudo de caso empírico aqui evidenciado está situado no âmbito de um espaço socialmente construído e culturalmente significado: a comunidade rural Mandacaru. Ao falar de comunidade rural e do camponês, fala-se, de antemão, de nomeações identitárias, criadas a partir de elementos pautados em características sociais, culturais, econômicas, ideológicas e ecológicas específicas que distinguem as “sociedades camponesas” e os sujeitos que fazem parte delas, camponeses, do todo das sociedades e dos sujeitos sociais de um modo geral. De certa forma, pensar o *modo de vida* camponês e a construção de suas *identidades* é partir de um pressuposto conceitual que atribui ao sujeito uma qualidade de identificação, considerando que identificar algo é também excluí-lo.

Nesse sentido, os principais estudos sobre o campesinato foram realizados a partir do entendimento de que a sociedade camponesa é um tipo específico de sociedade pautada num certo modo de vida. No entanto, diante das transformações sociais e individuais ocorridas na contemporaneidade, é necessário problematizar o que são as sociedades camponesas e se há, de fato, um modo de vida particular que lhes é inerente. Outra questão a ser percebida, é se a relação específica do

---

<sup>12</sup> CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria duas Cidades, 1975, p. 23.

indivíduo com o meio sociocultural e ecológico produz uma forma de socialização que permite a construção de identidades culturais flexíveis.

Portanto, neste capítulo serão explicitadas as principais noções e conceitos que fundamentam a tese de que a configuração social de uma comunidade é atingida por processos sociais em permanente transformação. No caso estudado, os processos são desencadeados através da relação dos atores internos e externos com o meio social e ambiental por eles construído e reconstruído cotidianamente, provocando mudanças significativas no modo de vida e na identidade dos atores envolvidos.

Como ponto de partida, será exposta uma breve discussão sobre o conceito de comunidade no âmbito das Ciências Sociais. Esta discussão abrirá caminho para a problematização do entendimento de comunidade na Sociologia e Antropologia Rural. Em seguida, serão expostas as noções de cultura e modo de vida. Também serão explicitadas as questões relacionadas ao entendimento da construção das identidades. Para isso, é preciso situar o que são as identidades culturais dos indivíduos na contemporaneidade, concebendo o camponês como um ser que compartilha os elementos que constituem a atualidade. Por fim, será apresentada a discussão sobre ação coletiva, pois foi através da ação coletiva que os camponeses de Mandacaru reinventaram seu modo de vida e suas identidades.

## **1.1 QUESTÕES SOBRE COMUNIDADE E COMUNIDADE RURAL CAMPONESA**

Os significados das palavras são construções socioculturais. Muitas vezes a acepção de uma palavra diz mais sobre o sentido que lhe é dado do que sobre a realidade em que ele é construído. É o caso da palavra comunidade, que sugere um lugar bom para viver, fundado em valores fortes e coesos. De fato, as comunidades são marcadas por elementos que sugerem certa identificação e coesão social. Entretanto, como todo grupo social, elas também fazem parte da sociedade e são atingidas por conflitos e disputas.

A compreensão da comunidade como um lugar bom, tradicional e isolado marcou o desenvolvimento do pensamento social. Porém, os estudos empíricos desenvolvidos ao longo do século XX deslocaram esse entendimento, revelando

novas abordagens que problematizaram esse conceito. Deste modo, é importante expor como ele vem sendo construído no transcurso da teoria social.

### 1.1.1 Sobre o entendimento do conceito de comunidade

O conceito de comunidade é um dos mais controversos e passíveis de atribuições e interpretações diferenciadas na teoria social. Além da diversidade de sentidos atribuídos à palavra, há ainda as conotações emotivas que ele geralmente evoca.

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra comunidade é umas dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que comunidade signifique, é bom ter uma comunidade. (...) Comunidade produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra comunidade carrega – todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar mas que não alcançamos mais (BAUMAN, 2003, p. 07).

Para Raymond Williams (1976, p. 76), “diferentemente de todas as outras palavras que indicam organização social (estado, nação, sociedade, etc.), esta parece nunca ser usada de forma desfavorável”.

O conceito de comunidade tornou-se um verdadeiro *passé-partout*, usado para descrever diversos tipos de grupos sociais, contemplando desde a ideia de aldeia indígena até a de organizações internacionais. No geral, comunidade indica um grupo de pessoas que, dentro de uma área geográfica limitada, interagem dentro de instituições comuns e possuem um senso comum de interdependência e integração. Entretanto, um grupo de pessoas que ocupam o mesmo território não pode ser considerado automaticamente como comunidade; o que a constitui não é simplesmente a estrutura que lhe é subjacente, mas o sentimento de pertencimento entre os indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos como tais (BAUMAN, 2003; COHEN, 1995; ELIAS, 2000; TÖNNIES, 1995).

Este é o entendimento comum encontrado em diversos autores e suas obras. Segundo Elias (2000), o conceito de comunidade mantém-se quase que estéril no plano teórico. Isto porque é comum nos estudos empíricos a confusão entre o que é a comunidade e o que ela deveria ser. Em vez da descrição do caso empírico, há uma projeção romantizada da realidade em questão. Ocorre uma



passagem do reino do *ser* para o reino do *deve ser*, e assim, ela é geralmente entendida como a “boa comunidade” harmônica, sem conflitos.

Outra questão a ser destacada é o fato de que a comunidade é, na maioria das vezes, vista como um tipo social que se opõe à sociedade capitalista. A primeira é caracterizada como o lugar das relações baseadas na proximidade, na pertença e na livre cooperação entre os indivíduos, e a segunda, pela competição, individualismo e utilitarismo.

Alguns dos problemas do conceito de comunidade são oriundos da obra do alemão Ferdinand Tönnies (1979), *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidade e Sociedade)<sup>13</sup>, onde ele formula uma teoria que tenta explicar a natureza da comunidade e da sociedade.

Em *Gemeinschaft und Gesellschaft*, é evidenciada a *distinção* entre a comunidade e a sociedade a partir do tipo de relação social estabelecido pelos seres humanos que é fruto de suas vontades, podendo ser de duas formas: as essenciais ou orgânicas e as arbitrárias ou reflexivas; as primeiras fundamentam a comunidade e as segundas a sociedade. A *vontade essencial*, própria à comunidade, compreende a tendência básica, instintiva e orgânica que dirige a atividade humana. A *vontade arbitrária*, específica da sociedade, é a forma deliberada, propositada, voluntária, que determina a atividade humana.

As duas formas de vontades são opostas por natureza e essa oposição aparece nas atividades individuais ou nos indivíduos, nos grupos e nas categorias sociais. Elas dão origem a dois tipos de relações sociais entre os seres humanos; de acordo com a predominância de uma ou de outra, têm-se dois tipos de agrupamentos sociais: comunidade – caracterizada pela vontade essencial – e sociedade ou associação – assinalada pela vontade arbitrária. As comunidades podem ser de três formas: as comunidades de sangue, as comunidades de lugar e as comunidades de espírito.

As comunidades de sangue são formadas por indivíduos que são unidos por laços naturais de parentesco. Esta associação se expressa de modo mais incisivo nas relações entre mãe e filho, homem e mulher, enquanto casal; e entre irmãos e

---

<sup>13</sup> Consultei a tradução italiana: *Comunità e Società*, 1979.

irmãs, isto é, entre aqueles que se reconhecem como sendo descendentes da mesma mãe.

A comunidade de sangue – como unidade de ser ou existência – tende a se desenvolver como comunidade de lugar (que tem sua expressão direta na habitação comum) que, por sua vez, desdobra-se na comunidade de espírito pela atividade e condução comuns em uma mesma direção e sentido. Se a comunidade de lugar pode ser considerada como o conjunto coerente da vida biológica, a comunidade de espírito expressa o conjunto coerente da vida mental.

A comunidade de sangue acha-se fortemente ligada às relações e participações comuns. Na comunidade de lugar, as relações vinculam-se ao solo e a terra; e, na comunidade de espírito, os elos comuns são com os lugares sagrados e as divindades honradas. As três espécies de comunidades estão estreitamente ligadas entre si no espaço e no tempo. Aonde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade, encontra-se alguma espécie de comunidade. Tönnies afirma que tais gêneros de comunidades podem ser nomeados com expressões compreensíveis: a primeira como comunidade de parentesco, a segunda de vizinhança e a terceira de amizade.

- O parentesco tem a consanguinidade e a casa como berço comum;
- A vizinhança é o caráter geral da vida em comum, na aldeia ou entre habitações próximas;
- A amizade, pelas condições de trabalho e pelo modo de pensar, nasce de preferências pela similitude de atividades e, no entanto, deve ser alimentada por encontros fáceis e frequentes, que ocorrem com mais probabilidade no ambiente urbano (TÖNNIES, 1979).

O fato da comunidade de amizade ser predominantemente urbana abre um pressuposto que não é levado em consideração pelos que afirmam que Tönnies separa a comunidade da sociedade; ou por aqueles, que inspirados em sua obra, veem a comunidade enquanto entidade autônoma. Na verdade, como foi exposto, ele *distingue* uma da outra pelo tipo específico de relações sociais que as constituem. Porém, ele não as separa de modo que estas não possam manter nenhum tipo de interação.

A teoria da distinção entre comunidade e sociedade foi alvo de muita discussão especialmente nos anos 1960, quando posições críticas surgiram para refutar completamente as ideias de Tönnies. É o caso de Robert Alexander Nisbet que exprimiu dúvidas com relação à possibilidade de utilizar proficuamente as antíteses clássicas (comunidade-sociedade, autoridade-poder, sacro-profano) em quaisquer referenciais empíricos.

Mesmo tendo, segundo Lukács, inspirado o anticapitalismo romântico, a obra "*Comunidade e Sociedade*" influenciou e ainda influencia estudiosos da antropologia e, principalmente, da sociologia rural. Para Merlo (1995, p. 132):

A temática revive no debate quanto ao futuro da comunidade rural. Recentemente se discutiu se seria legítimo ao menos incluir o nome de Tönnies entre os fundadores da sociologia rural. Se é verdade que ao elaborar a teoria da contraposição entre comunidade e sociedade, a intenção do sociólogo alemão não era batizar a sociologia rural, é também verdade, porém, que o pensamento de Tönnies inspirou profundamente a nascente sociologia rural norte-americana, cujas impostações iniciais revelam a preocupação de defender a comunidade rural da agressividade do capitalismo. Tönnies considerava a aldeia rural como a mais íntima das comunidades de lugar.

O que caracteriza a comunidade de lugar ou vizinhança é a ligação a terra, o sentimento de pertencimento e o entendimento compartilhado por todos os membros. Estes três aspectos são frutos das relações sociais específicas que fundamentam a comunidade, relações que geram laços de confiança, reciprocidade e solidariedade.

Segundo Tönnies, a vida em comunidade é facilitada pela cooperação oriunda das relações sociais de proximidade. Mas, o compartilhar não exime seus membros de duras sanções, caso as regras não sejam cumpridas, pelo contrário, os torna mais vulneráveis a severas punições: a exclusão da vida comunitária.

É notória a influência da obra de Tönnies nos estudos das comunidades rurais, ou pelo menos, a similitude dos principais aspectos que fundamentam o conceito de comunidade formulado por diversos autores que estudaram o rural por várias partes do mundo, em culturas diferenciadas. O curioso é perceber que há particularidades e semelhanças, na vida comunitária, que são encontradas desde os estudos de Alexander Chaynov, na Rússia, até os de Alfred Louis Kroeber e Robert Redfield, na América Latina.

Outra contribuição fértil acerca do entendimento do conceito de comunidade é encontrada na obra de Norbert Elias e John L. Scotson: “*Os Estabelecidos e os Outsiders*” publicada na Inglaterra em 1965. Neste livro, os autores aplicam a noção de configuração social no estudo microsociológico da Comunidade inglesa de Winston Parva.

Para os autores, o caso de Winston Parva serve de paradigma teórico e metodológico para estudos de outras configurações, quer sejam micro ou macro sociais, isto porque a realidade do estudo em questão mostra de forma clara as nuances de uma configuração social que pode servir como um modelo sociológico.

Entender as configurações é pensar não mais em termos de individualidades ligadas umas às outras, mas em termos de relações, necessariamente variáveis, entre posições definidas pelo sistema de relações. “A configuração, em outros termos, não é nada além de um sistema de inter-relações” (HEINICH, 2001, p. 124).

Embora a noção de configuração social tenha sido aplicada pelos autores, em Winston Parva, ela foi formulada e evidenciada em várias obras de Elias: *O processo civilizador I e II*, *A sociedade dos indivíduos*, *A sociedade de corte*, *Os alemães*. Esta noção deve ser entendida a partir da relação entre o indivíduo e a sociedade. Para Elias não há separação entre um e outro. Ele considera um erro sociológico comum focar a sociedade como um ente superior ou exterior ao indivíduo, bem como a ideia de que a sociedade é um ser abstrato que só existe e tem significado no âmbito individual. A partir do entendimento de configuração, essa dicotomia desaparece já que sociedade e indivíduo fazem parte de um mesmo processo. A pluralidade e a singularidade podem ser percebidas na maneira como seres individuais ligam-se uns aos outros num grupo ou configuração.

A relação entre os indivíduos e a sociedade é algo singular. Para compreendê-la, é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções (ELIAS, 1994a). Elias enfatiza que o processo de socialização e individualização são nomes diferentes para um mesmo processo social: o da formação e transformação da sociedade dos indivíduos.

Outro aspecto importante para compreender a noção de configuração é a percepção de que cada grupo social específico possui uma configuração que lhe é

singular. Assim, numa dada sociedade é possível identificar inúmeras configurações sociais que podem se apresentar de diversas maneiras. Indivíduos singulares formam sistemas de configurações particulares.

O convívio dos seres humanos em sociedade tem sempre, mesmo no caos, na desintegração, na maior desordem social, uma forma absolutamente determinada. É isso que o conceito de figuração exprime. Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas (ELIAS, 2006, p. 26).

As configurações sociais, por mais que sejam específicas, são entendidas por Elias como entidades atingidas por processos sociais em constante transformação. “vilarejos podem se tornar cidades; clãs podem se tornar pequenas famílias; tribos podem se tornar Estados” (ELIAS, 2006, p. 26).

O estudo de uma configuração social não pode ser reduzido ao estudo de um elemento, isoladamente: não basta a compreensão de aspectos do comportamento ou das ações das pessoas, individualmente consideradas, é preciso acenar para a interdependência, para as configurações que as pessoas estabelecem umas com as outras.

Segundo Elias (2000), estudar uma comunidade com base na noção de configuração social permite compreender esse espaço sociocultural e os indivíduos que nele interagem de forma mais aberta, libertando o lugar e os sujeitos das amarras criadas pela dicotomia sociedade/comunidade (ELIAS e SCOTSON, 2000). Vale ressaltar, que uma comunidade não equivale a uma configuração. Porém, é possível entendê-la a partir da noção de configuração. Comunidades são grupos “nômicos”<sup>14</sup> de indivíduos que estabelecem entre si relações de interdependência (ELIAS, 2000). Ou seja, são lugares, espaços construídos e significados através da relação entre os indivíduos e o grupo social ao qual pertencem.

Segundo Elias e Scotson (2000), as comunidades são lugares onde os indivíduos moram, constroem seus lares, e formam entre si laços sociais de interdependência. Desvendar as nuances desses laços é descobrir a essência de uma configuração. No caso dos estudos de comunidades, é o microcosmo que

---

<sup>14</sup> Segundo Elias & Scotson (2000), grupos “nômicos” são grupos normativos constituídos a partir de uma forte coesão social. Na teoria de Elias aparece com frequência a expressão grupo “nômico” em oposição ao entendimento de grupo “anômico”. Os grupos anômicos são aqueles marcados pelo enfraquecimento das regras sociais.

favorece a compreensão apurada do contexto que envolve a trama social tecida pelos indivíduos.

A contribuição da teoria social é rica e valorosa. No entanto, ela não é suficiente para situar a comunidade rural camponesa nos processos sociais que atingem a contemporaneidade. Desta forma, faz-se necessário levantar a discussão sobre essa questão no âmbito da Sociologia e da Antropologia rural.

### **1.1.2 Sobre a comunidade rural camponesa**

Os principais estudos acerca das sociedades camponesas apontam para uma relativa autonomia das “*sociedades camponesas em relação à sociedade envolvente*”. Em consonância com a principal formulação, acima exposta, de Tönnies (1979) – distinção entre comunidade e sociedade – essa questão é tida quase como um dogma. Tem-se, de um lado, a comunidade como um lugar de aspirações comuns entre os indivíduos; do outro, a sociedade capitalista, com seu utilitarismo e competição do mercado. Segundo Wolf (1970), essa relativa autonomia insere o camponês num dilema, pois ao passo em que vive num mundo de cooperação, ele também entra em contato com a competição do mercado para vender o excedente de sua produção, e essa relação é sempre conflituosa, cabendo ao camponês manter o equilíbrio entre duas forças contrárias.

Mendras (1978) não caracteriza a sociedade camponesa de forma distinta de Wolf, elegendo cinco características que definem esse tipo de sociedade:

1. a autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades;
2. a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
3. um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção, e que tem relações com a economia envolvente;

4. uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e relações débeis com as coletividades circunvizinhas;
5. a função decisiva da mediação entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

De acordo com Mendras, esses cinco traços, ligados entre si, formam um modelo de coletividade que podemos denominar de comunidade rural. No entanto, essa relativa autonomia, bem como a integração parcial com o mercado, são aspectos das sociedades camponesas que não correspondem mais à realidade atual (WANDERLEY, 2000; ABRAMOVAY, 1992; SABOURIN, 2003 DUQUE & OLIVEIRA, 2003).

Esses estudos revelam que o camponês está cada vez mais integrado à sociedade e ao mercado, e que essa integração continua conflituosa, porém não descaracteriza completamente seu *modo de vida*. Há, também, o fato de indivíduos da cidade que foram morar no campo. Tanto a frequente inserção do camponês na cidade em busca de serviços e do mercado, quanto a ida dos cidadãos para o rural, modificaram a paisagem social, de modo que, atualmente, fica difícil verificar esta relativa independência. Sendo assim, entendemos que não há barreiras delineadas entre comunidade e sociedade.

O meio rural espelha hoje o perfil social de cada uma das sociedades modernas avançadas, nele predominando, conforme o caso, a classe média, os operários, ou ainda certas categorias especiais, tais como os aposentados. Se as relações com a vida urbana não permitem que se fale mais em situações de isolamento e oposição, parece evidente que a resistência no meio rural expressa cada vez mais uma escolha que não é outra senão, como afirma Mendras, uma escolha por um certo modo de vida (WANDERLEY, 2000, p. 134).

É a problematização desse modo de vida que interessa particularmente este trabalho. Será que a idéia de interdependência entre comunidade e sociedade abre caminho para uma redefinição do que sejam sociedades camponesas, seu modo de vida e, por conseguinte, do que seja a identidade do camponês? De que forma os principais autores da sociologia rural podem nos trazer elementos conceituais para compreender a atualidade?

Redfield (1960) inspirou-se na hipótese do etnólogo norte-americano Kroeber, que define o camponês por sua inclusão em uma sociedade envolvente, para formular o entendimento das sociedades camponesas como um tipo específico de sociedade parcial constituída por uma cultura parcial. Na sua definição de camponês são evidenciados o apego a terra, os laços que formam a tradição e o sentimento pelas pessoas e pelo lugar:

Chamei camponês quem tem ao menos estas características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção (their agriculture is a livelihood) e é um modo de vida e não um negócio visando lucro. Vê-se um camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento (REDFIELD, 1960 apud ABRAMOVAY, 1992, p. 108).

O entendimento de Kroeber e Redfield acerca das sociedades camponesas como uma *part-society with part-culture*, ou seja, como uma sociedade parcial constituída por uma cultura parcial, tornou-se insuficiente. Com o intenso intercâmbio do mundo rural com a sociedade envolvente, tem-se cada vez mais uma miscelânea de valores que influencia ambos os lados. Segundo Wanderley (2000), se a ideia de cultura parcial já era relevante quando era possível verificar a relativa autonomia da comunidade em relação à sociedade, com a penetração do mundo rural no urbano e do urbano no rural, não se pode, de forma alguma, pensar em cultura fechada e independente. No entanto, há um modo de vida camponês que é verificado com muita ênfase no afeto a terra, nas relações sociais de proximidade e na tradição (BRANDÃO, 1999; WANDERLEY, 2000; SABOURIN 2005; WOORTMANN, 1985; DUQUE & OLIVEIRA 2003).

Já Mendras (1974), levanta a questão do pertencimento e do interconhecimento como itens fundamentais na composição de uma comunidade rural. “O camponês vive toda a sua vida e todos os aspectos desta em uma coletividade local, pouco numerosa, que é uma sociedade de interconhecimento, isto é, ele ali conhece todo mundo e todos os aspectos da personalidade do outro” (MENDRAS, 1974, p. 15). Para ele, cada membro está ligado aos demais por uma forte relação bilateral de conhecimento global e possui consciência de ser conhecido do mesmo modo. O conjunto dessas relações forma um grupo ou uma coletividade.

Em Shanin (1980, p. 64), encontramos a ênfase na família e na cultura tradicional como responsáveis por um modo de vida específico. Ele descreve o



campesinato como uma entidade social com quatro facetas essenciais e interligadas: a unidade familiar como a unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra, uma cultura tradicional específica e diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais. Para ele, a comunidade rural pode ser entendida como:

Um grupo humano localizado territorialmente, o qual se une por laços de interação social e interdependência, por um sistema integrado de legitimação, de normas e valores, e pela consciência de ser distinto de outros grupos que são similares (SHANIN apud MENEZES, 1996, p. 58).

Wolf (1955) chama atenção para outro aspecto relevante: a questão da comunidade rural como entidade reguladora de uma conduta estabilizadora.

A comunidade nivela (...) as diferenças de riqueza que poderiam intensificar as divisões de classe no interior da comunidade em detrimento da estrutura corporativa e, simbolicamente, reassegura a força e a integridade de sua estrutura aos olhos de seus membros (WOLF, 1955, p. 458).

James C. Scott (1976) e Samuel Popkin (1979) acirram um debate sobre a conduta do camponês. O primeiro defende a postura de que o camponês possui uma conduta moral e o segundo de que o camponês não age a partir de valores coletivos, mas através do uso de sua razão instrumental.

Scott (1976) expressa em sua obra *“The moral economy of the peasant”*, baseada em Chayanov, Wolf, Moore e Shanin, uma economia e uma sociologia da ética da subsistência do camponês que se baseia no princípio de “segurança em primeiro lugar” ou risco mínimo, e na noção de justiça permeada na rede de reciprocidade que se baseia nas relações de parentesco, vizinhança e amizade, bem como na noção de subsistência como uma reivindicação moral.

A idéia básica sobre a qual meu argumento se fundamenta é tanto simples quanto, eu acredito, poderoso. Ele emerge de um dilema central e econômico das unidades camponesas. Vivendo próximo à margem da subsistência e sujeito as imprevisibilidades do clima e das demandas exteriores, a unidade camponesa tem pouca manobra para um cálculo de maximização do lucro da tradicional economia neo-clássica. Tipicamente, o camponês cultivador procura mais evitar um risco que poderá arruiná-lo do que tentar um grande investimento que pode ser arriscado e fatal. Em termos de processo de decisão, seu comportamento demonstra aversão ao risco, ele minimiza a probabilidade subjetiva de perda máxima (SCOTT apud MENEZES, 2004, p. 03).

Segundo Scott, o princípio de segurança em primeiro lugar se aplica a todos os camponeses e mais precisamente aqueles que vivem numa linha de subsistência. Scott não entende o mundo camponês tradicional como igualitário, longe disto, o autor põe em ação mecanismos redistributivos que se fundamentam num conjunto de normas, entre as quais se encontra a de que, em momentos de catástrofe, os mais ricos protegem os mais pobres. Sendo assim, é no interior das comunidades, nos padrões de controle social e reciprocidade que estruturam a conduta diária, que a ética da subsistência encontra expressão social (ABRAMOVAY, 1990).

Enquanto Scott parte de uma lógica segundo a qual o camponês assume uma postura anti-risco diante das adversidades, Popkin em "*The rational peasant*" afirma, categoricamente, que o cálculo camponês não tem uma lógica puramente defensiva. Com base no aporte teórico do individualismo metodológico, ele diz que o camponês calcula em termos de custo/benefício o conjunto de suas ações. Para Popkin, o camponês é capaz de investir e não deposita suas esperanças no sentido alheio de justiça e em seu cumprimento pela reciprocidade. O camponês monta suas estratégias a partir de seus interesses individuais, ele escolhe racionalmente as ocasiões em que investirá na comunidade ou em sua propriedade.

Os camponeses planejam e investem incessantemente, tanto no ciclo produtivo como em suas próprias vidas e atribuem grande prioridade aos investimentos da velhice. Além de decidir entre investimentos de curto e longo prazo, eles escolhem também, no curto e no longo prazo entre investimentos públicos e privados. Os camponeses, por um lado, decidem se vão investir em crianças, animais, terra e outros bens familiares ou individuais ou, por outro lado, se vão gastar seus excedentes através do 'village', em programas de seguro ou bem estar ou em melhoramento no 'village' (POPKIN, 1979, p. 423 apud ABRAMOVAY, 1990, p. 312-313).

Muitas críticas foram feitas às teorias de Scott e de Popkin. Quanto ao primeiro, umas das críticas mais contundentes afirma que sua teoria só se aplica em casos de camponeses inseridos em sociedades pré-capitalistas ou em situações atuais muito excepcionais. O sistema de solidariedade exposto por Scott coloca o camponês numa constante teia de subordinação e dominação a partir de uma conduta de aceitação voluntária da dependência.

Em suma, para Scott, a ação coletiva do campesinato, a aceitação voluntária de sua própria dependência, assim como a revolta contra a corrosão desta ordem desigual, mas solidária, fundamentam-se num código ético, cuja base material é a miséria e cujo resultado é a garantia de subsistência (ABRAMOVAY, 1990, p. 309-310).

Já o segundo, desvincula o camponês da rede de relacionamento de reciprocidade e da cultura da qual faz parte, percebendo-o como um indivíduo que apenas maximiza seus interesses e preferências (MENEZES, 2004).

É possível perceber que todas estas definições das sociedades camponesas e do camponês, se forem entendidas separadamente, possuem em si algumas limitações de ordem prática. Porém, de forma conjunta, elas nos oferecem elementos que ajudam a entender os principais aspectos do modo de vida e da identidade do camponês, a saber:

1. o sentimento de pertencimento e de interconhecimento;
2. a interdependência estabelecida entre os sujeitos;
3. o apego a terra, como lugar de vida;
4. a família como unidade básica de produção e consumo;
5. a cultura tradicional como responsável por um modo de vida específico voltado à reciprocidade e à solidariedade,
6. a comunidade rural como entidade coesa e reguladora;
7. o camponês como portador de conduta racional, porém permeada por uma lógica moral própria;
8. a inter-relação estabelecida entre a sociedade envolvente e a comunidade.

Os elementos, acima elencados nos fornecem os principais subsídios para adentrarmos na discussão sobre o modo de vida e a construção das identidades culturais na contemporaneidade. Vale lembrar que a comunidade rural camponesa e o camponês são aqui pensados como agentes sociais significativos que fazem parte dos processos sociais que atingem a sociedade de forma ampla.

## **1.2 A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E MODO DE VIDA**

Antes de falar sobre o modo de vida camponês, é necessário tecer algumas considerações sobre a relação existente entre as noções de cultura e modo de vida na perspectiva construída pela Sociologia e pela Antropologia.

O entendimento do que seria a cultura é alvo de discussão acirrada na Sociologia e, principalmente, na Antropologia desde o século XIX. Apesar da dificuldade que os antropólogos enfrentam para definir cultura, não se questiona a sua existência. A cultura se desenvolveu a partir da possibilidade da comunicação e da capacidade de fabricação de instrumentos, capazes de tornar mais eficiente o aparato biológico do homem (KROEBER, 1917).

Conforme Kroeber (1917), a cultura desenvolveu-se paralelamente com o próprio equipamento biológico humano e é, por isso mesmo, compreendida como uma das características da espécie, ao lado do bipedismo e de um adequado volume cerebral, uma vez que parte da estrutura humana, a cultura define a vida, e o faz não através das pressões de ordem material, mas de acordo com sistemas simbólicos variados (KROEBER, 1917; GEERTZ,1989; LARAIA ,2004; CUCHE, 2002).

Segundo Laraia (2004), a cultura constitui uma utilidade, serve como uma espécie de lente através da qual o homem vê o mundo e interfere na satisfação das necessidades fisiológicas básicas. Embora nenhum indivíduo possa conhecer totalmente o seu sistema cultural, é necessário ter informações mínimas para operar dentro do mesmo. Esse conhecimento deve ser compartilhado entre os membros de um dado grupo cultural de forma a permitir a convivência entre eles.

É através do processo de socialização ou endoculturação que o homem interioriza os elementos culturais de seu grupo. A herança cultural, portanto, é desenvolvida através de inúmeras gerações e sempre condicionou o indivíduo a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade (LARAIA, 2004; CUCHE, 2002, ROCHER,1971; GEERTZ,1989).

A socialização é o processo pelo qual, ao longo da vida, a pessoa aprende a interiorizar os elementos socioculturais do seu meio, integrando-os na estrutura de sua personalidade sob as influências de experiências e agentes sociais significativos (ROCHER,1971, p. 30).

O processo de socialização passa por dois momentos: a socialização primária ocorre na primeira fase da vida e, geralmente a família é responsável diretamente por esta; e a socialização secundária, que é a continuidade do processo ao longo da

existência do homem, se realiza através da inserção do indivíduo em seu grupo de forma mais ampla.

Vale ressaltar que cada cultura é um sistema único. Entender a lógica de um sistema cultural depende da compreensão das categorias constituídas pelo mesmo. Não existe cultura superior ou inferior, desenvolvida ou subdesenvolvida, melhor ou pior. Existem culturas diferentes (LARAIA, 2004).

Um dos mais citados conceitos de cultura foi o elaborado por Edward B. Tylor em 1871. Ele definiu cultura como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética.

Tomado em seu sentido ecológico mais vasto, é um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade (TYLOR 1871 apud CUCHE, 2002, p. 35).

Ainda no século XIX acirra-se a discussão sobre a noção de cultura e de civilização. Grosso modo, a cultura era relacionada aos aspectos subjetivos aprendidos e compartilhados – normas, valores, crenças, costumes – e civilização aos aspectos objetivos – tecnologia, utensílios, arquitetura, modo de produção.

No século XX, surge um cenário fértil na Antropologia que foi decisivo para unir o entendimento de cultura e civilização numa mesma noção: a de cultura, reunindo os objetos culturais subjetivos e os objetivos com parte de um mesmo processo.

Kroeber (1917), em seu livro “O superorgânico”, define a cultura como todo trabalho humano. Ele elencou os principais elementos encontrados em uma cultura:

- a cultura, mais do que a herança genética, determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações;
- o homem age de acordo com os seus padrões culturais. Os seus instintos foram parcialmente anulados pelo longo processo evolutivo por que passou;
- a cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos. Em vez de modificar para isto o seu aparato biológico, o homem modifica o seu equipamento superorgânico;

- em decorrência da afirmação anterior, o homem foi capaz de romper as barreiras das diferenças ambientais e transformar toda a terra em seu hábitat;
- adquirindo cultura, o homem passou a depender muito mais do aprendizado do que a agir através de atitudes geneticamente determinadas;
- é o processo de socialização que determina o comportamento do indivíduo e a sua capacidade artística ou profissional;
- a cultura é um processo dinâmico e acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo.

É fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas distintas. *Toda cultura pressupõe um modo de vida mínimo para se realizar.* Este modo de vida está relacionado às questões objetivas e subjetivas articuladas pelos indivíduos juntamente com seu grupo a partir da interação socioambiental. Assim, o modo de vida não é só concretamente construído e reconstruído. Ele também depende de como as relações sociais são estabelecidas cotidianamente.

Para Cucho (2002), a noção de cultura, compreendida em seu sentido vasto, remete-se diretamente ao modo de vida e de pensamento de um grupo. Se considerarmos a relação do indivíduo com o ambiente ecológico em que está inserido, é possível afirmar que este ambiente traz algumas barreiras ou limitações que o indivíduo deve observar. Mesmo diante de um contexto de globalização ou mundialização econômica, onde é possível consumir determinados alimentos e mercadorias de regiões específicas e até mesmo extremas, ou adaptar tecnologicamente o ambiente físico a um nível desejado, ainda assim, não podemos dizer que um indivíduo da Groenlândia tem a mesma relação ambiental que um ser da região semiárida do Brasil.

As estratégias de convivência com ambientes diferentes produzem diferenças, nem que sejam sutis, no modo de vida. Assim, modo de vida pode ser entendido como: o modo pelo qual os homens produzem seus meios de

subsistência, dependendo da natureza e dos meios que eles encontram e têm de reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado, simplesmente, como a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressarem suas vidas. Embora seja diretamente contemplado de forma objetiva pelo indivíduo, o modo de vida é entendido, significado e resignificado de maneira subjetiva. É o concreto pensado e refletido, incorporado valorativamente na cultura de um grupo.

Do ponto de vista da sociologia, uma das primeiras aproximações do tema com os conceitos de *way of life* – modo de vida – foi exposto por Morgan e retomado pelos teóricos criadores da economia política Marx e Engels em diversos escritos, entre os quais: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, os textos sobre formações sociais pré-capitalista e *O Capital*.

A expressão “modo de vida”, que de certa maneira antecipou o uso do conceito de cultura, aproxima-se do que define a organização econômica da sociedade – meios de produção – ao passo que sua relação com os aspectos simbólicos, na teoria marxista, seria retomada por Georg Lukács e Antônio Gramsci com sua aplicação aos estudos da vida cotidiana e cultura popular com sua diversidade de recursos simbólicos.

Geertz (1989), enumera algumas propriedades desta trama conceitual que envolve desde comportamento aprendido e transmitido através de gerações, aos sistemas simbólicos, produtos, artefatos elaborados e formas de adaptação ao meio ambiente ou organização social dos grupos humanos.

Então, na perspectiva da Antropologia Cultural, a cultura e o modo de vida se aproximam de que forma? Não deve-se confundir estas duas noções<sup>15</sup>, o modo de vida aqui é entendido como um aspecto cultural de um dado grupo social. Aspecto este que se realiza através da relação estabelecida pelos indivíduos entre o objetivo – natureza ecológica, modo de produção, economia – e o subjetivo – significação, valoração do que é materialmente construído. É a partir da relação entre a cultura e o meio material que o indivíduo é socializado, produzindo sua identidade cultural.

---

<sup>15</sup> Noção porque não há um conceito que de fato possa contemplar o que é a cultura e modo de vida de um grupo.

A questão é entender a relação entre cultura e modo de vida do camponês sem cair na armadilha de conceber as sociedades camponesas como realidades a parte. Claro que não existe uma única cultura camponesa que se aplica a todos os grupos que podem ser denominados de camponeses. Assim, é mais apropriado, então, falar de Sociedades Camponesas devido à heterogeneidade desses grupos (WANDERLEY, 2000).

Porém, é possível falar que existe um *ethos* camponês e que os grupos camponeses compartilham certas singularidades que lhes conferem um certo modo de vida, possibilitando a construção de identidades flexíveis. Mais uma vez, deve-se ressaltar que estas afirmativas devem ser vislumbradas de forma relativizadora, principalmente porque compartilhar aspectos específicos não significa possuir características sociais que possam conferir caráter de exclusividade a um dado grupo.

### **1.3 O DEBATE ACERCA DA IDENTIDADE, DA IDENTIDADE CAMPONESA: TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**

A palavra “identidade” é da raiz latina *idem*, cujo significado implica igualdade e continuidade. Segundo o Dicionário do Pensamento Social do Século XX, de Outhwaite e Bottomore (1996, p. 369): “*essa palavra tem uma longa história filosófica que examina a permanência em meio à mudança e a unidade em meio à diversidade*”. Na Idade Moderna, o termo é empregado especificamente para entender as questões relacionadas ao individualismo e à nova condição do sujeito diante das transformações sociais que marcaram a passagem do feudalismo para o capitalismo. No século XX, a palavra identidade foi popularizada, mais precisamente na década de 1950, nos Estados Unidos, quando várias obras literárias e peças teatrais registraram a pujante perda de significado da sociedade de massa e a posterior busca de identidade.

Durante este período, a palavra tornou-se amplamente utilizada em descrições dessa busca de determinar ‘quem a pessoa realmente é’. Tratando inicialmente das crises enfrentadas por negros, judeus, e minorias religiosas, ela foi, em última análise, generalizada para o todo da sociedade moderna (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996, p. 369).



As discussões sobre identidade logo chegaram ao debate das Ciências Sociais, principalmente na Psicologia e na Sociologia. Autores como Freud e Lichtenstein se debruçaram sobre a questão, entendendo que o indivíduo possui uma estrutura psíquica que contempla uma identidade contínua, embora conflitante. Entretanto, quem melhor desenvolveu a ideia de identidade foi o psico-historiador Erick Homburger Erikson. Para ele, a identidade de um indivíduo é construída a partir da interação de seu ser psíquico, interior, com a coletividade, exterior. Foi Erikson quem desenvolveu a noção de “*crise de identidade*” ao tratar de pacientes que perderam o senso de pertença e continuidade histórica durante a Segunda Guerra Mundial.

No caso da sociologia, a teoria da identidade está ligada ao Interacionismo Simbólico<sup>16</sup> a partir da teoria pragmática do “eu” de William James e de George Herbert Mead. Para James e Mead, a identidade se revela quando o indivíduo é capaz de dizer: *este é o verdadeiro “eu”*. O “eu” é a característica que só os seres humanos possuem que lhes permite ponderar de forma reflexiva sua natureza e o mundo social através da comunicação e da linguagem. Eles percebem o “eu” como um processo com dois momentos: o “eu” que é sabedor, interior, subjetivo, criativo e determinante; e o “eu mesmo” que é a fase mais conhecida, exterior, determinada socialmente. A concepção de identidade desses dois autores foi resgatada e ampliada por Ruth Benedict e Margaret Mead que através dos estudos culturais, por intermédio das descrições etnográficas densas das chamadas sociedades primitivas, centraram suas preocupações no entendimento de como se constituía a identidade do indivíduo. Mais uma vez tem-se a articulação entre um “eu” interior e um “eu” exterior. Neste caso, especificamente, há a predominância da influência da cultura na constituição da identidade.

Dentro dessa perspectiva, a cultura seria responsável pelo conteúdo da personalidade, a identidade pessoal se caracterizando como decorrência de uma estrutura, de um universo, que envolveria igualmente os membros de uma comunidade. Cada cultura representaria, portanto, um “padrão”, um todo coerente cujo resultado se realizaria na ação dos homens (ORTIZ, 2000, p. 68).

Um pouco depois, os representantes tardios do Interacionismo Simbólico, Erving Goffman e Peter L. Berger, revelaram que a identidade só pode ser entendida

---

<sup>16</sup> Ramo da Sociologia norte-americana, produto da Escola Sociológica de Chicago cujo principal representante foi George Herbert Mead.

como socialmente outorgada, socialmente sustentada e socialmente transformada. Os indivíduos constroem sua identidade pessoal a partir da cultura em que vivem através da interação do “eu” com os outros “eu” e com o substrato cultural (GOFFMAN, 2003).

A experiência norte-americana interacionista/culturalista é fundamentada num esforço de entender a identidade a partir da relação do “eu”, interior, com a cultura, exterior. Diferentemente das explicações da psicologia centrada no “ego”, no interior, é evidente a hegemonia de um todo cultural, culturas comunitárias ou nacionais, que geram identidades específicas e centradas, já que cada cultura é coesa e singular. Para Hall (2006), os interacionistas simbólicos são as figuras-chave na sociologia que elaboraram esta concepção "interativa" da identidade e do “eu”.

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2006, p.11).

A centralidade da identidade é recorrente na teoria social, criando, de acordo com Hall, a noção de sujeito possuidor de uma identidade fruto da interação do que está encerrado no seu ser com o que está fora de si, no exterior. Na concepção do interacionismo, “a identidade preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" - entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2006, p.11).

Para Ortiz (2000), a escola norte-americana parte de uma visão essencialista<sup>17</sup> do social. Ele chama para o debate Claude Lévi-Strauss e sua definição de identidade como um lugar virtual: “a identidade é uma espécie de lugar virtual, o qual nos é indispensável para nos referirmos e explicarmos um certo número de coisas, mas que não possui, na verdade, uma existência real” (LÉVI-STRAUSS, 1977, p. 332).

Não é possível ignorar a contribuição que o interacionismo simbólico ofereceu ao entendimento das questões pertinentes à identidade. No entanto, no mundo

---

<sup>17</sup> De um ponto de vista filosófico, o essencialismo remete para a crença na existência das coisas em si mesmas. Uma posição essencialista distingue-se facilmente de uma posição dialética: a primeira pressupõe a reflexão de uma coisa em si mesma, a segunda privilegia a reflexão de uma coisa em relação com outras discutidas em confronto com outras qualidades e com outras coisas. O oposto do essencialismo filosófico é o relativismo.

atual, não é cabível contemplar uma comunidade ou uma sociedade unificada, centrada na ideia de nação e identidade nacional, como descartava a ideia de identidade dos interacionistas. Para alguns autores, vivemos um momento de dissolução da noção do estado-nação<sup>18</sup> e dos valores que dele deveriam emanar. Para outros, esse nunca passou de uma ideia, uma ficção, “comunidades imaginadas” (HALL, 2006). Portanto, alega-se que hoje se vive uma profunda crise do estado-nação e da identidade a ele inerente.

Mas, como compreender a construção da identidade dos indivíduos na contemporaneidade? Em que medida essa compreensão ajuda a entender os lugares e os papéis sociais desempenhados pelos sujeitos nas sociedades atuais? Que implicações teóricas e conceituais amparam o entendimento dessa nova realidade? Será que realmente a identidade está em crise? Para tentar amenizar estas inquietações, é necessário valer-se das reflexões que alguns autores teceram sobre a questão da modernidade e da identidade na contemporaneidade, em especial: Anthony Giddens, Stuart Hall, Zygmunt Bauman e Manuel Castells.

**Anthony Giddens** problematiza a questão da identidade em vários momentos de sua obra, principalmente no livro intitulado “*Modernidade e identidade*”. Para Giddens, a problemática da identidade está diretamente ligada à questão do entendimento da modernidade e suas implicações. Seguindo à contramão da orientação de vários autores que nomeiam a sociedade contemporânea de pós-moderna ou pós-industrial, ele prefere a terminologia “alta modernidade”, para indicar que os princípios dinâmicos da modernidade ainda se encontram presentes na realidade atual, como a separação de tempo e espaço.

Na Modernidade, tempo e espaço não correspondem mais à mesma unidade indissociável característica das sociedades tradicionais. Esta unidade foi rompida por mudanças sociais de várias naturezas: nos meios de transporte – aviões, trens, carros, navios, permitem que num curto intervalo de tempo indivíduos e objetos possam ser locomovidos para longas distâncias; – nos meios de comunicação – o sistema de rádio, a internet e o telefone, possibilitam o diálogo em tempo real entre

---

<sup>18</sup> O Estado-nação é entendido como um território delimitado e composto por um governo e uma população de composição étnico-cultural coesa, quase homogênea, sendo esse governo produto dessa mesma composição. Para Hall, Giddens, Bauman, Castells, o Estado-nação é um projeto iluminista que nunca se realizou na prática, pois a pretensa unidade de uma cultura nacional regida por um Estado envolvente nunca aconteceu na história das sociedades ocidentais.

peças que estão fisicamente distantes umas das outras; – no sistema financeiro global – cujos fluxos financeiros são mantidos e utilizados de forma global e não localizada. Estas transformações ainda estão muito fortes na atualidade. Daí a preferência do autor pela denominação de “alta modernidade”. Pois, ele considera que a modernidade não se esgotou e, portanto, não surgiu uma nova ordem: pós-moderna.

De acordo com a teoria de Giddens, a separação entre tempo e espaço é a condição principal para o processo de desencaixe das instituições sociais. O “desencaixe” é o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço, fenômeno que serve para abrir múltiplas possibilidades de mudança liberando os sujeitos dos hábitos e das práticas locais.

Outra transformação ocorreu, segundo Giddens, no campo da reflexividade. “A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação sobre essas próprias práticas, alterando assim seu caráter.” (GIDDENS, 1994, p.45). Nas sociedades tradicionais, a tradição era valorizada porque perpetuava a experiência de gerações. A reflexividade existia subordinada às tradições. Com a transição para a sociedade moderna, a reflexividade ganha um caráter diferente, “ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si.” (GIDDENS, 1993, p. 45).

Assim, a reflexividade é institucional precisamente por ser uma forma de pensar intrínseco ao período histórico moderno, às instituições modernas. Ela também é social por ser um modo de vida. Então, para se reproduzir, o sistema dá autonomia aos sujeitos, obriga que estes façam escolhas. Mas, quando o sistema interpela o sujeito, acaba por possibilitar transformações significativas na vida pessoal e até mesmo na vida pública de cada um.

A reflexividade da modernidade revela o contraste ainda existente entre o tradicional e o moderno. Pois, a modernidade reflexiva ainda é um processo em construção em que os sujeitos encontram-se livres para escolher se querem ou não estabelecer laços tradicionais. Neste sentido, a escolha da tradição é vista como um empecilho para o desenvolvimento do sujeito na medida em que impõe alguns valores e tipos de conduta, barrando o desenvolvimento da nova reflexividade.

Giddens argumenta que nas sociedades tradicionais, a identidade social dos indivíduos é limitada pela tradição. Para ele, a modernidade é caracterizada como uma ordem pós-tradicional, pois ela rompe com as práticas e preceitos preestabelecidos, enfatizando o cultivo das potencialidades individuais que oferece ao indivíduo uma “*identidade móvel*”, mutável. Na modernidade, o “eu” torna-se, cada vez mais, um projeto reflexivo, pois diante do enfraquecimento da tradição, revela-se, para o indivíduo, um mundo de diversidade, de possibilidades abertas, de escolhas. O indivíduo passa a ser responsável por si mesmo. O rompimento, ainda que parcial, com uma ordem tradicional, ao mesmo tempo em que promove uma certa autonomia pessoal, retira também uma sensação de firmeza das coisas, podendo constituir-se em grande fonte de ansiedade e perda da confiança por parte do indivíduo.

Segundo Giddens, as transformações na “autoidentidade” e a globalização são os dois pólos da dialética do local e do global na “alta modernidade”. Para ele, “mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude” (GIDDENS, 2002, p.36). O autor ressalta ainda que na alta modernidade experimenta-se, pela primeira vez na história da humanidade, um inter-relacionamento global entre o “eu” e a “sociedade”.

Diante desse novo contexto social e individual da “alta modernidade”, para articular a política-vida<sup>19</sup> ou o novo estilo de vida, é necessário a construção de uma autoidentidade móvel que ofereça a autonomia necessária para que o indivíduo possa se relacionar com as novas condições do todo social e com os outros indivíduos a nível global e local. A autoidentidade passa pela ideia de que o “pessoal é político”, pois agora o indivíduo é capaz de tomar decisões que derivam da liberdade de escolha. Nesta perspectiva, a identidade é construída a partir da criação de formas moralmente justificáveis de vida que promovam a autorrealização no contexto da interdependência global (GIDDENS, 2002).

---

<sup>19</sup> Novo estilo de vida característico da “alta modernidade” que permite a construção de um novo tipo de identidade, flexível e autônoma, oferecendo aos sujeitos os mecanismos necessários para enfrentar as incertezas da “alta modernidade”.

**Stuart Hall** trata do tema identidade principalmente nos livros: *Da diáspora: identidades e mediações culturais* e *A identidade cultural na pós-modernidade*. Para o autor, a identidade está sendo extensamente discutida na teoria social sob o argumento de que vivenciamos uma “crise de identidade”, pois as velhas identidades que estabilizavam o mundo social declinaram e em seu lugar surgiram novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como um ser unificado (HALL, 2003).

Hall discute a questão da identidade cultural na chamada “modernidade tardia”, avaliando se existe realmente uma “crise de identidade”, em que consiste esta crise, e em que caminho ela está indo.

Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall inicia sua argumentação, sobre a questão da identidade, expondo três concepções diferentes acerca do entendimento da identidade, o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno, a saber: o sujeito do Iluminismo – baseado na compreensão de pessoa humana como um “indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 2006, p. 10). O centro desse sujeito, a identidade, é um núcleo interior que surge com seu nascimento e permanece o mesmo ao longo de sua existência. Já o sujeito sociológico é aquele que ainda possui um núcleo interior, o “eu”, formado e modificado a partir da interação contínua com o mundo cultural que lhe é exterior. Assim, a identidade do sujeito é formada e reformulada por processos complexos de socialização que são produzidos através da relação do intrínseco, “eu”, com o extrínseco, sociedade. Por fim, o sujeito pós-moderno que não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente (HALL, 2006).

A mudança conceitual do sujeito do iluminismo para o sujeito pós-moderno demonstra que o sujeito foi descentrado, não mais portando uma identidade fixa e estável. O sujeito, na modernidade tardia, é resultado de identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas. Para Hall, essa mudança pode ser percebida nos níveis conceitual, social, cultural e individual.

Segundo Hall, o entendimento da questão da identidade está diretamente relacionado com essas mudanças ocorridas na modernidade tardia por intermédio da crise das culturas nacionais e pelo processo de globalização. As sociedades modernas são passíveis de mudanças constantes, isto é o que as distingue das

sociedades tradicionais. Esta peculiaridade atinge diretamente a identidade cultural deslocando-a do seu centro.

O argumento do autor é que a globalização produz impacto sobre a identidade porque altera as relações de espaço-tempo no interior de todo o sistema de representação próprio da modernidade – escrita, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação. Como a identidade está, de acordo com Hall, profundamente envolvida com o processo de representação, ela é igualmente atingida pelas mudanças. “Assim, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (HALL, 2006, p. 71).

Hall afirma que a identidade não é definida biologicamente e sim historicamente. Para ele, o indivíduo assume identidades diferentes em diferentes momentos de sua vida. Em *Da diáspora*, o autor argumenta que, além da tentativa das culturas nacionais em criar uma identidade unificada, é comum o indivíduo inventar uma “*narrativa do eu*” que indica uma identidade unificada, ou seja, o sujeito constrói uma história cômoda sobre si mesmo, a partir de uma linearidade de acontecimentos desde seu nascimento, dando-lhe a impressão de ser portador de uma única identidade (HALL, 2003).

Esta sensação de identidade unificada, sentida pelo indivíduo, é cada vez mais atingida pelas mudanças ocorridas na modernidade tardia. Na medida em que os sistemas de significação e representação cultural sofrem alterações e se multiplicam, os indivíduos são confrontados a uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais eles podem se identificar temporariamente (HALL, 2006).

**Zygmunt Bauman** esclarece a idéia de identidade, mencionada constantemente em seus escritos, numa entrevista concedida ao jornalista italiano Benedetto Vecchi. Para Bauman, a questão da identidade na contemporaneidade está diretamente ligada à concepção de “modernidade líquida”: resultado das transformações provocadas pelos processos sociais oriundos da própria modernidade, responsáveis pela passagem de uma modernidade “pesada” e “sólida” – ancorada em uma ordem social durável, de estruturas cognitivas sólidas e valores estáveis – para uma modernidade “fluida” e “líquida” – cuja característica principal é

a mutabilidade constante que provoca a fluidez das relações e do todo social (BAUMAN, 2001).

A “modernidade líquida” provocou transformações significativas na condição humana. O indivíduo não tem como se apoiar na rigidez das estruturas sociais, nos valores estáveis outrora promovidos pelo estado, trabalho, família, religião. Nesse novo momento, a época “líquido-moderna”, o indivíduo é livremente flutuante, desimpedido, o que implica a necessidade de adquirir a habilidade de abandonar hábitos rapidamente. Assim, como o indivíduo, a identidade agora se encontra deslocada do que se acreditava ser seu eixo, o pertencimento a uma nação ou a uma “comunidade-cabide”<sup>20</sup>.

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda vida, são bastante negociáveis e renegociáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para “identidade” (BAUMAN, 2005, p. 17).

Segundo Bauman, a “modernidade sólida” se fundou num projeto sistêmico e unificador de territórios, de culturas e de identidades. A crise do Estado-Nação e da ideia de identidade nacional, oriunda da “modernidade líquida” provocou, respectivamente, a crise do pertencimento e da identidade sólida.

A ideia de identidade nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia (BAUMAN, 2005, p. 26).

Bauman não expõe um conceito de identidade, isto seria incoerente com a ideia de “fluidez”, de “liquidez”, já que não se pode falar de identidade única e sim, de identidades construídas e reconstruídas, negociadas e renegociadas. Para ele, a questão da identidade pode ser compreendida como um processo que não pode ser captado a partir dos instrumentos metodológicos tradicionais; este processo identitário só pode ser apreendido através de uma reflexão que o considere como um elemento da transitoriedade e da mutabilidade da era “líquido-moderna”.

---

<sup>20</sup> Segundo Bauman, comunidades-cabides são comunidades que oferecem um seguro coletivo contra as incertezas e as inseguranças individualmente enfrentadas.



**Manuel Castells** é autor do livro “*A era da informação: economia, sociedade e cultura*”. A obra é dividida em três volumes: *A era da informação*, *O poder da identidade* e *Fim de milênio*, respectivamente. A questão da construção da identidade encontra-se presente em toda obra, associada a temas que indicam profundas transformações no final do último milênio. Assim, o autor discute a globalização, a revolução da tecnologia da informação, a reestruturação do capitalismo, a crise no Estado-Nação e as transformações culturais.

É no “*Poder da identidade*” que aparece explicitamente a discussão sobre a identidade cultural. Para Castells, duas tendências conflitantes moldam o mundo de hoje: a globalização e a identidade. Seu argumento é construído a partir da ideia de que a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do sistema capitalista originaram uma sociedade em rede amparada pela globalização de atividades econômicas, pela flexibilidade e a instabilidade do trabalho e pela virtualidade real da cultura. No entanto, estas transformações produziram, contraditoriamente, uma onda poderosa de expressões de identidade coletiva.

As expressões de identidade coletiva incorporam “movimentos de tendência ativa voltados à transformação das relações humanas em seu nível mais básico, como, por exemplo, o feminismo e o ambientalismo” (CASTELLS, 2008, p. 18). Entretanto, incluem também movimentos identitários de resistência às transformações em defesa da religião, da família, da etnia, da nação, enfim, das categorias fundamentais da existência humana.

Na obra de Castells, a identidade aparece como um poderoso instrumento de resistência às tentativas generalistas da sociedade em rede. A questão é que, enquanto a sociedade se globaliza, explicitam-se as heterogeneidades regionais e culturais. Estas diferenças são visivelmente percebidas através das expressões de identidade coletiva expostas em movimentos políticos, *Zapatistas* no México, movimentos religiosos, as várias formas de fundamentalismo, movimentos sociais, como o ambientalismo, etc.

Assim, o autor deixa claro que a identidade é “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual(ais) prevalece(em) sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2008, p. 22).

Castells segue sua definição de identidade diferenciando-a da noção de papéis sociais. Para ele, os papéis (ser mãe, trabalhador, vizinho, jogador de futebol) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. Enquanto que, as identidades “constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 2008, p. 23). Vale ressaltar que a construção social da identidade sempre ocorre *em um contexto marcado por relações de poder*.

Assim, o autor estabelece uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades coletivas: identidade legitimadora, de resistência e de projeto.

A identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, na intenção de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. Já a identidade de resistência é construída por atores que se encontram em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pelo poder dominante. Por fim, a identidade de projeto ocorre “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2008, p. 24).

A mudança significativa no processo de construção pode ser percebida através do rumo diverso que ela assume nos dias atuais. Enquanto que no limiar da idade moderna a identidade era construída com base em sociedades civis, atualmente ela se estrutura através da resistência à tentativa de homogeneização da sociedade em rede.

Giddens, Hall, Bauman, Castells, sem dúvida, são autores que produziram concepções teóricas diferenciadas. Porém, eles nos oferecem um rico referencial ao nível da problematização do que seja a sociedade contemporânea em seus vários aspectos, principalmente no tocante à inter-relação entre o social e o individual. Embora cada um exponha à sua maneira esse novo contexto, há alguns elementos levantados por eles que são comuns, como:

- o entendimento de que atualmente a humanidade presencia um novo contexto histórico que rompe com algumas características

das sociedades tradicionais, especialmente no que diz respeito às noções de tempo-espaço;

- a relação do global com o local;
- a (des)centralidade da identidade dos sujeitos.

Para esses autores, não há uma separação nítida entre indivíduo e sociedade, portanto a identidade cultural só pode ser construída e articulada a partir da relação do sujeito com o todo social. Mas, não se trata de um determinismo do social, muito pelo contrário, a sociedade e o indivíduo fazem parte dos processos históricos que os forjam. Assim, conclusivamente, se são notórias as transformações que a contemporaneidade enfrenta, também, é necessário que a teoria social conceba que estas transformações também ocorrem ao nível individual.

Nesse sentido, os autores mencionados oferecem, em nível de problematização e conceituação, elementos que podem ajudar a localizar a discussão acerca da identidade dos sujeitos na contemporaneidade. Quanto à construção da identidade do camponês, o debate acima descrito é esclarecedor, isto porque o camponês é aqui entendido como um sujeito contemporâneo, incluído na onda de transformações sociais que assolam nossos tempos. Não é intenção deste trabalho, optar por um dos autores, acima mencionados, nem escolher qual o melhor ou mais apropriado conceito de identidade. A ideia consiste em demonstrar esse debate para juntamente com a contribuição da sociologia e antropologia rural tentar compreender a identidade social desse ator.

A compreensão, aqui revelada, é que as sociedades camponesas possuem, como qualquer grupo social, as particularidades que as identificam e identificam seus membros, gerando certo modo de vida e identidades culturais específicas. Mas, a especificidade não as desloca do tecido social geral. Portanto, elas não podem mais ser entendidas como uma organização social aquém dos processos sociais e das transformações ocorridas na contemporaneidade. Assim, a visão do camponês como um ator social estático, parado no tempo e no espaço, portador de uma identidade cultural única e sólida não corresponde à realidade social e cultural em que ele está inserido na atualidade.

Ser identificado como camponês encerra o sujeito que compartilha certo modo de vida numa jaula conceitual criada e valorizada pelos literários, pesquisadores, gestores da coisa pública, mais do que por esses próprios sujeitos sociais. No Brasil, historicamente, o indivíduo que habita o campo foi nomeado de diversas maneiras pela literatura, livros didáticos, obras científicas, políticas públicas, movimentos religiosos, etc. Não é incomum a qualificação dos sujeitos do campo a partir do que é considerada sua forma contrária: a representação dos sujeitos que vivem na cidade. Assim, às vezes, a cidade é entendida como o lugar do desenvolvimento, dos avanços tecnológicos, da modernidade e o campo como sendo algo pitoresco, atrasado, tradicional. Outras vezes, a cidade é o lugar da violência, da despersonalização, do individualismo, do egoísmo e o campo, ao contrário, o paraíso idílico, de interconhecimento, da cooperação, da solidariedade e da reciprocidade.

Não importa qual a qualificação, para alguns segmentos da sociedade, o campo é quase sempre colocado como sendo o oposto da cidade e a identidade dos sujeitos do campo como sendo diferente dos sujeitos da cidade (CHAYNOV, 1981; REDFIELD, 1960; MARX, 1974). Como foi demonstrado anteriormente, é recorrente o entendimento de que o campo pode ser compreendido como constituindo uma sociedade a parte envolvida pela grande sociedade. Portanto, é possível afirmar que as sociedades camponesas são caracterizadas como o lugar da tradição e as sociedades envolventes como o lugar da modernidade. Será que a realidade social que envolve o campo e a cidade ocorre assim de forma oposta e simplificada? Ou, seria melhor perceber cidade e campo como aspectos de uma mesma realidade, qual seja: dos processos sociais que envolvem as sociedades atualmente?

As pesquisas realizadas por estudiosos que se dedicaram à realidade social do campo no século XX, no Brasil e no mundo, evidenciam que há especificidades que diferenciam o modo de vida do campo do modo de vida da cidade. Em 1950, Eric Wolf demonstrou que era preciso revisitar determinados elementos da concepção de tradição, para analisar sociedades camponesas inseridas nos processos de modernização. Referindo-se às novas condições sociais do camponês, ele formulou a expressão “*a contemporaneidade do não contemporâneo*” (WOLF, 2003). Para o autor, o camponês seria um ser social deslocado do atual momento histórico.

Ao contrário do que afirma Wolf, o camponês é um ser contemporâneo que compartilha, como qualquer sujeito, os processos sociais da contemporaneidade. Portanto, os estudos sobre as sociedades atuais e a identidade cultural dos sujeitos desenvolvidos por Giddens, Hall, Bauman, Castells, podem ajudar a problematizar o entendimento das sociedades camponesas como realidades tradicionais a parte e o camponês como portador de uma identidade centrada num “eu” único e indivisível construído sócio-culturalmente.

Segundo os autores acima citados, o movimento de transformação ocorrido na atualidade atinge as sociedades como um todo. Então, é possível afirmar que as sociedades camponesas também fazem parte de uma das características mais marcantes da “*alta modernidade*”, “*modernidade tardia*” ou da “*modernidade líquida*”, a saber: o processo de globalização; no tocante à inter-relação entre *o global e o local*, ao redimensionamento entre *o tempo e o espaço* e, conseqüentemente, à *descentralização da identidade cultural dos indivíduos*.

Não é mais possível pensar *o local* isoladamente do *global*, as interfaces entre estas duas esferas, que nas sociedades tradicionais eram nitidamente separadas, constituem hoje uma realidade dada. As sociedades camponesas foram envolvidas pelos processos sociais da contemporaneidade, porém guardam em si alguns elementos da tradição. Isto não é uma simples ambigüidade, como afirma Giddens (1999), no mundo moderno ainda se encontram elementos da tradição. As sociedades camponesas são permeadas por aspectos do tradicional que na maioria dos casos se mesclam com as características da modernidade. O camponês, muitas vezes, articula sua rede familiar de reciprocidade para otimizar sua produção, ao mesmo tempo que utiliza elementos da racionalidade instrumental, maximização do lucro, ao comercializar seus produtos no mercado capitalista.

A articulação feita pelo camponês entre o tradicional e o moderno não se dá apenas pela inserção do camponês no mercado capitalista ou pelo acesso dos indivíduos aos serviços e políticas públicas, é algo mais complexo que passa, inevitavelmente, por aspectos políticos e ideológicos que põem qualquer indivíduo em conexão com os outros indivíduos em escala global.

Outro aspecto a ser considerado é que as transformações da relação entre *o tempo e o espaço* sofreram significativas mudanças. Atualmente, não é possível afirmar que o tempo e o espaço são unidades indissociáveis, pois as distâncias entre

territórios e sujeitos assumiram um “deslocamento” ou um “desencaixe” devido a avanços tecnológicos que encurtam as distâncias e minimizam o tempo relativamente necessário para se estabelecer conexões e relações entre indivíduos em diferentes localidades (GIDDENS, 1999).

Não é incomum o intercâmbio de experiência entre sujeitos de localidades antes consideradas remotas e indivíduos que habitam o considerado centro da sociedade capitalista. Esta conectividade pode ser estabelecida de diversas maneiras: através dos meios de comunicação (internet, telefone, televisão),

Todas as transformações ocorridas na atualidade alteraram diretamente a intimidade dos sujeitos e conseqüentemente suas identidades. Não é mais possível entender a relação dos indivíduos com a sociedade e dos indivíduos entre si, se não for considerada a descentralização ou fragmentação do centro duro do “eu” antes considerado como o formador da identidade individual (GIDDENS, 1993; HALL, 2006; BAUMAN, 2005; CASTELLS, 2008).

É necessário que os sujeitos articulem identidades “móveis, fragmentadas, descentralizadas” para que possam estabelecer a conectividade de que as relações sociais necessitam (GIDDENS, 2002; HALL, 2006; BAUMAN, 2005). Neste sentido, o camponês também carece desses recursos para interagir socialmente. Partindo deste pressuposto, é possível compreender a identidade do camponês e suas peculiaridades, que são especificidades de um ser contemporâneo fruto dos processos sociais que atingem a modernidade. Portanto, ao adentrar nesses processos, que envolvem o mercado capitalista, a interação da comunidade local com o mundo global, o acesso a serviços públicos e paridade social, o camponês não deixa de ser camponês, embora não possua uma identidade cultural centralizada a partir de uma cultura particularizada – se é que esta identidade algum dia existiu – ao contrário, essas características apenas reforçam a ideia de que ele é um sujeito da contemporaneidade e deve ser tratado como tal.

Diante do contexto histórico que vem sendo produzido, é possível afirmar que aquele sujeito identificado ou autoidentificado como camponês é obrigado a sair de sua “*comunidade-cabide*”, como afirma Bauman, para se relacionar com o todo social de forma integrada. Desta forma, ser camponês é apenas uma identidade articulada por esse sujeito em sua ação individual e social, pois ao longo de sua

trajetória contemporânea, tem que assumir, como qualquer sujeito da atualidade, *múltiplas identidades* (HALL, 2006).

Diante da argumentação acima exposta fica evidente que as transformações que marcam o momento histórico da atualidade são gerais. Não é possível estudar um grupo social contemporâneo sem que esse contexto seja levado em consideração. Vale salientar que a complexidade no momento requer uma abordagem que pondere a contribuição de diversos campos teóricos. Assim, optar por um autor ou conceito para estudar a relação entre tradição/modernidade e as identidades dos sujeitos, é o mesmo que desconsiderar as múltiplas faces que as sociedades e os indivíduos assumem na realidade empírica.

#### **1.4 ASPECTOS SOBRE COOPERAÇÃO E AÇÃO COLETIVA**

O contexto sociopolítico e cultural que envolve Mandacaru tem sido, nos últimos tempos, atingido por inúmeras práticas coletivas que ajudaram a criar um conjunto sistemático de ações que podem ser consideradas ações coletivas. Destarte, compreender alguns aspectos que envolvem o debate acerca da ação coletiva é tão importante, para este trabalho, quanto foi discutir a cultura, o modo de vida e a identidade cultural do camponês. Logo, torna-se necessário expor alguns aspectos conceituais sobre a discussão da ação coletiva.

Desde o início da década de 1990, pesquisas desenvolvidas a partir do cruzamento de teorias da economia e da sociologia têm apresentado resultados importantes para a reflexão sobre a ação coletiva. Elas tratam da forma como os indivíduos atuam em grupo e de como suas preferências e interesses pessoais podem não ser determinantes para sua ação na dimensão do coletivo.

Segundo Olson (1999), em problemas envolvendo tomadas de decisões, indivíduos decidem sobre sua participação numa ação coletiva determinados por fatores que não se reduzem a seus próprios interesses e preferências. Outro aspecto correlato é o da adesão dos indivíduos às inovações (ideias, comportamentos, regras...), fato que não depende exclusivamente de preferências pessoais, mas requer, além disso, uma negociação dentro da dinâmica do coletivo no qual estão inseridos.

As lógicas individuais parecem não se prolongar naturalmente numa lógica coletiva. O fato de indivíduos estarem em grupo não significa que haverá entre eles tal sinergia de ideias que resultará numa ação conjunta. Estes são apenas alguns dos aspectos que apontam para uma espécie de *assimetria* entre a dimensão do *indivíduo* (com suas preferências e interesses) e aquela do *coletivo*, onde os indivíduos são convocados a agir, decidir, adotar comportamentos não apenas em função de si mesmos, mas também conjuntamente.

Não é fato que só porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal, eles agirão para atingir esse objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas nos seus próprios interesses (OLSON, 1999, p. 05).

Conhecer uma dessas duas dimensões, individual e coletiva, não necessariamente nos garante compreender a outra. Superar essa distância é o que deve mobilizar esforços para entender como se dá a relação entre ação individual e ação coletiva e, como a ação dos indivíduos reunidos em grupo pode facilitar ou emperrar a cooperação. Para tanto, vale destacar algumas observações feitas pelos pesquisadores ligados à teoria da escolha racional e da ação coletiva. Estes teóricos partem do pressuposto básico de que:

O fracasso em se estabelecer a cooperação entre indivíduos com vista a alcançar um benefício comum não é necessariamente um sinal de ignorância ou irracionalidade. Ao contrário, é justamente porque os indivíduos tendem a agir racionalmente na busca de garantir seus melhores interesses que sua ação individual pode colocar em xeque os interesses da coletividade (CUNHA, 2004, p. 55).

Em trabalho<sup>21</sup> anterior, mostrei como a teoria da escolha racional entrou nas ciências sociais a partir da economia, como resultado dos trabalhos pioneiros de Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, George Stigler e Mancur Olson. Embora estes autores possam ter discordado entre si em inúmeros aspectos, todos adotaram uma interpretação particularmente materialista da teoria da escolha racional. Para todos eles, os agentes sociais estariam interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades e sujeitas a estrangimentos de recursos materiais. Todas as teorias resultantes se estruturam da mesma forma: as escolhas feitas pelos

---

<sup>21</sup> Oliveira (2006).



indivíduos devem ser explicadas em termos da variabilidade dos constrangimentos materiais enfrentados por eles.

Esta abordagem é caracterizada pela concepção de que a vida social deve ser explicada por meio de modelos de ação individual racional. A racionalidade é entendida neste caso, em termos utilitários, como uma questão de maximizar a satisfação das preferências do indivíduo. O pressuposto da racionalidade individual não implica a racionalidade do comportamento coletivo. Pois, preferências individuais não podem ser normalmente agregadas em uma estrutura de preferência coletiva bem definida (URRY, 1996).

Assim, a teoria da escolha racional parte de algumas proposições: a premissa da *intencionalidade* – na qual o indivíduo age intencionalmente e cujas práticas referem-se a finalidades e objetivos; da *racionalidade* – onde o indivíduo possui planos coerentes e tenta maximizar os benefícios e minimizar os custos das suas ações; da *incerteza* e do *risco* – geralmente os indivíduos possuem informações imperfeitas que podem colocá-los em situação de riscos; expostos aos riscos, eles são capazes de calcular a ‘utilidades esperada’ ou o ‘valor esperado’ de cada ação; por fim, das escolhas interdependentes e estratégicas.

Para Elster (1986), a teoria da escolha racional tem uma visão excessivamente simplista do agente: não leva em consideração o altruísmo e outros elementos. Outra crítica é que a racionalidade humana é uma questão de projetos de autoedificação a longo prazo e não só de maximização a curto prazo.

O termo *ação coletiva* foi difundido por Mancur Olson (1999) em sua famosa obra *A lógica da ação coletiva*, que o utilizou para discutir o comportamento típico de um indivíduo que age segundo seu próprio interesse, buscando sempre maximizar seu benefício pessoal dentro de associações. Ele emprega o jogo do dilema do prisioneiro<sup>22</sup>, com a finalidade de analisar a natureza da ação coletiva. A contradição do jogo é que, se cada prisioneiro buscar seu próprio interesse isoladamente, então todos obtêm um resultado subótimo, menos satisfatório do que se lhes tivesse sido possível colaborar um com o outro e sacrificar esses interesses individuais. Segundo

---

<sup>22</sup> Dois prisioneiros, suspeitos de terem colaborado num crime, são colocados em celas separadas. A polícia diz a cada um que será libertado se denunciar o outro e este não o denunciar; se denunciarem um ao outro, ambos receberão três anos de reclusão; se um não denunciar o outro, mas o outro o denunciar, será condenado a cinco anos; se nenhum denunciar o outro, a polícia tem provas suficientes para mandar cada um à prisão por um ano.

Urry (1996), “Olson generaliza essa situação para toda e qualquer organização que tentar mobilizar um grande número de indivíduos movidos por interesses próprios” (URRY, 1996, p. 02).

Olson chama a atenção para o problema do *free rider* ou “carona” que obtém os benefícios de um bem coletivo sem incorrer nos custos da sua provisão. Se existirem *free riders* em excesso, o bem coletivo não poderá ser alcançado. Este argumento indica que só porque todos os membros de um grupo partilham de um interesse comum, não se segue necessariamente, que eles se organizarão na busca deste interesse.

A argumentação de Olson segue a seguinte linha de raciocínio: primeiro é preciso admitir que, por mais variados que possam ser os desejos humanos, eles podem ter pontos em comum; num segundo momento, os homens reconhecem ter interesses comuns, o que Marx chamaria de adquirir “consciência”; a partir destes interesses comuns, os homens planejam uma atuação coordenada para alcançá-los. Esta atuação coordenada, que tem origem num reconhecimento consciente de interesses comuns, recebe o nome de ação coletiva. É importante ressaltar que a ação coletiva é, portanto, composta por ações racionais - com referência a fins ou a valores (WEBER, 1999).

Para ser classificada como coletiva, a ação não precisa ser executada diretamente por todos os membros da organização. Uma greve não deixará de ser ação coletiva (ainda que tenha sua eficácia diminuída), se uma parte dos trabalhadores não aderir a ela. Em outros casos, se a organização contar com uma equipe de apoio, uma burocracia, algumas tarefas de interesse coletivo podem ser transferidas para o(s) ocupante(s) de cargo(s) naquela equipe, que ao realizá-las estarão representando uma ação coletiva.

Olson estabelece três situações teóricas em que os indivíduos podem estar frente à ação coletiva: a primeira é aquela em que os membros do grupo não adquiriram consciência do interesse comum, ou já o fizeram, mas avaliam que os custos da ação são maiores que os benefícios que ela trará. Este é um grupo latente, onde a possibilidade de ação coletiva é nula. A segunda situação é aquela em que os membros já compartilham objetivos, mas os custos para sua obtenção são da mesma intensidade que os benefícios que ela trará. São grupos semiorganizados, onde a possibilidade de ação é baixa. Na terceira situação os

benefícios da ação são maiores que seus custos. Esse grupo social com alta possibilidade de ação coletiva é denominado organizado.

Olson afirma ainda que, no limite, o tamanho da organização determina a possibilidade de ação coletiva. Em grupos muito extensos, uma vez que o benefício desejado pode ser obtido apenas com a ação de uma parte de seus membros, e que se ele for alcançado será compartilhado com todos, esses membros tendem a considerar sua participação individual como dispensável e preferem esperar confortavelmente sem se manifestar. A grande extensão do grupo também dificulta a identificação de quem participa realmente ou não, além de tornar mais elevados os custos da ação.

Já em grupos reduzidos, os custos para a manutenção da organização são menores, assim como é mais fácil perceber os mais “preguiçosos” e, portanto, induzi-los a participar. Posteriormente, outro fator foi apresentado como determinante da ação coletiva: o status da organização na estrutura social. O prestígio de uma organização frente à sociedade e os recursos humanos e financeiros de que ela dispõe, permitem manter um maior controle sobre seus integrantes, através de mecanismos de recompensas e punições que tornam a coordenação mais eficaz.

A maior contribuição do pensamento de Olson é evidenciar que os indivíduos não agem de forma cooperativa automaticamente. Esta observação é interessante para o estudo em questão, pois ajuda a compreender os motivos pelos quais os indivíduos podem ou não podem cooperar entre si. Olson mostra o outro lado da moeda com muita clareza: o lado referente aos interesses dos indivíduos que não podem ser desconsiderados<sup>23</sup>.

Outro aspecto relevante, destacado por Olson, é que quando os custos da cooperação são mais reduzidos do que os benefícios auferidos pelo indivíduo, a deserção na ação coletiva é racional, de acordo com o autor, sempre que o efeito da contribuição de cada indivíduo para a provisão do benefício coletivo não exerce

---

<sup>23</sup> Na fórmula matemática proposta em *A Lógica da Ação Coletiva*, isso ocorre quando a utilidade do membro "i" ( $U_i$ ), calculada através dos benefícios que "i" auferir com a provisão do bem coletivo ( $V_i$ ) descontados dos custos totais da provisão do bem coletivo ( $C$ ), for maior do que zero:  $U_i = V_i - C$ ;  $U_i > 0$ ;  $V_i > C$ .

"uma diferença perceptível para o grupo como um todo, ou para o ônus ou ganho de qualquer membro do grupo tomado individualmente" (OLSON, 1999, p. 57).

Um das críticas mais contundentes à teoria da escolha racional é que seus teóricos desenvolvem a noção de racionalidade dissociada da cultura. Para eles, os indivíduos só cooperam a partir de uma racionalidade completa, onde a comunicação perfeita entre eles permite a obtenção de todas as informações possíveis que facilitam prever as ações recíprocas, evitando os dilemas sociais.

Diante da não consideração da cultura, como fator relevante para realização da ação coletiva, Elinor Ostrom (1990) afirma que é necessário ampliar o escopo dos modelos de escolha racional com o intuito de usá-los como fundamento para o estudo dos dilemas sociais e da ação coletiva. A autora sugere ser necessária a construção de uma segunda geração de modelos de racionalidade, substituindo a noção de uma 'racionalidade completa' pela ideia de 'racionalidade limitada'.

Para Ostrom, estudos empíricos sobre os dilemas dos recursos comuns apontam para o fato de que muitas vezes os indivíduos cooperam mesmo quando não há uma comunicação perfeita. Neste modelo, indivíduos e grupos acionam normas e regras comuns que ajudam superar os dilemas sociais. Dispondo de informações imperfeitas, eles fazem uso da "racionalidade limitada", isto é, de mecanismos interiores (normas) e exteriores (regras sociais) que facilitam o comportamento cooperativo.

Assim, o ponto focal da proposição de Ostrom é a explicação do porque os graus de cooperação variam entre os grupos. Pois os indivíduos possuem uma racionalidade limitada, não podendo calcular todas as estratégias para cada situação específica na qual se confrontam.

Os indivíduos, geralmente, fazem uso de elementos oriundos de experiências que acumularam ao longo de suas vidas, recorrendo a normas e regras aprendidas que orientam suas ações. Para Ostrom, as normas são entendidas como valores internos aos indivíduos e as regras como as disposições compartilhadas pelos indivíduos de um grupo. Ela não descarta a capacidade que os indivíduos possuem para aprender as regras sociais. Muito pelo contrário, regras como a de *reciprocidade*, associadas à noção de *reputação* e *confiança*, ajudam a superar os dilemas sociais. As comunidades em que estas regras são obedecidas têm melhores

chances de coibir o oportunismo dos *free riders* e solucionar os problemas de ação coletiva (OSTROM, 1990).

Os seres humanos são capazes de aprender normas e regras sociais que os ajudam a enfrentar uma gama diversa de dilemas sociais. Nestes casos, as noções de reciprocidade, reputação e confiança são fundamentais. A crítica que Ostrom fez à teoria da escolha racional amplia o grau de aplicação empírica desta abordagem. Sua perspectiva caminha para uma teoria da racionalidade limitada e do comportamento moral. Além das noções de reputação e dos laços sociais de confiança e reciprocidade, elaboradas pela autora, foi aqui acrescentado o elemento da solidariedade à compreensão da cooperação.

A *solidariedade* é a condição do grupo que resulta da comunhão de atitudes e de sentimentos ou da interdependência existente entre os indivíduos de uma coletividade, de modo a constituir o grupo em apreço numa unidade coesa (DURKHEIM, 1994). Esta comunhão de atitudes e de sentimentos possibilita a cooperação ao passo que favorece a produção de respeito, fidedignidade e eficácia de que os indivíduos ou grupos necessitam para manter-se cooperando. Os laços de solidariedade e a “boa reputação” do indivíduo ou do grupo geram confiança.

Em situação em que os indivíduos mantenham relações de reciprocidade, a reputação cresce na medida em que os indivíduos mantêm suas palavras e acordos. Indivíduos de mesma reputação tendem a associar-se, evitando os de reputação duvidosa e sem confiança (OSTROM, 1990). A reputação dos indivíduos é um requisito precioso à manutenção e reprodução da vida comunitária.

Uma situação em que dois ou mais agentes cooperam envolve, necessariamente, a questão da dependência de um em relação ao(s) outro(s). A partir daí, a cooperação torna-se ao mesmo tempo frágil e objeto de uma tomada de decisão incerta. Quando a monitoração é difícil, a decisão de aderir a uma iniciativa cooperativa torna-se passível do risco de deserção de outros. Neste ponto, a cooperação aproxima-se da noção de *confiança*. Na ausência da certeza de que os outros agentes irão cumprir as regras contratuais, é a confiança que supera as incertezas e minimiza o valor dos custos (VÉLEZ-IBANÊZ, 1993; PUTNAM, 1996). Porém, se no lugar da confiança existir a desconfiança, dificilmente ocorrerá a cooperação.

A *reciprocidade* é entendida como um tipo de sistema de relações de trocas baseado originalmente na lógica de dádiva, tal como formulada por M. Mauss (1966) no *Essai sur le don*. Segundo ele, a dádiva compreende três momentos: aquele do **dar**, do **receber** e do **retribuir**. A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo em que é livre, é também obrigada; a doação é essencialmente paradoxal. É o receio de exclusão do sistema socioeconômico, por não cumprir com essa regra rígida de reciprocidade, que gera a obrigação da *contradáviva*. Sendo assim, a dádiva constitui o sistema das relações propriamente sociais na medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse puramente econômico.

Estudos que surgiram após o de Mauss, redimensionaram sua perspectiva, alargando a questão da reciprocidade. Foi o caso de Marshall Sahlins (1972) e Elinor Ostrom (1990) nos Estados Unidos, Caillé (1994) na França, Temple (1998) na África. Os estudos destes autores têm evidenciado que os princípios de reciprocidade podem ser aplicados às sociedades modernas, se a visão unilateral da economia de intercâmbio for superada.

De acordo com Sahlins (1972), no seu *Stone age economics*, há dois tipos de reciprocidade: a reciprocidade balanceada ou específica e a reciprocidade generalizada ou difusa. A primeira diz respeito à permuta, como por exemplo, a troca de dias entre dois trabalhadores rurais; a segunda refere-se a uma contínua relação de troca que a qualquer momento pode desfazer-se: o trabalho em mutirão de um grupo onde um membro desiste, desequilibrando o sistema.

Temple (1998), em *Les structures élémentaires de la réciprocité*, aponta a reciprocidade como a reprodução da dádiva e como a reprodução de ação de maneira geral. O autor alerta que a reciprocidade não deve ser entendida como intercâmbio, pois este último se reduz a uma ação de permuta, enquanto a reciprocidade constitui uma relação reversível entre os sujeitos.

Não se trata de negar a utilidade da economia de intercâmbio, mas mostrar os seus limites e evidenciar que existe também a economia da reciprocidade. Existe como um princípio econômico que não separa o econômico do social (SABOURIN, 2004, p, 77).

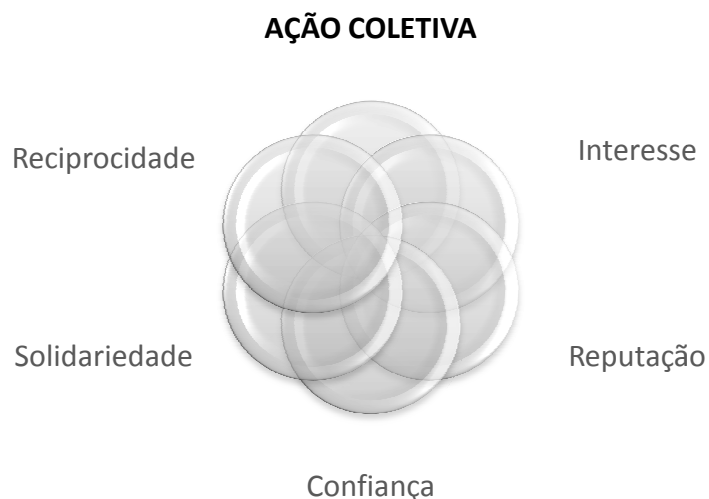
A cooperação não emana unicamente da coesão que os laços de solidariedade, confiança e reciprocidade produzem. Ela também é fruto da vontade e

do interesse dos membros dos grupos. Os interesses podem ser de várias naturezas e podem ser motivados por inúmeras razões coletivas e individuais (SAHLINS, 1972).

Para Hindess (1996), os interesses são importantes para a formação e manutenção de grupos cooperativos. Em relação à cooperação, há em primeiro lugar o interesse individual nas vantagens que a associação em grupo pode oferecer (OLSON, 1999; PUTNAM, 1996). O interesse pode ser considerado como um impulso primeiro. Há de ser destacado que outros interesses surgem após a formação de um grupo, sendo que o principal é o interesse coletivo e individual em manter a cooperação.

Portanto, é possível afirmar que sem cooperação não há ação coletiva. E para que a cooperação se efetue é preciso um ambiente social que possibilite a articulação de alguns elementos de interação coletiva que possam favorecê-la; são eles: os interesses individuais e coletivos, a reputação do indivíduo ou do grupo, a confiança no indivíduo ou no grupo, a solidariedade e a reciprocidade.

**FIGURA 1-2: Elementos de interação coletiva**



Fonte: Confeccionado pela autora.

A intensidade que os elementos de interação coletiva possam apresentar, em um dado grupo social, varia em relação ao tipo de cultura do grupo, ao modo de vida apresentado, aos laços de interdependência existentes e aos processos históricos em que possam estar inseridos. É preciso que estes elementos estejam minimamente interligados para que a ação coletiva aconteça.

Estes elementos são importantes indicadores da cooperação porque eles são indicadores da coesão social de um grupo, erguidos por intermédio da interação estabelecida entre os indivíduos, construindo e reconstruindo o significado de suas ações e dos seus laços sociais. Eles servem de instrumento de análise da ação coletiva na medida em que é possível, através de pesquisa sistemática, medir o grau e a intensidade em que se apresentam no grupo estudado.

Os aspectos fundamentais da ação coletiva de um grupo podem ser diagnosticados através do tipo de interações que os indivíduos estabelecem entre si e com o grupo: como os interesses motivam as relações interpessoais, como se apresenta a solidariedade, que tipo de laço de reciprocidade é estabelecido e até o grau de confiança existente entre os membros de um grupo.

Um grupo no qual a ação coletiva esteja sendo iniciada – mesmo possuindo alto grau de solidariedade e de interesse individual e coletivo – necessitará experimentar cotidianamente as práticas de reciprocidade para que haja o elemento da confiança, necessário à manutenção da cooperação. Estes grupos, segundo Olson (1999), podem ser denominados de *grupos semiorganizados*. E os que já experimentam esses elementos com mais intensidade e equilíbrio se constituem como *grupos organizados* com alta disposição para ação coletiva.



## CAPITULO II

### AS TRANSFORMAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO SOCIAL E NO MODO DE VIDA DA COMUNIDADE DE MANDACARU

O uso de uma pequena unidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala.

Norbert Elias & John L. Scotson<sup>24</sup>

*A comunidade é o lugar onde vivemos e criamos nossos filhos. É nela que encontramos todo apoio para desfrutarmos da nossa vida e do nosso trabalho. É nela onde estão nossos parentes, nossos irmãos. É o melhor lugar do mundo.*

Pedro, camponês de Mandacaru

O entendimento de um espaço geograficamente delimitado, socialmente compartilhado e culturalmente significado como configuração, permite ao pesquisador mergulhar em um rico e denso contexto de investigação das inter-relações socioculturais. Estudar a comunidade como uma configuração social, em pequena escala, possibilita a obtenção de dados que revelem os mistérios e os limites de um estudo microssociológico intensivo que pode servir de modelo para o estudo de outras configurações maiores.

---

<sup>24</sup> ELIAS, N & SCOTSON, J. L. ***Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.*** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 20.

Na tentativa de buscar um equilíbrio entre as considerações teóricas e a exposição dos fatos empíricos, neste capítulo será discutido o uso da noção de configuração social exposta por Norbert Elias em sua obra. Além do entendimento de configuração social, outras noções complementares serão utilizadas com intuito de melhor apresentar o processo social de formação da comunidade estudada, serão estes: a noção de cultura, modo de vida, diferenciação social e reciprocidade.

Vale salientar que, mesmo adotando um arcabouço conceitual pré-estabelecido, o interesse teórico não deverá preponderar sobre o interesse pela vida social dos indivíduos da própria comunidade. Isto para não correr o risco de encerrar os sujeitos, os grupos e as organizações numa jaula conceitual criada e valorizada apenas pela pesquisadora. A ideia é utilizar os conceitos e noções como artifícios esclarecedores da realidade empírica da Comunidade Mandacaru.

O recorte escolhido para este capítulo será feito com base na reconstrução do processo de formação da Comunidade, resgatando sua história a partir da memória dos camponeses de Mandacaru. As lembranças e as memórias dos camponeses remontam a um passado vivido por eles e por seus pais que os situa numa ordem geral que foge da ordenação linear dos fatos e tenta resgatar a origem de um grupo familiar.

Entre as lembranças vividas e as memórias “por ouvir contar”, nenhuma diferença qualitativa, assim como entre o passado imemorial e as evocações reais. Todas as evocações do passado assumem um aspecto de coisas vividas, banhadas numa mesma temporalidade, remetem a um mesmo tempo – o da comunidade (ZONABEND, 1980, p. 14 apud GODOI, 1999, p, 111)

Todos os relatos, colhidos na pesquisa, recorrem às mesmas temporalidades e espacialidades: os tempos da Fazenda e do seu fundador (o Vô Neco), a morte do Vô e a divisão do espaço em vários sítios independentes e a formação da comunidade. A divisão do capítulo respeitará estes três momentos do processo histórico pertinente à Comunidade. É importante salientar, que a construção aqui elencada a partir das representações dos interlocutores consultados, não pretende ser a realidade, nem mesmo dar conta do real. E sim, trazer a tona, com base na significação que os sujeitos deram ao seu passado e presente, aspectos relevantes da história de Mandacaru que elucidam o objeto aqui estudado: o processo de constituição configuracional da Comunidade.

## **2.1 DA FAZENDA AOS SÍTIOS, DOS SÍTIOS À COMUNIDADE: O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E FORMAÇÃO DA COMUNIDADE MANDACARU**

A comunidade Mandacaru fica localizada a 12 km de Soledade. Este Município ocupa 560,06 km<sup>2</sup> de extensão e possui uma população estimada em 13.623 hab (IBGE, 2007). Para o IBGE, o Município de Soledade faz parte do bioma da caatinga e está situado na microrregião do Curimataú paraibano. Muito embora, suas características ambientais e culturais estejam mais próximas do Cariri. O importante aqui, que deve ser considerado, é que a população de Soledade se considera “*caririzeira*”. Isto pode ser facilmente identificado nos letreiros das lojas – “Mercadinho Cariri”, “*Bodega Agroecológica do Cariri*” – bem como na representação cultural e identitária apresentadas no discurso dos seus habitantes, que afirmam enfaticamente que são “*caririzeiros*”.

Mandacaru é situada na área rural mais povoada do município (devido à proximidade com a sede do Município) e é composta por 35 estabelecimentos agrícolas que variam muito de tamanho: entre 03 e 120 hectares. Nos 35 estabelecimentos, as 35 casas são habitadas; isto permite estimar a população em aproximadamente 133 habitantes. A maioria da população sobrevive essencialmente de uma agricultura de subsistência, com fracos excedentes para o mercado local, complementada por uma atividade reduzida de criação.

A história da Comunidade Mandacaru é marcada por três momentos que apresentam configurações específicas, a saber: a configuração da fazenda, a divisão do espaço entre os herdeiros – configurando sítios independentes – e a constituição da Comunidade. O entendimento destes momentos ajuda a compreender como as mudanças nas redes de interdependência, ou seja, na configuração social, alteraram o modo de vida e a identidade dos camponeses do lugar.

### **2.1.1 A fazenda Mandacaru**

A história de Mandacaru está intimamente ligada à história de vida de Manoel Antonio (Vô Neco, como é carinhosamente lembrando por seus netos). Figura

patriarcal cujo comando de sua parentela marcou o modo de vida e a constituição da Comunidade Mandacaru

O senhor Manoel Antônio nasceu no sítio Armação, entre Soledade e Boa Vista, em 1888. Conseguiu a mão de Maria de Fátima, filha adotiva de Francisco Ismael, fazendeiro da Ramadinha (hoje fazenda vizinha a Mandacaru), no ano de 1910 ou 1911<sup>25</sup>. O sogro o chamou para “*botar roçado*” nas terras dele. Então o Manoel instalou-se junto ao sogro na Ramadinha, onde nasceu o seu primeiro filho em 1912. Mas pouco tempo depois ele se desentendeu com o sogro. Por isso ele voltou para o sítio de seu pai: Armação. Em 1925, ele vendeu a parte que lhe cabia da herança paterna e comprou 50 hectares de terra pertencentes à fazenda Pilar, vizinha da Ramadinha<sup>26</sup>. Instalou-se então como vizinho do sogro, trazendo a mulher Severina e 06 (seis) de seus 10 (dez) filhos.

Segundo seus netos, o Vô Neco dizia que aquele terreno alagava com facilidade. No local mais seco, do lado de um grande lajedo onde tinha uns pés de mandacaru, ele ergueu a sua casa. Alguns anos mais tarde, a esposa Maria de Fátima herdou uma parte da fazenda Ramadinha, vizinha da terra seu marido. Então Manoel comprou um terceiro pedaço e constituiu, assim, a Fazenda Mandacaru.

Maria de Fátima faleceu no parto do décimo filho. O Vô casou-se novamente, mas não teve filhos com a segunda esposa. Quando esta faleceu, ele casou-se pela terceira vez, desta vez com a irmã da primeira mulher. Também não teve filhos com a terceira esposa, mas ela trouxe mais um pedaço de terra como herança do seu pai Francisco.

No tempo do Vô Neco, toda organização social do espaço, do trabalho na terra e da vida social, era fruto de sua influência “*patriarcal*”. Assim, era recorrente a cooperação através das práticas sociais de reciprocidade. Segundo Ostrom (1998), esse tipo de cooperação baseia-se em normas e valores internos que são peculiares a cada grupo. Desta forma, a maneira como o Vô conduzia a vida na fazenda foi deixando marcas que caracterizaram o tipo de laço social que lá fora construído desde seus primórdios. Verificava-se naquele tempo a utilização da reciprocidade

---

<sup>25</sup> Não há precisão na data casamento. Em alguns relatos a data mencionada é de 1910 e em outro de 1911.

<sup>26</sup> A escritura desta compra foi passada em 1933.

horizontal (mutirões<sup>27</sup>, comilanças<sup>28</sup>, troca de dias de trabalho, pastos comunitários) e vertical (o voto no candidato do Vô, dependência financeira, assistencialismo).

A Fazenda Mandacaru do Vô Neco, era composta por parentes, agregados e meeiros. Estes podiam cultivar um roçado próprio, com a condição de trabalharem alguns dias por semana no roçado do Vô. Outros desses eram meeiros, ou seja, cultivavam roçado nas terras do Vô e dividiam a colheita com ele como forma de pagamento pelo uso da terra.

A produção agrícola na fazenda era basicamente de culturas de subsistência: feijão, milho, fava. Houve o período, por volta da década de 1950, em que as culturas de Algodão e Sisal foram introduzidas sucessivamente. Os campos dessas culturas eram de propriedade exclusivamente do Vô.

*Meu pai quando se casou teve direito a ter seu próprio roçado. Quando era solteiro não tinha não. Ele me falava que na época boa do algodão e sisal todo mundo trabalhava para meu avô. Os roçados grandes pertenciam a ele e ele organizava tudo. Se desse errado ele assumia o erro (Calos, neto do Vô)<sup>29</sup>.*

A pecuária era uma atividade pouco desenvolvida na Fazenda Mandacaru. O Vô Neco mantinha um pequeno rebanho de bovinos, caprinos e ovinos para consumo próprio ou para vender em caso de uma necessidade financeira. Além desse rebanho havia as criações de animais de faxina<sup>30</sup>: galinha, pato, peru, guiné.

Segundo os relatos dos netos do Vô, a criação de animais não era proibida para os parentes e agregados que residiam na fazenda. Eles podiam ter suas criações, mas tinham a obrigação de manejá-las e custear a alimentação de seus rebanhos.

*Era muito difícil criar animais grandes. A alimentação era pouca e a seca acabava com tudo. Mesmo assim, o nordestino sempre teve o animal como uma garantia: se acontecesse o pior dava pra vender um bichinho e escapar. É por isso que sempre a gente seguiu a orientação do Vô em ter alguns animais. E é por isso também que ele permitia que agregados criassem em suas terras. Nos tempos de dificuldades, da seca entende, ele deixava até os vizinhos dar água aos seus bichos no tanque da fazenda.*

<sup>27</sup> Sistema de trabalho não assalariado, realizado em comum entre parentes, vizinhos, amigos ou membros de um agrupamento social, em favor da comunidade toda ou de um dos membros, implicando então em obrigação moral de reciprocidade.

<sup>28</sup> Banquetes comunitários geralmente oferecidos por um membro da comunidade em situações de comemoração que podem ser sociais ou individuais.

<sup>29</sup> As falas utilizadas neste capítulo são fragmentos das entrevistas feitas com os Netos e Netas do senhor Manoel Antônio. Bem como, de alguns relatos de antigos agregados e de vizinhos do Vô.

<sup>30</sup> Faxina: área limpa ao redor da casa que também é conhecida como terreiro.

*Não era muita coisa, mas quem tinha água como a gente era rico (Pedro, neto do Vô).*

O relato de Pedro, atualmente neto mais velho do Vô, evidencia o comando prudente e o tipo de solidariedade exercida pelo Vô. É comum, para os camponeses nordestinos, manter um rebanho, mesmo com dificuldades, para servi-lhes de reserva financeira ou poupança. Assim, permitir a criação de animais pelo agregado era uma forma de garantir seu sustento caso a seca se intensificasse. Ao contrário, o patrão tinha que se responsabilizar pela manutenção de todos aqueles que se encontravam sobre sua tutela.

Outra modalidade laboral exercida na fazenda era o trabalho e o manejo de alguns bens coletivos. O trabalho em mutirão funcionava bem, sob o comando do Vô, e era utilizado para construção e manutenção de estradas, barreiros, tanques de pedra e a colheita das safras. Quanto ao manejo coletivo, pode-se evidenciar o uso comum das águas e dos pastos.

*Todo mundo ia pra os mutirões: o Vô mandava e a gente ia. Que tempo bom era aquele! Todo mundo trabalhava junto, todo mundo se ajudava [...] os mutirões serviam para tudo: pra colheita, pra limpar o tanque de pedra e as estradas [...] se trabalhava junto um dos outros e também vivia junto, dividia o pão na falta e na fartura (Carlos, neto do Vô).*

O uso desigual e ao mesmo tempo comum das terras da fazenda evidencia as relações de poder, a hierarquização, bem como, a configuração social da Fazenda Mandacaru, composta por três grupos definidos social e economicamente, a partir do parentesco, do pertencimento, das relações de reciprocidade e da divisão do trabalho. São eles: **O Grupo A**, formado pelo Vô e seus filhos; o **Grupo B** constituído pelos agregados do Vô e o **Grupo C**, composto pelos meeiros<sup>31</sup>, trabalhadores sazonais com relações de trabalho bem definidas<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> O trabalho realizado entre meeiros é aquele onde um proprietário rural coloca a disposição de terceiros certa quantidade de terra por um período de tempo determinado. O produto plantado e colhido é dividido pela metade entre ambas as partes. Vale salientar que o dono da terra não desempenha nenhum trabalho no cultivo daquela parcela emprestada.

<sup>32</sup> Não foi possível precisar o número de agregados e meeiros. Pois, segundo os entrevistados, havia uma rotatividade muito grande entre os membros desses grupos.

TABELA 2-1

**Tipologia dos grupos sociais e econômicos que faziam parte da Fazenda Mandacaru<sup>33</sup>**

TIPOS	CLASSIFICAÇÃO	TIPO RECIPROCIDADE
<b>Grupo do tipo A</b>	Parentes diretos	Horizontal
<b>Grupo do tipo B</b>	Agregados	Horizontal e Vertical
<b>Grupo do tipo C</b>	Meeiros	Vertical

Fonte: Dados da pesquisa

As relações sociais e os laços de reciprocidade eram definidos pelo pertencimento ou não pertencimento aos grupos acima exposto no Quando 01. Quanto à reciprocidade, de acordo com Mauss (1966), ela é um tipo de sistema de relações de trocas baseado na lógica de dádiva. A dádiva compreende três momentos: aqueles do dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de forma horizontal ou vertical e o objetivo mesmo da circulação destes bens é a perenização dos laços sociais. A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo em que é livre, é também obrigada; a doação é essencialmente paradoxal. Isto porque o retorno, ou contradádiva, não é uma obrigação de fato: ele é incerto, porém esperado. “*As trocas e os contratos são feitos sob forma de presentes teoricamente voluntários, mas na realidade compulsoriamente dados e retribuídos*” (MAUSS, 1966:147). É o receio de exclusão do sistema socioeconômico, por não cumprir com essa regra rígida de reciprocidade, que gera a obrigação da contradádiva. Portanto, a dádiva constitui o sistema das relações propriamente sociais na medida em que estas são irreduzíveis às relações de interesse puramente econômico.

Sendo assim, o **Grupo A**, parentes diretos do Vô, desfrutava de relações de reciprocidade horizontal. Eles usufruíam das prestações de dádiva oferecidas pelo Vô e retribuíam na mesma medida. As atividades sociais, culturais e econômicas

<sup>33</sup> É importante destacar que a categorização dos grupos em **A**, **B** ou **C** é uma criação idealizada e não a realidade em si. Os tipos ajudam a vislumbrar a realidade com mais precisão sem pretender ser a descrição fidedigna do real. Para Weber (1999), o tipo ideal é um instrumento metodológico, um modelo, que orienta o cientista a guiar-se na diversidade do real.

eram divididas igualmente entre eles e o Vô. Muito embora Manoel Antonio fosse o líder, os bens tangíveis e não tangíveis eram de todos os membros da família, e todos tinha clareza deste fato. Assim, toda e qualquer ação cometida pelos membros da família, mesmo sob o comando do Vô, resultava em ações para o bem do grupo familiar em apreço.

Já o **Grupo B**, dos agregados, participava das relações dádivas de forma horizontal e vertical. As prestações horizontais eram oferecidas através de moradia na fazenda, do usufruto de alguns recursos naturais (frutas, pastos, água), e do uso da terra para cultivar e criar. A devolução era feita por intermédio do trabalho na fazenda: os agregados tinham que cultivar o roçado do Vô, participar dos mutirões e de qualquer atividade designada por ele. Já a verticalidade era estabelecida através de favores oferecidos ou exigidos pelo Vô e que jamais poderiam ser devolvidos de maneira equivalente: empréstimos financeiros obtidos diretamente com o seu Manoel Antonio ou com algum compadre indicado por ele, voto no candidato por ele apoiado, cumprimento das ordens vindas de cima para baixo e prestações assistencialistas em forma de alimento e remédios em períodos de escassez.

E o **Grupo C**, dos meeiros, desfrutava das prestações de dádiva apenas verticais. Os meeiros não compartilhavam a vida cultural e nem desfrutavam de qualquer recurso da fazenda. Eles usavam apenas a terra para cultivar e em troca devolviam a metade do lucro obtido em forma de grãos. Para manter o consentimento de cultivar a terra tinham que devotar obediência ao Vô, retribuído em forma de voto, empréstimos e assistencialismos. Como não dependiam tão diretamente do Vô, a quebra da relação de reciprocidade era frequente. Nem sempre a dádiva era retribuída como o “patrão” esperava.

Havia uma distinção social entre os agregados e os meeiros. Os primeiros em geral eram sobrinhos e afilhados. Estes podiam cultivar um roçado “*de graça*”, mas tinham que alternar o trabalho do seu próprio roçado com a lida no roçado do Vô. Os segundos desenvolviam apenas o trabalho de meia, onde o “*lucro*”, ou seja, a safra por eles colhida era dividida pela metade com o Vô<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Segundo nossos entrevistados, o que “amarrava” o meeiro ao proprietário era, sobretudo, o dinheiro. Antigamente (no tempo do algodão) os proprietários, além de cederem terra, emprestavam dinheiro para o meeiro. Era, sobretudo, isto, mais do que a cessão da terra, que fazia com que o meeiro tivesse que negociar o seu produto com o proprietário. Assim, ainda hoje é frequente o uso da denominação de “patrão” para se referir a quem empresta dinheiro para quem planta. Podia ser o



Nesse sistema de divisão do trabalho era possível obter uma colheita, sob a posse do Vô, cultivada com a mão de obra familiar e aquela obtida pelo trabalho de agregados e meeiros. Tinha também o produto das “meias”.

Os conflitos que ocorriam entre os agregados e os meeiros evidenciavam a diferenciação social existente entre eles. Constantemente eles trocavam acusações mútuas de que um grupo era mais favorecido do que outro. Isto era expresso por brigas, comentários e fofocas depreciativas entre ambas as partes. Os agregados moravam nas terras da fazenda e, portanto, desfrutavam de alguns benefícios que os meeiros, por trabalharem apenas durante a safra, não possuíam, como por exemplo: o desfrute de recursos naturais tais como pastagem, água e frutos o ano inteiro. Embora os agregados não fizessem parte do grupo de parentes consanguíneos do Vô, eles gozavam de certas vantagens por manterem relações próximas dele, o que não acontecia com os meeiros.

A figura patriarcal do Vô, com sua força e seu poder de comando perante seus descendentes e agregados, era um elemento coercitivo que facilitava a cooperação entre três grupos tão distintos. Não é incomum encontrar nas falas de seus netos que eles trabalhavam em conjunto porque o Vô mandava. Os que não obedeciam eram punidos e até ameaçados de expulsão da fazenda.

*O nosso avô, aqui, era tipo um rei. Quando ele dizia que alguma coisa tinha que ser assim, era assim que a gente fazia. Se tivesse errado era ela que errava e não nós. É depois ele reconhecia o erro dele. Mas se ele acertava, e quase sempre ele acertava, o acerto era só dele (Antônio, 56 anos, neto do Vô).*

*No tempo da Fazenda do nosso avô o trabalho era muito, mas todos trabalhavam com gosto. Ele mandava e nós obedecíamos. Tinha muita gente aqui, sabe! Os filhos, genros e noras, netos, sobrinhos e aqueles vinham no tempo do inverno plantar de meia. Até esses tinha que obedecer nosso avô. Eu me lembro que uma vez um meeiro foi impulso da Fazenda*

---

dono da terra. Mas em alguns casos, este último era apenas o intermediário. A forma em que era feita a negociação para saldar o débito distinguia patrões “bons” dos “ruins”. Tinha aqueles que exigiam que o meeiro pagasse já na safra “do legume” (sobretudo milho e feijão). Nestes casos, o pagamento era feito num momento em que o produto do roçado vale pouco. Assim, o saco de feijão que o meeiro comprou no verão com o dinheiro do patrão era pago com 2, 3 ou 4 sacos, já que o preço do feijão caía muito no momento da safra. Desta forma, esses patrões conseguiam acumular estoques importantes de grãos, que depois vendiam por preços bons, por eles terem condições econômicas para esperar um momento melhor. Os patrões “bons” eram aqueles que permitiam que o meeiro saldasse a sua dívida com a chegada da colheita do algodão em setembro ou outubro. Tinha ainda aqueles que permitiam que uma parte fosse paga com a “safrinha” do algodão, em dezembro.

*porque meu avô mandou ele plantar milho e ele plantou feijão (Maria, 50 anos, neta do Vô).*

*Na época do Vô todo mundo se ajudava porque era obrigado por ele. A gente não concordava com tudo mas ficava quieto. Tinha aquele filho e aquele neto preferido por ele e de vez em quando a gente brigava muito, mas ele resolvia tudo (Pedro, 60 anos, neto do Vô).*

Verifica-se todo um processo de identificação e ao mesmo tempo de diferenciação social. Identificar-se e diferenciar-se faz parte de um mesmo momento, qual seja o da formação da identidade dos atores sociais. Sentir-se parte de um grupo é o mesmo que não ser membro de outro grupo (ELIAS & SCOTSON, 2000). O fato de na fazenda existirem categorias sociais distintas, parentes, agregados e meeiros, gerou uma forma específica de identificação a partir, principalmente, da divisão do trabalho e do uso diferenciado da terra e dos roçados, bem como do tipo de relação de reciprocidades estabelecida com o líder: o Vô. No entanto, esta diferenciação social ainda era percebida entre seres humanos singulares, todos eram trabalhadores rurais que gozavam de posições sociais específicas por pertencerem ou não a um mesmo tronco familiar.

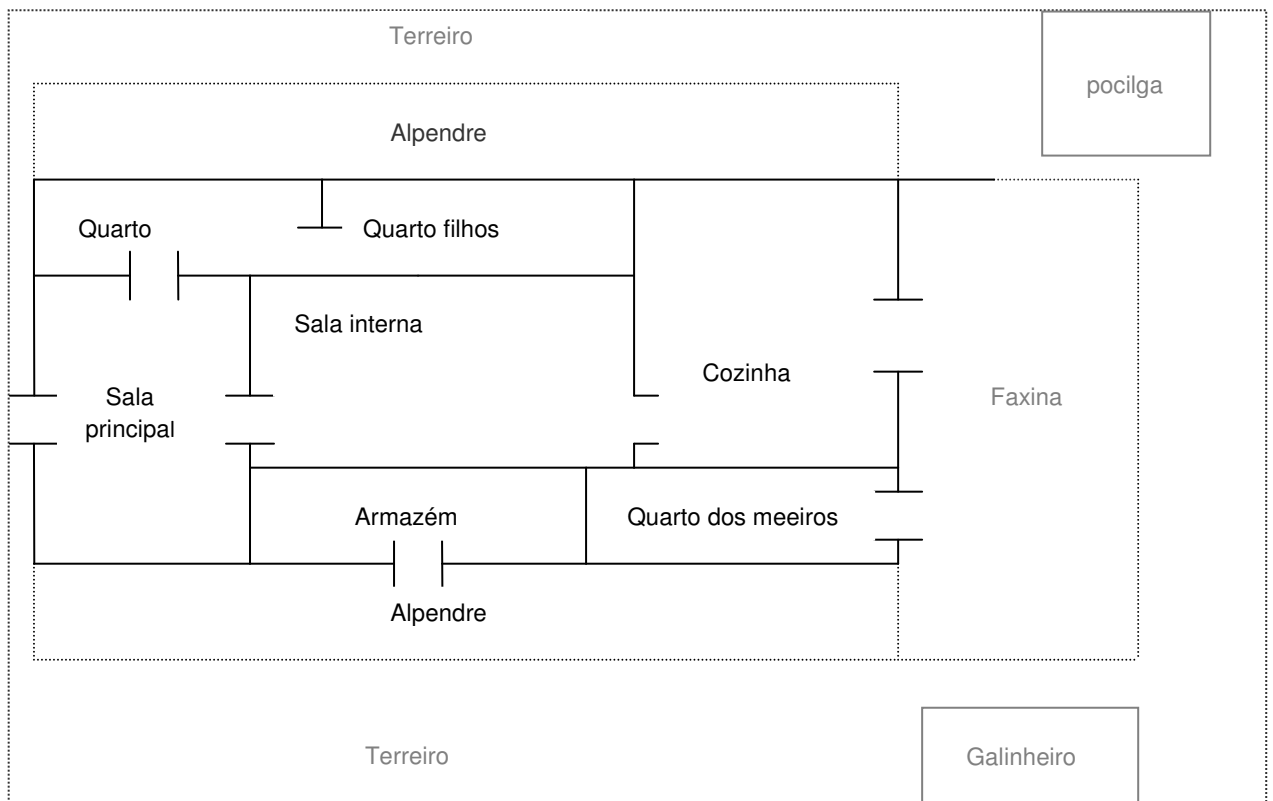


Figura 2-1: Casa-sede da fazenda

Fonte: Oliveira (2006).

A casa-sede da fazenda era o ponto de referência para todos que lá moravam, trabalhavam e para os que vinham de fora, visitar ou fazer negócio com o Vô. Além de abrigar a família, pai, mãe e filhos pequenos, havia o espaço para alguns meeiros que trabalhavam no roçado durante a semana.

## Planta da casa-sede da fazenda Mandacaru: residência do Vô Neco<sup>35</sup>



**Figura 2-2:** Planta baixa da casa-sede da fazenda  
Fonte: Oliveira (2006).

Além de ser o lugar destinado à moradia e ao consumo, nesse espaço eram celebrados os rituais sagrados, bem como os profanos. Geralmente as reuniões religiosas ocorriam na forma de novenas, nos dias de alguns Santos, tais como: São José, Santo Antonio, São João e São Pedro, como também no mês de Maio, dedicado à Virgem Santíssima. Algumas novenas festivas, como a de São João e São Pedro, eram seguidas de um baile. Já os casamentos e os batizados eram verdadeiros acontecimentos religiosos e sociais, pois o Vô solicitava a presença do Padre da Paróquia que comparecia a sua casa e nessa ocasião rezava a Santa Missa, casava e batizava os que necessitavam desses sacramentos.

<sup>35</sup> A casa-sede da fazenda foi modificada pelo neto do Vô: o Pedro. Hoje, só existe a parte frontal, os fundos e os lados abrigam uma construção nova. Hoje, ela é a sede do Projeto de Máquinas Agrícolas. A reconstituição da planta da casa foi possível com o que ainda está preservado e a partir do relato de Pedro e de sua esposa Didi.

Outro festejo importante, que coincidia com o início das festas juninas, era a pamonhada coletiva. Esta festa ocorria nos anos de inverno bom e celebrava o trabalho e a boa colheita. Nesta ocasião, os homens colhiam o milho e o feijão verde e as mulheres eram encarregadas do preparo dos alimentos, enquanto o resto da família ficava na sala ou no terreiro proseando. Este era um espaço de sociabilidade impar, pois as crianças presenciavam de forma mais contundente o lugar e as funções que cabiam a cada gênero.

*A gente também sabia fazer a festa, era muito bom. O Vô festejava com todo mundo várias datas santas: a Semana Santa, o São João, o São Pedro, o Natal, os casamentos, os batizados [...] e tudo que era importante pra esse povo (Didi, 58 anos, esposa de Pedro, neto do Vô).*

*No mês de maio a gente fazia novena para Nossa Senhora. O oratório era enfeitado com fitas e a ladainha era rezada com muita fé. O povo de perto vinha para as novenas rezar e conversar sobre o que tava acontecendo nas vidas deles. Meu Pai conheceu minha Mãe numa novena na casa do Vô (João, 58 anos, neto do Vô).*

*Tinha festa de todo tipo. De dia e de noite. De dia eram os almoços com muita comida boa. Às vezes ele mandava matar até um bode e várias galinhas e no mês de junho tinha pamonha e canjica. De noite, o forró corria solto: sanfoneiro, sabe. Lembro de uma vez, eu era moleque, que veio um violeiro que cantava repente e versos bonitos. Veio gente de toda vizinhança ver [...] O Vô gostava de festa e ele dançava um forrozinho até bom. Tinha o costume de juntar a “netarada” que nascia naquele ano e chamava o Padre para batizar tudo de uma vez. E o banquete do Padre era garantido. Minha Mãe dizia que o Vô gostava de dar “pitaco” nos padrinhos dos Netos, não podia ser qualquer um não, tinha que ser gente boa (Pedro, 60 anos, neto do Vô).*

Nesses eventos podiam ser percebidas toda a vitalidade cultural e simbólica, bem como as tradições de um aglomerado de pessoas que mais se configurava como uma “*família ampliada ou extensa*”<sup>36</sup>, cujos laços sociais passavam pelo crivo moral de um chefe que organizava toda a vida social dos seus parentes e agregados numa forma de cooperação favorecida pela coerção do patriarca.

---

<sup>36</sup> Tipo familiar que vai além da família nuclear – pai, mãe e filhos – e se estende por todo um aglomerado de pessoas que formam um grupo maior composto por parentes consanguíneos e afins. A **família ampliada** ou **extensa** é uma estrutura mais ampla, que consiste na família nuclear, mais os parentes diretos ou colaterais e afins, existindo uma extensão das relações entre pais e filhos para avós, pais e netos (LÉVI-STRAUSS, 1982).

O líder demonstrava todo o seu prestígio e poder através da prestação de dádivas em forma de festejo e celebração, recebendo em troca a devoção e gratidão do seu povo, expressas em serviços prestados dos quais ele se beneficiava principalmente, mas não unicamente.

O que chama a atenção nessa história da origem da comunidade é o fato de que os laços dentro da família eram determinados pela relação com o patriarca. Quando um grupo de parentes trabalhava junto no conserto de uma cerca da fazenda, não era por retribuição de um favor entre iguais. Era mobilizado pelo patriarca. Se ele era a fonte de inúmeras dádivas, as correspondentes contradádivas configuravam relações verticais, de subordinação (DUQUE, SIDERSKY & OLIVEIRA, 2004a, p, 121).

O fato de que o patriarca exercia o tipo de poder tradicional que possibilitava a cooperação e toda atividade na fazenda, não exime esse processo de conflitos e descontentamentos. Embora, os descendentes do Vô lembrem do seu tempo com certa nostalgia e saudosismo, também afirmam que viviam de forma opressiva e que é melhor ser dono e senhor de seu pedaço de terra.

As relações sociais na Fazenda Mandacaru passavam, necessariamente, pela figura do Vô, homem íntegro de palavra, o grande pai, o líder político, o patriarca que a todos prestava favores e que se beneficiava com toda uma trama social na qual ele era o maior beneficiário. As relações com os agregados e os meeiros beiravam o assistencialismo e configuravam a cultura da subalternidade que marcava todo o Nordeste rural daquele tempo. A sociabilidade era regida e reforçada por padrões sociais e morais de pertencimento e não pertencimento, de hierarquização social de posições bem definidas de poder.

Por mais que a presença forte do Vô desse a impressão de que sua força eliminava os conflitos, na realidade eles existiam e reforçavam o lugar de poder desempenhado por um tipo de liderança tradicional e carismática nos moldes weberianos<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Para Weber (1999), o poder pode ser entendido como a possibilidade de imposição de uma vontade própria independentemente de resistências de qualquer origem ou natureza. Weber estabelece uma tipologia que ajuda na compreensão das manifestações do poder, qual seja: poder legal – *é característico da sociedade moderna, funda-se sobre a crença na legitimidade jurídica que define expressamente a função do detentor do Poder* – poder tradicional – *funda-se sobre a crença do caráter sacro do poder existente “desde sempre”*. A fonte desse poder é a tradição, o costume – e o poder carismático - *funda-se na dedicação afetiva à pessoa do chefe e ao caráter sacro, à força heróica, ao valor exemplar ou ao poder de espírito e da palavra que o distingue de modo especial*. A fonte do poder são as características especiais do líder.

As relações sociais do fazendeiro Manoel Antônio não eram restritas ao universo configuracional da fazenda. Ele era o mediador entre o grupo que plantava na fazenda e os compradores. Era ele quem tinha contato com os negociantes. Na época, existiam dois compradores maiores, um deles tio do dono da fazenda vizinha, o Vieira, um político renomado que, mais tarde, também passou a negociar produtos agrícolas. O Vô negociava com todos eles, embora tivesse uma relação privilegiada com o tio do vizinho, de quem era compadre.

Na fazenda Mandacaru, embora alguns de seus membros vez por outra estabelecessem algum contato ou vínculo com o mundo citadino, era o Vô que mantinha relações duráveis e permanentes com o mundo exterior. Para Mendras (1978), duas das características principais das sociedades camponesas tradicionais são uma autonomia relativa e uma integração parcial nas sociedades envolvidas. E na fase da fazenda observam-se com muita clareza as características da autonomia relativa e da integração parcial – a fazenda era praticamente autossuficiente e seus membros estabeleciam pouca relação com a sociedade envolvente.

Uma das relações mais estruturada com a sociedade envolvente era estabelecida através do crédito de custeio agrícola e da venda da safra obtida para atravessadores ou da feira livre da Cidade. É importante salientar que além das lavouras tradicionais de feijão e de milho, a fazenda passou pelas fases das culturas do Algodão e do Sisal<sup>38</sup>. Nos casos das plantações do algodão e do sisal o Vô geralmente recorria à concessão de crédito a terceiros ou ao Banco.

Segundo Duque, Sidersky & Oliveira (2004), o crédito anual, de custeio, tinha grande importância no sistema. Os negociantes maiores tinham acesso à Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA), empresa de grande porte, com sede em Campina Grande/PB, que comprava e processava algodão e também sisal. Esse contato permitia aos negociantes a obtenção de capital de giro. Com estes recursos, eles forneciam crédito para os produtores, sobretudo àqueles “de confiança”.

O Manoel Antonio era uma dessas pessoas que gozavam da confiança dos negociantes e, portanto, fazia uso de sua boa reputação para fechar bons acordos.

---

<sup>38</sup> No caso do algodão e do sisal o roçado pertencia exclusivamente ao fazendeiro. Filhos e agregados trabalhavam de graça e os meeiros através de acordos da meia, metade da parte trabalhada, ou da conga, um terço da parte trabalhada.

A reputação é um importante elemento produtor de confiança. Ele costumava pegar dinheiro com eles a cada ano. Os “*agregados*” e os filhos também pegavam esse tipo de crédito. Às vezes, eles pegavam na mão do Vô Neco. Em outros casos, podiam pegar diretamente com o negociante, mas somente depois de ter o aval explícito do Vô. Os negociantes falavam que “só emprestavam porque o Neco pediu”. E este se encarregava de fiscalizar, bem de perto, o bom uso desses recursos. Não era raro o acerto de contas ser feito na casa do Vô. Para tal, o negociante Severino Virgílio, por exemplo, mandava um recado para o “*compadre*” com oito dias de antecedência, pedindo para a “*comadre*” preparar “*aquela galinha que só ela sabia preparar*”. Contam que o Severino não era “*ruim*”, permitindo que o devedor saldasse sua conta em mais de um pagamento, se assim o desejasse. É claro que para ter direito a um novo empréstimo, era necessário quitar o anterior.

Como a relação pessoal de confiança, era crucial, a inadimplência era praticamente nula. As transações financeiras se davam através da reputação do Vô e dos laços sociais de confiança que serviam como garantia para a circulação e a perenidade da economia baseada na reciprocidade (MAUSS, 1966; PUTNAM, 1996, OSTROM, 1998, SABOURIN, 2003).

Historicamente, as famílias camponesas dispõem de tipos informais e tradicionais de transações creditícias que fazem parte da trama de suas relações sociais. Tomar dinheiro emprestado, comprar fiado na caderneta, constituir uma caixinha entre amigos e vizinhos, são apenas algumas das formas que possibilitam a reprodução econômica dos indivíduos, passando por laços que são sociais, pessoais e financeiros. Vale também a reputação de um indivíduo servindo de garantia para estas transações. Porém, esse tipo de economia não possui recursos monetários suficientes e, portanto, não pode ser encarado como solução econômica para a demanda de serviços financeiros dos que estão à margem do sistema bancário.

Nos anos 1950 apareceu o sisal na região. Um banco convenceu o Vô a tirar um empréstimo para plantar sisal e comprar gado. Essa cultura foi implantada apenas nos terrenos destinados ao plantio do Vô. Os que aí trabalhavam passaram a “*puxar*” o “*agave*<sup>39</sup>” do Vô. Os interessados tinham direito de fazer a colheita numa certa área de sisal, para depois desfibrar pelo antigo sistema manual e colocar para secar. Terminado o serviço, o Vô ficava com uma renda – a “*conga*” – que era,

---

<sup>39</sup> Agave é uma das denominações utilizadas pelos camponeses ao se referirem à fibra do sisal.

provavelmente, de um terço do produto. Contam que o Vô pagou o empréstimo do banco num único pagamento, graças à renda do agave, tamanha era a valorização do produto.

O Vô também pegava empreitadas, para realizar diversos tipos de trabalho em fazendas vizinhas. Ele contratava o serviço e organizava o grupo. Segundo contam, o pessoal “*pobre*” das redondezas gostava de trabalhar com ele. Era uma pessoa conhecida e apreciada na vizinhança.

Manoel viveu 91 (noventa e um) anos. Ele faleceu em 1979 e sua terra tinha 150 ha<sup>40</sup>. “na escritura”. Ao ser medida pelos herdeiros, a área da fazenda era de aproximadamente 210 ha. Esses logo se encarregaram de cercar toda área pertinente para não perderem a sua posse.

A divisão da terra foi feita ainda pelo Vô Neco, antes dele falecer. “*Foi a melhor coisa que ele fez*”, segundo o Pedro, neto do Vô. Para cada um dos 10 filhos ficou uma área de entre 19 e 22 ha. Segundo o mesmo entrevistado, as diferenças foram causadas por erros na medição. Assim, os partidos de sisal do Vô foram depois divididos entre os herdeiros, mas a crise desta cultura fez com que ela fosse praticamente abandonada nos anos 80.

### 2.1.2 A divisão da Fazenda em sítios

No tocante a divisão da Fazenda, quando o Vô faleceu, sua decisão de dividi-la em partes iguais foi cumprida pelos filhos. Alguns cercaram seu pequeno sítio e outros preferiram deixar como outrora. Segundo o relato de Antônio, neto do Vô:

*Cercar ou não o pedaço de terra herdado não fazia diferença para nós. Porque todos sabiam onde começava e terminava a terra sua e dos outros. Lembro que quem cercou a sua terra foi por causa da compra de mais terra dos vizinhos. A cerca era para não ter confusão* (Antônio, 56 anos, neto do Vô).

A questão da sucessão familiar em pequenos estabelecimentos agrícolas é um problema enfrentado historicamente pelos camponeses do Nordeste brasileiro

---

<sup>40</sup> O Manoel Antônio nunca se preocupou com a demarcação da sua propriedade. De fato, as únicas áreas que eram realmente apropriadas eram aquelas dos roçados. No restante das propriedades criava-se “no aberto”. Neste sistema, o rebanho de cada família buscava a sua comida numa área extensa, que ia além dos hipotéticos limites de cada propriedade.



(WANDERLEY, 1999; GODOI 1999; MENEZES 2004). Muitos fatores dificultam a sucessão e permanência do camponês no campo: famílias numerosas versus estabelecimentos pequenos, reforma agrária insuficiente, empobrecimento da população, políticas públicas inadequadas ao modo de vida do homem do campo, entre outros. A princípio, em Mandacaru, o senhor Manoel evitou a migração dos seus filhos, pois a divisão de suas terras foi suficiente, mesmo cabendo poucos hectares para cada um. No entanto, entorno de 20% (vinte por cento) dos netos e 82% (oitenta e dois por cento)<sup>41</sup> dos bisnetos, aproximadamente, migraram para cidades e Estados vizinhos, como também para centro sul do país.

Quanto à compra de estabelecimentos vizinhos, por parte de alguns filhos do Fazendeiro, foi possível graças ao rebanho que alguns mantinham individualmente na Fazenda. Venderam o gado e fizeram novas aquisições de terra. De acordo com os relatos dos descendentes do Vô, esse foi um momento de muitas dificuldades, pois nem todos os filhos tinham condições de administrar a vida de suas famílias e do seu sítio por conta própria. Vale salientar que antes da morte do Fazendeiro, eles não se preocupavam em tomar iniciativas e decisões a respeito de suas vidas e das atividades agrícolas, já que era o seu pai, o Fazendeiro Manoel, o responsável por tudo que tocava o cotidiano da Fazenda e das pessoas que faziam parte dela.

*Eu ainda era moleque quando tudo isso aconteceu, mas me lembro que meu pai comentava que a morte do Vô foi o pior momento da vida de todos. Antes ele comandava tudo e todos e depois foi cada um por si. Meu pai era preparado. Ele era o principal ajudante do Vô Neco e sabia fazer tudo e tomar decisões. Assim que meu pai recebeu seu pedaço de terra organizou tudo, vendeu o gado, e comprou mais terra do vizinho. Mesmo assim não foi fácil para ninguém. Os mais novos foram os que sofreram mais. Eles não sabiam direito o que fazer: que semente usar, quando plantar, a quem vender. Meu pai ajudava os irmãos, só que ficou difícil porque cada um queria do seu próprio jeito. Então ele deixou de lado e se preocupou com o que era dele (Pedro, 60 anos, neto do Vô).*

*Sei que o meu avô fez muita falta. Tudo mudou sem ele. Parecia que tudo estava fora do lugar. Não tinha mais união e a gente não trabalhava mais juntos. As coisas que eram para uso de todos, como o tanque de pedra e as estradas quase se acabaram nesse tempo. Eu era criança e não sabia direito porque a vida tinha mudado tanto. Até as novenas foram divididas e isso eu me lembro bem. Antes era tudo na casa do Vô e nessa época era cada vez na casa de uma pessoa diferente (Josefa, 61 anos, neta do Vô)*

*Foi muito difícil a separação de todos. Mesmo porque a maioria dos filhos casados já tinha suas casas. Todos passavam o dia na casa da Fazenda, indo pra casa só pra dormir. Depois cada um ficou no seu lugar e só se via*

---

<sup>41</sup> Dados obtidos a partir das entrevistas e da reconstituição da árvore genealógica da família.

*se fosse visitar o outro ou se tivesse algum negócio (João, 56 anos, neto do Vô).*

Os relatos evidenciam a emergência de uma nova configuração social que se estabeleceu a partir da divisão da fazenda em pequenos sítios. A mudança pode ser percebida em vários níveis: espacial, produtivo, social e cultural. Houve uma reconfiguração da rede de interdependência estabelecida entre os herdeiros da Fazenda. Assim, a reconfiguração de um espaço genérico e de uso comum para um espaço dividido e de domínio individual<sup>42</sup> permitiu a recondução das atividades sociais e produtivas.

A configuração oriunda da organização da Fazenda se transformou com o seu desmembramento em vários sítios. Principalmente pela reorganização do espaço que foi fragmentado em pequenos lotes e pela passagem de um tipo de família patriarcal/extensiva – toda parentela e agregados sob o comando do grande pai – para o modelo de família nuclear – família reduzida a pai, mãe e filhos.

A redistribuição espacial e a divisão familiar favoreceram a reordenação dos papéis sociais e a insurgência de uma nova rede de interdependência social. A antiga relação entre os parentes diretos do Vô, os agregados e meeiros se desfez. Isto porque a morte do Vô separou a família e o declínio das culturas comerciais, algodão e sisal, e afastaram esses parceiros.

Os filhos do antigo fazendeiro continuaram a se relacionar como parentes, muito embora estas relações tenham assumido as mesmas regras das relações estabelecidas entre vizinhos. Como por exemplo, se caso um irmão precisasse de uma ferramenta que na partilha passou a pertencer ao outro irmão, tinha que pedir emprestado, estando sujeito a receber uma resposta negativa ao pedido feito. Como foi enfatizado pelo Pedro, neto do Vô, essa foi uma mudança significativa: *“antes tudo era de todo mundo, mas com a divisão cada um passou a possuir o que era seu. Isso mudou muito o jeito da gente agir no dia a dia. Tivemos que nos acostumar com isso.”*

Uma nova trama de solidariedade e reciprocidade passou a ser construída a partir da reorganização das relações sociais. A antiga fórmula de solidariedade e reciprocidade vertical ordenada pelo comando do Fazendeiro Manoel, cedeu lugar a

---

<sup>42</sup> Individual no sentido de uso restrito da uma família nuclear como a menor unidade social.

solidariedade e reciprocidade horizontal, própria de indivíduos que desfrutam da mesma posição social. Se antes eles rendiam dádivas ao chefe de família que dominava todo o circuito do dom, as prestações dadivosas passaram a ser feitas entre eles, obedecendo à regra básica da dádiva: dar, receber e retribuir (MAUSS, 1966).

Naquele momento específico, de passagem da Fazenda para os sítios, a regra de reciprocidade foi muito importante para a reordenação da vida social. Sob a lógica do dom, os camponeses estabeleceram novos laços a partir da dádiva e da contradádiva. Eles passaram a experimentar novas experiências sociais e assim criar um novo círculo social a partir de suas novas experiências cotidianas.

*Era assim, a gente passou a ver com quem podia contar de verdade. Se fizesse um favor, só sabia quem era essa pessoa na hora que precisava dela. Se ela servisse a gente também, tudo certo. Aquela era uma pessoa de confiança e que a gente podia contar. Favor não é pra qualquer um minha filha. Aqui, até hoje, tem os quem a gente pode confiar e os quem não pode. No tempo do Vô era muito simples, nós não tínhamos problemas de ajudar um ao outro. Depois separou tudo e cada um viu com quem podia contar de verdade (João, 56 anos, neto do Vô).*

*Minha mãe falava que a vida ficou difícil sem meu Vô. Ela dizia que não era mais fácil fazer mutirões. Nem todo mundo comparecia como antes. Só aqueles mais chegados, os mais amigos. A gente sempre fez muito mutirão para limpar o tanque de pedra, as estradas, na hora da colheita e até pra construir novas casas. Eu acho que faltava um chefe que mandasse, pois a gente só podia contar com a vontade dos outros. Por causa disso tivemos muitos problemas com a morte do Vô, cada um só se preocupava com sua terra e esquecia-se do resto. Teve até discussão quando o tanque de pedra ficou sujo e ninguém queria limpar. Mas, o engraçado era que todo mundo usufruía dele, não era. [...] Chegou um momento em que quase ninguém se ajudava. Ai o bicho ficou feio. Porque na precisão não tinha com quem contar. Logo a gente percebeu que não dava para viver sem os outros e ai todos começaram a se ajudar. Mas, ainda tem aqueles encrenqueiros que reclamam de tudo (Antonia, 52 anos, neta do Vô).*

As falas demonstram claramente a lógica das prestações de dádiva. Segundo Mauss (1966), esta lógica é específica e paradoxal, pois ao mesmo tempo em que o dom é livre, é também obrigatório. É o receio de exclusão da rede socioeconômica, por não cumprir com essa regra rígida de reciprocidade, que gera a obrigação da *contradádiva*. O isolamento social dos sítios criou uma necessidade de ajuda mútua dantes desconhecida pelos descendentes do seu Manoel. Logo, eles perceberam que era mais lógico agirem em conjunto e só assim superarem as dificuldades que os assolavam naquele momento. Portanto, o círculo do dom, criado

e valorizado por eles, se constituiu como a base das novas relações sociais e produtivas estabelecidas entre os novos sítiantes.

É possível verificar, através das entrevistas, mudanças significativas na organização das atividades agropecuárias ocorridas na passagem da Fazenda para os sítios. A reorganização das relações sociais teve um peso significativo na recondução da produção e do trabalho. Assim como na vida social, o isolamento dos sítios trouxe, segundo os entrevistados, danos para as relações sociais e também provocou prejuízo para a agricultura e para criação de animais.

*Trabalhar junto, com muita mão-de-obra, numa terra só, é uma coisa. Agora, trabalhar sozinho é outra completamente diferente, mesmo se a terra for pequena. Quando a Fazenda foi dividida, a maioria dos filhos do Vô já era casada. Só que eram casais novos. Alguns tinham filhos pequenos e outros ainda não tinham nenhum. Ai, esse povo tinha que lidar sozinho no roçado! Foi um fracasso! Fracasso mesmo! Quase que passaram fome. Meu pai já tinha eu e meu irmão, rapazes, e pra ele já foi mais fácil (Pedro, 60 anos, neto do Vô).*

Assim, a experiência de produzir separadamente acarretou uma queda significativa da produção nos primeiros anos que sucederam à divisão dos sítios. Várias circunstâncias podem ser destacadas para elucidar a diminuição da produção: divisão da terra em pequenos lotes; diminuição da mão-de-obra; famílias jovens com pouca experiência na administração da propriedade; lotes com terras fracas para agricultura ou com muita pedra; ocasionando a diminuição da área agricultável; isolamento social e quebra da rede de reciprocidade.

As famílias vivenciaram essas dificuldades de forma diferenciada: umas tiveram problemas com o manejo das atividades produtivas, por não terem filhos ou terem filhos pequenos, não aptos para o trabalho no campo, ou por não saberem conduzir o processo produtivo adequadamente. Outras possuíam terras ruins ou com muita pedra e pouco espaço para lavoura. Algumas se isolaram ao ponto de ter que contratar serviço de meeiros, vindos de foram.



Houve o caso bem sucedido de dois dos filhos que trabalhavam diretamente com o senhor Manoel. Além da habilidade como o manejo da terra, eles tinham filhos jovens que os ajudavam no labor cotidiano. Assim, garantiram a produtividade de suas terras e a manutenção de seus pequenos rebanhos. Outro fator importante é que, nestes dois casos, os herdeiros conseguiram aumentar o tamanho dos seus estabelecimentos a partir da compra de terras dos vizinhos da Ramadinha.

O sucesso ou o fracasso produtivo das pequenas propriedades herdadas dependeu da qualidade do lote recebido, da quantidade de pessoas aptas a trabalharem na atividade produtiva, da capacidade individual de conduzir todo o processo de produção e administração familiar do estabelecimento agrícola. Estes são fatores importantes para manutenção e reprodução da pequena agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1990; WANDERLEY, 1999).

Aos poucos, alguns filhos do antigo fazendeiro foram se destacando dos demais, iniciando um processo de diferenciação social. Porém, ao passo que a desigualdade foi se estabelecendo novas lideranças surgiram, ocasionando mudanças na rede de reciprocidade horizontal que lhes foi útil por algum tempo. Assim, não demorou muito para eles votarem as relações verticalizadas, porém num formato bem diferente dos “*tempos idílicos*” da Fazenda Mandacaru. De acordo com Mauss (1950), a horizontalidade do Dom é característica de grupos que não têm como fundamento uma organização hierárquica formal ou informal. Uma vez constituído e alimentado os lugares de poder, as relações recíprocas caminham para verticalidade.

O surgimento de novas lideranças foi apontado pelos entrevistados como uma necessidade inerente ao desenvolvimento do grupo. Para eles, a desagregação social após a perda de seu líder foi a maior responsável pelos problemas de ordem social, econômica e produtiva que eles enfrentaram.

*A gente precisava se organizar novamente. Ter alguém que pudesse nos representar e também liderar todos nós. Não dava para ficar solto pra sempre, sem rumo, sem norte. Meu pai e meu tio foram os que sucederam meu Vô. Eles eram muito respeitados pelos irmãos e pelos netos. Eles não eram iguais ao Vô, Do jeito do Vô não dava mais e agora todo mundo era dono de si. Meu pai tinha que ouvir a todos e as coisas todos decidiam juntos (Pedro, 60 anos, neto do Vô).*

*Os problemas que nós enfrentamos no início eram porque todo mundo ficou cada um em seu lugar. Todos perdidos, mas aos poucos nós achamos nosso rumo (Antonia, 52 anos, neta do Vô).*

A liderança de dois filhos do seu Manoel deu-se a partir da experiência que os mesmos adquiriram ao estarem sempre trabalhando ao lado do pai. Como os mais sábios e bem sucedidos dos herdeiros, não seria incomum serem eleitos para comandar o grupo familiar. Grupo que ansiava em preencher o vazio deixado por seu antigo líder: Fazendeiro Manoel Antônio.

De acordo com os informantes, o destaque dos dois foi sendo conquistado aos poucos: um conselho dado, uma desavença por eles resolvida. Verificando o desenrolar da história da família, não é difícil perceber que a carência de comando e a lacuna deixada pelo líder patriarcal foram um dos fatores determinantes para o surgimento de novos líderes. De certa forma, o modelo seguido e entendido pelo grupo foi constituído com base numa forte tradição de mando e obediência.

Para Weber (1999), um dos elementos que confere o caráter de perpetuação ao poder tradicional é a capacidade do mesmo ser exercido por descendentes ou membros das gerações futuras. Eis o fundamento desse tipo de poder: a própria tradição, exercida e mantida pelo (os) descendente (es) do antigo líder ou por aquele que legitimamente merece sucedê-lo. Como o poder só se realiza quando há dominação, para que ele concretize, é necessário um grupo social que seja capaz de legitimar e obedecer ao mando do líder.

No caso do grupo dos descendentes do seu Manoel, houve a sucessão porque havia as condições sociais favoráveis à transmissão e perpetuação do poder tradicional outrora fundado sob o comando do antigo líder.

Neste momento específico, por volta da década de 1980, a organização social do grupo dos herdeiros do Vô Neco, caminhava para formação da comunidade. De forma não tão surpreendente, os filhos desses novos líderes começaram a se destacar no grupo familiar e na política local. Pedro tornou-se líder da “comunidade” e os outros dois, João e Antônio, exerceram, em períodos distintos, os cargos políticos de Prefeito e de Vice-Prefeito do Município, respectivamente.

Sob a liderança dos Netos do Vô Neco, Mandacaru passou por um novo processo de reconfiguração social. Mais uma vez a rede de interdependência foi modificada através da reordenação do espaço e das relações sociais.

## 2.2 A RECONFIGURAÇÃO DE MANDACARU: A constituição da comunidade

O marco de constitutivo da Comunidade Mandacaru foi a criação da Associação Comunitária no final da década de 1980. Entretanto, se for observada a história da divisão da Fazenda é possível verificar que os herdeiros se organizavam de forma comunitária uma década anterior ao surgimento da Associação.



**Figura 2-3:** Cerca e porteira da Comunidade  
Fonte: Arquivo próprio

Em Mandacaru, o sentimento de pertencimento ao lugar de origem e morada das famílias há cinco gerações é conservado para diferenciar o local e as pessoas que lá residem das demais comunidades e seus membros. Nas comunidades vizinhas não existem cercas para demarcar o território, os estabelecimentos agrícolas são cercados, porém a comunidade não é. Tanto que, para uma pessoa vinda de fora, fica difícil observar suas fronteiras ou extremidades. Isto não ocorre em Mandacaru; ao se aproximar da Comunidade, logo se percebe sua demarcação, a cerca e a porteira da antiga Fazenda. Atualmente, a Comunidade Mandacaru é



composta por 35 famílias nucleares. Destas famílias, apenas duas são de pessoas vindas de fora e que compraram terra no local.

**TABELA 2-2**

**Tipologia das famílias na comunidade Mandacaru, segundo sua situação socioeconômica<sup>43</sup>**

TIPOS	Nº DE FAMÍLIAS
Família do tipo 01 (estabelecimentos maiores, de 60 até 150 ha.)	04
Família do tipo 02 (estabelecimentos médios, de 15 até 60 ha.)	05
Família do tipo 03 (com pouca terra e/ou pouco roçado, até 15 ha.)	08
Família do tipo 04 (famílias de jovens sem terra, dependentes financeiros dos pais)	14
Idosos do tipo 05 (estabelecimentos pequenos, de 05 até 15 ha.)	04
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>

Fonte: SIDERSKY, 2002 reelaborado por OLIVEIRA, 2011

As famílias do **tipo 01** são aquelas que possuem uma situação econômica mais favorecida, possuindo maior quantidade de terra, maiores atividades agropecuárias – roçado, rebanho; inovações tecnológicas e uma complementação de renda vinda do trabalho de filhos que migraram ou dos benefícios do Governo Federal.

As do **tipo 02** são as que têm estabelecimentos médios, para o padrão da comunidade, desenvolvem a agricultura e quase nenhuma atividade de criação animal, com pouco ou quase nenhum tipo de inovação tecnológica e renda externa complementar.

O **tipo 03** pode ser caracterizado por estabelecimentos pequenos que variam de 03 a 15 ha., pouco roçado e nenhuma renda vinda de fora.

Já as famílias do **tipo 04** são formadas por jovens casados que habitam na terra dos pais e não possuem atividade produtiva separada da atividade dos mesmos (DUQUE, SIDERSKY & OLIVEIRA, 2004).

<sup>43</sup> Essa tipologia foi feita por Pablo Sidersky a partir dos seguintes critérios: tamanho da terra, infraestrutura, inovações tecnológicas e renda.

Hoje são integradas à Comunidade por laços sociais adquiridos através de trocas econômicas horizontais, de compadrio e do casamento dos seus filhos com descendentes do Vô. No entanto, os descendentes do tronco familiar originário, deixam bem claro, em suas falas, que as duas famílias vieram de fora e não pertencem à linhagem do Vô.

*Aqui todo mundo é parente: neto ou bisneto do Vô Neco. A gente faz questão de manter a nossa terra, o lugar em que nascemos e criamos nossos filhos. Agora tem duas famílias de fora. Já estão aqui há quase duas décadas. Eles são gente boa, honesta e trabalhadora. Agora fazem parte de nossa família também é como se fossem nossos irmãos e irmãs ou filhos e filhas. A filha de Augusto, um dos que vieram de fora, casou-se com meu sobrinho e já tiveram uma filha que é tataraneta do Vô (Didi, 58 anos, esposa de Pedro, neto do Vô).*

*Eu sou de fora. Vim prá cá porque comprei um pedaço de terra pequeno de uma pessoa daqui. Depois comprei mais terra de uma fazenda vizinha, aumentei a minha propriedade. Na época meus filhos eram pequenos e se criaram aqui. Minha filha mais velha casou-se com um rapaz do lugar e hoje a gente faz parte da família deles (Augusto, 55 anos, membro da Comunidade).*

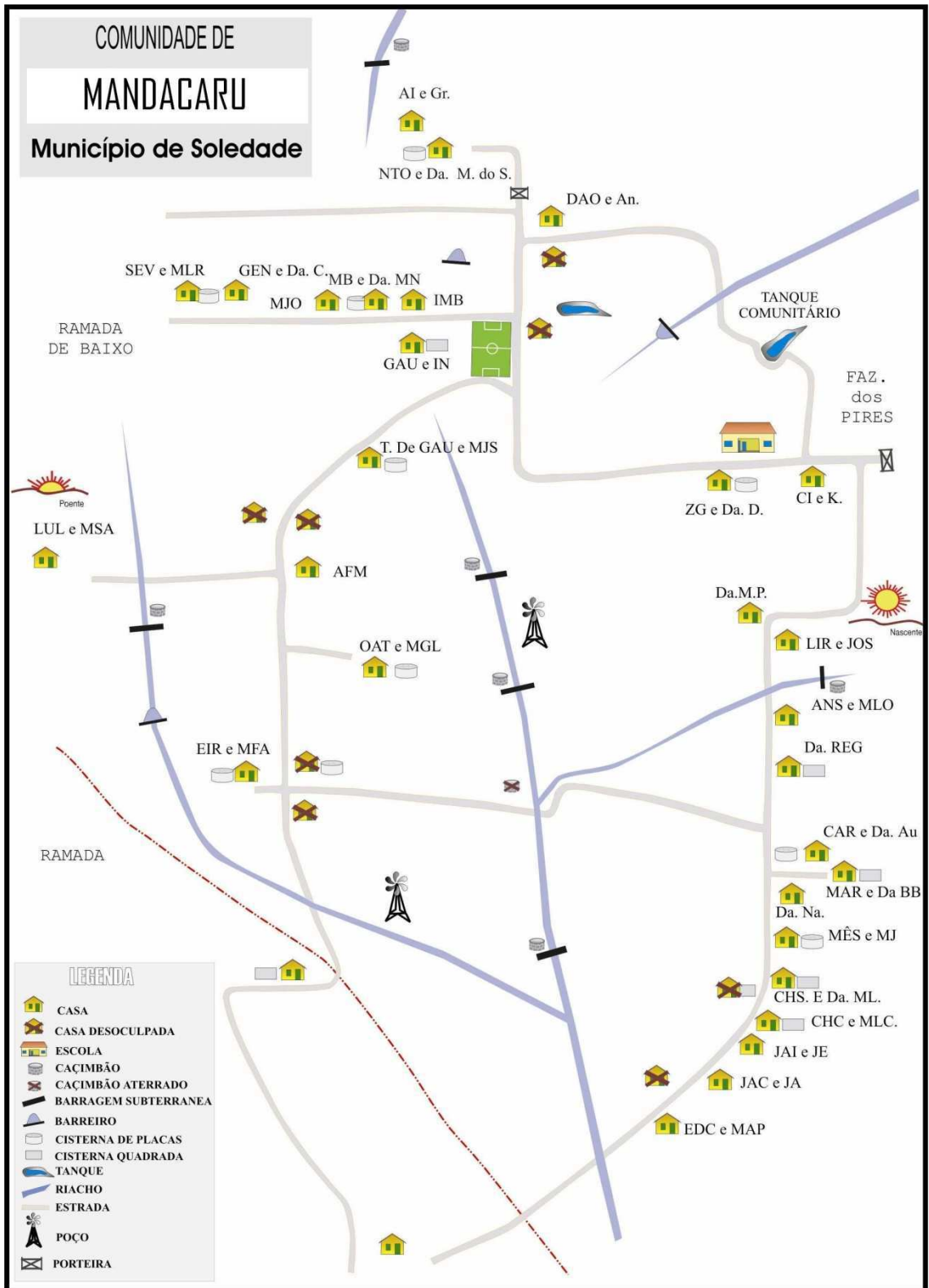
Das 32 famílias descendentes do Vô Neco que moram em Madacaru, 18 são chefiadas por netos e 14 por bisnetos. Como já foi destacado, parte dos descendentes do seu Manoel Antônio, migraram e continuam migrando para comunidades vizinhas, para sede do município e para a região sudeste. A migração teve efeito direto sobre a terra disponível para as famílias restantes, permitindo certa recomposição das propriedades depois da divisão entre os herdeiros. Este é um exemplo claro de um dos processos pelos quais as famílias de hoje têm um acesso muito limitado a terra no Nordeste. O processo sucessório em famílias grandes, sem mecanismos que permitam aos descendentes ter acesso a terra fora do lugar de origem, faz com que a disponibilidade de terra se reduza drasticamente já na terceira geração – a dos netos. Neste caso, a migração é uma alternativa “forçada” (MENEZES, 2004).

*O maior problema que enfrentamos no momento é o da falta de terra. Muitos dos nossos tiveram que partir para Soledade, para o Sul e para alguns assentamentos na vizinhança. Aqui não tem espaço para todos e é muito duro ver nossos irmãos, filhos e netos partirem para longe. Imagine que o Vô queria que todos vivessem juntos (...) hoje seria impossível. Mas, há o lado bom também! Os que foram embora ajudam muito aos que ficaram: mandam ajuda em dinheiro pra gente superar as dificuldades e quando voltam para nos visitar é sempre uma festa (João, 56 anos, neto do Vô).*

*Se você prestar atenção vai ver que o número de jovens vai diminuindo a cada ano. Eu tive nove filhos e hoje só tem dois aqui em casa. Sei que tenho sorte porque em algumas famílias todos já partiram. O maior problema daqui é a terra pouca, mas têm outros como: a falta de estudo, de renda e de ocupação. O que podemos oferecer aos jovens? (Augusto, 55 anos, membro da Comunidade).*

Mesmo com a migração intensiva, houve um importante crescimento demográfico que se traduziu num intenso, porém desigual, processo de parcelamento da terra da Comunidade. Somando isto à crise do algodão e do sisal, a situação econômica da maioria das famílias tornou-se muito precária. É difícil imaginar o que seria da comunidade sem a chegada dos benefícios previdenciários e das Políticas Públicas do Governo Federal e de entidades não governamentais.

A vida social e econômica da Comunidade sofreu mudanças significativas, mas estas não transfiguraram o modo de vida camponês. Pois, valores da vida campesina como o afeto a terra – lugar de pertencimento, onde se trabalha e mora - o amor à família – unidade societária de base forte e coesa, a relação de proximidade com o meio ambiente e a organização social ligada aos laços de reciprocidade e solidariedade permaneceram (BRANDÃO, 1999; HEREDIA, 1979; MENDRAS, 1978; WANDERLEY, 2000).



Diante desta nova configuração, a vida social sofreu algumas transformações advindas da passagem do mundo da fazenda, enquanto unidade, para o dos sítios e o da comunidade, enquanto diversidades. Com a fragmentação do espaço em vários sítios e, conseqüentemente, em várias famílias e unidades produtivas, as reuniões festivas e religiosas realizadas na casa do “Vô” deixaram de existir ou se transformaram.

Os casamentos e batizados que outrora eram realizados na casa da fazenda, sendo grandes acontecimentos socioculturais, agora são feitos na sede do município. Raramente o Pároco aparece na comunidade. A vida religiosa se restringe às novenas no mês de Maio, quando a imagem de Nossa Senhora percorre cada casa onde ocorre uma novena. A celebração da Semana Santa e do Natal ficou restrita à disponibilidade de cada família em realizar seu festejo particular. O mesmo ocorreu com a pamonhada coletiva e as festas juninas.

*As festas grandes são cada vez mais raras aqui na comunidade. Cada família faz suas festas de ano novo, natal, semana santa. Agora os casamentos e os batizados são feitos na cidade. Tudo está muito mudado. Mas, a gente tem os jogos de futebol aos domingos, as novenas, as reuniões da Associação e de vez em quando um forrozinho na casa de comadre Didi (Antônia, 52 anos, neta do Vô).*

Outro aspecto relevante é a transformação na relação campo/cidade. Enquanto, na fazenda, havia uma situação de quase isolamento em relação ao mundo exterior – com o qual o único vínculo era o Vô – hoje, os membros da comunidade mantêm um forte intercâmbio com a sede do município, por um lado, devido à proximidade que as estradas e os meios de transporte proporcionaram, por outro lado, pela busca dos serviços que a cidade pode oferecer: saúde, educação, serviços financeiros e o mercado, como também para visitar parentes.

Nestes pontos, podem ser destacados: em relação à saúde; o acesso a hospitais e farmácias – proximidade que enfraqueceu um pouco o ofício das benzedeiças e o uso de ervas medicinais -; na educação: verifica-se o melhoramento do grau de escolaridade entre os membros da comunidade, pois diariamente os adolescentes vão à cidade frequentar as escolas de ensino médio, uma vez que em Mandacaru só existe ensino fundamental; quanto aos serviços financeiros, houve uma maior recorrência ao sistema bancário, principalmente com a implantação da linha de crédito do Governo Federal destinada aos agricultores familiares: o

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); já com o mercado, ainda é forte a presença do atravessador, porém há casos de agricultores que vão pessoalmente vender seu excedente da produção na feira municipal.

*Hoje nós possuímos três estradas que ligam a comunidade às cidades vizinhas. Duas estradas que nos levam à Soledade e uma que vai diretamente a São Vicente. Hoje todo mundo tem uma motinha, o jumento motorizado do Nordeste, que nos leva rapidamente para qualquer lugar. A vida ficou mais fácil porque todos podem ir à feira, à escola e ao médico com mais facilidade (Antônio, 56 anos, neto do Vô).*

Atualmente a maioria da população sobrevive essencialmente de uma agricultura de subsistência, com fracos excedentes para o mercado local, renda complementada por uma atividade reduzida de criação. Muito embora, as atividades agrícolas e pecuárias tenham sofrido uma expressiva transformação a partir da incorporação de práticas agroecológicas de convivência com o semiárido.

*Antigamente a gente usava veneno, adubos e fazia queimada. Meu pai dizia que a terra não agüentava mais, era uma terra fraca. Depois que conheci a agroecologia minha terra melhorou muito. São coisas simples que o agricultor pode fazer: cuidar da mata nativa, não usar veneno e nem produto químico, usar a vegetação que levanta no inverno para adubar a terra e alimentar os animais. Eu tenho uma barragem subterrânea e produzo alimento o ano todo. Não tenho medo da seca como antigamente (Pedro, 60 anos, neto do Vô).*

Com o apoio de ONG's e do STR, os camponeses de Mandacaru passaram por um processo de transição agroecológica de mais de dez anos que possibilitou a mudança da forma produtiva convencional, baseada no uso de insumos químicos, agrotóxicos, queima dos roçados e depredação da mata nativa, para um modelo agroecológico, fundamentado em práticas de conservação ambiental e de convivência com o semiárido, desenvolvido em parceria com os mediadores e aperfeiçoado pelos camponeses.

Houve, na realidade, uma reconversão produtiva. Pois, as práticas, os saberes, o modo de vida e a identidade dos camponeses, sofreram significativas mudanças. Um novo olhar sobre o meio ambiente e sobre intervenção do homem em relação à natureza foi construído.

São os próprios produtores camponeses que estão transformando aos poucos seu sistema de produção com aumento significativo da produtividade e da sustentabilidade. Aliás, em certo sentido, a própria identidade desses produtores também se transformou, como veremos.

Além do mais, assistimos ainda à transformação das relações internas da comunidade, e desta com a região e com o Estado, culminando com a criação de novas políticas públicas. Em resumo, nasceu uma nova relação homem-natureza e com a sociedade global. Como esse processo está se dando ao longo de vários anos – e ainda continua, a transformação é menos visível, mas não menos real (DUQUE e OLIVEIRA, 2010, p. 01)

Práticas de conservação e valorização das sementes nativas ou crioulas (“sementes da paixão”) foram iniciadas. Destas práticas surgiram os bancos de sementes nas famílias da comunidade. Ação que garante a seguridade da biodiversidade da agricultura. A consciência da importância dessa biodiversidade para a sustentabilidade dos agroecossistemas se fortaleceu.

Outra iniciativa surgiu em torno da discussão do manejo e da preservação da mata nativa. Algumas atitudes foram postas em prática pelos agricultores: manutenção e conservação de pequenas áreas de mata nativa, extinção da técnica de queimadas, uso sustentável da extração da madeira, valorização e aproveitamento das frutas silvestres, utilização de cercas verdes, reflorestamento de áreas devastadas a partir da reposição da biodiversidade natural.

É importante salientar que a manutenção da biodiversidade permitiu a realização de outras práticas como: o maior aproveitamento da pastagem nativa a partir de sua conservação em silos ecológicos que mantêm a forragem em ótimas condições pelo período de até um ano, a criação de uma pequena fábrica de beneficiamento das frutas nativas e a revitalização do artesanato produzido com fibras, sementes e madeira da região. Quanto à fauna, a conservação das matas permitiu o repovoamento de espécies que estavam desaparecendo – preá, tatu, teju, abelhas, entre outros.

Atrelada às novas práticas veio o fortalecimento da organização comunitária. No nível societário, ainda é percebida a persistência de uma economia horizontal baseada na reciprocidade: troca de excedentes, empréstimos entre os parentes e compadres. Porém, houve todo um processo de diferenciação econômica e social. Vale salientar, que mesmo havendo diferenciação econômica entre as famílias, a renda dos mais abastados pode ser considerada modesta se equiparada ao valor de um salário mínimo mensal.

No processo de formação da Comunidade, 04 famílias se destacaram na vida social, política, econômica e ambiental. Delas, uma não é de descendentes do Vô,

veio de fora. As quatro compõem o novo grupo de *poder* na comunidade: o grupo de produtores experimentadores. Elas ocupam os lugares de chefia da Associação e alternam-se a cada eleição, de dois em dois anos. Há sem dúvida uma relação de cooperação mais estreita entre elas. Isto tem gerado certa fragmentação e conflito na Comunidade. A vida comunitária não está imune ao conflito. Muito pelo contrário, este faz parte do cotidiano e pode ser considerado um forte elemento que alavanca os processos sociais (TÖNNIES, 1979; SCOTT, 1976; ELIAS & SCOTSON, 2000).

Em Mandacaru os lugares de poder e status não são mais ocupados como eram outrora na antiga Fazenda. Hoje, perante a divisão da Fazenda em pequenas unidades, os agregados e meeiros não fazem mais parte da configuração social. Os descendentes do Vô que antes constituíam o grupo de parentesco se reorganizaram em novos grupos a partir da diferenciação política e econômica. Assim, as 04 famílias que lideram as relações de poder podem ser entendidas como o grupo novo de comando da Comunidade, preenchendo a lacuna outrora deixada pela figura patriarcal do Vô.

A configuração social da Comunidade Mandacaru deixa de ser permeada apenas pelas relações sociais de parentesco e de trabalho. A comunidade passa a contar com a emergência de atores sociais diversos. Como são os casos da Associação Comunitária e das entidades vindas de fora.

### **2.2.1 A Associação Comunitária de Mandacaru**

Quanto à Associação Comunitária, a mesma foi fundada no dia 3 de novembro de 1983. Sua formulação passou pela criação de um conjunto de regras - registradas no estatuto e no regimento interno - que deveriam pautar o seu funcionamento. Estas regras falam de reuniões ou assembleias regulares, de prestação de contas, das eleições bienais, etc.

*Criar a Associação foi uma necessidade e a gente não tinha como escapar. Nos anos 80 todo mundo tinha uma, pois muitos benefícios do Governo e de outras entidades só poderiam chegar aqui através de uma Associação legal. Por isso, criamos a nossa e tentamos segurar ela a todo custo (Augusto, 55 anos, ex-presidente da Associação).*



Nos primeiros anos, suas atividades foram direcionadas para atividades sociais, culturais e de lazer:

futebol, festas juninas, forrós. No final dos anos 1980, a Associação passou a ser o canal pelo qual deveriam passar as iniciativas governamentais de “distribuição de benefícios” para as comunidades.

#### QUADRO 2-1: PARA SER SÓCIO

Para ser sócio é preciso, em princípio, ser membro da Comunidade e se cadastrar. Após o cadastro, o novo membro recebe uma carteira de identificação e deverá pagar uma mensalidade de R\$ 1,00 (um real).



O dinheiro do pagamento mensal serve para cobrir algumas despesas da própria Associação (como, por exemplo, a preparação anual do balanço, que é obrigatório por lei). Pode também servir como “ajuda” para transportes urgentes de doentes e obras comunitárias por exemplo.

Na eleição acontecida no início de 1991, houve uma disputa acirrada, com muita interferência dos políticos que estavam na Prefeitura na época. Mas, quem ganhou foi o candidato do grupo oposto. Ao assumir, ele deu um impulso e uma maior organização à Associação. A principal realização da nova diretoria foi a “obtenção” da eletrificação da Comunidade. Cabe destacar que os líderes da Associação foram muito ativos e também hábeis na condução das negociações com os políticos, o que permitiu que esta obra fosse realizada a contento muito antes que em qualquer comunidade vizinha (DUQUE, SIDERSKY & OLIVEIRA, 2004a).

Na gestão de 2002 a 2004, o presidente eleito passou por problemas de ordem financeira e não pode pagar regularmente alguns empréstimos pessoais. Desta feita, seu nome foi *negativado*<sup>44</sup> e a Associação foi impedida de pleitear algumas Políticas Públicas do Governo Federal. De fato, como acontece com tantas na região, a Associação não faz uma prestação de contas regular, nem tem a sua contabilidade atualizada<sup>45</sup>. Atualmente, os dirigentes da Associação tentam regularizar esta situação, já que esta irregularidade impede a Associação de ser contemplada como parceira para qualquer iniciativa governamental.

<sup>44</sup> Termo jurídico usado para designar a situação de pessoas que tiveram seus nomes incluídos nos cadastros nacionais de devedores ou inadimplentes.

<sup>45</sup> Pela legislação em vigor, as associações devem, todos os anos, apresentar o seu balanço contábil ou sua declaração de rendimentos à Receita Federal.

Entre 2001 e 2003, os trabalhos na Associação foram prejudicados pelas irregularidades na prestação de contas e o envolvimento intensivo de alguns membros da comunidade nas atividades propostas por atores externos. Em relação a esse período, alguns entrevistados afirmaram que não havia uma rotina regular de reuniões: estas acontecem “quando tem algo para discutir”. Já o presidente da época, Augusto, foi mais incisivo: ele afirmou que não existem reuniões da Associação. Segundo ele, a causa disto é a “falta de tempo”, havendo muitas reuniões das ONG’s, inclusive nos finais de semana.



**Figura 2-4:** Escola da comunidade e sede da Associação  
Fonte: Arquivo próprio

Em 2004, Pedro assume os trabalhos na Associação. Neste período, ela ganhou vitalidade e novos convênios foram firmados com o Projeto Dom Helder Câmara<sup>46</sup>, para implementação de tecnologias de aperfeiçoamento do processo produtivo, e com a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (EMEPA). Neste caso, foi aprovado o projeto de uma fábrica de beneficiamento do umbu para o grupo de mulheres. As mulheres de Mandacaru formaram um grupo

---

<sup>46</sup> O Projeto Dom Helder Câmara é um programa do Governo Federal, com financiamento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) criado para o desenvolvimento da região semi-árida do Nordeste e dependendo do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

atrelado à Associação para trabalharem com artesanato e fabricação do doce e da polpa do umbu.



**Figura 2-5:** Reunião da Associação Comunitária de Mandacaru  
Fonte: Arquivo próprio

De 2006 a 2008, a Associação foi dirigida pelos jovens da Comunidade. O presidente da nova gestão foi o Paulinho, filho mais velho de Pedro, que tinha a função de revigorar a Associação e dar continuidade aos trabalhos deixados pelo pai.

*Nós apostamos na força dos jovens. A intenção era a de reativar a nossa Associação. Os jovens tinham mais tempo e novas ideias. Aí nós elegemos uma nova direção só de jovens (João, 56 anos, neto do Vô).*

*Os jovens são o futuro. Achamos importante incentivá-los a participar ativamente. Eles mesmos se candidataram para os cargos. Não eram quaisquer jovens, todos já participavam das reuniões e sabiam como a coisa funcionava (Pedro, 60 anos, neto do Vô, atual presidente da Associação).*

*No início eu tive medo e pensava: será que vamos conseguir? Mas meu pai esteve sempre presente e nos ajudou bastante. Uma vez que estávamos à frente dos trabalhos da Associação, os mais velhos tiveram mais tempo para articular os benefícios vindos de fora e viajar para as reuniões das ONG's (Paulinho, 21 anos, presidente da Associação em 2006, filho de Pedro).*

Sob o comando dos jovens, a Associação passou por um novo momento. A periodicidade das reuniões foi restabelecida, a prestação de contas regularizada e a participação dos membros da comunidade reconquistada.

*A experiência à frente da associação foi muito gratificante. Nós aprendemos que a organização é muito importante e que se envolver nos trabalhos comunitários é um dever de todos. Ganhamos muita sabedoria e passamos a valorizar o trabalho no campo, o meio ambiente e o camponês. Eu não quero sair daqui da comunidade. Eu quero continuar o que meus pais e tios começaram (Jéssica, 18 anos, secretária da Associação e filha de Augusto).*

No entanto, é possível verificar que eles não gozavam de autonomia para realizarem seus projetos. Seus pais continuaram comandando a situação e tomando as decisões mais importantes, impondo seus interesses e opiniões. Pelo que consta, não havia objeção ao controle dos mais velhos, pois os jovens se colocavam sempre na posição de aprendizes.

*Nós assumimos os trabalhos na Associação, mas nossos pais continuaram no comando. Eles nos orientavam e diziam qual o melhor projeto e qual a melhor ação. Não era difícil já que no final a decisão era de todos os membros e não da direção (Paulinho, 21 anos, presidente da Associação em 2006, filho de Pedro).*

Em 2009, nova eleição para direção da Associação Comunitária de Mandacaru foi realizada. Desta vez, foi formada uma chapa única mesclada entre os jovens, da gestão anterior, e os mais experientes que já haviam passado por gestões mais antigas. A composição foi a seguinte: Pedro como presidente, Carlinhos como tesoureiro e Jéssica com secretária. Esta é a composição que está atuando no presente momento.

TABELA 2-3

## O número de sócios nas famílias

NÚMERO DE SÓCIOS POR FAMÍLIA	Nº DE CASAS	Nº DE SÓCIOS
03 ou mais sócios(as)	10	41
02 sócios(as)	12	24
01 sócio(a)	04	04
Nenhum sócio(a)	06	00
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>69</b>

Fonte: OLIVEIRA, 2010

Pedro é eleito novamente como presidente da Associação. Sem dúvida ele personificou a figura do seu avô e é reconhecido por todos como o líder da Comunidade. É ele quem tem relações próximas com os demais membros, quem articula o contato com políticos e instituições de fora, quem domina um reconhecido conhecimento técnico sobre agricultura, agroecologia e pecuária. Ele é considerado por todos como um “homem sábio” e de conduta firme.

*Pedro é o nosso orientador. Ele é um homem muito sábio e decidido. Muito parecido com nosso Vô. Todos aqui escutam o que ele diz. Não sei o que seria da Comunidade e da Associação se não fosse ele (João, 56 anos, neto do Vô).*

*Eu levo todas as questões para as reuniões. Coloco minha opinião e digo: agora é com vocês. Agora depende de vocês. De mim não tem nenhuma diferença, são vocês quem decidem. Hoje a Associação faz muita coisa. A gente se organiza em grupo e faz. Nós ajeitamos o tanque e as estradas e isso era coisa para o Prefeito e eu fiz questão de publicar para ele ver que a gente faz. Entreguei a ele nosso jornalzinho pra ele ver. [...] Pode vir quem vier a gente faz as coisas com honestidade. Quer as notas ficais? Eu tenho tudo. Tá tudo feito (Pedro, 60 anos, neto do Vô, atual presidente da Associação).*

Os trabalhos coletivos realizados pela Associação são sempre organizados em forma de mutirão e a mobilização financeira é feita através de recursos adquiridos via Fundos Rotativos.

*Tudo que a gente faz é em forma de mutirão. Foi sempre assim e desde a época do Vô que o trabalho em grupo é feito. Sem os mutirões não seria possível manter um lugar tão limpo e organizado como este. E quando*

*precisa de dinheiro, todos contribuem. Cada um com o que tem e se não tem nada contribui com trabalho, mas contribui (João, 56 anos, neto do Vô).*

A Associação Comunitária de Mandacaru tem sido uma instituição muito importante para a consolidação da Comunidade. Foi através dela que os membros da Comunidade decidiram qual rumo deveriam tomar e que tipo de organização social seria mais apropriada para suas vidas. Como parte constituinte da vida comunitária, a Associação não deixa de ser permeada pelo tipo de rede de interdependência própria da Comunidade e de sua história. Portanto, na Associação são visivelmente verificados os laços sociais de reciprocidade e solidariedade estabelecidos pelos seus membros, o tipo de relações de poder, os conflitos e as disputas. É na Associação que o cotidiano da Comunidade toma forma e ganha contornos definidos.

### **2.2.2 Os novos atores externos**

Em relação aos atores externos, na década de 1990, a Comunidade Mandacaru sofre paulatinamente a influência de novas formas de organização, promovida em grande parte pela organização interna ou intervenção externa de novos atores, que começaram a atuar coletivamente nas organizações dos camponeses ou a seu serviço: o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e as Organizações não governamentais.

Essas novas formas de organização vieram sobrepor-se ou justapor-se às formas preexistentes de organização da Comunidade. Frente ao desengajamento ocorrido após o falecimento do Vô e a divisão da Fazenda e à carência de políticas públicas provindas do Estado, novas formas de ação coletiva foram sendo desenvolvidas na comunidade a partir da ação externa desses novos atores.

*De fato, hoje em dia é praticamente unânime a idéia de que é necessário reforçar a organização no meio rural nordestino, esta sendo quase que uma condição prévia para qualquer melhoria no padrão de vida da sua população (DUQUE, SIDERSKY & OLIVEIRA, 2004a, p,118).*

A influência dos atores externos reforçou certa desigualdade que, após a morte do Vô, se estabeleceu entre seus descendentes; alguns deles personificaram

seu antigo lugar de poder, tornando-se novos líderes e se destacaram dos demais por terem se adaptado a metodologia e as ações dos atores externos.

A ação externa mais contundente ocorrida em Mandacaru foi, sem dúvida, a da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-Paraíba), através do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade (STR) em parceria com o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC).

A partir de 1997, o STR firmou parceria com a Associação da Comunidade, com o objetivo de apoiar a experimentação e difusão na Comunidade de técnicas e inovações que contribuíssem para uma melhor convivência dos camponeses com a região semiárida. Trata-se de técnicas de diversificação das culturas, de captação e manejo dos recursos hídricos (como tanques de pedra, barragens subterrâneas e cisternas de placas), aproveitamento e silagem da forragem natural para manutenção do rebanho – principalmente nos tempo de secas –, utilização de cercas verdes ou de tela, etc. São inovações simples e baratas, facilmente acessíveis aos produtores, e que aumentam consideravelmente sua capacidade de conviver com o semiárido.

A importância da maioria dessas ações é que elas não são simplesmente ensinadas e doadas, elas são fomentadas a partir do sistema de Fundos Rotativos Solidários (FRS): forma de crédito que se apóia nas relações tradicionais de solidariedade, reciprocidade e confiança, bem como na reputação dos seus membros.

Embora a cisterna de placas seja o principal produto do sistema e o mais desejado pelos camponeses, em Mandacaru as inovações, feitas a partir dos FRS, foram implementadas quase que concomitantemente. Assim, tratar de FRS nesta Comunidade significa não restringir o estudo aos fundos rotativos de cisternas de placas, pois este sistema também é muito utilizado em outras atividades como: multiplicação do rebanho (FRS de caprinos e ovinos), construção de barragens subterrâneas e de silos de trincheira.

Além do PATAC e do STR de Soledade, nessa mesma época (final da década de 1990), a Comunidade passa a ser atendida pela AS-PTA<sup>47</sup>, cujo foco de ação é implementar um novo padrão de agricultura com base na agroecologia. Muitas iniciativas agroecológicas realizadas na Comunidade foram apoiadas por essas entidades: manejo sustentável da mata nativa, cercas verdes, cultivo de abelhas nativas, uso de defensivos naturais, entre outros.

Em 2005, o Projeto Dom Helder Câmara (um programa do Governo Federal com financiamento do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) criado para o desenvolvimento da região semiárida do Nordeste), chega à Mandacaru com uma proposta de potencializar as tecnologias de aperfeiçoamento do processo produtivo. Seu foco, na Comunidade, era a criação e o manejo de ovinos e caprinos. O projeto veio para Comunidade a fundo perdido. Porém, os camponeses resolveram transformá-lo em fundo rotativo para garantir que todas as famílias tivessem igual acesso aos animais doados. Em 2010, o Dom Helder aprovou um novo projeto para Comunidade e a contemplou com máquinas de beneficiamento agrícola: ensiladeira, forrageira e bomba d'água.

Outras entidades externas atuam em Mandacaru, tais como: a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (EMEPA) – neste caso foi aprovada e criada uma fábrica de beneficiamento de frutas nativas para o grupo de mulheres –; a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER/PB) – que fornece assistência veterinária ao rebanho.

A ação desses novos atores interferiu drasticamente na organização social e produtiva dos camponeses de Mandacaru. Quanto à organização social, o sistema de FRS foi, sem dúvida, a maior transformação ocorrida. Muito embora esse sistema se apóie nos laços sociais preexistentes, onde a reputação e a confiança associadas às regras de solidariedade e reciprocidade são os principais elementos, ele possibilitou um novo arranjo social a partir da cooperação e a gestão comum dos bens. Quanto à produção, novas práticas agrícolas e pecuárias, de convivência com o semiárido, foram inseridas na Comunidade, impulsionando uma transição agroecológica.

---

<sup>47</sup> O STR de Soledade, o PATAC e AS-PTA fazem parte da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba). Portanto, trabalhar em conjunto faz parte da articulação. Muito embora haja a predominância de uma ou de outra em determinados territórios. No caso do Cariri, o PATAC e o STR são as entidades mais atuantes.



Diante dos aspectos apresentados sobre a cultura e o modo de vida dos camponeses de Mandacaru, a noção de processo social específico foi útil à interpretação da história da Comunidade. A partir da observação do processo de formação da Comunidade, desde a fazenda até os dias atuais, foi possível compreender sua configuração social: os tipos de laço social estabelecidos entre os membros da Comunidade, como se davam o pertencimento e a hierarquia social e toda uma rede de relações baseada na reciprocidade e na solidariedade.

À primeira vista, a Comunidade Mandacaru pareceu um lugar onde os indivíduos compartilham uma vida social de relações simétricas e iguais. Elias (2000) deixa bem claro que estruturas hierárquicas de status, tensões e conflitos fazem parte de todas as configurações sociais. Em Mandacaru, a diferenciação social é camuflada pelo fato de seus membros pertencerem a um mesmo tronco familiar. Um olhar mais atento sobre sua história e constituição social permite vislumbrar o quanto as relações de poder e dominação constituem estruturas importantes no modo de vida construído pelos membros da Comunidade.

Por fim, entender Mandacaru como uma configuração social específica resolve a antiga contenda sociológica que coloca indivíduo e sociedades em lados opostos. A configuração social só tem sentido, segundo Elias (1994a), se for pensada a partir da relação dos indivíduos com a sociedade, em forma de unidade, entendida como um processo social específico que *não é planejado, porém possui uma direção certa* (ELIAS, 1994b).

## CAPÍTULO III

### ATORES E INTERAÇÕES: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AÇÃO COLETIVA NO CARIRI PARAIBANO E EM MANDACARU

O mundo social não compreende apenas indivíduos isolados, mas também estruturas e recursos, línguas e discursos, e estes também são relevantes para as possibilidades de ação coletiva.

John Urry<sup>48</sup>

*A ação coletiva realizada a partir da intervenção da ASA permite a construção de uma articulação organizada entre vários atores sociais que compartilham interesses comuns. A união de todos vai muito além de iniciativas isoladas. É o coletivo que torna nossas ações fortes.*

Antônio, membro da ASA.

A emergência da ação coletiva de novos atores externos em Mandacaru, exposta no capítulo anterior: “*O processo de constituição configuracional da Comunidade Rural Mandacaru*”, possibilitou o desenvolvimento de um processo de mudança de mais de quinze anos, que alterou a trajetória social dos camponeses que lá residem e trabalham. Foi através da introdução de iniciativas organizativas e técnicas inovadoras que novas formas de convivência social e ambiental com a região semiárida foram introduzidas em seu meio.

Diante dos atores externos que direcionaram suas ações para Mandacaru, sem dúvida foram as entidades e organizações que fazem parte da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-Paraíba) que mais contribuíram com o processo de mudança. A ação coletiva impulsionada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade (STR), pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) e, mais tarde, pelo Coletivo Regional do Cariri, Seridó e

---

<sup>48</sup> URRY, John. **Ação coletiva**. In: BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

Curimataú Paraibano (COLETIVO) trouxe para a Comunidade um novo olhar sobre sua organização social, econômica e cultural.

A grande inovação organizativa, que se justapôs à organização comunitária, foi o Sistema de Fundos Rotativos Solidários (FRS). Este Sistema constitui uma estratégia aplicada para todas as ações de implementação das inovações tecnológicas e produtivas que são um conjunto de tecnologias simples, de baixos custos e de grande potencial adaptativo às condições ambientais, como por exemplo: cisterna de placas, barragem subterrânea, cerca de telas, silos ecológicos, manejo sustentável dos recursos naturais e da mata nativa, melhoramento de rebanho, pastos e lavouras por meio de técnicas agroecológicas, etc.

As ações direcionadas à Comunidade pelos demais atores externos que não fazem parte da ASA-Paraíba foram incorporadas pela Comunidade a partir das práticas apreendidas através da ação coletiva dos camponeses e das entidades da ASA, como por exemplo: o projeto de caprinos e ovinos do Dom Helder Câmara que veio, para Mandacaru, a fundo perdido e foi transformado pelos camponeses em fundo rotativo.

O caso de Mandacaru evidencia a intervenção da ação coletiva proposta pelos atores externos, associada à ação coletiva dos camponeses, possibilitando uma nova forma de interação homem/natureza/sociedade a partir da construção de novos saberes, pautados nas práticas agroecológicas, que fundamentam a emergência de um novo modo de vida e de uma nova significação da identidade camponesa.

Assim, neste capítulo será discutida a intervenção dos agentes mediadores a partir da execução de suas propostas de ação coletiva em Mandacaru. O destaque vai para as entidades da ASA-Paraíba e em particular para o PATAC, devido à intensidade de sua atuação na Comunidade. A princípio, as informações acerca do histórico da ação coletiva em Soledade, através da rede ASA, serão expostas apenas de forma descritiva, pois a análise da ação coletiva, objeto da tese, será feita a partir de sua intervenção na Comunidade. Portanto, será demonstrado como os camponeses da Comunidade incorporaram a ação coletiva vinda de fora, transformando-a numa ação coletiva de seu próprio grupo interno, evidenciando os resultados de um processo de aprendizagem coletiva gerador de autonomia.

### 3.1 RAÍZES DA AÇÃO COLETIVA NO CARIRI: cooperação, reciprocidade e construção de novos saberes

Não é fácil precisar o limiar do processo social e político que desencadeou a ação coletiva ocorrida no Município de Soledade e entorno. No entanto, analisando dezenas de relatos colhidos em mais de dez anos de pesquisas realizadas na região, foi possível identificar um marco temporal destacado por todos entrevistados como sendo o ponto de maior relevância para explicar o surgimento da ação coletiva dos camponeses e instituições parceiras que atuam na localidade.

Trata-se da década de 1980 quando o Município de Soledade enfrentava muitas dificuldades oriundas de sucessivos períodos de estiagens, associados à dominação imposta por políticos tradicionais da região: os ditos “Coronéis” e quase inexistência de políticas públicas direcionadas ao Semiárido. As secas e a dominação política constituíam, naquele momento, um cenário de miséria, fome e sede que para muitos era impossível ultrapassar. Esse ponto específico, na história de vida daquelas pessoas e de suas interações sociais, revela o quão a necessidade de superar obstáculos impostos pela natureza do semiárido e pela constituição histórica, social e política da região impulsionou um forte movimento de ações coordenadas e sistemáticas: *ações coletivas*.

*Naquela época (1980) nossa vida no campo era de muita dificuldade. Várias secas e nenhuma atitude dos políticos para nos ajudar. O Prefeito doava feijão, farinha e carne seca para os pobres. O feijão era tão duro que era preciso pilar para poder cozinhar. [...] Não havia como mudá-la ou como resistir o que era imposto para nós. Eu não me conformava com o que a gente passava, era preciso mudar. Aí a Igreja deu o primeiro passo quando nos disse que uma andorinha só não faz verão e que uma abelha sozinha não produz mel. Aí percebi que se nós nos uníssemos era possível melhorar de vida. Foi quando chegaram as ONG's e o Sindicato e nós começamos o trabalho em conjunto para construirmos uma vida melhor e não depender mais de favores (Mário, camponês de Caiçara).*

Diante da conjuntura configurada naquele momento surgiram ações organizadas pelos camponeses, Igreja Católica, STR e ONG's, principalmente o PATAC, como forma de *resistência real* à dominação política e ao contexto histórico existente. Segundo Scott *apud* Menezes (2002, p. 33), “a *resistência real*, se argumenta, é (a) organizada, sistemática e cooperativa; (b) guiada por princípios

*não-egoísta, (c) tem conseqüências revolucionárias e/ou (d) incorpora idéias e intenções que negam as bases da dominação em si mesmas.*

Assim, os camponeses (representados pelas Associações de suas comunidades ou por lideranças comunitárias) conjuntamente com as entidades envolvidas, encabeçaram um movimento de resistência organizado, sistemático e cooperativo – como enfatizado por Scott (1976) – que teve início em Soledade e se estendeu para outros municípios. O foco da ação coletiva era de criar uma forma de organização que favorecesse a convivência com os limites impostos pelo semiárido e pela história social da região, negando as bases tradicionais da dominação a partir da busca pela autonomia produtiva, política e social.

### QUADRO 3-1 – SEMIÁRIDO BRASILEIRO



Segundo dados oficiais do Ministério da Integração o Semiárido brasileiro se estende por 975 mil quilômetros quadrados e compreende 1.133 municípios de 9 estados do Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe e o norte de dois estados do Sudeste: Espírito Santo e Minas Gerais. A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) atua em todos esses estados onde a vegetação predominante é a caatinga — único bioma exclusivamente brasileiro —, rica em espécies vegetais que não existem em nenhum outro lugar do planeta. É o Semiárido mais populoso do planeta e também o mais chuvoso. Curiosamente, é uma região de déficit hídrico. Isso quer dizer que a quantidade de chuva é menor do que a água que evapora, numa proporção de 3 para 1. Ou seja, a quantidade de água que evapora é 3 vezes maior do que a de chuva que cai. Além disso, as chuvas são irregulares e, algumas vezes, há longos períodos de estiagem. Durante essas épocas, a média pluviométrica pode chegar perto dos 200 milímetros anuais. Daí a importância de guardar a chuva adequadamente. No Semiárido brasileiro, também existem diferenças marcantes do ponto de vista da precipitação anual de uma região para outra. Em alguns locais, o índice das chuvas pode chegar a 800 milímetros por ano.

(Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em 14 de junho de 2010).

No desencadeamento desse processo, os camponeses das comunidades rurais de Soledade, gradativamente, deixaram de lado o papel passivo que representavam há várias gerações e passaram a desempenhar, ativamente, a função de protagonistas de suas interações sociais. A mudança de postura, perante suas vidas e seu cotidiano, os tornou sujeitos capazes de conduzir o rumo de suas histórias. Essa transformação de atitude foi de fundamental importância para realização de uma coordenada. Pois, a ação coletiva ocorre quando sujeitos buscam maximizar seus interesses por intermédio da cooperação e da ajuda mútua (OLSON, 1999).

É importante reafirmar que a cooperação se dá por intermédio de alguns elementos que a tornam possível e a transformam em ação coletiva: o interesse, a reputação, a confiança, a solidariedade e a reciprocidade<sup>49</sup>.

- O *Interesse* pode ser motivado por várias razões coletivas e/ou individuais. Ele é importante para a formação e manutenção de grupos cooperativos, pois não há ação que se realize sem que haja interesse do indivíduo ou do grupo em realizá-la (HINDESS, 1996).
- A *confiança* torna-se essencial quando a monitoração da ação coletiva é difícil, a decisão de aderir a uma iniciativa cooperativa torna-se passível do risco de deserção de outros. Na ausência da certeza de que os outros agentes irão cumprir as regras contratuais, é a confiança que supera as incertezas e minimiza o valor dos custos (VÉLEZ-IBANÉZ, 1993; PUTNAM, 2002);
- A *reputação* é um elemento requisitado todas as vezes que não há garantias formais de que serão cumpridos os pactos feitos entre os indivíduos membros de um grupo. Nestes casos, a ação cooperativa só é possível mediante a associação entre aqueles que desfrutam de “boa reputação”, excluindo os que não transmitem confiança (OSTROM, 1990);
- A *solidariedade* é a condição do grupo que resulta da união de atitudes e de sentimentos (DURKHEIM, 1994). Esta comunhão

---

<sup>49</sup> Ver o Capítulo I, no tópico 1.4 Aspectos sobre cooperação e ação coletiva, elementos de interação coletiva na página 77.

possibilita a cooperação ao passo que favorece a produção de respeito, fidedignidade e eficácia que os indivíduos ou grupos necessitam para manter-se cooperando;

- A *reciprocidade* pode ser entendida como sendo balanceada ou específica, e generalizada ou difusa. A primeira diz respeito à permuta e a segunda refere-se a uma contínua relação de troca que a qualquer momento pode se desfazer (SAHLINS, 1972; OSTROM, 1990; PUTNAM, 1996).

No início do processo de formação da ação coletiva em Soledade, o grupo desfrutava de objetivos comuns, porém este ainda podia ser considerado um *grupo semiorganizado* cujo foco da ação era disperso e até mesmo difuso. Foi preciso uma longa trajetória de experiências compartilhadas e aprendidas para as experiências do grupo tornar-se sistematizadas ao ponto de criar uma organização coletiva consolidada, como ocorreu, alguns anos mais tarde, com a criação do *Coletivo de Educação Solidária de Soledade e Entorno*.

Mas antes do surgimento do Coletivo, uma das primeiras iniciativas foi a de criar alternativas simples e de baixo custo para garantir o armazenamento de água e de sementes. Nesse momento, a ação conjunta estava apenas começando. Em nível organizativo e de mobilização social, a Igreja era quem desempenhava o papel principal, e em nível técnico/produtivo, o STR e as ONG's foram encarregados de desenvolverem, juntamente com os camponeses, tecnologias adaptadas às condições do semiárido.

O papel da Igreja foi de grande importância para o início da articulação da ação coletiva em Soledade. Pois, desde os meados da década de 1970, a Paróquia do Município desenvolvia um amplo trabalho de mobilização social e evangelização através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBE's)<sup>50</sup>, ela incentivava,

---

<sup>50</sup> As Comunidades Eclesiais de Base (CEBE's) são comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), se espalharam principalmente nos anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial, compostas principalmente por membros das classes populares, vinculadas a uma igreja, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida. Através do *método ver-julgar-agir* buscam olhar a realidade em que vivem (VER), julgá-la com os olhos da fé (JULGAR) e encontrar caminhos de ação impulsionados por este mesmo juízo à luz da fé (AGIR). Estas comunidades impulsionaram a criação de clubes de mães, associações de moradores e de trabalhadores rurais, inserção no movimento operário, e outras iniciativas que fortaleceram o movimento social.

principalmente, as comunidades rurais a se organizarem de forma associativa e a refletir sobre sua história e condições de vida, buscando alternativas que viabilizassem a melhoria da vida cotidiana dos camponeses. Quando o STR e as ONG's deram início ao trabalho nas comunidades rurais, em 1980, contaram com a efetiva participação do Pároco, atuante na época, que era um ator social engajado na luta de combate à seca e à dependência causada pelo assistencialismo efetivado pelos políticos locais: "coronéis".

Desde 1980, comunidades rurais do município de Soledade-PB acompanhadas pela Igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ONG's com atuação na região (PATAC e PRACASA) organizam grupos de evangelização, bancos de sementes comunitários e mutirões para construção e melhoria de reservatórios de água. Essas e outras iniciativas técnicas e sócio-organizativas foram se expandindo para comunidades rurais de municípios próximos a Soledade, aumentando assim o alcance social delas, a partir do envolvimento de novas famílias agricultoras (MELO, 2010, p.01).

As primeiras iniciativas organizativas consistiram na formação de grupos de evangelização e, conseqüentemente, de grupos de mutirões solidários. Nos grupos de evangelização, além das lições bíblicas, eram discutidas a realidade das comunidades e das famílias, bem como as formas possíveis de superar coletivamente os desafios existentes. Esses grupos, geralmente, formavam mutirões para realizar ações como: limpar estradas e barreiros, agilizar o plantio e a colheita, recuperar casas e cercas e até juntar fundos para ajudar uma família com dificuldades financeiras ou com enfermos.

O trabalho comunitário da Paróquia de Soledade favoreceu o desenvolvimento e a implantação das tecnologias adaptadas ao semiárido introduzidas pelo STR e PATAC. Estas entidades encontraram, nas comunidades, um ambiente organizativo propício para a implementação das inovações tecnológicas. Naquele momento, surgiram os primeiros trabalhos com tanques de pedras, os poços artesianos e com os bancos de sementes comunitários.

Assim, as principais entidades que protagonizaram as atividades de convivência com o semiárido, em Soledade, foram o STR e o PATAC. Cada instituição, a partir de sua vocação, objetivos e princípios, começou a atuar fortemente no município com intuito de incentivar o fortalecimento da organização

---



social dos camponeses e de sua ação coletiva por intermédio das tecnologias adaptadas e das inovações organizativas.

Naquele momento, conviver com a região semiárida significava buscar iniciativas que garantissem a conservação, o uso sustentável e a recomposição ambiental dos recursos naturais da Região, assim como, conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

Por volta do final da década de 1980 e início da década de 1990, estas duas

### **QUADRO 3-2: O STR DE SOLEDADE**

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Soledade (STR) foi fundado em 1979. Sua estrutura organizacional é composta pelos cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. No ato de sua criação, o STR tinha como papel principal representar e defender os direitos do trabalhador e da trabalhadora rural, bem como possibilitar o acesso à Previdência Rural, à educação e à saúde para o campo. No ano de 1985 uma nova diretoria resolve atuar intensivamente nas comunidades rurais do Município, desenvolvendo ações de *conscientização política dos trabalhadores rurais e desenvolvimento da agricultura familiar através de assistência técnica e organizativa*. Na década de 1990, o Sindicato intensifica suas ações em relação à produção agrícola e ao manejo dos recursos hídricos. Nesse período, apesar de geograficamente distante, o STR passa a fazer parte do *Pólo Sindical da Borborema* e, conseqüentemente, da *ASA-Paraíba*. Nos anos 2000, a instituição torna-se *Unidade Gestora do P1MC* e em 2004 passa a ser uma das entidades mais atuantes no Coletivo regional do Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano. Hoje, além de desempenhar suas funções estatutárias e técnicas em função da convivência com o semiárido, o Sindicato tornou-se um ator político significativo em Soledade e cidades vizinhas.

entidades, STR e PATAC, mergulharam numa espécie de processo profundo de construção das novas tecnologias juntamente com os camponeses. A maioria das experiências surgiu da tentativa de driblar as dificuldades enfrentadas pelos camponeses e de resolvê-las de forma eficiente.

Era preciso, portanto, adquirir recursos monetários que possibilitassem o financiamento das primeiras iniciativas. Em primeiro lugar, para que os novos experimentos fossem realizados como forma de demonstração e aprendizagem; e em segundo lugar, para financiar as primeiras experiências realizadas coletivamente nas comunidades. Assim, o STR contou com os recursos advindos das contribuições dos seus membros associados e o PATAC se apoiou no financiamento adquirido através da cooperação internacional – na época, a maior contribuição foi do Catholic Relief Service (CRS) em convênio com o Programa Mundial de Alimentação (PMA).

### QUADRO 3-3: O PATAC

O PATAC tem por missão contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar no semiárido brasileiro, especialmente no Estado da Paraíba, através da agroecologia como base técnica, metodológica, científica e organizativa, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. A instituição foi criada em 1970, como serviço social da *Congregação Redentorista Nordestina*. Nesta década, ele atuou na área de habitação popular contribuindo para a adaptação e difusão de tecnologias simples e de baixo custo voltadas para a construção de moradias populares. A partir dos anos 1980, reorientou seu trabalho focando-o no meio rural, passando a desenvolver ações junto às famílias agricultoras e suas organizações de camponeses. Em 1992, constituiu-se legalmente como associação autônoma sem fins lucrativos, tornando-se ONG com personalidade jurídica própria. Sua estrutura organizacional é composta por um conselho diretor, um conselho fiscal e uma coordenação de gestão institucional que por sua vez é subdividida em três outras sub-coordenações: coordenação institucional, coordenação de programas e coordenação administrativa/financeira. Desde 1993, o PATAC também vem favorecendo processo de articulação de organizações da sociedade civil que atuam no meio rural para implementação de políticas públicas no semiárido. Nesse sentido contribuiu com a construção da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-Paraíba) e da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil). Hoje a instituição desenvolve o seu trabalho a partir da valorização das práticas e das capacidades dos(as) agricultores(as) e de suas organizações, considerando a maneira como manejam os agroecossistemas das unidades de produção familiar, valorizando a cultura e a história de cada localidade (MELO, 2010).

Algumas comunidades rurais se destacaram mais do que outras em termos de concretização das experiências, de atuação e de consolidação da ação coletiva, entre elas: Pires, Juazeiro, Manoel de Sousa e Mandacaru. Porém, a ação coletiva realizada com maior expressividade na época, início de 1990, ocorreu em Caiçara.

*Era um momento de crise no abastecimento de água. Uma grande seca que já durava alguns anos. Não tinha mais água no açude de Soledade nem nos pequenos açudes e barreiros da zona rural. Os carros-pipas vinham de outras cidades para abastecer a zona urbana e a zona rural, onde a situação era mais crítica. Era uma situação emergencial. Não se tratava de salvar rebanhos e sim de salvar pessoas. O problema era que nas comunidades rurais não havia reservatório para depositar a água. Geralmente os pipas despejavam a água em locais de pedras ou mesmo em barreiros. Era mais lama do que água... Pessoas e animais amontoados à espera da água que chegava duas e até uma vez por semana. O que fazer? perguntei ao meu parceiro (o padre da paróquia). Isso não pode continuar assim. Soubemos, um pouco mais tarde, de umas cisternas redondas que não eram construídas com tijolos e sim com placas de cimento armado, que eram bem baratas em comparação com as tradicionais, quadradas. Eu e o Padre procuramos informações sobre essas cisternas novas. Realmente, eram bem em conta. O problema da falta de reservatórios poderia ser amenizado com a construção dessas cisternas. Mas, como construí-las? Não bastava fazer uma ou duas. Como construir cisternas para todos se não disponibilizávamos de recursos suficientes? De tanto pensarmos, resolvemos fazer uma espécie de consórcio. A primeira foi feita, em regime de mutirão, no salão comunitário de Caiçara. Depois tínhamos verba para mais 6. (...) A comunidade apoiou. Com a verba*

*dessas 6 cisternas foram formados 6 grupos de 5 famílias cada um. Quando essas 30 famílias tiveram suas cisternas construídas, cada grupo deu origem a um novo grupo, até que todas as famílias foram atendidas. Quando todas as cisternas foram concluídas, a gente começou a perceber a necessidade de continuar. Continuamos... (Membro do STR de Soledade).*

Os camponeses de Caiçara, juntamente com os técnicos do STR, do PATC e do Padre de Soledade, deram o impulso necessário à criação da tecnologia adaptada mais difundida até os dias de hoje, a cisterna de placas, assim como, da experiência organizativa de ação coletiva de camponeses mais articulada da Paraíba, o sistema de Fundos Rotativos Solidários.

É nesse contexto que surgem no ano de 1993 os Fundos Rotativos Solidários (FRS)<sup>51</sup> no Cariri Paraibano, mais precisamente na Comunidade Rural de Caiçara, município de Soledade. Trata-se de uma forma de associação de crédito rotativo que possibilita, através da cooperação entre seus membros, a construção de um bem material preestabelecido. O primeiro projeto foi financiado pela Catholic Relief Service (CRS), em convênio como o Programa Mundial de Alimentação. O trabalho foi assumido pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) – organização não-governamental (ONG) que direciona sua ação para o meio rural – em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade (STR) e com a Paróquia local. O objetivo era criar uma forma de disponibilizar recursos financeiros destinados à construção de cisternas de placas, já que o Município vinha enfrentando problemas no abastecimento de água, relacionados a uma forte seca, e falta de infraestrutura que suportasse um longo período de estiagem. A comunidade de Caiçara foi escolhida porque tinha grande deficiência em recursos hídricos; era uma comunidade populosa, e o carro pipa abastecia com água um buraco sem cerca, que freqüentemente era invadido por animais. Além do mais, tinha na comunidade um grupo que refletia sobre o trabalho comunitário (OLIVEIRA, 2006, p. 01-02).

Como exposto no relato acima citado, o primeiro FRS da Paraíba foi criado em 1993 na Comunidade de Caiçara. Tratava-se de um fundo rotativo destinado à construção de cisternas de placas. Inicialmente, os “promotores” dos primeiros FRS pretendiam apenas multiplicar recursos insuficientes para atender a demanda de cisternas das comunidades. Depois, este sistema ampliou-se, passando a subsidiar outras tecnologias e as necessidades estabelecidas pelas comunidades (como ajudar uma família que estivesse passando por dificuldades financeiras).

---

<sup>51</sup> O nome *fundo rotativo solidário* é usado pelas instituições que criaram a associação de crédito rotativo. Portanto, resolvemos preservar o título original.



**Figura 3-1:** Primeira cisterna construída na Paraíba. Salão Comunitário de Caiçara.  
Fonte: Oliveira (2006).

A primeira atitude tomada em Caiçara, após a construção da cisterna do Salão Comunitário, foi realizar reuniões com os primeiros grupos de fundos. Nestas ocasiões era decidida a forma de funcionamento e como deveriam ser feitos os pagamentos das parcelas do fundo. Havia a orientação do PATAAC para a formação de grupos

compostos por 05 famílias. O pagamento era feito inicialmente ao STR e posteriormente ao PATAAC; como este se localizava em Campina Grande foi escolhido pelos grupos um membro da comunidade para receber os pagamentos e repassar ao PATAAC. A função desta entidade era explicar o sistema, organizar os grupos, fazer os treinamentos e comprar o material das cisternas com o repasse das parcelas.

O treinamento inicial foi dado por um técnico do PATAAC na ocasião da construção da cisterna do salão comunitário de Caiçara. Todos que se interessassem podiam aprender, não precisava ser pedreiro. Geralmente, a cada construção de uma cisterna iniciando um novo grupo, havia um treinamento. Logo, surgiu um novo ofício: o de pedreiro de cisternas de placas. Vale ressaltar que não era cobrado (e até hoje não é cobrado) nenhum ônus para ensinar essa profissão; ela é repassada de mestre

#### **QUADRO 3-4: 10 PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CISTERNA DE PLACAS**

Uma cisterna de 3 m. de diâmetro e 2,40 de altura exige 20 sacos de cimento, 34 kg de ferro e 8 kg de arame, 33 kg de zinco, 200 latas de areia, 50 latas de brita, 5 kg de cal e 12 m. de canos de PVC.

São necessários 10 passos para a construção de uma cisterna:

- 1º - escolha do local ideal;
- 2º - marcação e escavação do buraco;
- 3º - fabricação das placas;
- 4º - fabricação dos caibros;
- 5º - construção da laje do fundo;
- 6º - levantamento das paredes;
- 7º - reboco das paredes;
- 8º - aplicação do impermeabilizante;
- 9º - montar a cobertura;
- 10º-acabamento da cisterna.

O tempo necessário para a construção de uma cisterna depende do tipo de terreno, das condições climáticas e da quantidade de pessoas envolvidas. No entanto, o processo dura geralmente de 05 a 12 dias (ASA-BR, 2003).

para aprendiz cada vez que é necessário.

O material de construção das cisternas era comprado em lojas de Soledade ou de Campina Grande, a escolha entre uma ou outra localidade se dava em virtude dos melhores preços. Parte do material, como areia e brita, era conseguida na própria comunidade; isto barateava o custo da cisterna que na época era de aproximadamente R\$ 370,00. O trabalho de construção consistia em cavar o buraco da cisterna, preparar o concreto, bater as placas para então levantar e rebocar as paredes.

Em suma, o funcionamento do primeiro FRS aconteceu da seguinte maneira: certa quantia de dinheiro, correspondendo ao material de uma ou duas cisternas, foi emprestado a um grupo de famílias – após entendimento com a comunidade. Esse grupo comprometeu-se solidariamente a devolver o empréstimo, segundo as modalidades e o ritmo

decididos em conjunto. A primeira família a ser beneficiada foi sorteada, e o trabalho foi geralmente realizado em conjunto, pelo sistema do mutirão (ajuda mútua). À medida que o volume das devoluções o permitia, as famílias seguintes eram sorteadas e novas cisternas construídas. Quando todas as famílias do grupo obtiveram suas

#### **QUADRO 3-5: HISTÓRIA DAS CISTERNAS DE PLACAS**

As primeiras cisternas de placas foram construídas no semiárido nordestino, segundo pesquisas realizadas pelos franceses Claire Bernat, Remy Courcier e Eric Sabourin, no município de Simão Dias em Sergipe. A técnica foi trazida por um pedreiro deste município, conhecido com Nel, há mais de quarenta anos. A técnica, que utilizava placas pré-moldadas, foi aprendida na construção de piscinas, em São Paulo, onde o Nel trabalhou. Ele e seus irmãos, em contato com outros pedreiros, espalharam a técnica pela região de Paulo Afonso e um dos seus colegas trouxe as cisternas para o município de Conceição do Coité, sendo este último município o maior divulgador do modelo. Fotos aéreas da cidade, datadas da década de 60, mostram o uso comum deste equipamento nas residências do centro urbano. A partir de então, várias adaptações foram feitas ao modelo. (ASA-Brasil, 1999; OLIVEIRA, 2006).

cisternas, as últimas devoluções permitiram a criação de um novo fundo rotativo na comunidade, ou a aquisição de outro bem para o grupo (OLIVEIRA, 2006).

Em Caiçara, os fatos foram acontecendo aleatoriamente por intermédio da experimentação da nova tecnologia e do novo sistema de organização cooperativa. Não havia muita clareza, nem por parte dos técnicos, nem por parte dos camponeses, do que estava sendo construído. Na época, eles não vislumbraram em

que suas ações iriam resultar. Diante das condições que se encontravam, falta de água e poucos recursos financeiros, foram arranjando-se e construindo cisternas.

Os atores sociais envolvidos logo perceberam que toda aquela ação estava gerando uma espécie de fundo financeiro com certo grau de rotatividade: inspirados nos consórcios existentes entre camponeses da Bahia, os quais eram chamados de fundos rotativos, e motivados pela ajuda mútua requisitada a cada nova cisterna, em forma de mutirão; batizaram os consórcios de Caiçara de Fundos Rotativos Solidários.

Hoje, em Caiçara, mais de 80 famílias, praticamente todas, possuem sua cisterna a partir do sistema de fundos rotativos. Estes continuam funcionando na comunidade, fomentando a construção de outras tecnologias, tais como: barragens subterrâneas, palma forrageira, criação de ovelhas, silos, cercas de tela.

*A gente não tinha consciência do tamanho que o trabalho com os fundos ia alcançar. O que fizemos foi tentar driblar as dificuldades e a dependência dos pipas dos políticos (Joaquim, líder comunitário de Caiçara).*

A experiência pioneira de Caiçara, com alto grau de rotatividade dos fundos e quase nenhuma deserção, foi responsável pela disseminação do sistema de FRS pela Paraíba e, porque não afirmar, por todo o semiárido. No entanto, não é possível dizer que o sistema de fundos é uma obra apenas dos grupos de Caiçara ou dos técnicos que lá atuaram. Ela é fruto da conjuntura que estava sendo construída coletivamente em Soledade e cercanias. Para Elias (1994b), os processos sociais podem até ser encabeçados por um grupo social, mas não pertencem a nenhum grupo específico. Isto pode ser verificado a partir do desenrolar dos processos passados pelo Sistema de Fundos Rotativos com o surgimento do COLETIVO e da adesão da ASA-Paraíba ao trabalho de irradiação dos mesmos.

A invenção do Sistema de Fundos Rotativos Solidários abriu as portas para a aprendizagem da gestão coletiva e comunitária de bens individuais e comuns a partir da gestão coletiva e do exercício da solidariedade e da reciprocidade (OLIVEIRA, 2006). Os grupos se fortaleceram e ganharam autoconfiança. Aprenderam a trocar idéias e descobriram que a cooperação – ação coletiva – permite obter resultados difíceis de serem alcançados pela ação individual.

Até o início dos anos 2000 as ações e mobilizações feitas pelas entidades e organizações da ASA-Paraíba eram quase que em sua totalidade fomentadas pelo Sistema de Fundo Rotativo Solidário. A mobilização social permitia a efetivação da mediação. Ela alcançava a base e transformava a ação dos agentes mediadores e dos camponeses em ação coletiva (LAZZARETTI, 2003; SABOURIN, 2003).

A ação dos mediadores também servia de elemento coercitivo que ajudava na mobilização, favorecendo a cooperação entre os atores, superando assim dilemas sociais e combatendo a deserção dos membros dos grupos de FRS. O problema desse tipo de ação coercitiva é que ao cessar poderá ocasionar o fim da ação coletiva (OLSON, 1999).

Seria ilegítimo afirmar que só os mediadores exerciam, efetivamente, o poder em todas as etapas dos processos sociais que emanavam do sistema de FRS. Pois, na relação entre os mediadores e os membros dos grupos de fundos rotativos, havia uma forte dependência, o que gerava certa alternância do uso do poder. De um lado, os mediadores dependiam da participação dos camponeses para legitimar suas iniciativas; de outro, os camponeses necessitavam do aparato institucional dos mediadores para terem acesso ao poder público na obtenção de benefícios a partir das políticas públicas.

Ao observar a participação dos camponeses em reuniões de FRS, percebemos que a maioria deles tem plena consciência da importância de seu papel para manutenção e funcionamento dos fundos. Essa tomada de consciência às vezes evita as imposições dos técnicos, sendo utilizada como elemento de negociação e obtenção de vantagens: *“nós precisamos da ASA, mas ela também precisa da gente. Nem tudo deve ser do jeito que eles querem, senão nada feito”* (Camponês da Comunidade Mandacaru). (OLIVEIRA, 2006, p. 46-47).

Para os técnicos do PATAc, os Fundos Rotativos Solidários de cisternas iam muito além da simples transferência de recursos para a agricultura, potencializando e reestruturando as pequenas unidades de produção ao nível do desenvolvimento econômico e sociocultural das comunidades. Do ponto de vista econômico, as experiências com os fundos contribuíam para a construção de propostas de crédito compatíveis com a realidade e diversidade dos agricultores; e em nível social, eles são um importante instrumento de organização e gestão coletiva que reforça a participação.

Os chamados Fundos Rotativos Solidários (FRS), enquanto mecanismo de mobilização e valorização social da poupança comunitária, assumem a forma de gestão compartilhada de recursos coletivos. (...) o termo 'solidário' confere um novo sentido de sociedade, com estilo e valores concebidos e apropriados localmente, mas abertos à interação com outros grupos e ideais e contrapondo-se às realidades políticas e econômicas excludentes (ROCHA & COSTA, 2006, p. 13)<sup>52</sup>.

O sistema de Fundos Rotativos Solidários de cisternas possui vários aspectos. Em primeiro lugar, ele responde a essa necessidade de pequenos investimentos produtivos ou de infraestrutura que permitem a decolagem da economia familiar. Em segundo lugar, não é um favor, é um empréstimo que será pago (pelo menos parcialmente, pois tem um tipo de rebate), e que, portanto, não cria dependência. O produtor se sente orgulhoso de mostrar o bem construído. Em terceiro lugar, o sistema dos Fundos Rotativos Solidários é o pontapé inicial para a organização da comunidade, e talvez seja nisso que reside seu valor essencial para modificar a situação de subdesenvolvimento (DUQUE, 2002).

Dentro da dinâmica comunitária, os fundos rotativos se inserem num processo rico de formação onde os valores da democracia e da transparência são exercitados pelas comunidades na gestão deste recurso coletivo. As regras de gestão dos recursos, os beneficiários e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são permanentemente discutidos. Os FRS constituem assim um verdadeiro processo pedagógico e político de organização, e não simplesmente uma operação econômica (OLIVEIRA, 2006, p. 48).

Como afirmam os técnicos mediadores, as comunidades, ao gerenciarem os recursos dos fundos, adquirem consciência de sua origem governamental e, portanto, pública. Ao optarem por geri-los, elas constroem uma nova percepção do bem público. Contribuem assim, para desconstruir a visão disseminada em nossa sociedade de que os recursos públicos, exatamente por serem públicos, podem ser gastos sem compromisso com a responsabilidade de seu uso ou com a qualidade que resulta de sua aplicação (OLIVEIRA, 2006).

Hoje na Paraíba, a partir da primeira experiência realizada com FRS em 1993, houve um processo de irradiação para milhares de famílias envolvidas e distribuídas em mais de 1.800 comunidades de 140 municípios em todo o Estado. No entanto, como será exposto adiante, a partir do início de 2003, após etapas de

---

<sup>52</sup> Citação do artigo **Fundo Rotativo Solidário**: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável do semiárido, publicado por técnicos da ASA-PB na revista *Agriculturas: experiências em agroecologia, gerando riquezas e novos valores*. v. 21, nº 2: LEISA, 2005.



experimentação, a ASA-Brasil lançou o P1MC e a dinâmica dos Fundos Rotativos de Cisternas, implementados pela ASA-Paraíba, é interrompida abruptamente em função do desenvolvimento do Programa Um Milhão de Cisternas.

Do ponto de vista social, os FRS foram a maior conquista coletiva e, do ponto de vista técnico, a aprendizagem da tecnologia de construção de cisternas deu início a um processo de formação de camponeses especialistas nessa prática. Logo, esses camponeses expandiram seus conhecimentos passando de construtores de cisternas para Agricultores Experimentadores (AE), ampliando suas práticas através do domínio das mais diversas tecnologias de convivência com o semiárido.

Os Agricultores Experimentadores surgiram como uma categoria técnica, a partir da iniciativa de um novo modelo de extensão rural, impulsionado pelos técnicos, cujo processo de transmissão do conhecimento é descentralizado e “desverticalizado”. Ou seja, o princípio que norteia a ação dos AE é a valorização do saber local ou camponês, portanto, não haveria sentido em promover uma extensão rural convencional cujo domínio do conhecimento seja apenas de propriedade dos extensionistas, imposto de cima para baixo, desconsiderando o saber empírico adquirido pelos camponeses durante muitas gerações.

#### **QUADRO 3-6: AGRICULTORES EXPERIMENTADORES (AE)**

No Nordeste, os primeiros grupos estruturados de AE foram criados com apoio dos STR de Remígio e Solânea (PB). Eles eram acompanhados, ao nível técnico e metodológico, pela AS-PTA, no Projeto Agreste Paraíba. Logo, no início da década de 1990 a ASA-Paraíba incorporou e incentivou os grupos de Agricultores Experimentadores como parte fundamental de seus trabalhos. Hoje a ASA-Brasil conta com uma rede estruturada de Agricultoras e Agricultores Experimentadores, espalhados pelo semiárido, que participam de todas as etapas de planejamento e execução das suas ações. Em 2009, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores em Camaragibe-PE e em 2011 o Segundo encontro com mais de 300 participantes em Pesqueira-PE. O objetivo dos encontros era reunir as experimentadoras e os experimentadores, apresentar seus trabalhos, promovendo um espaço de intercâmbio e troca de saberes. O agricultor experimentador Manoel Severino dos Santos relatou que nem se lembra mais quantas viagens fez a comunidades agrícolas da Paraíba e de outros estados do Semiárido. Das andanças, levou à sua propriedade, no município de Picuí (PB), alternativas como o açude, a cisterna, a barragem subterrânea, a cerca viva e o chamado canteiro econômico, no qual reaproveita para o cultivo a água utilizada na própria casa. Além da recuperação de áreas degradadas, também há por lá a mandala, de seis metros de diâmetro, que permite o uso da água de um tanque de criação de peixes para a irrigação de nove canteiros destinados à plantação de frutas, verduras, legumes e forrageiras. “Eu tinha uma propriedade seca. Hoje tenho água para até um ano e meio. O que eu posso e aprendo, levo aos outros com prazer”, garante (OLIVEIRA, 2006; ASA-Brasil, 2011).

Portanto, a interação estabelecida entre técnicos e camponeses para a realização de novos experimentos transformou os camponeses em inovadores que experimentam empiricamente técnicas, práticas ou processos na sua propriedade de maneira espontânea, por incentivo dos próprios técnicos ou por agricultores vizinhos, interessados num intercâmbio com os primeiros (SABOURIN, 2006).

Essa nova modalidade de extensão rural possibilitou o resgate de práticas camponesas ancestrais que resultou na valorização e autoestima dos Agricultores Experimentadores, ultrapassando os limites de categoria técnica tornando-se uma categoria política atuante no Coletivo e na rede ASA. Os camponeses saíram de suas comunidades para debater e discutir, nos encontros municipais, regionais, estaduais e nacionais, quais as melhores ações a serem implementadas e quais as políticas públicas a serem construídas e adotadas pela ASA.

*Eu tinha medo e vergonha dos técnicos porque eles são doutores e eu um pequeno agricultor. O que eu teria para dizer ou ensinar? Às vezes eu percebia que eles estavam ensinando errado, mas ficava calado e depois fazia do meu jeito. Depois do trabalho da ASA eu percebi que também poderia falar, discutir e até colocar minha experiência. Tudo ficou como sendo feito pelos dois lados, ninguém sabe mais e sim sabe diferente. [...] o conhecimento do técnico e a experiência da gente faz com que as coisas se tornem bem melhor (Agricultor Experimentador de Lagoa Seca, Paraíba).*

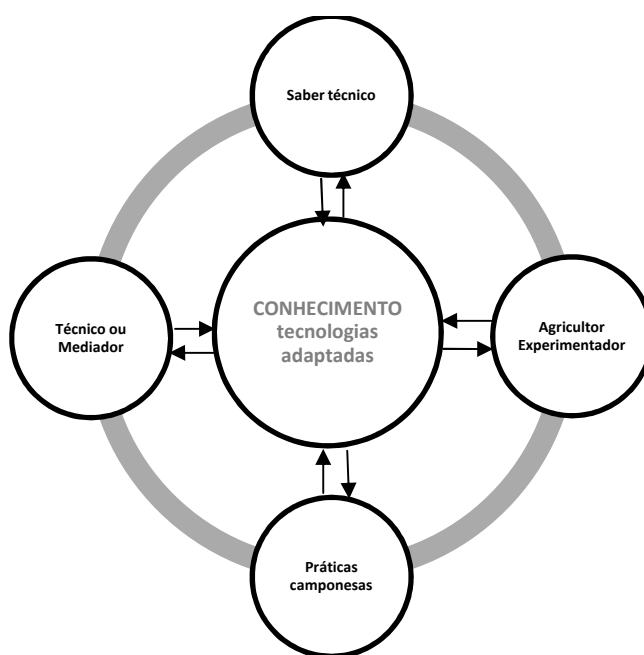
*Hoje nós temos voz e somos parte importante na ASA. Não mais como coitadinhos e sim como pessoas que merecem respeito e lutam por uma vida melhor. Eu entendi o que é ser uma cidadã, é participando, não é! (Agricultora Experimentadora de Esperança, Paraíba).*

*A valorização das práticas camponesas permite a construção coletiva do conhecimento, a partir da sistematização e da disseminação das inovações tecnológicas. Além do mais, ela permite construir um novo padrão de conhecimento assentado na agroecologia, valorizando e fortalecendo a convivência com o Semiárido. O processo torna-se mais rápido e legítimo quando é feito em cooperação com as Agricultoras e Agricultores Experimentadores (Técnico da AS-PTA).*

Esse novo tipo de extensão tornou-se uma prática de mediação social e técnica. Nele os sujeitos constituem relações sociais preestabelecidas de troca de experiências e de conhecimentos por parte dos atores envolvidos no processo de intervenção técnica. A aprendizagem envolve três aspectos: SUJEITO COGNOSCENTE – SUJEITO MEDIADOR – OBJETO DE CONHECIMENTO (VYGOTSKY, 1991). Assim, os técnicos, ou agentes mediadores, tornaram-se o elo

que estabelece a ligação entre o camponês – sujeito cognoscente – e a inovação técnica - objeto do conhecimento.

**FIGURA 3-2: Interação entre mediador, agricultor experimentador e tecnologias adaptadas à convivência com o semiárido**



Fonte: Confeccionado pela autora.

A mediação e o tipo de tecnologia aplicadas numa comunidade estão atrelados à vocação de cada entidade parceira. Isto significa dizer que as entidades desenvolvem trabalhos específicos de acordo com suas propostas de atuação, como por exemplo: o PATAC centra suas ações nas tecnologias voltadas à captação de água (cisternas, tanques de pedra, caldeirões, barragem subterrânea), à criação animal (fenação, ensilagem, manejo do rebanho), à produção agrícola sustentável (barragem subterrânea, bancos de sementes, diversificação da atividade agrícola).

Assim sendo, é possível encontrar várias entidades do Coletivo atuando numa mesma comunidade rural. Mesmo tendo suas orientações básicas, as ações das entidades não se contrapõem uma às outras, pelo contrário, elas se justapõem, complementando-se a partir da orientação geral que é a convivência com o semiárido. Devido à proximidade das entidades, há um planejamento em relação ao

trabalho a ser desempenhado em cada localidade e se houver conflito ou choque entre as atitudes destas, um novo planejamento é realizado nas reuniões do Coletivo e/ou da ASA-Paraíba. Vale salientar que as ações a serem aplicadas numa determinada comunidade são pensadas, negociadas e executadas juntamente com os camponeses, independentemente se são Agricultores Experimentadores ou se não são.

*Nas reuniões microrregionais, decidimos coletivamente quais os tipos de ações são necessárias para aquela localidade. Depois, é feito um diagnóstico mais apurado nas comunidades: o que já foi feito, o que é preciso fazer e o que é possível melhorar. Sem a presença dos membros da comunidade a análise da realidade comunitária não seria possível. Se nós decidíssemos o que deveria ser feito, estaríamos forçando uma intervenção vinda de cima. E essa não é a nossa proposta. Nosso trabalho é construído coletivamente. As vezes fica difícil, pois na comunidade as pessoas divergem sobre as ações. É mais fácil impor, e dizer isto aqui é o mais correto, mas não é assim que deve ser feito. A demonstração feita pelos experimentadores é fundamental para que os agricultores percebam que tal iniciativa dá certo (Técnico do PATAC).*

*Eu sou um Agricultor Experimentador e me orgulho muito do que faço. Comecei em 1997 construindo cisternas. Viajei por muitos lugares desse Brasil, fui até Minas Gerais treinar pessoas no trabalho de cisternas. Depois comecei a fazer meus próprios experimentos e aí melhorei a técnica de construção de cisternas. Não parei por aí, nos intercâmbios aprendi e ensinei muita coisa. Olha! na barragem subterrânea o pessoal do PATAC não sabia que tanta coisa podia ser feita e que era possível conservar ela por tanto tempo e foi a gente que descobriu. Isso é muito bom! Nós já irradiamos as experiências que dão certo. Só que eu digo sempre: cada experiência deve ser adaptada à propriedade e ao agricultor que vai usar, é porque cada lugar é diferente e a mesma coisa não funciona do mesmo jeito. É por isso que todo agricultor é experimentador, ele está sempre experimentando (Agricultor Experimentador da Comunidade Mandacaru).*

Como é possível perceber nas falas acima citadas, o papel do AE é muito importante para o sucesso das ações de convivência, quer sejam elas técnicas ou organizativas. Do ponto de vista técnico, o AE ao experimentar e demonstrar a nova tecnologia, além de ser um sujeito ativo no processo de construção do saber, possibilita uma maior interação entre os camponeses através da proximidade do diálogo e das práticas socioculturais. Já do ponto de vista organizativo, os AE constituem-se como sujeitos políticos ativos nos processos de organização comunitária, pois eles dominam, por intermédio do pertencimento, todo arcabouço dos laços de interconhecimento e interdependência estabelecidos no âmbito da Comunidade.

Vale ressaltar que a difusão das novas tecnologias adaptadas tomou grande proporção no Estado através dos intercâmbios entre os Agricultores Experimentadores e da iniciativa organizativa do Sistema de Fundos Rotativos Solidários. No entanto, como será exposto adiante, essa dinâmica dos fundos rotativos foi alterada de forma contundente através da adesão da ASA-Paraíba ao Programa Um milhão de cisternas.

A ação coletiva iniciada nas comunidades rurais de Soledade se disseminou para as cidades vizinhas de forma rápida e contundente em 1990. O trabalho realizado pelo STR e pelo PATAC nas comunidades ganhou proporções não imaginadas por essas entidades ou pelos atores sociais envolvidos no processo.

*O coletivo surgiu das experiências iniciadas em Soledade e da profunda discussão coletiva feita com os atores políticos da região. Os fundos rotativos e as tecnologias correram todo o entorno do Município e aí os camponeses e as entidades resolveram consolidar as experiências de forma coletiva e articulada (Membro do STR de Soledade).*

*Nós éramos de cidades diferentes, mas já compartilhávamos as mesmas ideias e experiências. Então resolvemos criar uma organização que congregasse nosso trabalho e fosse além dele. O coletivo é o tipo de organização que permite unir cada vez mais todos nós (Rita, liderança política de Gurjão).*

Diante do sucesso da ação coletiva viabilizada pelo Sistema de Fundos Rotativos, camponeses, Agricultores Experimentadores e entidades que atuavam em Soledade resolveram criar uma organização coletiva sistematizada que possibilitasse a otimização da construção de cisternas, mas que fosse além da simples construção desse bem. Eles entenderam que havia várias iniciativas de convivência com o semiárido a nível estrutural, produtivo e hídrico, sendo realizadas paralelamente aos fundos rotativos de cisternas, que precisavam ser discutidos e sistematizados coletivamente. Assim, numa reunião na sede do STR foi criado o *Coletivo de Educação Solidária de Soledade e Entorno*.

A constituição deste espaço (do Coletivo) tinha como finalidades fortalecer a gestão coletiva de recursos, através da gestão de Fundos Rotativos Solidários, propiciar momentos de reflexão sobre a realidade da agricultura familiar, buscar alternativas para o enfrentamento dos problemas da região, planejar e executar ações que permitissem a convivência harmônica com o semi-árido (MELO, 2010).

Além de cumprir com o objetivo de sistematizar as experiências de convivência com o semiárido, o coletivo passou a ser um ator político de grande importância e influência política na região, negociando e articulando as políticas públicas propostas pelo governo municipal, estadual e federal.

Nesse momento, outras ações microrregionais de Coletivos estavam surgindo ou se fortalecendo na Paraíba, tais como: o Polo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, Coletivo de Mobilização Social do Médio Sertão; Coletivo ASA Cariri Ocidental (CASACO); Fórum de Lideranças do Agreste (FOLIA); Dinâmica de Convivência com o Semiárido do Alto Sertão; Articulação do Cariri Ocidental; Coletivo Curimataú; Articulação do Brejo; Articulação do Litoral.

Para além das esferas microrregionais da Paraíba, neste mesmo período, brotaram outras iniciativas de articulação da ação coletiva: no nível nacional, surgiu a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil); em nível estadual foram criadas as ASA's estaduais, inspiradas na experiência pioneira da ASA-Paraíba. Segundo Diniz (2007), este movimento generalizado de "*experimentalismo institucional*", em vários níveis, é fruto de um processo social cujo fim era explícito: a convivência com o semiárido. No entanto, esse processo não foi planejado, mas cotidianamente vivenciado pelos atores sociais nele envolvidos (ELIAS, 1994a).

De acordo com Ramos (2009), a criação da ASA-Paraíba atrelada aos Coletivos microrregionais, e conseqüentemente da ASA-Brasil, faz parte de um esforço coletivo, entre camponeses e entidades, de institucionalização e de homogeneização de suas ações coletivas. A formalização institucional, das ações e procedimentos sociais e técnicos, criou um movimento autorrepresentativo no qual o papel social dos atores e de suas experiências locais, passou a ser representado numa ampla rede, onde esses atores foram reposicionados hierarquicamente em seus territórios.

A articulação em forma de rede permite a organização de um sistema aberto que se autorreproduz. Uma rede conecta grupos com objetivos similares, possibilitando que grupos e movimentos afins se juntem e fortaleçam a articulação em particular através dos intercâmbios que passam a ocorrer entre eles. O mesmo aconteceu com a rede ASA, ela constitui uma rede aberta que congrega entidades e organizações sociais das mais variadas naturezas em função da convivência com o semiárido. Essas entidades e organizações, por sua vez, se conectam com outros

grupos e instituições, com a mesma vocação, dando um caráter aberto ou autopoietico<sup>53</sup> à articulação.

A idéia de *rede* é bastante simples. Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhes expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 1999, p. 25).

O formato de rede autopoietica, ou sistema aberto, não torna a Articulação um “*carro de jagrená*”<sup>54</sup>, ou seja, uma máquina sem controle, ritmo ou direção. É através de uma ação coletiva coordenada pelas entidades e organizações da ASA que suas políticas e intervenções são orientadas. A ação coletiva, fruto do emaranhado de atores sociais e suas experiências, é caracteristicamente descentralizada. Uma de suas características marcantes é a conservação das particularidades dos Estados, das unidades e das entidades e organizações parceiras. A natureza desses elementos que compõem a rede é muito distinta e, segundo os princípios da ASA, ela deve ser preservada.

Como é possível perceber, a Rede ASA foi formada pela experiência agregada de entidades não governamentais, religiosas, associativas, cooperativas e técnicas. O que elas têm em comum é o foco de ação voltado para o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro. A diversidade, ao invés de enfraquecer a rede, ajuda a fortalecê-la e ampliar seu alcance.

A década de 1990 pode ser compreendida como um período de intensa efervescência dos movimentos sociais rurais no semiárido brasileiro. Como demonstrado, o turbilhão de experiências locais que desencadeou a emergência desses movimentos, em forma de rede, ultrapassou o espaço microrregional e, até mesmo, estadual convertendo-se em algo de maior proporção e representação: a ASA-Brasil.

---

<sup>53</sup> A teoria autopoietica tem como idéia básica um sistema organizado auto-suficiente. Este sistema produz e recicla seus próprios componentes diferenciando-se do meio exterior.

<sup>54</sup> **Carro de Jagrená** significa: “Uma máquina em movimento de enorme potência que, coletivamente como seres humanos, podemos guiar até certo ponto, mas que também ameaça escapar de nosso controle e poderia se espatifar” (GIDDENS, 1991, p. 140).

## **3.2 A DISSEMINAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA E A EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES COLETIVOS NO CARIRI PARAIBANO**

A disseminação da ação coletiva ocorrida no semiárido paraibano e brasileiro, promovida pelos camponeses e pelas entidades atuantes no meio rural, pode ser verificada a partir da emergência de novos atores coletivos, como foi evidenciado anteriormente. É importante, aqui, destacar algumas características desses atores para melhor vislumbrar suas atuações e intervenções nas comunidades rurais, em particular na Comunidade Mandacaru, que é foco desta tese. Portanto, o destaque, aqui, vai para as iniciativas organizacionais coletivas desencadeadas em Soledade e para a experiência da Rede ASA.

### **3.2.1 O advento dos Coletivos no Cariri**

A primeira experiência organizacional de Coletivo se deu a partir da criação do Coletivo de Educação Solidária de Soledade e Entorno em 1998. A organização reuniu os Municípios de Soledade, Gurjão, Pocinhos, Oivedos e São Vicente do Seridó. Seu objetivo era possibilitar a sistematização e discussão coletiva realizada pelos atores locais e pelas entidades parceiras, bem como potencializar o exercício da cidadania através da educação solidária. Os Municípios envolvidos, não foram simplesmente escolhidos, a inserção de cada um, no Coletivo, se deu mediante a propagação dos FRS e das ações de convivência entre suas fronteiras com as fronteiras de Soledade.

*A primeira experiência do coletivo ocorreu de maneira não planejada. Foi fruto da ação coletiva realizada em Soledade e entorno. Quando percebemos o quão estava crescendo o trabalho de fundos rotativos e convivência com a região semiárida, concluímos que a formação de uma organização que reunisse todos os atores de forma sistemática seria a melhor alternativa (Técnico do PATAC).*

*O Coletivo de Educação Solidária é um espaço democrático e de construção coletiva. Nele, tínhamos uma ideia mais aproximada do contexto da região e não só de uma comunidade ou Município. De certa maneira, o trabalho tornou-se mais intenso. Mas, o maior ganho foi sem dúvida ver a transformação dos Agricultores em protagonistas de suas ações (Márcia, secretária do STR de Soledade).*

*Antes tudo era discutido nas nossas comunidades ou casas. Agora todo mundo se reúne e dá para ver o que o outro tá pensando e fazendo. Até os intercâmbios são agilizados. Nós, agricultores, temos voz e somos ouvidos.*



*O coletivo é o resultado do nosso trabalho* (Otávio, Camponês da Comunidade Pires, comunidade de Soledade).

A institucionalização do Coletivo de Educação Solidária ocorreu em 1998. Paralelamente a essa experiência, atuando em forma de rede, se consolida a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-Paraíba) e Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil) que desde o início da década de 1990 congrega as ações de convivência com o semiárido de diversas entidades paraibanas, inclusive do mencionado Coletivo e das instituições que dele faziam parte.

### **QUADRO 3-7: NOVOS ATORES COLETIVOS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

Uma primeira série de iniciativas provém da federação de organizações sócio-profissionais de agricultores (associações comunitárias) ou do agrupamento de sindicatos municipais de trabalhadores rurais em “pólo sindical regional”. O segundo tipo corresponde a dispositivos coletivos de agricultores sem estatuto jurídico, porém assegurando funções de interesse individual (familiar) e coletivo de apoio à produção e a outras funções de interesse comum ou público: bancos comunitários de sementes, grupos de agricultores experimentadores, grupos de crédito mútuo (consórcios e fundos rotativos). A terceira forma de articulação é constituída pelos fóruns mistos da sociedade civil (também chamados de fóruns híbridos) reunindo organizações de agricultores, sindicatos agrícolas, como também representantes ou técnicos de ONGs, de universidades, de instituições religiosas e personalidades independentes, como a Articulação do Semi-Árido (SABOURIN, DUQUE, OLIVEIRA *et al.*, 2005, p. 05).

Nesse processo de institucionalização das ações a nível microrregional, o Coletivo, e a nível estadual e nacional, a Rede ASA, percebe-se que houve um intenso movimento de articulação política e social que levou à institucionalização e à racionalização dos processos sociais, por intermédio da sociedade civil organizada, que estavam acontecendo há mais de uma década no semiárido.

De acordo com Douglas (1998), a institucionalização é uma tentativa sistemática de organização dos esforços individuais e coletivos através da constituição de organizações que se sobrepõem às ações e aos interesses individualizados. Assim, o grupo maior, institucionalizado, empreende um complexo percurso analítico que combina autorregulação social, coerção, múltiplas intersecções, convenções e interesses próprios e coletivos (RAMOS, 2009).

Este dinamismo técnico e social da agricultura familiar na região desencadeou um processo de articulação, consciência política e autonomia que contribuiu para a aglutinação de interesses comuns, baseados em teias de relações com raízes históricas e culturais próprias do Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano, que vão para além do município de Soledade, se configurando em ações políticas coletivas que se movimentaram para a construção de uma identidade da agricultura familiar, em nível territorial (MELO, 2010, p. 01).

Em busca de tecnologias adaptáveis ao semiárido, os técnicos das entidades que compunham o Coletivo firmaram parceria definitivamente com os camponeses. Eles perceberam que a melhor maneira de construir uma proposta articulada de convivência com a Região era partir da experiência daqueles que vivem e interagem naquele meio ambiente há muitas gerações. Foi através da adaptação dos saberes locais que experiências técnicas sustentáveis surgiram e se disseminaram.

*No início de nosso trabalho ficou claro que impor uma técnica, um conhecimento de cima para baixo não iria funcionar. Como técnico eu notava que os agricultores estavam saturados de soluções milagrosas, impostas, que não davam muito resultado. Foi aí que percebemos que poderíamos trabalhar juntos. Tá aí o resultado para quem quiser ver. Voltamos todo nosso conhecimento para a prática dos agricultores, ensinamos técnicas que aperfeiçoaram seus trabalhos, mas se formos fazer um balanço, aprendemos muito mais do que ensinamos (Técnico do PATAC).*

Segundo Duque (2007), no Semiárido Paraibano as primeiras experiências, a nível tecnológico, foram de criação e/ou resgate de tecnologias simples, baratas, que facilitavam essa alternativa da “convivência”. A partir do intercâmbio entre técnicos e camponeses, camponeses e camponeses, iniciou-se um intenso processo de propagação dessas tecnologias.

A maioria dessas tecnologias foram implementadas através da atuação dos técnicos extensionistas, da experiência adquirida pelos camponeses e pelos Agricultores Experimentadores, que ao se inserirem no processo de construção técnica e organizacional, promoveram um intenso movimento de experimentação e difusão das tecnologias adaptadas.

Antes do Coletivo, as entidades reuniam os camponeses em suas comunidades onde apresentavam as propostas e as inovações. O trabalho era iniciado caso a comunidade apresentasse um efetivo potencial de desenvolvimento das atividades propostas, como foi, a princípio, o caso de Mandacaru que se tornou

uma Comunidade Referência<sup>55</sup> ou vitrine demonstrativa das novas tecnologias. Assim, era esperado, pelos técnicos, que comunidades vizinhas, ou de outras localidades, conhecessem as inovações por meio de intercâmbios.

*As entidades que atuavam em Soledade tiveram no início um pensamento bastante difusionista. Acreditávamos que a transmissão das tecnologias sociais através da troca de experiências era suficiente para promover a ação coletiva. Chegou um momento em que tivemos que reavaliar essa estratégia, pois percebemos coletivamente que as experimentações estavam sendo concentradas em algumas comunidades, sendo que outras recebiam um ou outro experimento ou até um ou outro agricultor se beneficiava das novas tecnologias. Havia chegado o momento de pensar a região como um todo e buscar ir além do que já havia sido feito. Isso ocorreu em parte através de nossa reflexão interna e também pela pressão dos agricultores que desejavam se inserir definitivamente no processo (Técnico do PATAC).*

O advento do Coletivo permitiu a concentração da ação coletiva difusa, outrora iniciada pelos camponeses e pelas entidades parceiras, para um tipo de ação sistematizada. Ao invés de privilegiar algumas comunidades e esperar que a difusão das tecnologias ocorresse, quase que espontaneamente, pela troca de experiência, o Coletivo permitiu a construção de um olhar geral acerca de Soledade e seu entorno, possibilitando um foco de ação mais abrangente no território.

É nesse momento que as ações de convivência com o semiárido ganham uma nova lógica. Apesar de conservadas as práticas de inovação e experimentação nas comunidades, o Coletivo abre para discussões e estratégias de ações que visassem o desenvolvimento da região como um todo. Assim, além da reflexão sobre o desenvolvimento local, temas como segurança alimentar, agroecologia, acesso a água e a terra, educação solidária, cidadania, participação política, gênero e diversidade étnica, ganham força e passam a fazer parte definitivamente de suas pautas de discussão.

Quanto à participação da microrregião no âmbito da ASA-Paraíba, o representante de Soledade e Entorno era oficialmente o Pólo Sindical da Borborema, embora geograficamente distante. Com o advento do Coletivo esta representatividade passa gradativamente para essa organização que no início dos anos 2000 assume seu lugar definitivamente na ASA.

---

<sup>55</sup> Segundo Melo (2010), “Locais onde já existia ou buscava-se promover experiências integradas de convivência com o semiárido, de maneira que estas experiências servissem de referência para influenciar políticas públicas não apenas em nível municipal, mas também microrregional e estadual”.

Outro aspecto relevante que deve ser destacado é que o Coletivo de Educação Solidária tornou-se um ator político de grande relevância nos municípios de sua abrangência. A organização permitiu que seus membros ocupassem espaços políticos importantes nas comissões e nos conselhos municipais, garantindo maior inserção da construção de políticas públicas.

Os esforços de reunir às ações coletivas ocorridas no território mais amplo, reunindo o Cariri, o Seridó e o Curimataú, deram início a uma nova fase de articulações que em 2004 substituiu o Coletivo de Educação Solidária de Soledade e Entorno por um espaço mais amplo denominado de *Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú paraibano* (COLETIVO).

O COLETIVO nasce como agente político e social articulador das dinâmicas iniciadas pelo coletivo anterior só que atuando no espaço do território. Sua composição comporta Associações Comunitárias, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Igrejas e Entidades de Apoio de aproximadamente 300 comunidades rurais de 10 Municípios do Semiárido Paraibano: Soledade, Juazeirinho, Santo André, Gurjão, São João do Cariri, São Vicente do Seridó, Cubati, Olivedos, Pedra Lavrada e Pocinhos.

Os princípios norteadores do COLETIVO são: gestão coletiva e participativa (organizada de forma horizontal); transparência; respeito às diferenças. Essa organização interage com outras redes locais, regionais, estaduais e nacionais que dinamizam processos sociais de convivência com o semiárido.

Em 2006, as entidades que formaram o Coletivo se organizaram a partir de comissões<sup>56</sup> internas cuja função era coordenar o trabalho em todas as suas dimensões, técnico, metodológico e de mobilização, em torno do alcance da convivência com o semiárido.

- **Comissão de sementes:** fornece suporte para os bancos comunitários de sementes. Garante a preservação das variedades locais de sementes, conhecidas como sementes da paixão, permitindo o acesso às sementes de qualidade e adaptadas à região, no tempo certo e em quantidades suficientes, livres de

---

<sup>56</sup> As comissões do Coletivo de Educação Solidária correspondem às comissões da rede ASA.

“politicagem” e do “clientelismo” em torno das políticas oficiais de sementes (DINIZ, 2007);

- **Comissão água:** tem como principal atividade a construção de cisternas através do Sistema de Fundos Rotativos e do programa P1MC. Mas suas ações não estão restritas às cisternas, a comissão também apóia outras tecnologias de captação de água: tanques, caldeirões, barragens subterrâneas, mandalas, barreiros, etc. Essa comissão tem um papel muito importante na discussão estadual e regional acerca da preservação das bacias hidrográficas e da elaboração de políticas públicas de gerenciamento e democratização dos recursos hídricos;
- **Comissão de plantas e frutas:** foca seu trabalho na segurança alimentar, principalmente no entorno da casa ou faxina, incentivando as práticas da horticultura, plantas medicinais, alimentação alternativa, extração e beneficiamento de frutas nativas, manejo de criação de pequenos animais. Além dessas práticas relacionadas, a comissão promove ações que discutem e problematizam questões relacionadas à saúde pública, familiar e pessoal, buscando seu objetivo maior que a melhoria da qualidade de vida dos camponeses;
- **Comissão de criação animal:** coordena práticas mais voltadas para criação de animais médios e grandes (ovinos, caprinos, suínos, bovinos, equinos). Outra atuação se dá no nível de desenvolver ações de manejo sustentável do rebanho: suporte forrageiro para alimentação animal, estoques de forragem, manejo de pastagens, sanidade do rebanho (DINIZ, 2007; MELO, 2010).

Por meio das comissões internas é que a intervenção do Coletivo se concretiza tanto através de implementação de tecnologias adaptadas ao semiárido e

de iniciativas organizativas, como a partir dos Fundos Rotativos Solidários. Cada Comissão realiza pelo menos uma reunião por mês, mobilizando aproximadamente 100 lideranças dos dez municípios.

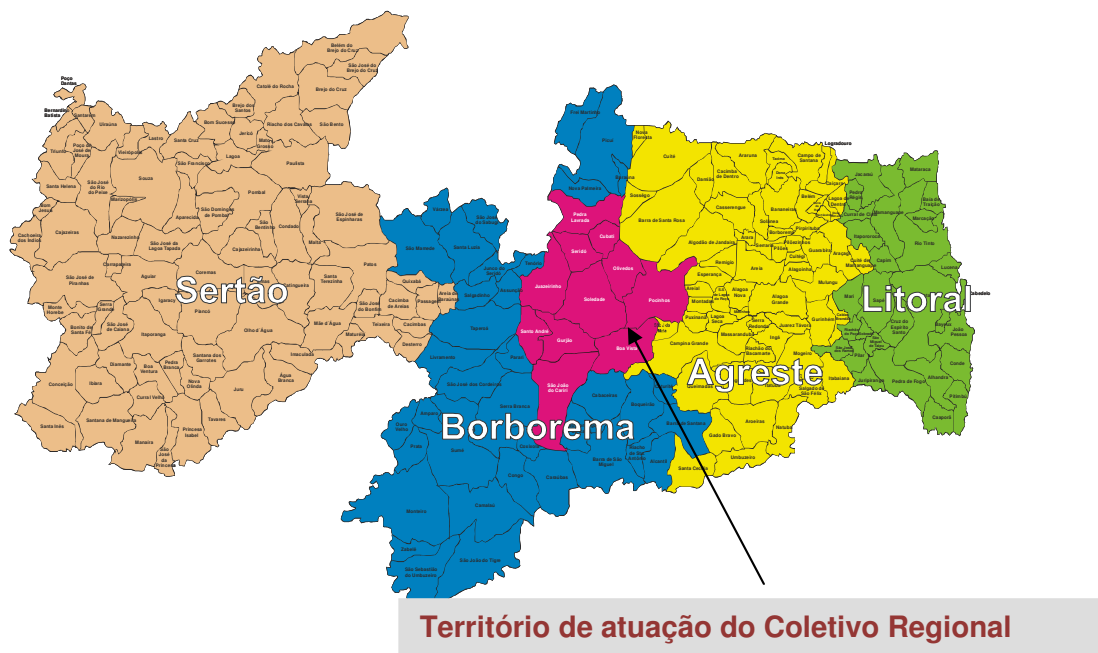
Segundo Melo (2010), a articulação das lideranças municipais e de Agricultores Experimentadores tem feito das Comissões Temáticas, espaços estratégicos de mobilização de conhecimentos e de diálogo entre os atores envolvidos, proporcionando momentos de formação técnica e sócio-organizativa, bem como um espaço de planejamento, avaliação e monitoramento das ações.

Para a realização da sistematização das ações de convivência foi necessário o desencadeamento de um amplo processo social de mobilização, capacitação, intercâmbios das experiências outrora vivenciadas pelos camponeses e entidades e que agora são experimentadas em nível territorial.

A dinâmica do território é incorporada à organização da ação coletiva da ASA, bem como dos Coletivos Regionais, como uma forma de congregar ações e políticas públicas propostas pelos movimentos sociais e pelo Governo Federal – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O território passa a ser constituído como espaço socialmente produzido e delimitado. Para tanto, se incluem no processo do planejamento as diferentes dimensões do território destacando sua complexidade. Todo o conjunto é afetado; ao mesmo tempo, apontam-se especificidades e particularidades internas às delimitações da sociedade global, as quais interagem nos processos de construção de identidades que atribuem sentido ao local.

**FIGURA 3-3: Mapa da Paraíba destacando o Território de Atuação do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano**



Fonte: MELO, 2010.

O PATAC tornou-se a entidade parceira com maior atuação no COLETIVO e, conseqüentemente, no território. Para Melo (2010, p. 04), “*diante desta nova configuração social e alcance geográfico o PATAC formulou seu plano trienal (2006-2008) com a finalidade de contribuir para o fortalecimento de processos sociais e políticos numa dimensão territorial*”. Neste processo, a sistematização das experiências, o intercâmbio de conhecimentos entre agricultores, o diálogo entre o conhecimento dos camponeses e o conhecimento técnico, são revisitados em função das necessidades mais amplas do território. Segundo Melo (2010):



**Figura 3-4: Reunião do COLETIVO**  
Fonte: Autor desconhecido

A extensão difusionista do PATAC, através das Comunidades ou Municípios Referência, cede lugar para uma atuação política mais sistêmica e centrada numa proposta de desenvolvimento e construção de um território articulado de forma política, econômica e cultural. “Assim sendo o patrimônio humano, social e ambiental enraizado nas comunidades rurais, é valorizado como força de transformação para a autonomia e promoção do desenvolvimento local (MELO, 2010, p. 05).

A atuação do COLETIVO foi tornando-se cada vez mais complexa, demandando a criação de uma Coordenação Regional composta por dois representantes de cada comissão temática, totalizando oito componentes, que se reúne quinzenalmente e têm o papel de coordenar e articular as ações promovidas pelo mesmo, assim como representá-lo.

São linhas de ação do COLETIVO: *Formação, Manejo Sustentável dos Recursos Hídricos, Sistemas Sustentáveis da Criação Animal, Manejo Sustentável da Biodiversidade e Beneficiamento e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar.*

- **Formação:** as experiências inovadoras de convivência com o semiárido que foram se irradiando na região, são frutos das ações de formação técnica, sócio-organizativa e política, realizadas pelas famílias e suas organizações, assim como da interação entre as ações locais e as iniciativas no plano da formação desenvolvidas através das redes e articulações, a exemplo da ASA-Paraíba e da ASA-Brasil. Neste processo, os encontros, as reuniões, as oficinas, as sistematizações e divulgações das experiências inovadoras, e principalmente as visitas de intercâmbio entre camponeses contribuem para a construção e circulação de novos conhecimentos no território (MELO, 2010);
- **Manejo Sustentável dos Recursos Hídricos:** o COLETIVO reuniu as experiências de captação de água realizadas na região desde 1993, verificando que os avanços voltados para a melhoria da infraestrutura e segurança hídrica das propriedades foram expressivos. Desde 1993 até 2009, através do Sistema de Fundos Rotativos Solidários foram construídas em torno de 500 cisternas de placas. De 2001 até 2008, por meio do Programa Formação e



Mobilização Social para a Convivência como o Semiárido: Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), implementado pela ASA Brasil, com a finalidade de abastecer as famílias rurais com água potável para o consumo humano foram construídas mais de 3.200 cisternas, perfazendo um total de aproximadamente 3.700 unidades familiares atendidas com água de qualidade para beber e cozinhar.

- **Sistemas Sustentáveis da Criação Animal:** a criação de animais é considerada uma das principais atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras. Criar estratégias que garantam à produção, beneficiamento e estocagem de forragens diversificadas em quantidade e qualidade suficientes é um desafio que se coloca para as famílias camponesas e para o COLETIVO. Assim, suas ações visam o desenvolvimento e aplicação de tecnologias sustentáveis de armazenamento e silagem. Em 2008 foram armazenadas 475 toneladas de silagem; 299 fardos de feno; 14,5 toneladas de feno; envolvendo 08 municípios; 29 comunidades e 69 famílias. Nos últimos 03 anos foram estocadas aproximadamente 1.500 toneladas de forragem, propiciando nos longos períodos de estiagem, alimento de qualidade para os rebanhos. Essas ações potencializaram um aumento significativo dos rebanhos.
- **Manejo Sustentável da Biodiversidade:** são desenvolvidas práticas de estocagem de diversas variedades de sementes nativas ou adaptadas, selecionadas, cultivadas e armazenadas há várias gerações pelas famílias camponesas ou por meio dos bancos de sementes comunitários (BSC). Segundo Melo (2010), em 2008 os 387 sócios dos BSC do COLETIVO estocaram 8.632 Kg de sementes. Outras práticas são: manejo da mata, aproveitamento de frutas nativas, estocagem da biomassa levantada na estação chuvosa para silagem destinada à alimentação animal e cultivo de plantas medicinais.

- **Beneficiamento e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar:** o COLETIVO apoiou o desenvolvimento de dois grupos de mulheres (um em Mandacaru) e três grupos de jovens que estão valorizando e aproveitando o umbu, o caju e a acerola, tanto para o consumo de suas famílias, assim como para geração de renda. As frutas estão sendo transformadas em polpas, doces, geleias, sucos a vapor, compotas, etc. Em nível de comercialização da produção da agricultura familiar, foi criada a “Bodega Agroecológica” em Soledade, viabilizado o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que é uma das ações do Programa Fome Zero do Governo Federal; foi aprovado um projeto junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Este projeto foi iniciado em janeiro de 2009 e já movimentou **20.000,00 reais adquirindo produtos de** 68 famílias de 08 comunidades localizadas em 04 municípios. São beneficiários desse projeto grupos ligados à Ação Pastoral da Paróquia de Juazeirinho (Grupo Bom Semeador), Paróquia de Soledade (Pastoral de Caridade), atingindo um total de 160 famílias e o Banco de Alimentos SESC/SENAC de Campina Grande-PB, que disponibiliza alimentação para mais de 500 pessoas diariamente (MELO, 2010).

De acordo com os membros da Comissão Regional do COLETIVO, há alguns desafios a serem enfrentados pela organização. Entre eles, os entrevistados destacaram os desafios: da *democratização ao acesso a terra* – cuja luta engajada dos movimentos sociais tem alcançado certo êxito, mas quanto ao objetivo maior, terra de qualidade para todos, está longe de ser conquistado –; da *expansão das experiências inovadoras* – apenas 15% das 3.700 famílias agricultoras, que de alguma forma participam da dinâmica do COLETIVO, adotaram em suas propriedades outras inovações, além das cisternas de placas e da *equidade de gênero e de geração* – a organização identificou a necessidade de promover uma maior equidade de gênero e de geração a partir da valorização e do reconhecimento do papel das mulheres e dos jovens na consolidação da agricultura familiar e do COLETIVO.

### 3.2.2 A ação coletiva através da Rede ASA: P1MC e P1+2

As políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do Nordeste Semiárido são aplicadas pelas entidades da Articulação do Semiárido brasileiro (ASA-Brasil), nas comunidades rurais, mediante uma intervenção que possibilita o uso, o manejo e a gestão de bens através da articulação de mecanismos de ação coletiva. Assim, a experiência da ASA, rede que envolve mais de 1.000 instituições brasileiras – associações comunitárias, sindicatos, paróquias, organizações não-governamentais (ONGs), reúne tecnologias sociais e apropriadas à convivência com a região semiárida que permitem aos camponeses o melhor uso de seus recursos socioambientais.

A ASA-Brasil foi criada em 1999 a partir da experiência organizativa existente na Paraíba e Estados vizinhos: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Alagoas, convertendo-se numa articulação em forma de rede a nível nacional entre diversas entidades que, através de ligações políticas e ideológicas definidas, trocam elementos, experiência e ações entre si, fortalecendo-se reciprocamente. A base de sua constituição foi a “*Declaração do Semiárido*”<sup>57</sup>, documento apresentado, nesse mesmo ano, na 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3<sup>58</sup>), que busca sintetizar e unificar as percepções e entendimentos das organizações e movimentos sociais diversos em torno de um ponto central: o semiárido e a convivência nesse espaço geográfico e social (DINIZ, 2007).

A ASA foi criada em julho de 1999, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca - COP3, em Recife. Na ocasião, a sociedade civil organizada e atuante na região do semiárido brasileiro, reproduzindo a experiência da RIO-92, promoveu o Fórum Paralelo da Sociedade Civil. A ASA teve um papel decisivo na coordenação desse processo, vindo a consolidar-se como espaço de articulação política da sociedade civil em fevereiro de 2000. A base de sua constituição é a Declaração do Semiárido, documento que sintetiza as percepções dos grupos participantes da ASA em torno da região<sup>59</sup>.

Conservada a autonomia dos Estados e das entidades parceiras, estas devem orientar-se por princípios comuns construídos a partir da “*Declaração do*

---

<sup>57</sup> Veja o anexo 01.

<sup>58</sup> A 1ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação aconteceu em setembro de 1997, em Roma, Itália; e a 2ª Conferência, em novembro de 1998, em Dacar no Senegal.

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em 20 de junho de 2010

*Semiárido*” e de uma “*Carta de Princípios*” redigida e publicada no ano de 2000 na ocasião do Primeiro Encontro Nacional da ASA (I EnconASA).

Os trabalhos realizados no semiárido pelas organizações da sociedade civil começam a ganhar visibilidade nos últimos anos a partir da articulação delas em torno da ASA. As estratégias de intervenção dessas organizações são coerentes com a perspectiva do desenvolvimento sustentável da região, priorizando o apoio à agricultura familiar na perspectiva de construção de uma convivência equilibrada com a realidade da região, e a autonomia das organizações a ela filiadas, como descrito em sua *Carta de Princípios* (GALINDO, 2008, p.39).

Nestes dois documentos estão contidas as orientações da Articulação, no que se refere à construção de uma política desejada para o desenvolvimento do semiárido e, no que tange aos deveres das entidades parceiras para garantir a constituição de tal política.

Segundo a “*Carta de Princípios*”: são membros ou parceiros da ASA Brasil todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à “*Declaração do Semiárido*” e a “*Carta de Princípios*”:

1. A Articulação no Semiárido (ASA) é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no Semiárido brasileiro;
2. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
3. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso a terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido;

4. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semiárido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional das entidades que atuam nos níveis locais; apóia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido;
5. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido;
6. A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;
7. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semiárido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação<sup>60</sup>.

A maior ação coletiva da ASA-Brasil é sem dúvida o “*Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido*”, também conhecido como “*Programa Um Milhão de Cisternas*” (P1MC). De acordo com a ASA, são princípios do Programa: *Gestão compartilhada* (a concepção, execução e gestão são da sociedade civil organizada na ASA); *parceria* (com governos, empresas, ONG’s, etc., para sua execução, a partir de critérios pré-estabelecidos); *descentralização e participação* (a execução é feita através de uma articulação em rede); *mobilização social* (sua natureza é construída na mobilização social e no fortalecimento

---

<sup>60</sup> Carta de Princípios. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em 10 de junho de 2010.

institucional para a convivência com o semiárido brasileiro); *educação-cidadã* (situando criticamente a realidade histórico-cultural e visando a convivência com o semiárido); *direito social* (afirmação dos direitos da população de acesso e gestão dos recursos hídricos); *desenvolvimento sustentável* (afirmação da viabilidade do semiárido, desmistificando a fatalidade da seca); *fortalecimento social* (uma ferramenta de fortalecimento e consolidação dos movimentos sociais); e *emancipação* (construção de uma nova cultura política, rompendo com a dominação secular das elites sobre o povo, a partir do controle da água), conforme texto do P1MC (ASA Brasil, 1999, p. 10).

Para administrar o P1MC, a ASA-Brasil criou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ou seja, uma organização cuja natureza jurídica e institucional dá-lhe condições para formular e administrar políticas públicas com verbas estatais. Além da parceria de toda rede que compunha a Articulação para execução do P1MC e do Estado, a Articulação passa a contar, efetivamente com a colaboração do setor privado por intermédio da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Para Diniz (2007, p. 46):

O próprio setor privado, representado pela Febraban, quando decidiu por apoiar o P1MC (por dentro do Programa Fome Zero), o fez porque “entendeu” que ele era um programa de transformação social, tendo como princípio de base tanto a transparência, como o modelo de gestão dos recursos financeiros.

Sendo assim, o P1MC passa a ser um importante instrumento de atuação pública nas mãos dos movimentos sociais rurais e de ONG's que já atuavam no semiárido. Após várias etapas de experimentações e ajustes o P1MC consolidou-se e tornou-se política pública. Diante dos resultados alcançados pelo Programa, a ASA sugeriu outra experiência: *o Programa Uma Terra e Duas Águas* (P1+2), ou seja, o manejo cuidadoso da terra e a discussão da questão agrária de um lado, um largo leque de pequenas tecnologias baratas para armazenar água para produzir e alimentar os animais.

O Programa Um Milhão de Cisternas e o Programa Uma Terra e Duas Águas possibilitaram a consolidação de um processo educativo e participativo das famílias camponesas envolvidas. Segundo Diniz (2007), sua implementação produziu uma espécie de efeito sistêmico, impulsionando outras atividades produtivas e estimulando dinâmicas sociais a desenvolver as potencialidades do semiárido,

criando progressivamente uma consciência política em torno da convivência com a Região.

Além do P1MC e do P1+2, a ASA-Brasil, por intermédio das ASA's estaduais, atua fortemente nas comunidades rurais a partir da implementação de experiências que possibilitem à convivência com o semiárido.

A convivência com as condições do semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos: que a caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores; que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária; que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas; enfim, que o semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido (ASA-BRASIL, 2010)<sup>61</sup>.

A intervenção técnica e metodológica das entidades e organizações da ASA-Brasil, junto às comunidades, pode ser entendida como tecnologia social. Trata-se de um programa que reúne técnicas e/ou metodologias replicáveis, desenvolvidas de forma interativa com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social. O propósito é estimular a adoção dessas tecnologias sociais como políticas públicas a serem aplicadas diretamente nas comunidades rurais.

Assim, a ASA-Brasil atua em quatro campos:

1. Realização de experiências visando à convivência com o semiárido. A nível tecnológico, essas experiências vão desde diversos tipos de manejo de recursos hídricos até experiências de agroecologia, passando por formas inovadoras de criação animal. Mas as experiências organizativas não são menos importantes;
2. Análise crítica da política governamental para o semiárido, em reuniões, encontros e congressos.

---

<sup>61</sup>Declaração do Semiárido. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em 14 de junho de 2010.

3. Propostas diferenciadas de uma nova política governamental de desenvolvimento a partir das referências criadas por essas experiências.

A Articulação do Semiárido Brasileiro busca criar um ambiente de diálogo onde o Estado seja mais um ator que discute com os atores locais, possibilitando a participação efetiva destes como sujeitos-objetos a serem beneficiados pelas políticas (camponeses e suas organizações). O objetivo é de ir quebrando os laços de dependência tradicionalmente estabelecidos. Portanto, a ASA-Brasil, por meio de programas visando à convivência com o semiárido, pode ser considerada um desses atores coletivos que têm dado um grande passo para se pensar a igualdade e a justiça social nesse mundo globalizado, ao mesmo tempo em que têm construído identidades articuladas na perspectiva de um desenvolvimento regional de luta contra a pobreza e pela justiça social (OLIVEIRA e DUQUE, 2010).

Como já foi frisado, o contexto específico de cada Estado é valorizado e preservado, conservando suas peculiaridades e realidades sociais, políticas, culturais e ambientais. Nessa dinâmica, os Estados são entendidos como unidades da ASA-Brasil.

É no encontro nacional da ASA-Brasil (EnconASA), espaço político mais importante da Articulação, que são feitas as discussões e avaliações das políticas públicas voltadas para o Semiárido, bem como o fortalecimento das experiências de convivência com a região. Além disso, o encontro nacional é um momento de intercâmbio de cultura, valores e conhecimentos entre aqueles que buscam, em conjunto, construir um Semiárido mais próspero, onde o acesso à água e a terra seja apenas o primeiro passo para uma vida digna na região.

Além dos encontros nacionais anuais, são realizados encontros estaduais e microrregionais. Estes encontros são significativos na construção de processos políticos e educativos. Eles constituem um ambiente político e dialógico em que as experiências políticas, sociais e tecnológicas são apresentadas, socializadas e discutidas. É nos encontros que as grandes orientações são tomadas.

No entanto, como foi exposto anteriormente, é no âmbito da comunidade rural que se concretizam as ações de convivência com o semiárido, buscando a



autonomia política e econômica das famílias. Em alguns Estados, como na Paraíba, os FRS financiam a maioria dessas iniciativas técnicas, constituindo um sistema de gestão coletiva dos recursos que, à medida que estão sendo devolvidos, voltam para a própria comunidade.

A Articulação do Semiárido Brasileiro surgiu da organização em rede de vários Estados e diversas entidades que interagem de forma política, social e ambiental com a região Semiárida do Brasil. É possível afirmar que, a experiência organizacional da ASA-Brasil está diretamente relacionada ao processo institucional de constituição da ASA-Paraíba. A articulação das entidades paraibanas serviu de modelo e inspiração para a criação da rede ASA a nível nacional.

A ASA do Estado da Paraíba foi instituída em 1993<sup>62</sup>, como um Fórum de debates e práticas de convivência com o semiárido. Foi numa reunião realizada no *Centro Diocesano do Tambor*, em Campina Grande, que entidades paraibanas, de várias origens, resolveram criar um Fórum que congregasse o debate e a articulação das ações que vinham desenvolvendo a mais ou menos uma década em todo Estado.

A Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-Paraíba) se constitui na interdependência dos processos, experiências e atores sociais. Reúne agricultores e agricultoras familiares - e suas organizações específicas: associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, associação de assentados, grupos eclesiais, mulheres, jovens, bancos comunitários de sementes, grupos de fundos rotativos solidários, entre outras; organizações não governamentais (ONG's) e eclesiais: pastorais sociais, paróquias e organismos diocesanos (RAMOS, 2009, p. 12).

As ações desenvolvidas pelas entidades que compunham a ASA-Paraíba tinham, a princípio, como foco, o combate à seca, à fome e ao assistencialismo historicamente estabelecido no Nordeste brasileiro. Bem como, as críticas à ineficácia da ação das políticas públicas propostas e aplicadas pelo Governo Federal na região semiárida. Mais tarde, esse trabalho foi convertido numa densa rede de ação coletiva em função da convivência com o semiárido.

*Nosso trabalho é fruto de uma ação coletiva que, no nosso entendimento, foi inicialmente de "resistência" e de luta. Organizamo-nos em um fórum que reúne as nossas práticas cotidianas e nos representa coletivamente (Membro do PROPAC, entidade parceira da ASA Paraíba).*

---

<sup>62</sup> A ASA Paraíba foi criada em 1993 e só seis anos depois é que foi consolidada a ASA Brasil.

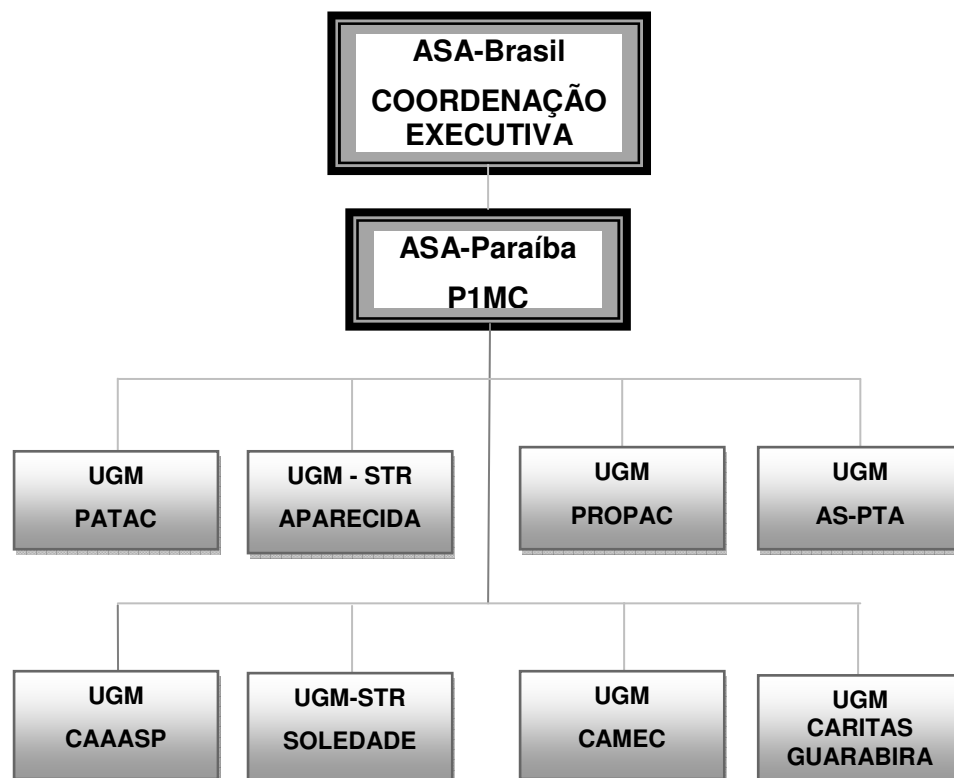
*A criação da ASA, na Paraíba, demonstra a consolidação das práticas que vínhamos desenvolvendo em alguns anos. Não foi difícil reunir tantas entidades, pois na verdade, essas entidades já trabalhavam em parceria. A ASA veio como uma consequência do trabalho coletivo de combate à seca e às injustiças sociais ocorridas na região (Membro do PATAC, entidade parceira da ASA Paraíba).*

É a partir da intervenção da Articulação do Semiárido paraibano que, no Estado da Paraíba, a convivência com o semiárido deixa de ser apenas uma proposta discursiva, passando a ser uma realidade construída de forma complexa e dialética através da ação conjunta das entidades parceiras e dos camponeses (OLIVEIRA, 2006; DINIZ, 2007; RAMOS, 2009). A articulação em forma de rede social garantiu o desenvolvimento de estratégias políticas convertidas em práticas solidárias de convivência com o semiárido.

O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido” ou Programa Um Milhão de Cisternas atingiu fortemente as ações realizadas pela entidade e organizações da ASA na Paraíba. Por um lado, potencializou a organização administrativa da mesma, garantido um fluxo contínuo de ações de formação e mobilização social e por outro, limitou o trabalho realizado através dos Fundos Rotativos Solidários.

Para a realização do P1MC a ASA-Brasil construiu uma cartilha contendo todo o planejamento e fases do programa. Uma das atitudes administrativas, adotadas em 2003, foi criar Unidades Gestoras Microrregionais para administrar o programa nas comunidades rurais.

**FIGURA 3-5: Estrutura organizacional da ASA Paraíba para o P1MC**



Fonte: Confeccionado pela autora.

As exigências do P1MC no cumprimento destes critérios limitaram a ação das entidades e das comunidades que, anteriormente, eram responsáveis por todo o processo decisório. A burocratização dos trabalhos das UGM's trouxe consigo alguns aspectos positivos e outros negativos; o monitoramento das famílias foi facilitado, a prestação de contas ficou clara e rápida e a acessibilidade dos dados através da internet foi democratizada, porém o cumprimento de todas as metas, critérios e exigências do P1MC atropelou o amadurecimento do processo de educação e mobilização das famílias. Além do mais, a relativa autonomia das comunidades foi prejudicada pela rígida mediação das UGM's, exigência dos convênios firmados (OLIVEIRA, 2006).

Os FRS sofreram o impacto das exigências do P1MC. A administração burocrática do programa exige que as cisternas fossem construídas com agilidade, para que as metas do projeto sejam cumpridas, atropelando os processos sócioeducativos necessários à informação das famílias e adequação dos fundos à realidade das comunidades. Além do mais, o uso de recursos vindo de um programa social do Governo Federal gerou um

profundo questionamento e debate a respeito do caráter legal da utilização de verbas públicas, a fundo perdido, para a criação de fundos rotativos que sugerem a devolução do valor recebido por cada família para que outras sejam contempladas com o mesmo benefício (OLIVEIRA, 2006, p. 38).

Em 2005 houve uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de checar a legalidade do uso das verbas do P1MC que estavam alimentando os FRS. Muita polêmica foi levantada, inclusive ameaçando proibir o funcionamento dos FRS. Em contrapartida, a ASA-Paraíba contratou uma assessoria jurídica que chegou à conclusão que não havia ilegalidade. O argumento principal é o de que, embora o recurso financeiro do P1MC seja destinado à construção de cisternas a fundo perdido, são as comunidades que decidem criar os FRS para que a ação seja ampliada e contemple o maior número de famílias possíveis. No entanto, a prática de multiplicar as cisternas do P1MC através dos FRS foi terminantemente proibida pela administração do P1MC.

O maior temor da ASA-Paraíba era que a doação das cisternas do P1MC, a fundo perdido, desencadeasse um processo contrário ao que havia sendo construído há mais o menos uma década pelos camponeses, entidades e Coletivos Regionais. No entanto, o trabalho de mobilização social realizado antes do programa tinha raízes fortes e bem fincadas na ação coletiva construída dentro das comunidades.

Hoje, em muitas comunidades rurais da Paraíba, o sistema de Fundos Rotativos Solidários deixou de ser uma ação coletiva proposta por mediadores para se tornar em ação coletiva dos próprios camponeses. É no espaço comunitário que os FRS se perpetuaram e ganharam novo vigor, sendo redirecionados para outras iniciativas comunitárias ou para o fomento de outras inovações tecnológicas. Em alguns casos, como o de Mandacaru que veremos adiante, projetos de outras instituições, que não fazem parte da ASA, doados a fundo perdido, foram transformados pelos camponeses em fundo rotativo.

A lógica desse tipo de ação coletiva é clara: diante de situações de escassez é mais proveitoso para o grupo quando, ao invés de agir individualmente, todos se reúnem e agem cooperativamente. Os FRS constituem o tipo de sistema que se apóia nas regras e laços sociais comumente encontrados em comunidades rurais. Pois, eles, para funcionar, precisam da articulação da solidariedade “intergrupala”,

das regras de reciprocidade, da confiança e da reputação individual construída a partir do tipo de relações sociais estabelecidas entre os membros do grupo (OSTROM, 1990).

### **3.3 A AÇÃO COLETIVA NA COMUNIDADE MANDACARU: A gestão e o manejo do sistema de fundos rotativos solidários**

O trabalho com as inovações tecnológicas, através do Sistema Fundo Rotativo Solidário, chegou à Mandacaru no ano de 1997 mediado pelo STR e PATAC. Além da deficiência hídrica, a Comunidade foi escolhida por desfrutar da fama de ser uma “*comunidade organizada*”, por possuir uma Associação ativa com alto índice de participação efetiva dos moradores da Comunidade. Logo, Mandacaru se destacou das demais comunidades de Soledade por apresentar um alto nível de coesão social e um interesse relativamente grande em formar e gerir grupos de FRS.

*Nas primeiras reuniões feitas pelo Sindicato e pelo PATAC nós nos mostramos interessados pelas cisternas e pelo trabalho. Falei com o responsável do Sindicato e disse que nossa comunidade não podia ficar de fora. Quando cheguei na comunidade disse a todos da novidade e marquei uma reunião para que a novidade fosse explicada pelos técnicos (Augusto, 55 anos, ex-presidente da Associação).*

A atitude inicial tomada pelo STR, PATAC e pela Associação Comunitária foi realizar uma reunião para decidirem coletivamente quais seriam as primeiras famílias a formar o primeiro grupo, de dez membros, de FRS em Mandacaru. Os critérios de escolha foram: distância relativa entre a casa e o tanque de pedra da comunidade – principal fonte de abastecimento d’água –, famílias com crianças pequenas, mulheres grávidas e/ou idosos e por fim, após esses critérios, famílias que se disponibilizariam a participar do Fundo Rotativo.

*Nós decidimos em conjunto quais seriam as regras do Fundo Rotativo. Não foi difícil, o maior requisito para participar era a precisão. Precisar de água todos nós precisávamos. Mas tinha gente com criança, idosos, e até gestantes. Estes precisavam mais e ainda tinha quem morava longe do tanque de pedra (Dona Didi, membro da Comunidade).*

Após a decisão de quais seriam os membros do primeiro grupo de FRS de cisterna, foi feita a mobilização social, momento em que a estrutura de funcionamento dos FRS era explicada e discutida com a Comunidade, e só depois

dessa etapa, eram dados os cursos de gerenciamento dos recursos hídricos e o treinamento que servia de base à construção das cisternas, das barragens subterrâneas. Ao término do trabalho de mobilização social, os camponeses de Mandacaru desconfiaram e até rejeitaram a proposta, isto por não conhecerem as inovações tecnológicas e por não entenderem como funcionava o sistema de FRS na prática.

*As cisternas eu queria, mas não entendia como era o tal de fundo rotativo. Tive medo de pagar e o outro não pagar e eu perder tudo e no final não ter o dinheiro nem a cisterna (Maria, membro da Comunidade).*

*Quando eu vi a responsabilidade tive medo de passar alguma precisão ou aperreio de dinheiro e não conseguir pagar o fundo e aí, amiguinha, eu ia prejudicar muita gente até quem não era daqui, entende [...] (Antônio, membro da Comunidade).*

O receio de não corresponderem às exigências do sistema de FRS se alastrou pela Comunidade e tomou conta dos camponeses de Mandacaru. Por um lado, eles temiam que aquelas inovações não funcionassem bem, e assim perderiam o investimento financeiro e social; por outro lado, o temor maior era o de não cumprirem com o pagamento em dinheiro das parcelas, prejudicando o funcionamento do Fundo. Portanto, eles acreditavam que seria mais oneroso participar dos grupos de fundos, do que desfrutar dos benefícios das inovações tecnológicas. É como se naquele momento, a lógica individual dos camponeses não entrasse em consonância com a lógica de ação coletiva afirmada através dos FRS.

Segundo Boudon (1995), a inovação pode ser entendida como “uma combinação nova” dos fatores cujas funções apresentem a ligação. A realização de coisas novas é sempre questionada pelos grupos sociais, pois assume a forma de um processo de “destruição criativa” do que existia antes.

Um fator importante era que, nesse momento específico, os repasses das parcelas dos grupos retornavam ao PATAC que se encarregava de reaplicá-las na comunidade de origem ou noutra comunidade, dependendo da demanda e da necessidade de cada localidade. Isto tornava o sistema mais oneroso para quem fazia parte dos grupos, pois preferiam que o recurso e as inovações circulassem na sua própria comunidade.

*No princípio, o repasse das parcelas do FRS era feito a entidades responsáveis pelos fundos na região. O entendimento era que no final de*

*um grupo o recurso poderia voltar para a formação de um novo grupo na comunidade ou poderia ser aplicado em outra comunidade. Essa lógica garantiu que os FRS se multiplicassem com mais rapidez pelo Estado. Logo percebemos que, as comunidades queriam que o retorno ficasse para elas que poderiam reaplicá-lo de outras maneiras. Assim, os FRS passaram a ser da comunidade. Essa iniciativa só foi possível diante da organização das próprias comunidades e do interesse dos produtores em gerir o fundo rotativo (Técnico do PATAc).*

O Fundo Rotativo Solidário é entendido pelos técnicos do STR e do PATAc como uma forma de democratizar as inovações tecnológicas, como as cisternas de placas, a barragem subterrânea e os poços amazonas, integrando isso à lógica de partilha já presente na comunidade. Porém, para que ele possa funcionar, é necessário que os camponeses aceitem e entendam a sua proposta, já que os FRS só funcionam se houver cooperação.

Com o intuito de resolver esse dilema e motivar os camponeses a participarem dos FRS, foram realizadas várias reuniões pelos técnicos do PATAc e do STR com o objetivo de explicar os princípios de solidariedade e ajuda mútua que norteavam os fundos. Nesta ocasião, alguns camponeses de Caiçara (comunidade pioneira com o trabalho dos FRS) foram dar o depoimento de suas experiências. Outra estratégia foi a realização de visitas de intercâmbio. Dois camponeses de Mandacaru, Benedito e Carlos, foram fazer uma visita em Caiçara, para conhecerem as cisternas de placas e os fundos rotativos. Outra visita foi feita na cidade de Ouricuri-PE para ver o desempenho das barragens subterrâneas.

*A visita de intercâmbio e o testemunho das pessoas foram muito importantes. A gente começou a acreditar que poderia dar certo. Mesmo assim, alguns ainda desconfiavam. Fomos conhecer as cisternas de Caiçara e as barragens de Ouricuri no Pernambuco. Quando nós voltamos, tivemos a ideia de construir barragens e cisternas nas nossas propriedades, os outros viram que dava certo, aí tudo começou (Benedito, membro da Comunidade).*

*Eu tive a ideia de experimentar eu mesmo as inovações. Fizemos uma cisterna na minha casa e todos vinham ver como era aquilo. Depois a gente viu que na minha propriedade dava para fazer uma barragem subterrânea e aí fizemos uma. Eu e Benedito somos agora agricultores experimentadores, mas tudo aconteceu pela necessidade (Carlos, membro da Comunidade).*

Segundo técnico do STR o intercâmbio surtiu bons resultados, ao voltarem, Benedito e Carlos, realizaram uma reunião da Comunidade, da qual o primeiro era o então presidente da Associação. O objetivo do encontro era divulgar as experiências

que haviam conhecido e tentar incentivar os demais camponeses a formarem grupos de FRS. A iniciativa foi bem sucedida. Decidiu-se formar três grupos de FRS de cisternas de placas, cada um composto por 05 famílias, totalizando 15, e na mesma reunião se encaminhou a construção de uma barragem subterrânea, com o trabalho das Frentes de Emergência. Ulteriormente mais 6 barragens subterrâneas foram construídas a partir de um novo fundo rotativo.

*Nós queríamos a cisterna, mas só participamos desse grupo porque os compadres Benedito e Carlos disseram que era bom e daria muito certo. A gente só pode confiar em quem a gente conhece, não é? (Joana, membro da comunidade).*

Após a decisão da Comunidade em formar grupos de FRS, o PATAC passou a fomentar os recursos para os primeiros grupos. De todas as inovações, a cisterna era a mais requisitada, por ser um reservatório de água potável, e também por tocar um aspecto mais sensível da realidade dos camponeses: a falta de água. Para construir uma cisterna, bastava ter uma casa com espaço ao lado e um telhado em boas condições. Já para fazer uma barragem subterrânea, era preciso que um manancial passasse por dentro do estabelecimento agrícola. Daí o porquê de terem sido formados três grupos de fundos rotativos de cisterna e só um de barragem, pois apenas alguns camponeses desfrutavam da estrutura necessária para construir esta última.

Alguns camponeses de Mandacaru tornaram-se exímios construtores de cisternas e barragens subterrâneas. Além de incrementarem seus estabelecimentos com essas inovações, passaram a experimentar outras tantas, sendo chamados, a partir de então, de Agricultores Experimentadores (AE); responsáveis pela experimentação das novidades tecnológicas e pela divulgação destas para outras localidades.

O trabalho de construção das primeiras cisternas mobilizou para os mutirões até alguns camponeses que não faziam parte dos primeiros grupos, pois tinham interesse em conhecer de perto a tecnologia para verificar “se dava certo”. Este fato surpreendeu a todos, já que após a morte do Vô, o mutirão quase não existia mais em Mandacaru, salvo raras exceções, como no caso da manutenção de bens de uso comum, como o tanque de pedras e as estradas.



*Ninguém mais queria participar de mutirão, até para limpar o tanque tava ficando difícil arranjar gente. Com o fundo rotativo a coisa melhorou. Todo mundo ficou interessado em aprender a fazer cisterna. Também, se eu não participar do mutirão dos outros, eles não irão para o meu! Não é? (Pedro, membro da comunidade).*

Logo, a ação coletiva dos membros da Comunidade Mandacaru transformou-se na vitrine de demonstração do Coletivo de Educação Solidária e da ASA-Paraíba, atraindo visitantes de todas as partes do Brasil e de outros países. A título de exemplo, no ano de 2002, os membros da Comunidade afirmam que receberam quase duas mil visitas de camponeses de outras localidades, membros de ONGs, técnicos de diversas instituições governamentais, pesquisadores de órgãos públicos, e até “curiosos de outros países”, políticos, etc. Todos queriam conhecer as novas técnicas de infraestrutura e manejo produtivo e seu funcionamento através dos FRS.

*É fantástico ver uma comunidade organizada com seus membros cooperando e realizando iniciativas por conta própria sem depender de favores dos políticos (Pesquisador da UFCG que visitou a comunidade).*

*Essas novas tecnologias trazem consigo uma nova esperança para o agricultor do semiárido. Conviver com a seca através de inovações a baixo custo e a partir de um crédito que requisita a solidariedade é algo fantástico (Técnico da EMBRAPA-PB).*

O reconhecimento externo das ações dos camponeses de Mandacaru os enchia de orgulho e satisfação. As constantes visitas os incentivavam a manter um ritmo inexorável de ações conjuntas. Sabourin, Duque *et al.* (2005), colocam em evidência a importância desse reconhecimento para o fortalecimento da ação coletiva dos camponeses.

Mas em Mandacaru, a ação coletiva estava gerando uma espécie de grupo de comando, grupo de poder, que estava se beneficiando diretamente da ação conjunta, deixando os outros membros fora do trabalho, isto devido ao fato de que as inovações estavam chegando à Comunidade de forma diferenciada, privilegiando uns e excluindo praticamente os outros. O grupo dos AE destacava-se como o grupo dos que possuíam inovações por serem os mais sábios e espertos da Comunidade. “A superioridade de poder confere vantagens aos grupos que a possuem” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 33).

Não que houvesse vontade de privilegiar ou excluir. Na realidade, os produtores que se destacavam nas reuniões acabavam concentrando as ações enquanto os outros, por diversas razões, como pelo controle social exercido pelos Experimentadores, não se manifestavam. O valor estimado de investimento feito pelo PATAC para os FRS foi de aproximadamente 20.130,00 R\$. Em 2002, a dívida dos membros dos FRS ainda era de 17.420,00 R\$ (incluindo as parcelas que ainda estavam dentro do prazo de carência).

**TABELA 3-1**  
**Valores aplicados por famílias através das inovações feitas em seus estabelecimentos até 2002<sup>63</sup>**

TIPO DE FAMÍLIA	VALOR ESTIMADO
Família do tipo 01	4.225,00
Família do tipo 01	3.635,00
Família do tipo 01	1.750,00
Família do tipo 02	1.855,00
Família do tipo 02	1.525,00
Família do tipo 02	1.200,00
Família do tipo 02	1.200,00
Família do tipo 02	1.140,00
Família do tipo 03	850,00
Família do tipo 03	850,00
Família do tipo 03	850,00
Família do tipo 03	200,00
Família do tipo 04	850,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.130,00</b>

Fonte: OLIVEIRA (2006).

A demonstração da tabela 3.1 deixa claro que até o ano de 2002, cinco anos após o início dos trabalhos com os FRS, eles apenas beneficiaram 13 famílias das 35 que compõem a comunidade. Destas 13 famílias, 08 pertencem aos tipos 01 e 02, que contam apenas 09 famílias com melhores condições econômicas. Contudo, apenas foram contempladas 05 famílias dos tipos 03 e 04, representando 27% das 22 famílias desses dois tipos. Já o tipo “E” não foi beneficiado (SIDERSKY, 2002).

A concentração dos FRS por parte dos Agricultores Experimentadores ocasionou, evidentemente, o endividamento dos mesmos que passaram a ter

<sup>63</sup> Ver tipologia das famílias de Mandacaru no Capítulo II, tabela 2.2 localizada na página 111.

dificuldades em retornarem o valor para o fundo. A princípio, os técnicos não estavam muito preocupados com o repasse das parcelas, mas com o acúmulo de experiências que os AE haviam concentrado, já que serviria como demonstração real do processo de mobilização e da eficácia das tecnologias implantadas.

Os conflitos começaram a surgir devido à atenção especial dos técnicos do PATAC para com os experimentadores. Em quase dois anos de FRS funcionando, as cisternas não tinham chegado a contemplar nem a metade das famílias dos três primeiros grupos.

A ação coletiva através dos fundos rotativos, proposta pela mediação do PATAC, reforçou a diferenciação social e econômica que já existia na Comunidade. O grupo dos Experimentadores, formado principalmente por três camponeses que mantinham relações com as instituições que atuavam na região e com políticos locais, passou a destacar-se e diferenciar-se ainda mais dos demais habitantes de Mandacaru.

Segundo os técnicos do PATAC, os Experimentadores se destacaram em função de algumas qualidades individuais: iniciativa, participação, capacidade cooperativa, e, sobretudo de seu interesse, e também pela natureza de seus estabelecimentos agrícolas, tais como: existência de manancial e capacidade produtiva. É verdade que nem todas as famílias de Mandacaru possuíam capacidade estrutural para fazer barragens subterrâneas e poços Amazonas. Mas, todos tinham disposição para participarem pelo menos dos FRS de cisternas.

*Não escolhemos propositalmente os agricultores experimentadores. As coisas foram acontecendo. Claro que muitas das inovações têm seu limite de aplicação muito evidente. Não se constrói barragens subterrâneas em qualquer lugar. Acreditávamos que após a experiência de experimentação as ações seriam irradiadas. Não contávamos com tantos problemas. Mas as coisas estão se resolvendo, lentamente, mas estão (Técnico do PATAC).*

Entre 1999 e 2001, a situação dos AE beirava a desertão. Considerar as dívidas como perdoadas chegou a ser cogitado pelos Experimentadores; o argumento posto discretamente por eles nas reuniões do Coletivo Regional de Educação Solidária de Soledade e Entorno; era que já haviam pago o que deviam

na forma de treinamentos dados<sup>64</sup> e de demonstrações feitas em seus estabelecimentos.

Esta atitude dos Experimentadores não deriva da malevolência, nem mesmo da ausência de solidariedade ou de compromisso recíproco. Muito pelo contrário. Eles não queriam prejudicar os outros ou a si próprios. Desistir naquele momento, embora o endividamento e a pressão social os inclinassem a esse ato, seria arrebentar com uma cadeia de relações sociais de confiança e reciprocidade baseada na reputação da qual desfrutavam. “*Para haver cooperação, é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros*” (GAMBETTA, 1988 apud PUTNAM, 1996, p. 174). Perder a confiança do PATAC e dos seus amigos, parentes e vizinhos seria o mesmo que determinar o isolamento social. Pois quebrar as regras de reciprocidade é decretar para si próprio a possibilidade de exclusão das relações sociais do grupo (MAUSS, 1966; SAHLINS, 2003; OSTROM, 1990; PUTNAM, 1996).

Não houve deserção. Mas, diante da situação de endividamento e da perspectiva de alguns anos de pouca chuva e quase nenhuma safra, as devoluções foram lentas e os fundos rotativos andaram, entre os anos de 2001 e 2004, a passos lentos e descontínuos.

Para os técnicos do STR e do PATAC, a estratégia de priorizar os Experimentadores tinha sido escolhida, por se acreditar que numa Comunidade pequena e coesa, formada por pessoas descendentes de um mesmo tronco familiar, os laços de solidariedade e de reciprocidade garantiriam a rotatividade dos fundos. No entanto, o que aconteceu foi a valorização dos lugares de poder conquistados por alguns dos netos de Vô Neco, após seu falecimento.

Alguns fatores devem ser levados em consideração para que a dinamicidade do processo social que envolve os grupos de fundos rotativos de Mandacaru possa ser explicada. Em primeiro lugar, levaremos em consideração as mudanças na maneira do PATAC ver e conduzir os FRS a partir da fase do “*fortalecimento dos Fundos Rotativos Solidários a partir do Programa 1 Milhão de Cisternas*” que teve início no final de 2001. Um segundo fato foi a amenização da dívida dos

---

<sup>64</sup> Vale dizer que já recebiam por alguns treinamentos.

Experimentadores e, um terceiro, a decisão do PATAC de reduzir suas atividades na Comunidade.

Em 2001, com o projeto piloto do P1MC, houve uma maior disseminação do sistema de fundos pela Paraíba. Com isso, a ASA-Paraíba passou a promover uma maior interação entre lideranças e entidades que trabalhavam com os fundos através de encontros regulares organizados pela Comissão Água, bem como do intercâmbio entre os camponeses envolvidos com o sistema. Nestas ocasiões, começou a ser melhor entendida e disseminada a noção de que os Fundos deveriam proporcionar a criação de uma poupança comunitária e que o repasse das parcelas, que antes era feito à instituição de origem, deveria ficar na Comunidade, fato que estava ocorrendo em algumas partes da Paraíba.

A mudança de foco do FRS, ou seja, o fato do PATAC desistir do controle do sistema e colocá-lo nas mãos dos camponeses permitiu que a organização interna da Comunidade acionasse os instrumentos necessários à cooperação a partir de uma lógica interna, possibilitando o funcionamento dos fundos rotativos. Os sentimentos de solidariedade e de reciprocidade reapareceram e os grupos de fundos voltaram a funcionar. Os conflitos internos foram diminuindo ao passo que novas cisterna e barragens eram construídas.

A partir de 2002, a construção de cisternas e barragens subterrâneas foi retomada aos poucos. A gestão interna dos recursos possibilitou e incrementou a cooperação. Agora não se confundia mais Associação, PATAC e STR, nem outros atores, Coletivo/ASA-Paraíba, envolvidos com os FRS. A identificação com os fundos alterou a situação de outrora: “*se o FRS é da comunidade, vamos fazê-lo funcionar*” exclamou um membro do grupo de fundos de cisternas.

O entendimento do PATAC (como também do Coletivo e da ASA-Paraíba) de que os FRS deveriam de fato ser da Comunidade, passando seu gerenciamento para os camponeses, modificou a forma de intervenção em Mandacaru. Os fundos ficaram nas mãos dos membros dos grupos e o montante financeiro, por eles mobilizado, não retornou mais para o mediador. A Comunidade experimentou assim um novo momento. A sensação de controle, em relação à gestão dos FRS, possibilitou o fortalecimento da ação coletiva, isto devido ao interesse direto dos camponeses em administrar o que era deles.

No final de 2005 chegaram os recursos do P1MC para a construção de 05 cisternas em Mandacaru. Havia, também, o recurso para mais uma cisterna proveniente do repasse do último grupo de FRS. Neste ano, a Associação estava passando por uma nova administração, a de Pedro – Agricultor Experimentador. A administração de Pedro estava sendo beneficiada pela fase de revitalização social possibilitada pela retomada do funcionamento dos FRS. Pedro organizou a Associação de maneira que os sócios voltaram a contribuir com as mensalidades e a participar das reuniões. A Comunidade estava vivenciando um momento no qual a situação conflituosa de outrora havia sido temporariamente apaziguada.

A retomada da *confiança* e da *reputação* perdidas pelos experimentadores deu-se pela retomada do trabalho com os FRS e pela boa administração de Pedro. Assim, em novembro de 2005, mais um grupo de fundo rotativo foi formado, ato que dois anos antes não teria sido possível, já que os demais membros da Comunidade não acreditavam mais no sistema, nem nos seus principais organizadores.



**Figura 3-6:** Mutirão de construção da cisterna de Mauro, membro do novo grupo de FRS/2005.  
Fonte: Oliveira (2006).

A Comunidade Mandacaru, por sua vez, também não era mais a mesma. Pois, passara por uma longa experiência de quase 10 anos com os fundos rotativos, experiência que lhe conferiu certa aprendizagem coletiva, derivada dos conflitos e dos arranjos que teve que criar para enfrentar os problemas. O novo grupo formado por 06 famílias recebeu suas cisternas de uma vez. O repasse dos recursos dessas

cisternas beneficiou as 03 famílias restantes. Esse novo grupo foi formado numa reunião da associação, onde ficou decidido que os últimos três membros do último grupo de FRS e os mais carentes – de água e financeiramente – seriam os primeiros beneficiados, para com os repasses contemplar as últimas famílias da Comunidade que ainda não possuíam cisternas.

*Depois de tantos problemas, resolvemos ter a iniciativa e levar os grupos a partir de nossas necessidades e de nossa própria organização. Achamos muito importante o trabalho que fizeram aqui, não é? Só que agora é nossa vez de mostrar a nossa capacidade (Augusto, membro da comunidade).*

A mobilização, nesta nova fase, partiu dos membros da Comunidade. Desta vez, foram eles que criaram as regras que serviram de apoio à gestão dos fundos rotativos. Como são eles os responsáveis diretos pela organização e pelo futuro da ação coletiva, advinda do sistema de FRS, este fato ajudou a acionar os mecanismos de controle sugeridos e aprovados pelo grupo. A clareza de propostas e regras facilita a ação coletiva e a gestão dos bens comuns de um grupo, mesmo quando não havia como garantir a plena cooperação de todos até o fim do processo (OSTROM, 1990; PUTNAM, 1996).

É no espaço comunitário que a ação coletiva pode ser explicitada através das esferas necessárias à sua concretização. Para haver ação coletiva coordenada, sistematizada e efetiva é preciso a união de valores e atitudes (interesses, solidariedade, confiança e reciprocidade) que, combinadas às motivações dos atores envolvidos, produz a cooperação indispensável à produção da ação coletiva.

Em Mandacaru foi preciso um longo processo de troca de valores e de aprendizagem coletiva para que os elementos de interação coletiva, necessários à cooperação, fossem fortalecidos num processo de construção da ação conjunta.

Foi necessário haver a reintegração da cooperação entre camponeses e entidades parceiras para que a confiança se restabelecesse e o interesse de trabalhar em conjunto fosse novamente acionado. Assim, o circuito da reciprocidade e da solidariedade foi reestruturado. Todos da Comunidade passaram a acreditar novamente que o ciclo da *dádiva* de *dar*, *receber* e *retribuir* seria novamente garantido. Portanto, a ação coletiva foi restaurada e os FRS voltaram a funcionar.

Em 2004, o *Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú paraibano* (COLETIVO) havia consolidado sua atuação na Região redirecionando suas ações

para o nível mais amplo do território. As ações outrora intensificadas em Mandacaru, Comunidade Referência, foram minimizadas e, por conseguinte, o destaque dos AE diminuiu.

Pelo que consta nas falas dos membros da Comunidade, o redirecionamento da ação coletiva realizada por eles, STR e PATAC, para o âmbito do COLETIVO, não foi bem compreendido pelos Experimentadores, causando-lhes certa revolta por causa da diminuição do investimento de infraestrutura em Mandacaru. Outro motivo importante é que eles tiveram a impressão de perder o prestígio do qual gozavam anteriormente.

*O PATAC nos abandonou. Agora os técnicos só vêm aqui de vez em quando para ver como as coisas estão indo. Antes eles vinham aqui duas e até três vezes por semana. Eles faziam reuniões, demonstrações de novidades, acompanhamento dos trabalhos. Até para os encontros de intercâmbio ou para reuniões fora daqui, eles vinham nos pegar ou davam o dinheiro do abastecimento da moto e agora não dão nem o dinheiro da gasolina. Antes eu quase não tinha tempo de fazer nada na minha propriedade e foi bom diminuir os trabalhos fora, mas nos abandonar dessa forma não foi justo com nós. Quando eles precisam da gente, de uma demonstração, eles sabem nos procurar (Benedito, membro da Comunidade).*

Em alguns trechos das entrevistas eles afirmaram que contribuíram contundentemente para o processo de desenvolvimento das novas tecnologias, através da promoção de intercâmbios dentro e fora da Comunidade, como da efetiva participação em reuniões e congressos promovidos pelo COLETIVO e pela Rede ASA.

*Quem é o principal nessa história é o agricultor, não acha? E a gente daqui da Comunidade sempre participou muito das ações da ASA e do COLETIVO. As pessoas daqui sempre foram os exemplos de engajamento e organização. Agora não entendemos porque a gente foi escantado (Pedro, membro da Comunidade).*

Segundo a direção do PATAC, não houve abandono da Comunidade ou dos camponeses. Na realidade, aconteceu o redirecionamento das ações, que antes eram destinadas às Comunidades Referência, para o território mais amplo com o intuito de atingir um público mais significativo de camponeses. Na medida em que os processos foram se tornando cada vez mais complexos, no âmbito do COLETIVO, as entidades deixaram de trabalhar com a difusão das experiências a partir do recurso das Comunidades ou Municípios Referência. Na nova lógica da ação



coletiva, o todo passou a ser mais valorizado do que a parte, ou seja, planejar políticas públicas territoriais tornou-se mais importante do que priorizar certas comunidades que já tinham plenas condições de dar continuidade as experiências desenvolvidas há quase dez anos.

*O PATAC tem certa dificuldade não só com Mandacaru e sim com o Município de Soledade como um todo. O município de Soledade era um Município Referência, e Mandacaru uma das Comunidades Referência dentro de Soledade, então o PATAC prestava uma assessoria muito densa porque Soledade obteve uma resposta muito favorável. O ponto forte dessa resposta eram as parcerias que tínhamos lá, as próprias condições materiais, as necessidades da população [...] tudo isso batia com o que a gente tinha para oferecer. Então o trabalho no Município foi muito intenso durante muito tempo e o PATAC desenvolvia uma assessoria muito forte em Soledade. Com esse movimento de construção de uma dinâmica territorial e a inserção de uma série de comunidades da região, mais de 70, na dinâmica do COLETIVO que abarca dez municípios, a gente não usa mais o município ou a comunidade como referência [...]. Então essa mudança da assessoria do PATAC não causou o abandono de Soledade, a gente só diminuiu as ações em virtude de atender uma região mais ampla (Técnico do PATAC).*

Os discursos de abandono dos membros da Comunidade apresentaram certa discrepância e contradição, pois, na medida em que as entrevistas se aprofundaram foi possível perceber sinais de que eles não se sentiam totalmente abandonados pelo STR e pelo PATAC.

*Nós somos muito gratos ao STR e ao PATAC pelo mundo que eles abriram para nós. Hoje eles não estão tão presentes na Comunidade, mas hoje nós não somos como antigamente. A gente agora é capaz de fazer por conta própria e isso é muito bom. Descobrimos que temos capacidade de andar com nossos próprios pés (Carlos, membro da Comunidade).*

*Eu achei boa a retirada da presença do PATAC da Comunidade. Se eles continuassem como antes, nós não teríamos lutado para alcançar novas conquistas como a fábrica de beneficiamento de frutas nativas do grupo de mulheres. [...] é justo dizer que se não fossem os técnicos a gente não saberia desenvolver os trabalhos e as ações que desenvolvemos antes (Antonia, membro da Comunidade e do grupo de mulheres).*

Em 2005 a comunidade deu sinais de que havia conquistado a autonomia a partir do manejo e da gestão dos bens comuns, ao ser contemplada por um projeto de criação animal a *fundo perdido*, oriundo do Projeto Dom Helder Câmara, transformando o mesmo em *fundo rotativo*.

O projeto chegou à Comunidade em 2007. Os camponeses receberam 111 animais, sendo 108 matrizes e 03 reprodutores, distribuíram os caprinos e ovinos para um grupo de 18 criadores. As 18 famílias contempladas resolveram criar um FRS para estender o benefício às 17 famílias que tinham ficado de fora. Ainda no primeiro ano, 2007, o grupo repassou 20 animais que foram divididos em partes iguais para mais 04 famílias, sendo cada uma contemplada com 05 ovinos ou caprinos. Em 2008 e 2009, outras 04 famílias foram beneficiadas com o mesmo repasse, totalizando 26 famílias. É importante destacar que o grupo multiplicou seu rebanho, dos 111 animais recebidos. Hoje o rebanho é de 310 cabeças sem contar com 148 que foram vendidas, gerando o montante de R\$ 8.800,00. O fundo continua girando e a perspectiva é de que ainda neste ano as demais famílias da Comunidade sejam contempladas com o FRS. Segundo o presidente da Associação, as últimas famílias devolverão o repasse ao fundo que será revertido em obras comunitárias.

*Logo nós notamos que com iniciativa comum e organização comunitária é possível caminhar com nossos próprios pés. A comunidade é grata à ASA, pois foi a partir do trabalho dela que aprendemos que não precisamos de favores e sim de projetos que nos permitam crescer. (Carlos, Presidente da Associação de Mandacaru).*

Diante dessa experiência, os camponeses de Mandacaru perceberam que é possível lutar por novas conquistas e administrá-las por conta própria. Desta forma, no início de 2010, conseguiram um novo projeto, de uma entidade governamental, para o fortalecimento da forragem animal. Assim, eles foram contemplados com 04 máquinas agrícolas, de uso comum, para o beneficiamento de forragem, extraída da vegetação nativa e armazenada em silos de trincheiras (técnica camponesa aperfeiçoada e difundida pela ASA que consiste em armazenar a forragem em valas cavadas no solo).

Hoje, a Comunidade ainda é parceira da ASA e o PATAC continua sendo a entidade mais atuante em seus domínios. Porém, ao longo de mais de 12 anos de experiências de manejo e gestão de bens individuais e comuns, é possível afirmar que houve uma considerável conquista de autonomia comunitária, permitindo o fortalecimento dos laços e da organização do grupo social.

Atualmente, o PATAC diminuiu de fato sua ação na Comunidade, deixando a gestão dos FRS nas mãos dos camponeses. Assim, a experiência compartilhada por todos da Comunidade facilitou o engajamento e a adequação das regras para o funcionamento dos novos grupos de FRS. Se de fato as coisas irão ocorrer como o grupo espera, não dá para saber. Mas, os membros da Comunidade aprenderam, a partir das experiências que compartilharam ao longo de quase 20 anos, a criar e seguir suas próprias regras. Portanto, o sistema de FRS funciona na prática de maneira muito diferente do planejado. A Comunidade está enfrentando um processo de disputa política muito forte. O grupo de Agricultores Experimentadores se desfez. Agora os 04 estão disputando novos lugares de poder através do comando da presidência da Associação da Comunidade.

No entanto, eles ainda se constituem como “*grupo dominante*”, ao longo de oito anos eles vem se alternando no comando da associação, não permitindo que os *associados* tenham acesso a nenhum cargo administrativo. Estes lugares são ocupados por seus parentes próximos: filhos, genros, noras, esposas, afilhados, pessoas que lhes são subalternas e permitem-lhes a manutenção do poder. De certa forma, esse grupo dominante constitui um grupo “*identitário nômico*” (ELIAS, 2000) que se afirma através de um controle efetivo das instituições comunitárias. Além da Associação eles estão presentes, também, no comando do grupo de mulheres e do grupo de jovens por intermédio de suas mulheres e filhos.

Mesmo com todas as transformações ocorridas, há em Mandacaru, a persistência da figura do líder. É como se naquela Comunidade as coisas só pudessem funcionar se houvesse um indivíduo ou um grupo que exercesse o lugar de mando para que os outros possam segui-lo. O trabalho com o novo grupo de FRS tem obedecido a decisões tomadas em comum. Porém, a figura dos líderes, identificados por todos como os “*sabidos*” – aqueles que reúnem qualidades especiais – está sempre presente, como se a Comunidade dependesse da opinião deles para tomar as decisões comuns. Essa reprodução da diferenciação social e da hierarquia de *status* aponta para o fato de que em Mandacaru a ação coletiva depende diretamente da influência exercida por suas lideranças.

Mesmo diante da especificidade da configuração social apresentada hoje na Comunidade Mandacaru: seus laços de interdependência, sua constituição histórica, seu processo social interno; a ação coletiva lá estabelecida é fruto de um processo

social mais amplo que pode ser vislumbrado a partir da inserção da Comunidade num contexto sociopolítico mais amplo: o da ação coletiva que vem sendo construída desde a década de 1980 em Soledade e no Cariri paraibano.

Como foi possível perceber, houve a intercessão das esferas de ação coletiva que se construíram dialeticamente em torno da Comunidade, do Município e do território mais amplo que contemplam o Cariri. Em virtude da atuação efetiva de diversos atores sociais, a ação coletiva foi sendo construída através da busca incessante dos objetivos elencados por esses atores cujo fim desejado era, a princípio, a convivência com o semiárido, mas que tomou maiores proporções a partir da busca do desenvolvimento territorial e da conquista de políticas públicas mais amplas como os Programas P1MC e P1+2 da ASA-Brasil em parceria com o Governo Federal.

O tipo de ação coletiva desenvolvida em Mandacaru, Soledade e Cariri é, na verdade, fruto de um movimento social de origem camponesa, que vem unindo atores sociais das mais diversas orientações, através da luta e da resistência contra as estruturas políticas de dominação que impedem os processos democráticos e a conquista da autonomia camponesa. Portanto, camponeses, entidades, organizações, Coletivos e Rede ASA são expressões concretas do tipo de ação que a cooperação e a gestão de bens comuns podem gerar.

A ação coletiva, a princípio impulsionada pelos mediadores, foi plenamente absorvida pelos camponeses da Comunidade ao ponto deles assumirem sua gestão, dando continuidade as experiências coletivamente construídas. Assim, é possível extrair do caso da Comunidade Mandacaru, um rico e inquestionável processo de fortalecimento das práticas sociais, da aprendizagem coletiva e da conquista da autonomia de seus camponeses.

Embora tenha havido um breve desentendimento entre os camponeses e o PATAC, em relação à diminuição da implementação das ações estruturais em Mandacaru, é importante dizer que a tomada de decisão dos mediadores foi orientada pelo diagnóstico de que a Comunidade já possuía as condições necessárias para continuar a ação coletiva por eles iniciada.

Uma crítica pode ser feita em relação ao enfraquecimento das atividades do PATAC em Mandacaru: quando os técnicos adentraram na Comunidade fizeram um

forte trabalho de mobilização e sensibilização, porém quando resolveram diminuir suas ações não tiveram a sensibilidade de dialogar de forma clara com os camponeses. Os técnicos deveriam ter elaborado e executado um plano de atividades que assegurasse a atenuação, de forma responsável, das atividades que outrora foram tão incisivas.

Por fim, um complexo processo de realização da ação coletiva, como o acima exposto é de difícil apreensão empírica. Para engendrar as explicações necessárias à compreensão de todas as vicissitudes que lhes são inerentes foi preciso realizar um longo percurso de profunda inserção no campo pesquisado. Só a pesquisa de longo tempo foi capaz de revelar as nuances indispensáveis à compreensão do caso de Mandacaru.

## CAPÍTULO IV

### OS FRUTOS DA AÇÃO COLETIVA EM MANDACARU: TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA PRODUTIVO, NO MODO DE VIDA E NA IDENTIDADE DOS CAMPONESES

O trabalho em torno da inovação técnica e da constituição de redes de difusão, de poupança coletiva e de crédito de proximidade permite desenvolver uma nova institucionalidade, caminho para um desenvolvimento mais humano e cidadão.

Silveira<sup>65</sup>

*Às vezes eu fico pensando como as coisas mudaram por aqui. Mudança boa sabe! Conquistada com nosso trabalho e nosso esforço de melhorar a vida que tínhamos antes do trabalho coletivo.*

Antônio, camponês de Mandacaru

Como foi demonstrado no Capítulo anterior, “*Atores e Interações: o processo de construção da ação coletiva no Cariri paraibano e em Mandacaru*”, a efetiva ação coletiva de camponeses e entidades parceiras, desencadeada em Soledade e entorno, provocou profundas transformações sociais, políticas, econômicas e ambientais na microrregião do Cariri.

Do ponto vista social e político, a “*resistência real*”<sup>66</sup> dos atores, contra as dificuldades sociais e materiais, impulsionou um movimento, que a princípio começou de forma difusa, e depois transformou-se numa organização sistemática e colaborativa de ação coletiva que se concretizou em forma de organização social e política – Coletivos e Rede ASA – e se efetivou através de ações concretas nas comunidades rurais, fortalecendo as organizações comunitárias e os laços sociais de solidariedade e reciprocidade compartilhados entre os camponeses. Nos aspectos

<sup>65</sup> SILVEIRA, L.; PETERSEN, P.; SABOURIN E. (Org.), **Agricultura familiar e agroecologia no semiárido**: avanços a partir do agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

<sup>66</sup> Ver Capítulo III, Raízes da ação coletiva no Cariri: cooperação, reciprocidade e construção de novos saberes, páginas 130-131.

econômicos e ambientais, o trabalho de desenvolvimento territorial e de convivência com o semiárido, através da implementação das tecnologias adaptadas e da agroecologia, trouxe significativas transformações no sistema tradicional de produção camponesa, possibilitando a sustentabilidade econômica dos estabelecimentos agrícolas e a preservação do seu meio ambiente.

Também foi demonstrado que a Comunidade Mandacaru, devido ao incentivo de atores externos e ao interesse de seus membros, mergulhou intensamente na experimentação de um novo modelo organizativo, os Fundos Rotativos Solidários (FRS), e de uma nova forma de lidar com o meio ambiente através das inovações tecnológicas adaptadas ao semiárido.

No entanto, é preciso esclarecer quais foram os resultados obtidos através da ação coletiva, desenvolvida pelos atores internos e externos na Comunidade, e suas implicações no modo de vida e na construção das identidades dos camponeses de Mandacaru.

#### **4.1 UM NOVO (CON)VIVER EM MANDACARU: a transformação no sistema produtivo camponês**

Em entrevista concedida em abril de 2010, Pedro de 60 anos, um dos netos mais velhos do Vô Neco e líder comunitário, falou sobre as mudanças ocorridas em Mandacaru a partir da implementação das novas tecnologias. Na ocasião, ele preferiu que a entrevista fosse realizada no roçado de sua propriedade e não na sala de sua casa, pois ele argumentou que queria falar de suas experiências através da demonstração de exemplos concretos, da sua prática laboral cotidiana e, para Pedro, nada melhor do que dar uma olhada em seus experimentos para comprovar seu discurso.

Sáímos da casa em direção ao roçado quando de repente, antes que fizesse qualquer pergunta, ele começou a falar sobre sua vida antes da implantação das novas tecnologias e das práticas agroecológicas introduzidas na Comunidade. Então disse Pedro:

*Quando eu era jovem fui morar no Sul e deixei minha mulher aqui com meu primeiro filho. Tive que ir buscar trabalho porque a terra aqui não dava mais nada. [...] era um sofrimento e nós já estávamos quase passando fome. Deixei o pouco de dinheiro que consegui com a venda de poucos animais que tinha e fui para o Sul. Lá uns parentes me receberam e me arranjam*

*um emprego de servente de pedreiro. Fui trabalhar, mas no final do mês a minha despesa comia meu salário e não sobrava quase nada para mandar para casa. [...] eu me revoltava, minha filha, não é mole não! Trabalhar, trabalhar e ficar longe de casa para não dá em nada, viu! É duro! Um dia ouvi uma pessoa de lá dizendo que os nordestinos eram uns “passa fome”. Eu me revoltei com a estória e pensei: será que não é possível sobreviver na minha terra? Foi quando eu voltei pra cá e nunca mais quis ouvir falar em ir embora para o Sul. As novas iniciativas me deixaram ficar aqui. Produzir, viver e ter orgulho de dizer que sou um homem do campo e que vivo da agricultura no Cariri [...] (Pedro, membro da Comunidade).*

Ainda caminhando pelo roçado, Pedro mostrava sua barragem subterrânea, a horta orgânica, as caixas de cultivo das abelhas nativas, os silos de trincheiras, as cercas verdes e de telas, o roçado de milho, de feijão e de mandioca, os animais maiores (bovinos, ovinos e caprinos), os animais da faxina (galinhas, patos, guinés, perus), a cisterna de placas, tanque de pedras, a pequena reserva de mata nativa e tudo que existia na propriedade, fazendo da mesma um estabelecimento onde a agricultura familiar era praticada de forma diversificada e ecologicamente sustentável. Após explicar-me como tudo funcionava, Pedro exclamou:

*Tá vendo tudo isto! Nada existia antes da assistência técnica do STR e com o PATAC. A terra não produzia porque a gente queimava e usava veneno. Esta área, próxima à barragem subterrânea, era toda degradada e apenas em sete anos eu recuperei ela que hoje é uma área produtiva, é viva tá vendo? [...]. Hoje eu não acabo mais com a mata e aproveito muito bem os frutos que ela me oferece. Quando chove, dá para aproveitar toda biomassa e armazenar nos silos de trincheira, como você viu. Aí eu posso criar os animais grandes e pequenos. Como você mesma pode olhar com seus olhos, né! Não dá mais para passar fome. A diversificação da produção sustenta minha família e ninguém precisa ir pra miséria do Sul (Pedro, membro da Comunidade).*

Na volta para casa, Pedro relatou que essa não era apenas a realidade de sua vida e de sua família e sim de toda a Comunidade Mandacaru que, segundo ele, nos últimos dezoito anos vinha passando por um longo processo de transformação das práticas camponesas tradicionais, baseadas na agricultura convencional, para as práticas agroecológicas, fundamentadas na diversificação da agricultura e no respeito ao meio ambiente ecológico. Ele ainda enfatizou que a mudança ocorrida na Comunidade só foi possível graças às transformações na maneira de pensar e agir de seus membros:

*Não adiantava o técnico chegar aqui e mandar a gente mudar, dizendo que seu conhecimento era melhor que o nosso. O trabalho do PATAC foi diferente, eles chegavam e nos ouviam e depois juntavam as ideias com as nossas. Era nosso conhecimento também, sabe! Aí uns se tornaram Agricultores Experimentadores com eu e o compadre Augusto. Eu digo e*



*afirmo: tudo mudou aqui, mudou prá melhor* (Pedro, membro da Comunidade).

O relato de Pedro abre para algumas reflexões a respeito do impacto da intervenção técnica e metodológica dos atores externos no cotidiano de Mandacaru, bem como da apropriação das novas práticas sociais e tecnológicas feita pelos camponeses. De certo, é inegável que Mandacaru passou por um amplo processo de mudança configuracional após a interferência dos atores externos. No entanto, é preciso evidenciar que as mudanças só foram possíveis através da intensa cooperação entre os mediadores e os camponeses da Comunidade.



**Figura 4-1:** Barragem subterrânea de Pedro produzindo em pleno período de estiagem.  
Fonte: Arquivo próprio

Na fazenda, a estrutura fundiária era bastante concentrada, mas a organização social, imposta por seu Manoel Antônio (o Vô Neco), permitia um uso equilibrado dos recursos naturais e econômicos. A morte do líder levou à divisão da fazenda em parcelas individuais, provocando outra forma de concentração da terra: a compra de terra de vizinhos por parte de alguns herdeiros, criando certa diferenciação social e econômica entre os herdeiros. Forçados pela necessidade, a maioria dos legatários, com pouco espaço produtivo, abandonou suas práticas tradicionais de pousio<sup>67</sup> – que permitiam a regeneração dos solos – e intensificou suas culturas a partir do uso de insumos químicos, isso sob a influência do modelo da “revolução verde”.

<sup>67</sup> Descanso que se dá a uma terra cultivada, interrompendo-lhe a cultura por um ou mais anos.

Os custos altos dos insumos químicos e as pequenas parcelas de terra comprometeram a sustentabilidade ambiental e econômica do sistema de produção executado em Mandacaru.

Vale lembrar que, quando a agricultura dita moderna precisa incorporar sempre mais insumos para manter sua produtividade, desgastando os solos e poluindo os rios, no caso da agricultura familiar tradicional, o equilíbrio natural do ecossistema favorecido pela biodiversidade - adaptada às características de cada parcela da propriedade - evita a proliferação de “pragas” e proporciona uma produtividade por hectare que, em vez de diminuir com o tempo, vai aumentando. Ela é mais eficiente na gestão dos recursos naturais e menos dependente. É precisamente esse equilíbrio que estava rompido pela diminuição das parcelas e pelo exemplo da agricultura dita moderna (DUQUE E OLIVEIRA, 2010, p. 02).

Quase todos os camponeses adotaram as novidades da “revolução verde”, dentro de suas possibilidades<sup>68</sup>: insumos e defensivos químicos nas lavouras. Em pouco tempo de uso destes produtos, suas lavouras passaram a produzir cada vez menos e suas dívidas, na loja de produtos agrícolas de Soledade, aumentaram cada vez mais.

#### QUADRO 4-1: A REVOLUÇÃO VERDE

Revolução Verde refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do 'melhoramento genético' de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes geneticamente melhoradas – particularmente sementes híbridas –, insumos industriais – fertilizantes e agrotóxicos –, mecanização e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção. No Brasil, passaram a desenvolver tecnologia própria, tanto em instituições privadas quanto em agências governamentais, como a Embrapa, e universidades. A partir da década de 1990, a disseminação destas tecnologias em todo o território nacional permitiu que o Brasil vivesse um surto de desenvolvimento agrícola, com o aumento da fronteira agrícola, a disseminação de culturas em que o país é recordista de produtividade – como a soja, o milho e o algodão, entre outros –, atingindo recordes de exportação (CAPORAL, 2011).

<sup>68</sup> As possibilidades das novidades da Revolução Verde eram limitadas, pois se tratava da pequena agricultura que não se enquadrava no modelo de mecanização da Revolução. Restava-lhes usar apenas os pacotes de insumos químicos.

Por volta de 1980, a situação da maioria das famílias de camponeses da Comunidade estava bastante precária, beirando a miséria: quase nenhuma produção, poucos animais e endividamento no comércio da Cidade. Havia a exceção das famílias de dois filhos do Vô que gozavam de melhores condições produtivas. Mesmo assim, a situação econômica de suas famílias não era tão boa, pois seus filhos mais velhos tiveram que migrar para a Região Sudeste do País, como foi o caso relatado por Pedro.

*Nos anos 80 a gente quase passa fome aqui. Era um momento de muita dificuldade financeira e a terra não produzia como antes. A gente até parava pra conversar e achar uma solução mas não dava. Um dia Antônio disse uma coisa certa, quando todo mundo morava na Fazenda não tinha dessas dificuldades não. A gente sabia que tinha coisa errada, mas não sabia o que era não (Dona Dudu, membro da Comunidade).*

Na fala de Dona Dudu, é possível diagnosticar que os camponeses percebiam que a forma como conduziam a produção agropecuária estava ocasionando a diminuição da colheita e o empobrecimento do solo. Orientados por um técnico da EMATER, numa tentativa de contornar a situação, resolveram intensificar o uso de insumos químicos.

*Quando a coisa ficou feia resolvemos procurar o técnico da EMATER para ver se tinha solução. Ele nos orientou a mudar de veneno. [...] mudamos tudo e no primeiro ano foi até bom. Depois tudo voltou como antes: a tal lagarta comia tudo, a espiga de milho era banguela e o feijão não produzia nada (Carlos, membro da Comunidade).*

O uso intensivo de agrotóxicos contaminou o solo das propriedades e causou danos à saúde dos Camponeses. Segundo relato de Carlos, seu pai foi intoxicado várias vezes pelos produtos químicos que usava descontroladamente.

*Eu vi muitas vezes meu pai mexendo o veneno com as mãos. Ele também lavava a sacola sem proteção nenhuma. Lembro que ele se intoxicava e o povo dizia que bastava tomar leite e pronto! (Carlos, membro da Comunidade).*

Esta situação perdurou por mais de uma década, pois os camponeses não reconheciam que suas práticas – queimadas, uso intensivo de uma mesma área de roçado, adubos químicos, pesticidas, etc – estavam causando-lhes graves problemas. Naquele momento histórico, era difícil diagnosticar os malefícios do uso desregrado de agrotóxicos, porque havia toda uma construção midiática e

ideológica, produzida pela indústria de insumos químicos, que pregava o uso contínuo de suas substâncias, bem como o aval da maioria dos técnicos agrícolas e agrônomos do Brasil.

Na década de 1990, o STR e o PATAAC iniciam sua atuação em Soledade, amparada por um modelo de agricultura inovador e pouco conhecida pelos camponeses do Cariri: o modelo agroecológico.

O modelo agroecológico é construído a partir da mobilização e articulação dos conhecimentos práticos e técnicos dos agricultores, confrontando-os com os conhecimentos científicos. Este modelo exige, portanto, a mobilização da pesquisa aplicada, pois depende de bastante informação de capital humano [...] Nesta perspectiva, o modelo agroecológico pode ser qualificado de "camponês", na medida em que os objetivos contribuam para uma crítica do modelo "produtivista" da "modernização conservadora", salientando os aspectos ambiental e social (SABOURIN et alii, 2004, p. 06).

Para Sabourin (2004), o modelo agroecológico surgiu como "projetos produtivos alternativos" por parte da sociedade civil (ONG's, Associações, Sindicatos, etc.), em resposta ao desengajamento do Estado perante o desenvolvimento de políticas agrícolas voltadas à diversidade e necessidades específicas da agricultura familiar no Brasil. Estes projetos são inspirados pela agroecologia e passam a ter uma leitura bastante crítica da exclusão social inerente à agricultura capitalista.

Atrás da agroecologia existe um projeto político de promoção do desenvolvimento sustentável e de convivência com o semiárido, baseado na valorização do homem do campo (seu trabalho, sua cultura), valorização do meio ambiente e dos recursos naturais, valorização dos grupos humanos que compõem a comunidade, com seus valores (a solidariedade, a justiça, a simplicidade, o partilhar), valorização da cultura e das suas manifestações (SABOURIN et alii, 2004, p. 05).

É a partir desta perspectiva que as entidades e organizações que hoje compõem a Rede ASA encabeçaram um projeto político e tecnológico de convivência com o semiárido, tendo as comunidades como seu principal foco de ação e experimentação. A base ideológica deste projeto tinha como fundamento a promoção da autonomia produtiva, social, econômica e política dos camponeses através da valorização de alguns elementos da tradição camponesa, mas também, da inserção de novos saberes técnicos.

#### QUADRO 4-2: O PROJETO DA AGROECOLOGIA

Utilizando e favorecendo a biodiversidade, graças a sistemas de produção com gestão racional, baseados num forte investimento humano (competências, saber-fazer e trabalho) e exigindo um grande esforço de pesquisa aplicada e financiamentos para uma transição agroecológica, a agroecologia proporciona um aumento da produtividade por hectare, com baixos custos pois pouco dependentes de insumos. Ela pode produzir produtos competitivos capazes de responder, através de cadeias curtas, criadores de empregos, à demanda das populações urbanas na sua diversidade (alimentação de base, subvencionada, das populações desfavorecidas e mercados específicos do tipo biológico). O trabalho em torno da inovação técnica, a constituição de redes de divulgação, poupança e crédito permitem uma nova institucionalização (ou construção institucional), garantia de desenvolvimento humano e cidadania. A riqueza e diversidade dos recursos biológicos, a capacidade de adaptação da agricultura familiar, a riqueza do saber popular, a capacidade de análise e o interesse pela experimentação demonstrados pelos agricultores já deram resultados promissores? (...) (TONNEAU, Cirad, *in* apud DUQUE e OLIVEIRA, 2010, p. 05 e 06).

De acordo com os técnicos do PATAC, a maior dificuldade em inserir os novos conhecimentos era fazer com que os camponeses abandonassem as práticas “antigas” de queimadas, uso de agrotóxicos e pesticidas em virtude da adesão às práticas agroecológicas.

*Um dia eu estava fazendo o trabalho de mobilização numa comunidade e comecei a falar de agroecologia [...] aí um camponês se aproximou, seu Chico, e disse que nada do que eu falava era novidade. Ele disse que no tempo de seu Pai ninguém usava veneno, nem fazia queimada e que os animais comiam as plantas do mato e que se adoecessem eram tratados com remédios do mato. Eu confesso, me surpreendi com a declaração de seu Chico. Mas o tempo foi passando e nós fomos a outras comunidades, ouvimos outras pessoas e ai, ai, ai a coisa mudou [...] concluímos que de fato, a agroecologia era a tradição dos agricultores (Técnico do PATAC).*

Esta fala revela a surpresa do técnico do PATAC ao perceber que as novas práticas não eram uma novidade para os camponeses do Cariri. De acordo com os técnicos, a revelação de que os camponeses possuíam referências agroecológicas tornou o trabalho de inserção das novas tecnologias mais fácil de ser realizado. Pois, bastava resgatar os conhecimentos ancestrais dos camponeses para promover a nova lógica de interação homem/natureza/sociedade.

*Falar do novo não é fácil, porém falar para os agricultores sobre o que eles já conhecem é melhor. As novas tecnologias e as novas práticas não eram tão novas como pensávamos. Foi nesse momento que notamos o quanto era necessária a parceria com os agricultores. Nós tínhamos nosso conhecimento técnico, mas a experiência de vida deles devia ser valorizada (Técnico do PATAC).*

Mesmo assim, introduzir as novas tecnologias nas comunidades não foi uma tarefa simples. Em Mandacaru, por exemplo, os camponeses desconfiaram das novidades e da intensa aproximação dos técnicos. Eles resistiram por temerem o insucesso das novas práticas. Foi quando alguns membros da Comunidade (os quatro camponeses que se tornaram Agricultores Experimentadores) resolveram experimentar as inovações.

Vale lembrar que eles eram os mais abastados e podiam correr riscos que os outros camponeses não tinham como abraçar. Quando os demais camponeses diagnosticaram que o trabalho estava dando certo resolveram também experimentar as novidades. Segundo Olson (1999), os indivíduos só cooperam quando os riscos são menores que os benefícios a serem atingidos individualmente. Para Scott (1976), o camponês procura evitar a todo custo um risco que poderá arruiná-lo do que tentar um grande investimento que pode ser arriscado e fatal.

Geralmente no mundo rural, regido pela tradição, os anseios de inovação são contidos, pois os indivíduos estão aí arraigados no respeito ao passado. (TÖNNIES, 1979; WOLF, 1955; SCOTT, 1976). A história de Mandacaru e a prática social dos seus camponeses revelam um passado tecido por uma densa trama social de tradição, como por uma forte manifestação de abnegação à mudança em respeito à memória do líder patriarcal: o Vô.

Com o advento das novas modalidades sociais e técnicas na Comunidade, as velhas práticas foram cedendo, paulatinamente, lugar às novas formas de experiência. A resistência à mudança faz parte da prática social, porém uma vez que as transformações são percebidas e praticadas, as novidades, quaisquer que sejam, usufruem um prestígio igual ou maior, por assim dizer, ao que gozavam antigamente os costumes antepassados (BOUDON, 1995). No princípio, os camponeses de Mandacaru até rejeitaram as novidades, mas quando avaliaram os benefícios que elas poderiam trazer resolveram experimentá-las.

*Muita novidade chegou e muita mudança também. Hoje a nossa Comunidade é muito organizada. Dá pra ver como ela é limpa, ajeitada [...] Como a gente tem coisa pra mostrar (Dona Didi, membro da Comunidade).*

As novidades, ou novas maneiras de fazer e agir, podem ser classificadas como organizativas sociais e técnicas operacionais: as primeiras dizem respeito ao incremento da interação cooperativa através dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) e da organização institucional de camponeses e entidades parceiras e, as segundas, à implantação das tecnologias adaptadas à Região Semiárida. Ambas as formas de inovação não podem ser concebidas separadamente, já que representam os dois lados do processo de convivência com o semiárido: o social e o técnico.

O STR e o PATAC já trabalhavam com as novas tecnologias há mais ou menos cinco anos quando iniciaram as ações em Mandacaru. As experiências mais conhecidas e difundidas desde a década de 1980 são:

- **“Cisterna rural ou de placas:** a cisterna rural é um reservatório cilíndrico, construído geralmente com placas de cimento, por pedreiros das comunidades e com a participação das famílias beneficiadas;
- **Cisterna adaptada para a “roça” e cisterna calçadão:** trata-se de um reservatório construído com a mesma tecnologia que a cisterna rural, com a diferença que tem uma capacidade de 52 mil litros e fica totalmente enterrada (tendo apenas a cobertura acima do terreno). A água armazenada é destinada ao cultivo de hortaliças e fruteiras, plantas medicinais, criação de pequenos animais, canteiros econômicos;
- **Barragem subterrânea:** a barragem subterrânea é construída em áreas de baixio ou em leitos de riachos temporários. É cavada uma valeta (até atingir a parte firme do solo ou a rocha) transversalmente ao baixio na sua parte mais baixa, e a seguir é colocada uma lona que segura a água de chuva escorrendo por baixo da terra. Finalmente, a valeta é fechada e o trabalho é finalizado pela construção de um poço amazonas (na parte mais baixa da barragem), para aproveitar a água guardada no solo encharcado e controlar a salinização;

- **Caldeirão ou tanque de pedra:** é uma tecnologia comum em áreas de serra ou onde existem “lajedos” que funcionam como áreas de captação da água da chuva. Os lajedos rasos ou constituídos de fendas largas têm sua capacidade aumentada erguendo-se paredes de alvenaria que servem como barreiras na parte mais baixa e/ou ao redor;
- **Bomba popular (BAP):** a bomba, instalada em cima de poços tubulares de até 80 metros de profundidade, funciona com a ajuda de uma grande roda volante que, quando gira, puxa uma quantidade considerável de água com pouco esforço físico. Cada bomba atende às necessidades de aproximadamente 12 famílias;
- **Bancos ou casas de sementes:** são espaços (familiares ou comunitários) reservados para guardar as sementes nativas (também conhecidas como *crioulas, da paixão, da resistência*, entre outros nomes), de forma a garantir o plantio desde a ocorrência das chuvas. As sementes são guardadas em silos de vários tamanhos, garrafas de vidro ou plástico, etc.;
- **Agricultura agro-florestal:** trata-se de um plantio consorciado denso, produzindo uma grande diversidade de produtos: frutas, grãos, flores, raízes, lenha, madeira, sementes, etc. São feitas capinas seletivas, que consistem na retirada da vegetação já florada, e podas que ajudam a renovar as plantas, produzir matéria orgânica para melhorar o solo e abrir espaço para culturas anuais como *milho, feijão, macaxeira*, etc. Essa prática recupera a fertilidade do solo sem utilização de adubos químicos nem de venenos;



- **Quintal produtivo:** espaço produtivo em torno da casa, o quintal é espaço de atuação da mulher que consorcia cultivos de espécies vegetais (alimentos, temperos, plantas medicinais e flores) e animais. Aumenta a segurança alimentar e o acesso ao mercado e preserva a biodiversidade. O quintal produtivo proporciona o aproveitamento das águas usadas (louça, banho, limpeza da casa);
- **Canteiro econômico:** o canteiro econômico é uma área nivelada, cercada de tijolos, com profundidade de uns 40 centímetros, que tem no fundo uma lona; esta, evita que a água se infiltre no chão e se perca. Em cima da lona é colocado um cano de PVC no sentido do comprimento com furinhos que vão permitir a difusão econômica da água e, em cada extremidade, um “joelho” com cano vertical para permitir o abastecimento com água. A terra é coberta de material orgânico como restos de lavoura e folhas mortas de forma a evitar a evaporação;
- **Fenação:** a fenação consiste em secar, enfardar e guardar as plantas forrageiras. Um grande número de plantas da caatinga (*mororó, catingueira, sabiá, jitirana*, diversos tipos de capim, etc.) serve para ser transformado em feno e depois usado como alimentação dos animais no período do ano em que há pouca forragem;
- **Ensilagem:** é uma técnica barata que consiste em conservar forragens verdes em silos totalmente fechados, como por exemplo, num buraco coberto de uma lona. Antes de ser armazenada, a forragem tem que ser triturada numa máquina forrageira e a seguir “pilada” (compactada), camada por camada, para expulsar todo o ar. Quando a silagem é bem feita, não há perda do valor nutritivo das plantas;

- **Extrativismo sustentável de produtos da caatinga:** a colheita dos produtos da caatinga – frutas, plantas medicinais, forragem e fibras – permite a fabricação de polpas, sucos e doces (Por exemplo *umbu, mangaba, cajá*), pomadas e chás, conserva de alimento para os animais” (DUQUE, OLIVEIRA e DINIZ, 2009, p. 08).

Todas estas inovações foram experimentadas intensamente pelos camponeses de Mandacaru, sobretudo pelos Agricultores Experimentadores. A princípio vieram as tecnologias de recursos hídricos, cisternas de placas, cisternas calçadão, tanques de pedra, poços artesianos; depois foram surgindo as inovações produtivas, plantio de palma e plantas forrageiras, silos de anéis e de trincheira, extração da biomassa levantada no período chuvoso para alimentação animal, plantio consorciado, quintais ecológicos, hortas orgânicas, revitalização e manejo da mata nativa, cercas verde e de telas, etc., e praticamente todas elas foram fomentadas pelos fundos rotativos<sup>69</sup>.

As famílias eram inseridas nos trabalhos de acordo com a demanda estabelecida pelas entidades parceiras, com suas disponibilidades e com a possibilidade produtiva que seus estabelecimentos apresentavam.

Após os camponeses terem aderido às novidades, numa reunião da Associação em 1998, os técnicos, que nesse momento já eram chamados de mediadores<sup>70</sup>, tomaram a iniciativa de fazer um levantamento da história da Comunidade e de suas atuais potencialidades e fragilidades. Esta atividade, denominada de “*linha do tempo*”, tinha como objetivo o resgate da memória das práticas camponesas ancestrais, o diagnóstico das atividades produtivas realizadas no presente, a análise das possibilidades que os estabelecimentos das famílias tinham para receber as novas tecnologias e, por fim, um planejamento geral de como melhorar o ecossistema que envolve a Comunidade.

---

<sup>69</sup> Ver Capítulo III.

<sup>70</sup> Quando o trabalho intensificou-se em Mandacaru, a aproximação dos camponeses com os técnicos, a partir da construção dos novos saberes, lhes conferiu a categoria de mediadores. Não dá para precisar se os técnicos se autodenominaram de mediadores ou se os camponeses passaram a chamá-los assim.

Na ocasião, os camponeses foram divididos em quatro grupos, de acordo com as etapas da metodologia: passado, presente, futuro e planejamento geral. Quatro perguntas foram feitas: Quem nós éramos no passado? Quem nós somos hoje? Onde queremos chegar? Como podemos alcançar o desenvolvimento desejado? Os quatro grupos foram compostos pelos camponeses, um instrutor técnico e um relator escolhido no próprio grupo. Cada um recebeu uma das perguntas e após algumas horas expuseram os resultados dos seus trabalhos para todos.

A partir dessa metodologia foram resgatados alguns traços da história da Comunidade, foi construído o mapa contendo sua divisão espacial, produtiva e hídrica, foram diagnosticados os principais problemas e as dificuldades de cada estabelecimento, foi feito o planejamento geral para a revitalização e preservação dos espaços de mata nativa que ainda existiam e, por fim, foi levantada qual a tecnologia que melhor podia ser aplicada em cada caso.

Durante o levantamento das necessidades de cada uma das propriedades familiares ficou claro para os camponeses e para os técnicos que nem todas as tecnologias podiam ser aplicadas nos estabelecimentos. Pois, há casos como o da barragem subterrânea que necessita de algumas características, como tamanho da terra, possuir um riacho ou córrego, bem como disponibilizar mão de obra o ano inteiro em seu manejo. Porém, algumas como as cisternas de placas, as cercas de telas, cultivo de abelhas nativas, podiam ser aplicadas em todos os casos.

*Foi difícil admitir que houvesse limites nos estabelecimentos de Mandacaru. Percebemos logo cedo que o alcance de nosso trabalho era limitado às possibilidades de cada um. Daí nós buscamos, ao longo do tempo, novas alternativas para que ninguém ficasse de fora. Foi quanto surgiu o trabalho com as abelhas nativas, os quintais produtivos, as hortas orgânicas e mais algumas [...] A Comunidade é um exemplo de trabalho e dedicação (Técnico do STR).*

Os estabelecimentos dos camponeses que se tornaram Agricultores Experimentadores comportavam todos os tipos de inovação estrutural ou produtiva e por essa razão eles eram os primeiros a serem beneficiados com os projetos. No decorrer dos tempos, os AE de Mandacaru desenvolveram novas técnicas de construção de cisternas e barragens, aperfeiçoaram a criação de abelhas,

melhoraram as técnicas de fenação da biomassa e resgataram variedades de sementes quase desaparecidas.

Como foi explicado anteriormente no Capítulo III, a maioria dessas novas tecnologias era difundida a partir do Sistema de Fundos Rotativos Solidários. A experiência com as novas tecnologias e com os fundos possibilitou, através da relação dos camponeses com os mediadores, um profundo processo de aprendizagem coletiva.

Assim, as novas tecnologias foram sendo implantadas, respeitando as possibilidades de cada família. A inovação mais difundida foi sem dúvida às cisternas de placas (como foi exposto no Capítulo anterior). Até o ano de 2010 o quadro de distribuição das tecnologias por família era o seguinte

**TABELA 4-1**  
**Distribuição das inovações feitas com o FRS por tipo de família<sup>71</sup>**

TIPO DE FAMÍLIA	INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS COM FRS
<b>Família do tipo 01</b>	<i>Cisterna de placas, barragem subterrânea, poço amazonas, tanque de pedra, palma, cerca de tela, lona para silagem, caixas para o cultivo de abelhas nativas, BSC.</i>
<b>Família do tipo 01</b>	<i>Cisterna de placas, barragem subterrânea, Tanque de pedra, poço amazonas, palma, animais, cerca de tela, lona para silagem, silo de anéis de cimento, apiário, caixas para o cultivo de abelhas nativas, quintal produtivo, BSC.</i>
<b>Família do tipo 01</b>	<i>Barragem subterrânea, poço amazonas, palma, cerca de tela, silo de anéis, lona para silagem, BSC .</i>
<b>Família do tipo 02</b>	<i>Barragem subterrânea, poço amazonas, palma, cerca de tela, silo de anéis, lona para silagem, caixas para o cultivo de abelhas nativas, quintal produtivo, BSC .</i>
<b>Família do tipo 02</b>	<i>Barragem subterrânea, poço amazonas, cerca de tela, lona para silagem, canteiro econômico, BSC.</i>
<b>Família do tipo 02</b>	<i>Barragem subterrânea, poço amazonas, canteiro econômico, BSC.</i>
<b>Família do tipo 02</b>	<i>Cisterna de placas, cerca de tela, caixas para o cultivo de abelhas nativas, canteiro econômico, BSC.</i>
<b>Família do tipo 02</b>	<i>Cisterna de placas, palma, cerca de tela, caixas para o cultivo de abelhas nativas, BSC.</i>
<b>Família do tipo 03</b>	<i>Cisterna de placas, canteiro econômico, caixas para o cultivo de abelhas nativas, BSC.</i>
<b>Família do tipo 03</b>	<i>Cisterna de placas, palma, caixas para o cultivo de abelhas nativas, BSC.</i>
<b>Família do tipo 03</b>	<i>Cisterna de placas, palma, BSC.</i>
<b>Família do tipo 03</b>	<i>Cisterna de placas, cerca de telas, palma, BSC.</i>
<b>Família do tipo 05</b>	<i>Cisterna de placas, cerca de telas.</i>

Fonte: OLIVEIRA (2006).

<sup>71</sup> Ver tipologia das famílias de Mandacaru no Capítulo II, tabela 2.2 localizada na página 111.

Vale lembrar que todas as novas tecnologias eram implantadas após um intensivo trabalho de mobilização social, manejo dos recursos utilizados e de adaptação agroecológica.

Para as entidades e organizações, como o STR e o PATAC, que hoje fazem parte do Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú Paraibano (COLETIVO) e da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-Paraíba), a introdução da agroecologia era entendida como uma forma possível de recuperar a sustentabilidade da estrutura produtiva dos pequenos estabelecimentos agrícolas do semiárido, garantindo a reprodução das famílias camponesas.

Na Rede ASA, a agroecologia é um tema transversal que toca todos os eixos de trabalho das entidades parceiras: os recursos hídricos, a produção agrícola, a criação animal, a manutenção da biodiversidade, a segurança alimentar, a equidade de gênero e geração, o acesso a terra, entre outros. Esse tema é vivenciado e experimentado pelos camponeses em diversos espaços: na comunidade, no seu estabelecimento agrícola, nas reuniões das Associações, nos encontros microrregionais, estaduais e nacionais.

Uma das práticas das entidades parceiras da ASA-Paraíba é a confecção de divulgação de boletins<sup>72</sup> que demonstram as experiências agroecológicas das famílias camponesas. Estes boletins são praticamente “ditados” pelos próprios camponeses que os distribuem a quem vem observar suas práticas nas visitas de intercâmbio (DUQUE e OLIVEIRA, 2010).

O Boletim informativo da ASA/CAAASP, por exemplo, mostra a experiência de camponeses do Médio Sertão da Paraíba:

*Para os Srs. João Bosco e Zé Felix, a forma agroecológica de trabalhar na terra tem proporcionado muitos ganhos para a família, pois os filhos passam a ter uma formação agroecológica desde cedo, já que toda a família é envolvida no processo. Foram introduzidas frutas, verduras e hortaliças no hábito alimentar de forma saudável e já é possível ver resultados concretos como a melhoria na saúde dos filhos e mais qualidade de vida em vários aspectos (Boletim informativo ASA/CAAASP, sem data).*

---

<sup>72</sup> Ver exemplos de Boletins em anexo.

Outro Boletim da ASA/P1+2 divulga a promoção do autoconsumo através de práticas agroecológicas:

*Comenta Seu Alcides que seu jeito de produzir é muito simples, pois, o que eles compram fora é muito pouco uma vez que produzem quase tudo no sítio. Do roçado de fora da propriedade produzem boa parte dos grãos necessários para alimentação da família e dos animais. Deixam para o dono da terra a palha das plantas do milho, já as espigas guardam para alimentar as vacas e os pequenos animais. O esterco das vacas colocam na área da vazante e ao redor da casa onde cultivam capim, cana-de-açúcar, macaxeira, batata doce e fruteiras. A família conta também que retomaram o cultivo da mandioca para produção de farinha para o consumo da família, assim como aproveitam a manipoeira para controlar as pragas das plantações (Boletim informativo ASA/P1+2).*

Uma prática de preservação da biodiversidade adotada e bastante difundida é a de diagnosticar, nas famílias camponesas, espécimes vegetais ou animais que se encontram em processo de extinção. Após o diagnóstico, essas famílias são assessoradas para se tornarem famílias guardiãs, ou seja, elas se responsabilizam pela manutenção e conservação do exemplar que possuem. Assim, elas recebem visitas de intercâmbio, ministram palestras e redistribuem a espécie, garantindo sua preservação e sua reprodução.

Em Mandacaru, a família de Antônio é guardião do milho branco. Esta variedade de milho está quase desaparecendo do Cariri, porém na Comunidade ela vem sendo repassada há várias gerações. Antônio, sua esposa e filhos, guardam o milho e divulgam seus benefícios para os camponeses da Paraíba e outros Estados.

Segundo Antônio:

*O milho branco tem características importantes para a região do Cariri e Seridó por sua resistência e boas condições de adaptação à seca. Ele tem uma produção mais rápida, com setenta dias já é possível encontrar milho maduro no roçado. O milho branco tem boa produção de palha, uma semente graúda, rende muito mais para alimentação da criação animal principalmente para as famílias que armazenam forragem. Aqui eu faço silagem, feno, farelo que vem garantindo alimentação das cabras, ovelhas e vacas no período da seca. Possuir uma variedade que produz sementes e palhas ao mesmo tempo é garantia para segurança alimentar das famílias e dos animais.*

E para sua esposa, dona Manuela, o trabalho de guardião é de toda a família:

*Nossa família é guardiã do milho branco e na minha propriedade só não terá mais essa semente quando eu morrer. Mas meus filhos já sabem que para manter viva nossa história devem continuar plantando e guardando a semente do milho branco. Recomendo para todas as famílias agricultoras*

*que cultivem o milho branco para que essa história de sucesso continue sendo conservada e que as futuras gerações possam agradecer a todos nós.*

Outras experiências são encontradas em Mandacaru: a família guardiã da galinha gogó de sola, das abelhas nativas e do feijão manteiguinha<sup>73</sup>. Além destas experiências, a Comunidade possui um rico Banco de Sementes Comunitário (BSC) ou sementes da paixão, onde boa parte da diversidade de sementes nativas da região é armazenada, possibilitando a preservação da biodiversidade e a produção de alimentos a partir de sementes adaptadas ao semiárido.

#### **QUADRO 4-3: BANCO DE SEMENTES: INDEPENDÊNCIA DO CAMPONÊS**

Os agricultores do estado da Paraíba passaram por momentos difíceis antes da organização dos bancos de sementes. Antes de organizarem seus próprios bancos, as sementes estavam concentradas nas mãos de poucos fazendeiros. Muitas vezes, os pequenos agricultores tinham que firmar parcerias com os grandes fazendeiros para a plantação. Isso criava uma dependência do poderio econômico e político da região. Hoje o Pólo da Borborema tem na sua base 82 bancos de sementes comunitários. Em todo o Estado da Paraíba são aproximadamente 220 bancos. [...] A semente é à base da agricultura. Sem ela, nós ficamos com as mãos amarradas. Nós passamos a ter a organização comunitária, solidária, o acesso a semente na época em que começava a chuva, pois as chuvas são rápidas e temos que aproveitar o tempo. Nós temos a semente da região, adaptada à nossa região, que os agricultores já conhecem como é o ciclo de plantação. Isso faz com que os agricultores possam alcançar essa liberdade. A rede extensa de sementes trouxe autonomia política às famílias agricultoras e preserva o patrimônio genético da biodiversidade de sementes da região. Os bancos são construídos atualmente a partir das variedades guardadas pelos próprios agricultores. As sementes são chamadas por eles de “sementes da paixão”, expressão simbólica para valorizar a luta local. Segundo Euzébio, os bancos resgataram a auto-estima dos agricultores da região. Os bancos de semente nos deram duas lições: a primeira que é possível crescer o número de pessoas que guardam suas sementes para plantar no outro ano, e a outra, que é possível ter uma autoestima com a plantação das sementes tradicionais.

Fonte: Entrevista Luciano Silveira para Rádio Agência em 2010.

Segundo Almeida e Diniz (2006): *“As sementes da paixão são um patrimônio das famílias do semiárido. Herança deixada pelos antepassados, elas estão sendo adaptadas a cada safra por gerações de camponeses mediante um processo evolutivo envolvendo estratégias individuais e coletivas de reprodução destas sementes”*. Elas são variedades de plantas cultivadas pelos camponeses, tais como: milho, feijão, feijão macassa, fava, amendoim, mandioca *“e plantas nativas que*

<sup>73</sup> Variedade do feijão Macassa branco que apresenta grãos menores e mais macios.

*formam um mosaico de diversidade adaptado às diferentes condições ambientais da região e à rica cultura alimentar dos povos do semiárido” (ALMEIDA e DINIZ, 2006, p. 210).*



**Figura 4-2:** Banco de Sementes Comunitário de Mandacaru  
Fonte: Autor desconhecido

No BSC de Mandacaru há um livro de registros em que o nome do depositário, o tipo, a variedade e a quantidade de sementes depositadas são anotadas. Sempre que um camponês da Comunidade precisar de sementes para o plantio pode recorrer ao BSC. O compromisso de quem resgatou sementes no BSC é o de devolver a quantidade emprestada e mais um terço. A devolução de uma quantia maior é necessária para alimentar o banco, garantindo sua sustentabilidade. Caso a colheita não seja boa, o camponês poderá fazer a devolução no ano seguinte ou quando tiver condição. As sementes armazenadas no banco são criteriosamente selecionadas e armazenadas em silos de zinco ou garrafas pets. O uso das garrafas permite o melhor acondicionamento de pequenas quantidades de sementes e sua rápida visualização. Por outro lado, a reutilização das garrafas de plásticos ajuda à preservação ambiental.

Além das famílias guardiães do BSC, os camponeses de Mandacaru foram contemplados com equipamentos de processamento de frutas, no ano de 2005, que possibilitou o maior aproveitamento das frutas nativas. O projeto foi elaborado pela Associação Comunitária sob a presidência de Pedro. O maquinário da fábrica foi doado pela Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (EMEPA) que por sua vez estava financiando projetos de implementação de tecnologias de aperfeiçoamento do processo produtivo, e uma de suas ações era a disponibilização de máquinas destinadas ao beneficiamento de frutas para comunidades interessadas.



A Associação conseguiu a doação da Empresa que ao entregar o maquinário não ofereceu nenhum treinamento aos camponeses. Segundo os entrevistados, o fato da EMEPA não ter realizado treinamento suscitou muitas dúvidas entre eles.

*A EMEPA doou as máquinas de beneficiamento de frutas e não nos deu nenhum treinamento. Aí a gente não sabia o que fazer com elas e que tipo de fruta poderia ser beneficiada e até onde comercializar os produtos (Pedro, membro da Comunidade).*

Foi quando, na reunião da Associação, Augusto deu a ideia de aproveitarem o potencial da biodiversidade disponível na Comunidade. Assim, eles resolveram que iriam produzir polpas, doces, compotas das frutas que tinham nas suas reservas naturais: caju, umbu, cajá, manga. Na mesma reunião, foi acertado que o grupo de mulheres seria o responsável pela produção e comercialização dos produtos.

O grupo de mulheres de Mandacaru fez vários treinamentos de manejo da mata e beneficiamento de frutas nativas oferecidos pelo PATAC e pela AS-PTA. Hoje, o grupo fornece sua produção para a CONAB e comercializa o excedente na Bodega Agroecológica de Soledade. Essa atividade produtiva do grupo de mulheres além de preservar o meio ambiente – através do manejo sustentável da mata – tem lhes garantido renda através da comercialização de seus produtos.



**Figura 4-3:** Maquinas e estoque de frutas beneficiadas  
Fonte: Arquivo próprio

Um levantamento feito pela Associação de Mandacaru, em 2010, revelou que a atividade do grupo de mulheres potencializou a reprodução das plantas nativas e a segurança alimentar de suas famílias através das práticas agroecológicas. O grupo vem, desde 2005, plantando e manejando plantas frutíferas da biodiversidade local. Foi verificado que a quantidade e a variedade das espécies nativas cresceram 40% em cinco anos. A prática do grupo de mulheres não está restringida ao trabalho com

as frutas nativas, elas possuem quintais ecológicos em suas casas onde criam pequenos animais e plantam hortas orgânicas.

*O grupo de mulheres é muito importante para Comunidade. Nosso trabalho é todo feito na agroecologia. Hoje a gente discute conjuntamente com os homens e os jovens como trabalhar em conjunto. A agroecologia só é possível se todo mundo tiver o mesmo propósito* (Jacira, jovem de 17 anos, membro do grupo de mulheres).

Pouco a pouco Mandacaru foi deixando para trás seu passado de degradação ambiental, adentrando num novo modelo de gestão dos recursos naturais e de produção agrícola diversificada. Segundo diagnóstico feito pelo PATAC em 2010, é possível afirmar que houve em Mandacaru um processo de reconversão produtiva através da transição de uma agricultura convencional para uma agricultura ecológica. De acordo com Sabourin (2006), a agricultura sustentável ou ecológica é uma agricultura que respeita os produtores, os consumidores e a natureza, mediante um pacto social renovado.

A transição agroecológica é, portanto, um processo complexo, que inclui, além dos aspectos técnicos, resgate de experiências, vivência, relações, envolvimento de toda a família. As experiências de cada um levam simultaneamente à organização coletiva e à diversificação das atividades; estas proporcionam maior capacidade de resistência aos eventos climáticos, maior segurança alimentar, e contribuem para propostas de políticas públicas e maior adaptação dessas políticas. Os debates sobre a importância da biodiversidade junto com a observação dos limites da revolução verde, a partir dos diagnósticos promovidos pelas ONG's, constroem aos poucos uma convicção sobre a importância da transição agroecológica para a manutenção e sustentabilidade dos estabelecimentos, que chega a entusiasmar os participantes. Nada parecido com o ambiente de uma agricultura centrada no objetivo de obtenção do lucro empresarial privado, eventualmente batizada de "agronegócio"! (DUQUE E OLIVEIRA, 2010, p. 10).

Para Caporal (2004), a agroecologia deve ser entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis. Giessman (1990), afirma que a agricultura sustentável, sob a ótica da agroecologia, é aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, seja capaz de atender aos seguintes critérios:

- a) baixa dependência de insumos comerciais;
- b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis;
- c) utilização dos impactos benéficos do meio ambiente local;
- d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente;
- e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva;
- f) preservação da diversidade biológica e cultural;
- g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e
- h) produção de mercadorias para o consumo interno e externo.

Segundo Gliessman (2000), é possível distinguir três níveis fundamentais no processo de transição ou conversão para agroecossistemas sustentáveis: o primeiro, diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. O segundo nível da transição se refere à substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas. O terceiro sugere o redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em novos conjuntos de processos ecológicos.

Com base nesses três níveis é possível afirmar, a partir da História da Comunidade, que as práticas agrícolas realizadas pelos camponeses de Mandacaru, a partir das novas tecnologias, passaram por todas estas etapas. No início, o acesso às novas práticas agroecológicas permitiu a diminuição gradativa do uso de agrotóxicos e insumos químicos. Depois, novas formas de lidar com o ambiente foram adotadas como preservação do solo, insumos orgânicos, manejo sustentável da flora e da fauna, conservação dos recursos hídricos, armazenamento das sementes nativas, reflorestamento das áreas desmatadas que não eram agricultáveis. E por fim, como consequência das fases anteriores, houve a revitalização ambiental da Comunidade, possibilitando um novo (con)viver entre homem/natureza/sociedade.

Sabourin (2004) assegura que por experiência e por aprendizagem coletiva, erros e acertos, os camponeses se deram conta que o modelo "oficial" produtivista e

o novo modelo "competitivo com nichos e com certificação" não funcionavam para eles. *“Portanto, mantiveram certas práticas e certos valores camponeses adaptando-os ao contexto atual. Estão tentando alternativas assegurando a reprodução social e econômica das suas unidades familiares e da vida local”* (SABOURIN et alii, 2004, p. 07).

Sendo assim, a transição significa etapas de construção progressiva, com aumento das capacidades de análise dos camponeses sobre as interações entre agroecossistemas, práticas tradicionais e inovação, incentivando as adaptações. A transição agroecológica de Mandacaru, ou a mudança de uma agricultura convencional para uma agricultura sustentável, extrapola as considerações puramente econômicas, geralmente consideradas nas ações de desenvolvimento, para enxergar também a resposta às necessidades humanas de base – não apenas a alimentação, a saúde, a educação – mas também a autoestima, a integração social, a implicação política dos camponeses (DUQUE E OLIVEIRA, 2010).

#### **4.2 ASPECTOS DA MUDANÇA SOCIAL EM MANDACARU: Implicações acerca do impacto da ação coletiva e da transição agroecológica no modo de vida camponês**

O processo social de transformação configuracional de Mandacaru desencadeou mudanças relevantes no modo de vida dos camponeses. Estas mudanças foram impulsionadas pela reorientação da relação homem/natureza/sociedade a partir da transformação da agricultura convencional em agricultura sustentável.

As fases pelas quais Mandacaru passou, da Fazenda à Comunidade, são marcadas por transformações significativas em seu ambiente social, cultural e ecológico. Porém, as mudanças mais significativas aconteceram nas quase duas décadas de interferência dos atores externos no âmbito comunitário. A ação coletiva e as novas estratégias de convivência com o ambiente do semiárido possibilitaram alterações na cultura, modo de vida e na identidade dos camponeses.

Como foi argumentado no capítulo I, *“Aspectos sobre comunidade, comunidade rural camponesa, modo de vida e identidade do camponês”*, a cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos (KROEBER, 1917). Ela é

compreendida em seu significado mais amplo, remete-se diretamente ao modo de vida e de pensamento de um dado grupo ou sociedade (CUCHE, 2002). Assim, o modo de vida é entendido como um aspecto da cultura que é construído e significado a partir da relação do homem com o meio ecológico e social que o envolve.

O modo de vida se realiza através da relação estabelecida pelos indivíduos entre o objetivo – natureza ecológica, modo de produção, economia – e o subjetivo – significação, valoração do que é materialmente construído. É a partir da relação entre a cultura e o meio material que o indivíduo é socializado, produzindo sua identidade cultural. As estratégias de convivência com ambientes diferentes produzem diferenças, nem que sejam sutis, no modo de vida de um dado grupo. Assim, modo de vida pode ser entendido como: *o modo pelo qual os homens produzem seus meios de subsistência, dependendo da natureza e dos meios que eles encontram e têm de reproduzir.*

O modo de vida também “*constitui o conjunto dos processos de organização das respostas dos atores sociais (indivíduos ou grupos) a suas condições de vida; é a maneira que tem o ator de produzir sua vida a partir do que a vida fez dele*” (CURIE et alii, 1986 apud, WANDERLEY, 2002).

De todas as formas possíveis de sociedades, uma das que mais está incrustada num modo de vida baseado na relação direta do homem com a natureza é o campesinato (REDFIELD, 1960). Pois, o *ethos* que os grupos camponeses compartilham atribui-lhes certas singularidades que lhes conferem um modo de viver singular. O campesinato é sentido, vivenciado e compartilhado por indivíduos que orientam suas ações a partir da construção de um ciclo produtivo econômico, cultural, social, simbólico e até biológico, que depende do ambiente ecológico que o envolve (WOLF, 1955; MENDRAS, 1974; SHANIN, 1980; POPKIN, 1979).

Como explica Menezes (2004), o campesinato permanece como um modo de vida, que envolve sistema de produção baseado no trabalho e na qualidade, uma certa autonomia do mercado capitalista, uma organização do espaço a partir da associação entre terra, trabalho e família, uma sociabilidade baseada em relações de interconhecimento, ajuda mútua e solidariedade.

Afirmar que houve mudança no modo de vida dos camponeses de Mandacaru, não significa dizer que as bases da tradição camponesa foram abandonadas, simplesmente substituídas por novas práticas, ou que um novo modo de vida foi construído por eles. De acordo com Kroeber (1917), a cultura se constrói por meio do redimensionamento de práticas antigas em práticas novas. O novo não é, necessariamente, uma ruptura com o velho, é sim uma nova significação do que existia antes a partir de novas práticas e novas lentes socioculturais utilizadas pelos indivíduos em seu cotidiano.

[...] a tradição das comunidades “modula-se” perante os influxos das mudanças econômicas e sociais provocadas pela influência da sociedade inclusiva, constituindo todavia, uma dialética que preserva, para além das transformações aparentes na organização social, o “espírito” mais profundo das coletividades humanas, o que denominamos *ethos* (CANIELLO, 2009, p, 66).

Para Caniello (2009), o *ethos* tradicional de um grupo se ajusta aos novos influxos, sem deixar, todavia, de manter sua coerência estrutural. Em Mandacaru, as bases do *ethos* camponês foram preservadas, mas redimensionadas por intermédio de um novo (con)viver com o semiárido que guarda em si traços da tradição camponesa mesclados com as inovações próprias do saber técnico das sociedades contemporâneas. Destarte, as sociedades camponesas não podem mais ser entendidas como uma organização social aquém dos processos sociais e das transformações ocorridas na atualidade, elas fazem parte do mesmo influxo processual que atinge todas as sociedades na contemporaneidade (GIDDENS, 2002; HALL, 2006; BAUMAN, 2005).

O argumento aqui levantado é muito simples: a relação entre homem, meio ambiente físico e social foi modificada durante a trajetória dos camponeses de Mandacaru através da intervenção dos atores externos, possibilitando novos padrões de convivência ecológica que alteraram seu modo de vida. Vejamos algumas falas dos membros da Comunidade:

*Eu sou um homem do campo, camponês, a natureza e a família é o bem mais precioso que um homem do campo tem. Aqui na Comunidade [...] as pessoas estavam maltratando a natureza. Eu também, moça. Ela é quem nos dá tudo para nossa vida e só agora é que fizemos as pazes com ela [...] a natureza é nossa mãe!* (Antônio, membro da Comunidade).

*Pra que as novas tecnologias funcionassem bem, era preciso que a gente mudasse tudo que a gente estava fazendo. Não foi fácil, não foi de um dia*

*para outro [...] muito trabalho foi feito aqui. A gente se esforça demais e tinha dia que tudo era tão difícil que dava vontade de desistir e vinha um desespero. Mas não desistimos e estamos aqui. Hoje nossa Comunidade é uma referência pra todo mundo e tudo isso só foi possível porque a gente aprendeu a respeitar a natureza. O que a gente tinha a perder? Nada, não é? (Feliciano, membro da Comunidade).*

*Na minha opinião, a gente não mudou o que a gente era, apenas voltamos ao que a gente sempre foi: homem do campo, agricultor que cultiva as terras da natureza. Só que a gente tava fazendo errado. Agora sim, tá tudo certo e até é fácil de falar para senhora, sabe...mas não foi fácil mudar tudo que a gente fazia na vida. Na vida mesmo sabe? Não sabe? [...] é que o agricultor mexe com a terra e nosso trabalho é nossa vida e se o trabalho não tá bom a vida não tá boa (Caetano, membro da Comunidade).*

*Quando eu era criança ouvia meu Pai falando das colheitas cada vez mais pequenas, das espigas de milho banguelas, das vagens de feijão poucas e até o maxixe que nasce no tabulero não nascia mais. Hoje tudo tá diferente por aqui. Hoje a gente tem produção, tem do que se orgulhar. Tudo mudou para melhor por causa da nossa mudança com a natureza (Pedro, membro da Comunidade).*

Dos relatos acima explicitados, é possível afirmar que algumas características das sociedades camponesas foram resgatadas e outras fortalecidas, a saber: a retomada do equilíbrio entre a produção e o consumo, a intensificação do sentimento de pertencimento, a reordenação dos laços sociais de solidariedade e reciprocidade e o fortalecimento do grupo doméstico.

As práticas da agricultura convencional provocaram a estagnação do solo agricultável da Comunidade, enfraquecendo a colheita ano após ano, causando um desequilíbrio entre a produção e o consumo. O uso das novas tecnologias, ao contrário, permitiu a conquista do equilíbrio entre a produção e o consumo e até mesmo a obtenção de excedente para comercialização no mercado. Para Mendras (1978), este equilíbrio é muito importante para a manutenção e reprodução do modo de vida camponês. Para os camponeses de Mandacaru, a retomada do equilíbrio e a produção de excedentes garantiram-lhes a conquista da segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

*Não existe coisa melhor do que a certeza de amanhã termos o que comer. Só sabe disso quem já botou a panela no fogo com água e sal e mais nada. [...] agora com a produção de alimentos de qualidade no roçado ou na minha horta, aquela ali...dá pra ver daqui...minha família se alimenta com qualidade. Hoje a gente não compra quase nada na mercearia, só arroz que aqui não dá de jeito nenhum. Tenho legumes, frutas, verduras, tempero, galinha, bode, carneiro e o que falta. A agroecologia mudou nossas vidas de*

*pouquinho e pouquinho a gente chegou lá!* (Maria, membro da Comunidade).

O trabalho com as novas tecnologias desenvolvido em Mandacaru tornou-se motivo de grande satisfação para os camponeses. Foi possível verificar que a cada exposição de suas experiências, nas visitas de intercâmbio, e a cada participação em eventos fora da Comunidade, os camponeses demonstravam grande contentamento em divulgar os resultados por eles alcançados, enfatizando o orgulho que tinham em pertencer à Comunidade.

De certa forma, o sentimento de pertencimento entre os membros da Comunidade sempre foi uma característica marcante do grupo, pois a Comunidade é significada por eles como o lugar da família, do trabalho e de suas vidas há muitas gerações. No entanto, as dificuldades enfrentadas pelos camponeses nas décadas de 1970 e 1980 ajudaram a enfraquecer este sentimento, pois eles não vislumbravam um futuro seguro para suas famílias e, especialmente para os jovens que migraram para outras localidades, a Comunidade não era mais um lugar seguro.

*Aqui é o nosso lugar. Lugar da família e não pode existir no mundo um lugar melhor que esse. Eu sei por que já andei muito pelo mundo e a melhor coisa era voltar para casa. No passado a gente teve muita dificuldade de se manter aqui e aí tivemos que trabalhar fora. Mas agora, agora...hu! agora tudo mudou, temos orgulho de ser daqui e falamos para todo mundo que somos daqui. As pessoas encontram a gente nos lugares e dizem você é de tal comunidade, não é? E nos encontros fora daqui nós colocamos nas inscrições Manoel da Comunidade tal. Eu faço questão de dizer que sou daqui desse lugar* (Manoel, membro da Comunidade).

Muitas razões podem ser levantadas para explicar os motivos pelos quais os jovens da Comunidade migraram: tamanho insuficiente da terra, número elevado de filhos, desastres naturais, projeto de vida incompatível com a realidade da Comunidade, falta de políticas públicas de fixação dos jovens no campo, entre outros. Todos estes motivos foram levantados pelos entrevistados. No entanto, a maioria dos interlocutores apontou como motivo principal de migração dos jovens, as condições desfavoráveis para a manutenção e reprodução da família. Tanto que a considerável melhoria da qualidade de vida ajudou, segundo os testemunhos, a diminuir consideravelmente as migrações.

*No período mais crítico que passamos aqui na Comunidade, acho que em 70 e 80, foi quando a gente não tinha como manter a família. Nós que éramos jovens na época tivemos que sair pra fora para nos mantermos e*



*para mandar dinheiro para nossas famílias (Pedro, membro da Comunidade).*

Hoje, a Comunidade é motivo de exultação entre os chefes de família, suas esposas e seus filhos. Nada melhor do que a percepção dos jovens sobre a Comunidade para exemplificar o fortalecimento do sentimento de pertencimento:

*Nossa Comunidade é muito organizada e bonita. Aqui todos trabalham na terra e a gente cuida da terra muito bem. Se a terra não for bem cuidada todo mundo sofre. [...] minha vida aqui é muito boa. Eu tenho tudo que preciso e o que não tenho aqui eu busco na cidade. Eu não tenho vontade de sair daqui, quero casar e criar meus filhos como eu e meus irmãos fomos criados aqui (Carla, 17 anos).*

*Eu sou agricultor e nunca pensei em fazer outra coisa. Eu quero é cuidar da terra na minha Comunidade onde meus pais e meus avôs cuidaram antes de mim (Paulo, 14 anos).*

*Desde que eu tenho 12 anos que participo das reuniões da Associação e trabalho com minha família. Eu casei no ano passado (2009) e meu pai me deu um pedaço de terra aqui. Minha irmã casou e foi para o assentamento perto da cidade, mas eu quis ficar aqui. Eu já tenho meu trabalho no grupo das mulheres e a gente trabalha com as frutas nativas e com a agroecologia, por isso que eu não fui embora (Jéssica, 18 anos).*

Os laços sociais de solidariedade e reciprocidade foram revigorados a partir das experiências compartilhadas técnica e organizativamente. O sistema de Fundos Rotativos Solidários foi responsável pelo aumento da coesão social e da ajuda mútua em Mandacaru. No entanto, é preciso salientar que a Comunidade não é um lugar de práticas recíprocas homogêneas e horizontais. Em certos momentos, como foi exposto anteriormente, o Sistema de Fundos Rotativo Solidários reforçou as desigualdades existentes entre os membros do grupo, causando muitos conflitos entre os camponeses. Mas, segundo os camponeses, os conflitos foram necessários para a consolidação da ajuda mútua e da solidariedade existente entre eles. Porém, até hoje a ação coletiva realizada na Comunidade necessita da figura forte de um líder para que funcione adequadamente.

Todas estas mudanças contribuíram para o fortalecimento do grupo doméstico em seus aspectos mais distintos: produtivo, afetivo, representativo; e para construção de um novo olhar sobre o grupo social, em apreço, a partir de novos parâmetros de relacionamento entre camponeses, sociedade e natureza.

Na contramão da afirmativa de que a tendência das sociedades camponesas é desaparecer (MARX, 1997), sucumbida pelo mundo urbano da sociedade moderna, a partir dos padrões impostos pelo capitalismo, a mudança social ocorrida em Mandacaru evidencia que existem possibilidades de transformação, por intermédio do uso de tecnologias, que ao invés de solapar o mundo camponês, pode contribuir para sua manutenção e reprodução.

Diante deste contexto, os camponeses de Mandacaru assumiram uma nova postura, um novo controle sobre a produção e a organização social. As relações sociais dentro da Comunidade e com a sociedade envolvente se modificaram. Um novo “empoderamento” surgiu, não apenas técnico ou econômico, mas social e político.

#### **4.3 ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO: A identidade sociocultural do camponês de Mandacaru**

O caso de Mandacaru sugere que o camponês é um sujeito dinâmico que faz parte dos processos sociais que hoje constituem as sociedades. Estes processos provocaram profundas e constantes transformações, alterando o modo de vida dos sujeitos, obrigando-os a articular aspectos variados de uma vida sociocultural que só podem ser captados através da articulação de identidades descentralizadas.

Às vezes, ser identificado como camponeses encerra os sujeitos que compartilham certo modo de vida numa jaula conceitual criada e valorizada pelos literários, pesquisadores, gestores da coisa pública, mais do que por esses próprios sujeitos sociais. No Brasil, historicamente, o indivíduo que habita o campo foi nomeado de diversas maneiras pela literatura, livros didáticos, obras científicas, políticas públicas, movimentos religiosos, etc. Não é incomum a qualificação dos sujeitos do campo a partir do que é considerada sua forma contrária: a representação dos sujeitos que vivem na cidade. Assim, às vezes, a cidade é entendida como o lugar do desenvolvimento, dos avanços tecnológicos, da modernidade e o campo como sendo algo pitoresco, atrasado, tradicional. Outras vezes a cidade é o lugar da violência, da despersonalização, do individualismo, do egoísmo e o campo, ao contrário, o paraíso idílico, de interconhecimento, da cooperação, da solidariedade e da reciprocidade.

Não importa qual a qualificação, o campo é sempre colocado como sendo o oposto da cidade e a identidade dos sujeitos do campo como sendo diferente dos sujeitos da cidade. Como foi demonstrado anteriormente, é recorrente o entendimento de que o campo pode ser compreendido como constituindo uma sociedade à parte envolvida pela grande sociedade. Portanto, é possível afirmar que as sociedades camponesas são caracterizadas como o lugar da tradição e as sociedades envolventes como o lugar da modernidade.

Em 1950, Eric Wolf demonstrou que era necessário revisitar determinados elementos da concepção de tradição, para analisar sociedades camponesas inseridas nos processos de modernização, formulando a expressão “*a contemporaneidade do não contemporâneo*” (WOLF, 2003) referindo-se às novas condições sociais do camponês.

Quando Wolf fala da “*contemporaneidade do não contemporâneo*”, chama atenção dos pesquisadores para o fato de que a identidade do camponês não pode mais ser entendida como algo não contemporânea dentro da contemporaneidade, ao contrário, o camponês é sim, *um contemporâneo na contemporaneidade* e sua identidade só pode ser compreendida em consonância com a realidade atual.

Esta questão está sendo aqui levantada porque em Mandacaru, no início dos trabalhos com as novas tecnologias, os mediadores encararam o lugar como um ambiente que guardava as mais idílicas características camponesas tradicionais. Eles tinham uma visão do camponês como um ator social estático, portador de uma identidade cultural única e sólida, o que não corresponde à realidade social e cultural em que ele está inserido na atualidade. É tanto, que projetaram os FRS a partir destas concepções.

*Nós acreditávamos que a Comunidade era um lugar propício para o desenvolvimento da ação coletiva. Pois, uma Comunidade pequena e formada por uma única família deveria haver laços fortes de solidariedade e ajuda mútua. E há sim! Mas não era como imaginávamos. Lá existem conflitos que a gente não sabia que existiam. Também eu, particularmente, achava que o homem do campo, o camponês era aquele bom selvagem que não tinha interesses individuais por viver numa comunidade! (Técnico do PATAC).*

A metodologia aplicada pelos mediadores partiu do pressuposto de que a comunidade é uma entidade coesa, harmônica, composta por camponeses com uma

identidade moral própria que os diferencia dos indivíduos da cidade, portadores de identidades construídas nos moldes do individualismo capitalista. Neste sentido, a inserção do termo camponês, que hoje é utilizado comumente pelos membros da Comunidade, foi introduzido e difundido pelos técnicos do PATAC. No processo de mobilização que era realizado antes da implementação dos FRS, os técnicos trabalhavam com oficinas e vivências que apelavam por esses valores, que na concepção ideológica do PATAC, fazem parte da cultura camponesa. Para essa ONG, os FRS além de se apoiarem nos laços de reciprocidade e solidariedade, fortalecem a identidade do camponês.

A intervenção técnica do PATAC alterou as relações sociais existentes em Mandacaru. A parceria do STR e da ONG com a Comunidade privilegiou alguns membros, em particular, os ditos Agricultores Experimentadores.

A influência de agentes externos fortaleceu a forma de cooperação tradicional, baseada na ajuda mútua. Por um lado, a cooperação ganhou novos contornos pela implementação dos FRS. Por outro, o incentivo à ação cooperativa fortaleceu certos laços sociais. Vale salientar que o reforço destes laços pode revigorar certos lugares de poder que suscitam desigualdades e conflitos. Isso pode ser exemplificado com clareza a partir do gerenciamento dos FRS em Mandacaru demonstrado no Capítulo III desta tese.

Como o sistema de FRS se apóia nos laços sociais tradicionais e os reforça, a partir da ideia de que o camponês possui uma identidade cultural baseada numa moral construída a partir desses laços, ele assume as características desses laços em cada localidade em que é implantado. Se a reciprocidade predominante é a horizontal, o FRS terá, conseqüentemente, características homogêneas a ponto de garantir sua rotatividade e sua perenidade, sendo a solidariedade seu maior designo; se ao contrário, o que reina na comunidade é a assimetria e hierarquização social dos laços, ele, por sua vez, reforça as desigualdades existentes.

No caso dos camponeses de Mandacaru, sua inserção sociocultural demonstra que suas identidades culturais são forjadas a partir dos processos sociais que envolvem a sociedade como um todo. Mandacaru não é uma sociedade à parte, isolada do todo social. Muito pelo contrário, além de boa parte de seus membros estabelecerem ligações comerciais com outras localidades e usufruírem dos serviços oferecidos pela cidade sede do município, alguns de seus membros, como os

Agricultores Experimentadores, viajam por diversos Estados do país difundindo os experimentos técnicos lá realizados.

As dificuldades que os FRS enfrentaram ao serem implantados em Mandacaru podem ser entendidas através da forma como o PATAC concebeu a Comunidade e a identidade do camponês que dela faz parte. Como os técnicos partiram do princípio de que os camponeses de Mandacaru possuíam uma identidade moral arraigada nos laços de solidariedade próprios de uma comunidade composta por uma parentela, o sistema de cooperação dos FRS funcionaria automaticamente. Só que a realidade social de uma comunidade é muito complexa, não podendo ser reduzida às concepções ideológicas vindas de fora: de idealizadores de políticas públicas.

Não é mais possível pensar o local isoladamente do global, as interfaces entre essa duas esferas, que nas sociedades tradicionais eram nitidamente separadas, constituem hoje uma realidade dada. As sociedades camponesas foram envolvidas pelos processos sociais da contemporaneidade, porém guardam em si alguns elementos da tradição. Isto não é uma simples ambiguidade, como afirma Giddens (1999), no mundo moderno ainda se encontram elementos da tradição.

As sociedades camponesas são permeadas por aspectos do tradicional que na maioria dos casos se mesclam com as características da modernidade. O camponês, muitas vezes, articula sua rede familiar de reciprocidade para otimizar sua produção, ao mesmo tempo que utiliza elementos da racionalidade instrumental, maximização do lucro, ao comercializar seus produtos no mercado capitalista (CANIELLO, 2009; SABOURIN 2004, WANDERLEY, 2002).

Em Mandacaru, há o exemplo de uma família chefiada por um dos Experimentadores que através do uso da agroecologia potencializou sua produção ao ponto de extrair excedentes suficientes para abastecer, com seus produtos agroecológicos, um supermercado de Soledade e outro de São Vicente do Seridó. Para entrar na lógica da negociação comercial, o chefe da família precisou articular uma identidade muito diferente da que usualmente aciona no seu dia a dia na Comunidade.

*Eu comecei a negociar como um supermercado de Soledade e no início eu tive muitos problemas. Eu achava que o dono do supermercado era meu amigo e ele se fazia de amigo. Assim, eu dava um jeitinho para fazer um preço melhor para ele. Um dia eu fui conversar com ele para dizer que não*

*dava mais para segurar o preço do fornecimento das hortaliças e do queijo. E ele fez aquela choradeira que ganhava muito pouco e que tinha gente que fornecia mais barato. Nesse dia eu fui ao supermercado e vi que ele colocava uma embalagem bonita no meu produto e vendia por um valor três vezes mais caro do que eu repassava. Fiquei com muita raiva e aprendi a lição [...] (Augusto, membro da Comunidade).*

Augusto continua seu relato dizendo como teve que mudar de postura para não ser ludibriado pelos comerciantes da cidade:

*[...] eu aprendi a lição e voltei para casa muito desapontado. Eu achava que poderia ter o dono do supermercado como meu amigo, como os meus amigos daqui. Mas, minha menina, o povo da cidade é diferente e se a gente quer lidar com eles, a gente tem que ser como eles. Aí eu mudei tudo! Embalei meus produtos com um rótulo dizendo que o produto era da agricultura familiar e agroecológico. Fiquei esperto e passei a cobrar um preço bom e procurei outros lugares para vender. Agora a venda tem dado uma boa renda para minha família [...] eu tive que mudar minha forma de agir para poder negociar com as pessoas de fora, mas quando volto para casa eu sou o mesmo que era antes. Como meus amigos e compadres não existem negociatas, só um ajudando o outro como sempre foi (Augusto, membro da Comunidade).*

Augusto demonstra em sua fala que em situações distintas ele articula identidades diferenciadas para estabelecer relações sociais que se adequem ao seu interesse individual. Todas as transformações ocorridas na atualidade alteraram diretamente a intimidade dos sujeitos e conseqüentemente suas identidades (GIDDENS, 1993). Não é mais possível entender a relação dos indivíduos com a sociedade e dos indivíduos entre si, se não for considerada a descentralização ou fragmentação do centro duro do “eu” antes considerado como o formador da identidade individual.

A articulação feita pelo camponês entre o tradicional e o moderno não se dá apenas pela inserção do camponês no mercado capitalista ou pelo acesso dos indivíduos aos serviços e políticas públicas, é algo mais complexo que passa, inevitavelmente, por aspectos políticos e ideológicos que põem qualquer indivíduo em conexão com os outros indivíduos em escala global.

Outro aspecto a ser considerado é que as transformações da relação entre o tempo e o espaço sofreram significativas mudanças. Atualmente, não é possível afirmar que o tempo e o espaço são unidades indissociáveis, pois as distâncias entre territórios e sujeitos assumiram um “deslocamento” ou um “desencaixe” devido a avanços tecnológicos que encurtam as distâncias e minimizam o tempo

relativamente necessário para se estabelecer conexões e relações entre indivíduos em diferentes localidades (GIDDENS, 1999). Essa transformação atingiu a sociedade como um todo.

A história recente da Comunidade Mandacaru evidencia o deslocamento das identidades dos camponeses por intermédio dos avanços tecnológicos e pela intensa relação que os camponeses estabelecem com o ambiente exterior através de um intenso fluxo de entrada e de saída, na Comunidade, por meio das visitas de intercâmbios.

Os avanços tecnológicos alcançados pelos camponeses da Comunidade vão além das tecnologias adaptadas. Eles aperfeiçoam sua produção através do uso de máquinas agrícolas de pequeno porte, como bombas d'água, forrageiras, máquina de produção de feno, de beneficiamento de frutas, de empacotamento de produtos, entre outras. Outra tecnologia que está sendo utilizada, principalmente pelos jovens, recentemente é o computador e a internet.

*Eu uso a internet para muitas coisas: fazer pesquisa da escola, bater papo, conhecer lugares. Meus pais não sabem usar direito a internet, mas quando precisam eles me pedem. [...] eles usam para falar com os parentes de fora e um dia eu fiz uma pesquisa com meu pai sobre alguns exemplos de cultivos agroecológicos. Às vezes ele me pede para entrar nos sites para ver os eventos e essa coisas que ele se interessa (Carla, 17 anos).*

O uso das novas tecnologias da comunicação aproxima indivíduos em tempo real que ocupam espaços distintos (GIDDENS, 2002; HALL, 2006; BAUMAN, 2005). No relato de Carla, pode-se perceber que a internet é uma ferramenta de pesquisa que aproxima interesses de gerações diferentes, além de conectar os sujeitos ao mundo contemporâneo.

Portanto, ao adentrar nesses processos, que envolvem o mercado capitalista, a interação da comunidade local com o mundo global, o acesso a serviços públicos e paridade social, o camponês não deixa de ser camponês, embora não possua uma identidade cultural centralizada a partir de uma cultura particularizada – se é que esta identidade algum dia existiu – ao contrário, essas características apenas reforçam a ideia de que ele é um sujeito da contemporaneidade e deve ser tratado como tal.

Nas entrevistas, um questionamento foi feito à maioria dos camponeses, a pergunta era a seguinte: *como você descreveria a si próprio?*<sup>74</sup> As repostas evidenciaram como os sujeitos da pesquisa apreendem suas identidades a partir de seus papéis sociais.

Um camponês:

*Eu sou muitas coisas ao mesmo tempo. Sou um homem do campo, um agricultor, um camponês e lá no Sindicato eu sou um trabalhador rural. Sou tudo isso e ainda sou chefe de família, esposo, pai e agora sou avô. Sou um cidadão e um membro do COLETIVO e da ASA. Mas, eu sou mesmo um homem que valoriza sua família e seu trabalho (Pedro, membro da Comunidade).*

Uma camponesa:

*Eu me descreveria como uma mulher do campo. [...] sou uma mulher camponesa ou agricultora, tem que trabalhar em casa e em suas atividades no roçado, na horta [...] Eu também sou mãe, avó e esposa. No fundo eu sou uma pessoa feliz (Antônia, membro da Comunidade).*

A riqueza dos depoimentos colhidos pode abrir várias possibilidades analíticas sobre gênero, geração, posição social dos sujeitos, mas, a questão aqui levantada diz respeito a percepções de suas identidades.

Aqui, cabe um breve entendimento sobre a diferença entre papel social e identidade cultural. Para Castells (2008), os papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade (trabalhador, pai, técnico, mediador, sindicalista). Enquanto que, as identidades “*constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização*” (CASTELLS, 2008, p. 23).

As identidades também podem ser formadas a partir das instituições dominantes ou pela estrutura de organização social, mas só assumem tal condição quando, e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização. Então, algumas autodefinições identitárias – “*sou homem do campo*”, “*sou uma mulher camponesa*”, “*sou mãe, avó e esposa*” – podem também

---

<sup>74</sup> Esta pergunta sempre era feita após uma longa entrevista sobre o modo de vida e a ação social dos camponeses. Vale salientar que estas entrevistas foram feitas em dezembro de 2010 quando eu já tinha muitos anos de pesquisa desenvolvida na Comunidade. Assim, já existia um alto grau de interação entre mim e os entrevistados.



coincidir com o papel social desempenhado pelo sujeito. As identidades organizam significados e os papéis organizam funções (CASTELLS, 2008).

Na sua fala, Augusto evidencia os diversos papéis sociais que desempenha nos espaços em que atua socialmente, mas ao mesmo tempo, esses papéis foram densamente internalizados por ele, tornando-se identidades significadas em seu cotidiano. Assim, quando ele diz: “*Sou tudo isso e ainda sou chefe de família, esposo, pai e agora sou avô*”, e reforça sua afirmação inteirando que: “*mas, eu sou mesmo um homem que valoriza sua família e seu trabalho*”, ele está revelando o quanto o papel social de chefe família e de camponês foi por ele internalizado a partir do processo de socialização no qual é fundamentada a construção da sua identidade.

É necessário que os sujeitos articulem identidades “móveis, fragmentadas, descentralizadas” para que possam estabelecer a conectividade de que as relações sociais carecem (GIDDENS, 2002; HALL, 2006; BAUMAN, 2005). Neste sentido, os camponeses de Mandacaru necessitam articular múltiplos recursos para interagirem socialmente entre eles próprios e como atores externos. Sobretudo os camponeses que se tornaram Agricultores Experimentadores, pois eles ao serem identificados pelos mediadores ou ao se autoidentificarem como tal, construíram identidades novas que os diferenciam dos demais camponeses.

*Ser Experimentador é ser diferente de um agricultor comum. Nós experimentamos novas tecnologias, participamos dos encontros do COLETIVO e da ASA e criamos novidades. Eu sou agricultor também, mas quando me apresento digo logo que sou um Agricultor Experimentador (Antônio, membro da Comunidade).*

O fato de criarem e experimentarem novas tecnologias, de receberem pessoas vindas de todo país e de vários países do exterior e ainda de participarem ativamente em encontros estaduais e nacionais organizados pela ASA, conferiu aos AE de Mandacaru elementos de socialização e interiorização de mais uma versão identitária. É relevante afirmar que essa nova identidade dos AE lhes garantiu um lugar privilegiado no domínio das relações de poder no âmbito da Comunidade. Basta lembrar que a ação coletiva lá desempenhada é conduzida por eles através de sucessivas alternâncias na presidência da Associação e no controle dos processos sociais.

Por outro lado, a articulação de múltiplas identidades, muitas delas vinculadas à participação política em vários ambientes, permitiu aos camponeses de Mandacaru a conquista de um elevado senso de cidadania, de autonomia e, porque não afirmar, de autoestima. Hoje, os camponeses de Mandacaru ocupam espaço em quase todos os Conselhos Municipais de Soledade: no conselho de saúde, de educação, da agricultura e meio ambiente e no conselho eclesial da Igreja Católica.

Segundo Bauman (2005), possuir uma identidade única só é possível num ambiente isolado, como aldeias ou comunidades localizadas em lugares inóspitos, mas num mundo globalizado as identidades ganham livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capitulá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas.

Contudo, diante do contexto histórico que vem sendo produzido, é possível afirmar que aquele sujeito identificado ou autoidentificado como camponês é obrigado a sair de sua “*comunidade-cabide*”, como afirma Bauman (2005), para se relacionar com o todo social de forma integrada. Desta forma, ser camponês é apenas uma identidade articulada por esse sujeito em sua ação individual e social, pois ao longo de sua trajetória contemporânea, ele tem que assumir, como qualquer sujeito da atualidade, *múltiplas identidades* (HALL, 2006).

Portanto, o campesinato não é uma organização social desvinculada dos processos e das transformações ocorridas na contemporaneidade. A inserção do camponês na sociedade capitalista através do mercado, acesso a serviços e participação em movimentos político-sociais tem proporcionado uma atuação social que não descaracteriza sua qualidade de camponês; muito pelo contrário, novos elementos foram agregados a sua ação individual e coletiva.

A transição agroecológica ocorrida em Mandacaru é um fato que pode ser facilmente comprovado a partir do desenrolar do processo social impulsionado pela interferência dos atores externos e pelo tipo de ação realizada coletivamente pelos camponeses. É necessário destacar que as transformações, na configuração social de Mandacaru, em seu sistema produtivo, modo de vida e construção de novas identidades, só foram possíveis devido ao alto grau de disposição para realização da ação coletiva dos camponeses da Comunidade.

Assim, a atual configuração social encontrada em Mandacaru é fruto de um longo processo de intervenção técnica e de aprendizagem coletiva. Com o advento das práticas agroecológicas, os camponeses estabeleceram um novo relacionamento com a natureza e com a organização social do grupo. A reorientação dessa relação homem/natureza/sociedade possibilitou aos camponeses a elaboração de novos padrões de ordenação e interação social que influenciaram fortemente seu modo de vida e a construções de novos traços de identidades interconectados com as vicissitudes que a contemporaneidade pode oferecer aos indivíduos.

Por fim, é preciso enfatizar que esse processo de transição agroecológica está longe de ser generalizado na Paraíba. Quase ausente em certas regiões, ele nem atinge todos os municípios das regiões onde está bastante espalhado, e nem todas as comunidades, e nem todas as famílias das comunidades, mesmo as mais organizadas. Esta é uma realidade própria do desenrolar do processo configuracional de Mandacaru.

Porém, o caso de Mandacaru revela aspectos da dimensão comunitária que, atrelada ao comportamento dos indivíduos em comunidade, onde a reputação e a confiança associadas às regras de solidariedade e reciprocidade são os principais elementos, possibilitam a compreensão da intersecção entre indivíduo e sociedade. Diante das características históricas e socioculturais de Mandacaru, verifica-se que a maneira como os processos foram conduzidos e se realizaram, só pode ser revelada no âmbito de uma realidade *sui generis*. Mas de maneira geral pode servir de parâmetro para estudos futuros em outras comunidades, bem como para a adequação de políticas públicas e de intervenções técnicas e sociais mais próximas das particularidades do microcosmo social de uma comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do pesquisador, cientista social, é uma inexorável busca por sentidos, conexões e interpretações. A construção de um objeto de estudo, através da realidade empírica de um grupo social, pressupõe a elaboração de concepções particulares acerca da realidade dada, apreendida e reconstruída a partir de conceitos, teorias e observações. Diante de um processo de escolhas e recusas feitas pelo pesquisador, a seleção cabal dos fatos pode ser comparada a uma verdadeira bricolagem cujo resultado é sempre uma significação singular da coisa pesquisada (LÉVI-STRAUSS, 1982).

Esta orientação, acerca da função do pesquisador em relação ao seu campo de estudo e à construção do seu objeto, guiou-me pelos caminhos que levam ao complexo universo da Comunidade Mandacaru, permitindo-me reconstruir aspectos significativos do cotidiano vivenciado pelos camponeses como se fosse um colorido mosaico de sentidos, ações e significados.

O mosaico construído acerca de alguns aspectos do universo de Mandacaru, não é nem pretende ser a imagem fiel da sua correspondente realidade (WEBER, 2001). É uma elaboração da pesquisadora a partir do que foi apreendido em quase dez anos de pesquisa. Um estudo de *“longo tempo”* foi imprescindível para a compreensão do processo social desencadeado na Comunidade.

O problema levantado para a construção desta tese – como as ações dos atores externos e dos camponeses alteraram a configuração da Comunidade Mandacaru, provocando transformações no modo de produção, no modo de vida e na construção das identidades dos camponeses? – permitiu a elaboração da hipótese que norteou este trabalho:

- Se as ações dos atores externos, por intermédio de suas políticas de intervenção técnica e mediação social, conjuntamente com a ação coletiva dos camponeses, alteraram a configuração social da Comunidade, então é

possível inferir que essas ações também provocam transformações no modo de vida e na construção das identidades dos camponeses de Mandacaru.

Cabe agora deixar claro se o texto aqui apresentado confirma ou refuta esta hipótese apresentada.

O ponto de partida da pesquisa foi compreender o processo social de construção da configuração de Mandacaru para só assim verificar se houve ou não interferências dos atores externos em seu cotidiano. Para isto, a noção de processo social específico, elaborada por Norbert Elias, foi muito útil à interpretação da Comunidade Mandacaru. A partir da observação do processo de formação da Comunidade, desde a fazenda até os dias atuais, foi possível compreender sua configuração social: os tipos de laços sociais estabelecidos entre os membros da Comunidade, como se davam o pertencimento e a hierarquia social, e toda uma rede de relações baseada na diferenciação social. Assim, a pesquisa revelou algumas considerações que ajudaram na condução da investigação empírica e teórica:

1. A história da Comunidade pode ser compreendida a partir de três momentos significativos de mudança configuracional: o da Fazenda Mandacaru do Vô Neco, o da divisão da Fazenda em sítios independentes e o da configuração da Comunidade;
2. A Comunidade Mandacaru pode ser entendida como uma Comunidade de parentesco e de lugar, como definiu Tönnies (1979). Isto porque ela é formada por um grupo de camponeses que descendem de um mesmo tronco familiar; todos são parentes, à exceção de duas famílias que compraram terras no lugar, porém que se integraram nas relações sociais de parentesco a partir do casamento e do compadrio;
3. Foi verificado que os camponeses expressam em seus depoimentos um forte apego a terra, lugar de nascença e de manutenção de várias gerações da família, revelando um intenso sentimento de pertencimento e de interconhecimento;

4. Na Comunidade, a permanência de prestações econômicas não mercantis e o manejo comunitário de bens ou recursos coletivos coexistem com uma integração ao mercado, e essa integração, na maioria dos casos, apresenta-se de forma conflituosa. As prestações econômicas não mercantis correspondem à permanência de *práticas cooperativas*: tradicionais ou “novas”. Nas tradicionais, pode-se evidenciar o trabalho em mutirão, a troca de pastos, o escambo dos excedentes; enquanto que nas “novas”, destacam-se o associativismo e a ação coletiva desencadeada a partir do trabalho com os Fundos Rotativos Solidários (FRS);
5. As características de uma comunidade rural tradicional disfarçam, em seu cotidiano, à primeira vista, os conflitos de interesses divergentes e as disputas pelo poder. Porém, a diferenciação de interesses e as disputas internas permeiam diversos âmbitos comunitários: social, cultural, econômico e político.

Estas observações revelam aspectos relevantes da história de Mandacaru, da sua configuração social, do tipo de interação social estabelecida pelos camponeses, das prestações de dívida e dos elementos de interação coletiva. Elas também abrem para a elaboração dos argumentos que fundamentam o raciocínio desenvolvido ao longo desta tese; a saber:

Durante quase duas décadas, a Comunidade Mandacaru sofreu forte intervenção de atores externos, sobretudo do STR de Soledade e do PATAC. O tipo de ação proposta por estas entidades, hoje pertencentes à Rede ASA, e por seus agentes mediadores, pode ser classificado como organizativo social e técnico operacional. As primeiras ações dizem respeito à inserção de novos elementos de cooperação e à disseminação da ação coletiva através dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) e, as segundas, se referem às tecnologias adaptadas de convivência com o semiárido: cisternas de placas, barragens subterrâneas, bancos de sementes, etc.

A partir da perspectiva de convivência com o semiárido e de práticas agroecológicas, estas inovações sociais e tecnológicas foram sendo inseridas na Comunidade, justapondo-se a sua estrutura social e produtiva. Como consequência direta da intervenção dos atores externos e do tipo de ação coletiva realizada em

Mandacaru foi possível verificar transformações significativas na organização produtiva dos camponeses, no modo de vida comunitário e na construção das identidades dos camponeses.

Mergulhados num fértil movimento de promoção da ação coletiva, que extrapola o ambiente comunitário e atinge o semiárido como um todo, os camponeses de Mandacaru adotaram novas práticas produtivas e cooperativas que foram muito além da simples experimentação, propiciando o desenvolvimento sustentável da Comunidade e sua autonomia perante a dependência política e econômica advinda do assistencialismo promovido há décadas pelos políticos locais.

Foi possível verificar que as “novas práticas” só podem ser apreciadas a partir da inter-relação estabelecida entre homem, natureza e sociedade. Talvez o êxito da ação coletiva desenvolvida em Mandacaru advenha da visão holística a respeito destas três dimensões que são essenciais às coletividades humanas.

Estas práticas cooperativas são consideradas “novas” por inserirem atores externos e novos elementos na composição das relações sociais presentes na Comunidade. Porém, elas não negam as práticas tradicionais, muito pelo contrário; ao passo que vão adentrando o espaço social da Comunidade, elas se apóiam nos laços sociais e articulam os elementos de interação coletiva: a reputação do indivíduo ou do grupo, a confiança no indivíduo ou no grupo, a solidariedade e a reciprocidade já existentes, incentivando-os e reforçando-os.

É evidente que Mandacaru não foi apresentada como o lugar do *deve ser*, como a “boa comunidade”, e sim como o lugar do *ser*, da realidade que a abraça. Na análise da ação coletiva a partir dos FRS foi possível explicitar o reforço dos elementos de interação coletiva, bem como os conflitos e as disputas pelo poder no interior da Comunidade.

Deste modo, foi evidenciado que os Fundos Rotativos dependem da maneira como os membros dos grupos se relacionam e conduzem suas ações individuais e coletivas e não das regras preestabelecidas pelos atores externos. Eles estão fortemente atrelados às normas de conduta e às regras sociais de um grupo. Sendo assim, se numa dada localidade prevalecem o individualismo e regras sociais assimétricas reforçadas pelas desigualdades ou, ao contrário, se o sentimento de ajuda mútua impulsiona regras simétricas baseadas na igualdade entre os indivíduos,

a cooperação de que o FRS necessita para funcionar pode assumir qualquer uma destas formas. Isto significa dizer que em comunidades diferentes e em momentos diferentes, mesmo que numa mesma comunidade, não é possível existir fundos rotativos semelhantes. Significa também que a cooperação tanto pode funcionar em lugares onde a assimetria provoca o surgimento de líderes que conduzem o processo de forma coercitiva de cima para baixo, reforçando as desigualdades, como pode funcionar através da cooperação horizontal de todos (OLIVEIRA, 2006).

Em Mandacaru prevaleceu, até os dias atuais, as práticas dadas assimétricas, pois a cooperação só funciona na Comunidade por intermédio da coerção exercida por um líder. Este fato está estritamente relacionado aos elementos de constituição histórica da Comunidade.

A experiência dos Fundos Rotativos foi muito importante para os membros da Comunidade que, após um logo período de aprendizagem coletiva, através de erros e acertos, conquistaram uma verdadeira autonomia perante o STR e o PATAC, dando continuidade a este sistema aplicando-o nos trabalhos comunitários: conserto de estrada, de tanque de pedras, recuperação de currais e casas, bem como adaptando os fundos às políticas de outras instituições; um exemplo são os fundos rotativos de caprinos e ovinos oriundos da doação a fundo perdido de alguns espécimes pelo Projeto Dom Helder.

O caso de Mandacaru evidencia que a intervenção técnica numa Comunidade, por mais que seja planejada pelos técnicos mediadores, não pode partir de visões unilaterais que romantizam completamente a realidade vivenciada pelo camponês. O camponês não pode ser entendido como um ser de identidade cultural única, desenvolvida numa sociedade à parte. Como vimos, o campesinato pode até possuir características que o distinguem da realidade encontrada nas cidades. Porém, na atualidade mais do que em outros tempos, essas manifestações sociais se entrelaçam e são partes constituintes de um mesmo processo social (ELIAS, 1994b).

O problema é que o tipo de intervenção do STR e do PATAC partiu, a princípio, de pressupostos que mais refletem uma ideia do que seja a comunidade rural – arcaica, pitoresca, tradicional, do que ela é na realidade. E assim, projetaram suas ações com base numa construção idealizada de comunidade, tendo que readequar seus métodos de abordagem para poderem compreender o porquê das



disputas de poder e da assimetria das relações sociais. De certo modo, o grande destaque que estas entidades deram aos Agricultores Experimentadores reforçou a estrutura social desigual baseada na coerção de um líder ou de um grupo que outrora fora construída e significada na vida da Fazenda.

Democratizar um tipo específico de saber técnico tido como “fortalecedor da tradição” ou “libertador do atraso”, em nome da convivência com o semiárido, interferiu no cotidiano de Mandacaru, criando novos padrões de significados que alteraram o modo de vida e as identidades dos camponeses.

Alguns elementos que podem ser remetidos diretamente ao modo de vida da Comunidade foram transformados: sistema produtivo, relações sociais, ambiente ecológico e ações individuais e coletivas, sugerindo a formação de uma nova rede de interdependência estabelecida entre os camponeses e os atores externos.

A aprendizagem coletiva, obtida pelo grupo de camponeses, foi conquistada por intermédio da reorientação do processo de socialização, impulsionado pelas mudanças ocorridas no interior da Comunidade. Uma vez que traços culturais e modo de vida foram alterados, é possível afirmar que as identidades dos sujeitos sofreram variações. Pois, a mudança do meio ambiente externo requer o acionamento de novos parâmetros que possibilitem a *reordenação dos elementos de interação necessários à ação individual e coletiva dos sujeitos*.

Após analisar o processo social vivenciado em Mandacaru foi possível apreender algumas conclusões:

1. O tipo de intervenção técnica, baseada nas práticas agroecológicas foi responsável pela transição da agricultura convencional para a agricultura sustentável, desencadeando um processo de reconversão produtiva em Mandacaru;
2. As práticas organizativas introduzidas pelos atores externos permitiram a estruturação da ação individual e coletiva na Comunidade e o reforço dos elementos de interação, acionando práticas tradicionais e criando práticas novas;
3. A reorientação da relação homem/natureza/sociedade pressupôs o reajuste de padrões culturais através de uma nova rede de

interdependência, provocando transformações no modo de vida dos camponeses;

4. As transformações no modo de vida, associadas às exigências de reajustes das ações individuais e coletivas, possibilitaram a construção de novas identidades que permitiram a adequação dos camponeses aos novos padrões de comportamento exigidos pela coletividade;

Os aspectos acima apresentados evidenciam que para a efetivação das mudanças, ocorridas através da ação individual e coletiva dos atores externos e dos camponeses, foi necessário recriar a rede de interdependência estabelecida na Comunidade. Uma nova rede de interdependência pressupõe uma reconfiguração social em seus mais diversos sentidos: produtivo, técnico, cultural, econômico e ecológico. Sendo assim, é possível confirmar a hipótese de que o movimento causado por tais transformações modificou a configuração da Comunidade e, conseqüentemente, o modo vida e as identidades dos camponeses.

Portanto, estudar a Comunidade como uma configuração social, em pequena escala, nos moldes criados por Norbert Elias, possibilitou a obtenção de dados que revelam os mistérios e os limites de um estudo microssociológico intensivo que pode servir de modelo para o estudo de outras configurações da mesma dimensão ou maiores. A revelação das características da configuração de um microcosmo comunitário também poderá *ajudar a desenvolver e aperfeiçoar as políticas públicas de intervenção técnica a partir de um melhor direcionamento de suas ações à realidade específica de uma comunidade.*

O processo social impulsionado pelos múltiplos atores, demonstrado neste trabalho, só pôde ser minimamente compreendido através de um longo percurso de imersão numa dialética apreendida em vários anos de pesquisa.

O universo da Comunidade Mandacaru é muito rico e jamais este trabalho poderia dar conta dele como um todo. Portanto, algumas questões foram tocadas superficialmente em respeito ao recorte teórico, metodológico e empírico pré-estabelecido. Mesmo assim, os resultados revelados pela pesquisa abriram novos questionamentos, a saber: Como são elaboradas as relações de gênero e geração? Quais os efeitos da migração no contexto atual da Comunidade? Como será realizada

a sucessão familiar a partir da configuração social atual? Quais as consequências das práticas agroecológicas em longo prazo? Como a agroecologia promoveu a segurança alimentar dos camponeses? Estas possibilidades e outras tantas, que não foram mencionadas, poderão servir de base para construção de outros objetos de estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Duas visões do comportamento camponês**. São Paulo: Estudos Econômicos, V. 20, 1990.

ALMEIDA, P. E DINIZ, P. **Sementes da Paixão**: germinando uma política de conservação da agrobiodiversidade no semiárido. In: BENSUSAN, Nurit et al (orgs.). Biodiversidade: é para comer, vestir ou passar no cabelo? Para mudar o mundo! São Paulo: Ed. Peirópolis, 2006.

BACHELARD, G. **Epistemologia**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1977.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand, 1989.

BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas – São Paulo: Ed. UNICAMP, 1999.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria duas Cidades, 1975.

CANIELLO, M. de M. **A mudança social sob a ótica dos “estudos de comunidade”**: tradição e modernidade em três cidades paulistas. In: SOUSA, C. M. de; SILVA, L. C. e COSTA, A. R. F. da. **Local X Global: cultura, mídia e identidade**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

CAPORAL, F. R. **Superando a Revolução Verde**: A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Publicado em: <<http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/Superando.pdf>> Acesso em 20 março de 2011.

CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. Vol. 02. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COHEN, H. **A Idéia de Gemeinschaft: rumo a uma nova sociologia humanística**. In MIRANDA(org.): **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: ED. USP, 1995.

CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: A questão agrária. Orgs. J. Graziano da Silva e Verena Stolcke. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, L. H. **Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais**. In: Revista Raízes, Campina Grane: UFCG/PPGS, vol. 23, 2004.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DINIZ, P. C. de O. **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”** Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil: experiências no Semi-Árido. Tese de Doutorado, João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, 2007.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Ed. USP, 1998.

DUQUE, G. **Experiência de crédito alternativo para a agricultura familiar: caminhos de solidariedade e cidadania**. Florianópolis. V Simpósio IESA/SBSP, CD-Rom, 2002.

DUQUE, G. E OLIVEIRA, M.S.L. **A contribuição dos Fundos Rotativos Solidários para o desenvolvimento sustentável do semi-árido**. Comunicação apresentada no Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste, Aracaju, 2003.

\_\_\_\_\_. **Alternative Credit and Collective Management in the Rural Communities: Local Partners Roles**. Agricultura Familiar: A Diversidade das Situações Rurais, CD-ROM do GPAF, v. 1, No. 10, 2005.

\_\_\_\_\_. **Um caso diferente de reconversão produtiva: a transição agroecológica na Paraíba**. Campina Grande: texto para leitura (mimeo), 2010.

DUQUE G.; SIDERSKY, P. E OLIVEIRA M S L. **Fundos rotativos: organização e desenvolvimento local no semi-árido paraibano - potencial e limites do resgate das tradições de reciprocidade**. In: Revista Raízes, UFCG/PPGS, vol. 23, 2004.

- DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, N. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.
- \_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.
- \_\_\_\_\_. **Escritos & Ensaio 1: Estado, processo, opinião pública**. Jorge Zahar Ed., 2006.
- ELIAS, N & SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- GALINDO, W. C. M. **Intervenção rural e autonomia: a experiência da articulação no semiárido/ASA em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos. 1989.
- \_\_\_\_\_. **O saber local**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A transformação da identidade**. São Paulo: Unesp, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O Estado nação e a violência**. São Paulo: Edusp, 2001.
- \_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Quantifying the agroecological component of sustainable agriculture: a goal**. In: GLIESSMAN, S. R. (ed.). *Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture*. New York: Springer-Verlag, 1990.
- GODOI, E. P. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 11 ed. Rio de Janeiro: vozes, 2003.
- HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.
- HEINICH, N. **A Sociologia de Norbert Elias**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados dos Censos Demográficos**. Rio de Janeiro, 1991 e 2000.

JOLLIVET, M. & MENDRAS, H. (dir.) **Lês collectivités rurales françaises; 1. Étude comparative de changement social**. Paris: Armand Colin, 1971

KROEBER, Alfred Louis. **The superorganic**. *Américan Antropologist*, v. 19, n. 2, 1917.

LAMARCHE, H. **Introdução Geral. A agricultura familiar**. Campinas. Ed. Unicamp, 1993: 13-33.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 17 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LAZZARETTI, M. A. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **L'Identité**. Paris: PUF, 1977.

MANCE, E. A. **A revolução das redes. Petrópolis**, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Redes de colaboração solidária**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAUSS, M. **Essai ser le don**. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

MELO, A. C. P. **Coletivo regional do cariri, seridó e curimataú paraibano: experiência de desenvolvimento territorial de uma rede social de agricultores e agricultoras familiares**. Campina Grande: PATAC, mimeo, 2010.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

MENEZES, M. **O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott**. In: *Revista Raízes*, Campina Grande: UFCG/PPGS, vol. 21, 2002.

\_\_\_\_\_. **As teorias contemporâneas do campesinato e a questão das formas de organização coletiva**. Projeto de pós-doutorado, Yale University: New Haven, Connecticut, 2004.

MERLO, V. **Rumo à origem da sociologia rural**: vontade humana e estrutura social no pensamento de Ferdinand Tönnies. In MIRANDA (org.), Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: USP, 1995.

MIRANDA, O. (org.) **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: USP, 1995.

MURRAY, HENRY A.; KUCKHOHN CLYDE (org.). **Personalidade**: na natureza, na sociedade e na cultura. MG, Itatiaia, 1965

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

OUTHWAITE, W. BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

OLIVEIRA, M. S. L. **Cooperação entre camponeses: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande, 2006.

OLIVEIRA, M. S. L. & DUQUE, G. **A importância dos fundos rotativos solidários para o desenvolvimento sustentável do semi-árido paraibano**. In: IV ENCONTRO LATINO AMERICANODE PÓS-GRADUAÇÃO, 2004, São José dos Campos - SP. Anais de Trabalhos Completos, VIII INIC e IV EPG, 2004a.

ORTIZ, R. **Um território**: ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Editora Olho D'água, 2000.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **A behavioral approach to the rational choice theory of collective action**. In : American Political Science Review, v. 92, 1998.

POPKIN, S. **The rational peasant: the political economy of rural society in Vietnam**. Los Angeles: 1979.

PORTELLI, A. A. **A forma e significado da História Oral**: a pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto história, 14, 1997.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMOS, N. L. **As Redes de Atores no Semiárido Paraibano**: Trilhas e Caminhos da ASA Paraíba. Tese de Doutorado, João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, 2009.

REDFIELD, R. **"The folk society"**. American Journal of Sociology, vol. 52, n. 4. Tepoztlán: a mexican village – A study of folk life, Chicago/London, The University of Chicago Press, 1947.

ROCHA, José Camelo da e COSTA, José Waldir de Sousa. 2005. **Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do**



**desenvolvimento sustentável no semi-árido.** *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p.12-15, out. Portal da Revista *Agriculturas*. Disponível em: <[http://agriculturas.leisa.info/FritZ/source//getblob.php?o\\_id=77379&a\\_id=211&a\\_seq=0](http://agriculturas.leisa.info/FritZ/source//getblob.php?o_id=77379&a_id=211&a_seq=0)>. Acesso em 15 Set. 2006.

SABOURIN, E. **Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos.** In: *A diversidade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Stone age economics.** Chicago: Aldine-Attherton, 1972.

SABOURIN, E., TONNEAU, J. P. e MENEZES, M. **Globalização e agricultura familiar:** Transformações sociais, resistência e mutações. In: *anais do XI Congresso Mundial de Sociologia Rural*, Trondheim, Noruega, 2004.

SCOTT, J.C. **The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia.** New Haven and London, Yale University Press, 1976.

SHANIN, T. **A definição de camponês:** conceituação e desconceituação. *Cebrap*, nº 26, São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_. *Campesinos y sociedades campesinas.* México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVEIRA, L.; PETERSEN, P.; SABOURIN E. (Org.), **Agricultura familiar e agroecologia no semiárido:** avanços a partir do agreste da Paraíba. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

TÖNNIES, F. **Comunità e Società.** Milão: Comunità, 1979.

URRY, J. **Ação coletiva.** In: BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

VÉLEZ-IBAÑEZ, C. **Bonds of mutual trust: the cultural systems of rotating associations among urban Mexicans and Chicanos.** New Brunswick, N. J. Rutgers University press, 1993.

VELÔSO, T. M. G. *Pesquisando fontes orais em busca da subjetividade.* In: *Oralidade e subjetividade.* João Pessoa: Eduepb, 2005.

VIGOTSKY, Lev. S. et al. **Psicologia e pedagogia:** bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. **Urbanização e Ruralidade:** Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural: Estudo Preliminar Sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E.M. *Ensaio de Desenvolvimento rural e transformações na agricultura.* Embrapa Tabuleiros Costeiros/UFS: Sergipe, 2002.

\_\_\_\_\_. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: Tedesco, J.C. (org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais, I e II.** São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade, I e II.** Brasília: Ed. UNB, 1999.

WILLIAMS, B. A. O. **Formal structures and social reality.** In Trust: Making and Breaking Cooperative Relations. Oxford: Blackwell, 1988.

WILLIAMS, R. **Keywords: a vocabulary of culture and society.** Londres: Fontana/Flamingo, 1976.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1982.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. **Explicando a vida rural.** In: FELDMAN-BIANCO, B & RIBEIRO, G. L. Antropologia e poder. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003.

WOORTMANN, E. **O sítio camponês.** Anuário Antropológico/8. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

WOORTMANN, K. **Com parente não se ‘neguceia’:** O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87. Brasília: Ed. UNB, 1990.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

ASA-BRASIL. Encontro nacional da Articulação no Semi-Árido Brasileiro, 4, Campina Grande, Anais...Campina Grande/PB, 11-14/nov. (CD-Rom) , 2003.

\_\_\_\_\_. Carta Política. Encontro nacional da articulação do semi-árido brasileiro, 3, São Luis/MA, Anais... São Luis/MA, 20-23/nov. Portal da ASA-Brasil. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em 15 Set. 2006.

\_\_\_\_\_. Bases para discussão do Programa Um Milhão de Cisternas para as Famílias do Semi-Árido – P1MC. Texto de orientação aos encontros estaduais. Recife, mar. (mimeo), 2001.

\_\_\_\_\_. Articulação no Semi-Árido Brasileiro. Declaração do Semi-Árido. Portal da ASA-Brasil, 1999a. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em 10 Jan. 2008.

\_\_\_\_\_. 1999a. Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido: um milhão de cisternas rurais – P1MC. (Anexo II. Acordo de

Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre FEBRABAN e AP1MC em 31/05/2003 – FB-101/2003). 48p. Portal da FEBRABAN, 1999a. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/RespSocial/Acordo.pdf>>. Acesso em 10 Jan. 2008.

PÓLO SINDICAL DA BORBOREMA. Agricultura Familiar no Compartimento da Borborema. Lagoa Seca, 03-05/abr, 2001 (relatório final).

# APÊNDICES

## Apêndice 01

### ROTEIRO GERAL DE PESQUISA DE CAMPO – 01

COMUNIDADE: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

#### I – DADOS PESSOAIS

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Cônjuge: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Número de filhos: \_\_\_\_\_ M \_\_\_\_\_ F \_\_\_\_\_

Atividade Principal: \_\_\_\_\_ Outras Atividades: \_\_\_\_\_

#### II – DADOS FAMILIARES

2.1 Pessoas que moram na casa:

2.2 Idades aproximadas:

2.3 Tipo de casa (alvenaria ou taipa, outras características)

2.4 Tem energia em casa? De que tipo?

2.5 Saneamento (latrina ou banheiro com privada)

2.6. Acesso a água para a casa: de onde vem a água para a casa (beber, cozinhar, banho) durante o inverno? (Distinguir se a fonte – açude, barreiro, poço, etc. – é dentro ou fora da propriedade.) E no verão? E numa seca?

#### III – SISTEMA PRODUTIVO

##### 3.1 A propriedade:

3.1.1 Tamanho e condição da terra (propriedade, etc.):

3.1.2 História da propriedade:

3.1.3 Infraestrutura:

3.1.4 Quem mais mora na propriedade (quantas casas têm fora aquela do/a entrevistado/a)?

##### 3.2 Atividades agropecuárias:

3.2.1 Roçado:

3.2.2 Culturas:

3.2.3 Tamanho do roçado:

3.2.4. Condição da área plantada (terra própria ou alheia, etc.):

3.2.5 Forma de trabalhar (tração animal, enxada, mão de obra, etc.):

3.2.6 Área forrageira:

3.2.7 Tem palma? Capim de corte? (tamanho destas áreas)

3.2.8 Tem áreas de pasto (cercados de pasto nativo, caatinga, etc.)

3.2.9 Tem sisal?

### **3.3 Criação animal:**

3.3.1 Bovinos:

3.3.2 Caprinos:

3.3.3 Ovinos:

3.3.4 Eqüinos:

3.3.5 Criação do terreiro (aves, porcos, etc.)

## **IV – PROJETO DE VIDA**

4.1 Em relação a sua posição social, atividade profissional ou seu modo de vida, como você se autodenominaria?

4.2 Como você avalia sua condição de vida?

4.3 Como você avalia a condição vida de sua família?

4.4 O que você considera insuficiente ou faltando para você e para sua família?

4.5 O que poderia melhorar?

4.6 Quais são seus planos para o futuro?

4.7 Quais os seus desejos mais difíceis de concretizarem?

4.8 O que você planeja mudar, em curto e em longo prazo, na sua propriedade?

4.9 Qual é sua maior preocupação em relação ao seu futuro e ao futuro de seus filhos?

4.10 Sua vida hoje corresponde ao que você imaginava que seria quando era jovem? Por quê?

4.11 O que você mudaria na sua vida se pudesse voltar atrás?

4.12 Você possui ou já possuiu um projeto de vida?

4.13 Esse projeto se realizou completa ou parcialmente? Como?

## **V – AÇÃO E RELAÇÃO SOCIAL**

5.1 Estabelece contato direto com seus vizinhos?

5.2 Quais as pessoas da comunidade são mais próximas de você e de sua família? São parentes?

5.3 Como é a relação com os parentes?

5.4 Você possui relações de compadrio? Com quem?

5.5 No dia-a-dia há troca de favores, ferramentas, sementes, trabalho com vizinhos e parentes?

5.6 Como são realizadas essas trocas?

5.7 Quais os espaços sociais freqüentados por você e por sua família (Associação, grupos, futebol, igreja, etc.)

5.8 Desses espaços qual(ais) é(são) o(os) mais freqüentado(s)? Por quê?

5.9 Você é filiado a algum partido político? Qual?

5.10 Como você classifica sua ação política e social?

## **VI – RELAÇÃO COM O AMBIENTE E COM ATORES COM ATORES EXTERNOS**

6.1 Qual a freqüência que você vai a cidade?

6.2 Quais as razões mais freqüentes que te leva até a cidade?

6.3 Estabelece alguma relação comercial com alguém de fora da comunidade?

6.4 Vai a feira da cidade ou possui atividade comercial vinculada a ela?

- 6.5 Que entidades possuem projetos sociais ou produtivos na comunidade?
- 6.6 Você é contemplado com algum projeto? Qual?
- 6.7 Você não participa de algum projeto?
- 6.8 A participação ou a não participação foi uma escolha sua ou não?
- 6.9 Você desistiu de participar de algum projeto? Qual? Por quê?
- 6.10 Quando os técnicos vêm implantar os projetos na comunidade vocês são convidados a participa de sua elaboração?
- 6.11 Vocês são consultados previamente se determinado projeto é do interesse da comunidade?
- 6.12 Como você avalia a ação das entidades e dos técnicos?
- 6.13 Já houve problemas ou conflitos envolvendo as entidades e os técnicos? Quais foram? Como foram resolvidos?
- 6.14 Vocês já fizeram reuniões ou encontros particulares para discutir os projetos vindos de fora?
- 6.15 Os projetos das entidades estão de acordo com seu projeto de vida ou com o projeto comunitário? Por quê?



## **APÊNDICE 02**

### **ROTEIRO – 02**

#### **ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO SISTEMA DE FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS**

##### **I – Confiança, Solidariedade, reciprocidade e organização**

1. Desde o início do trabalho com Fundos Rotativos, vocês acham que aumentou a consciência da importância da solidariedade entre os membros dos grupos?
2. Poderia citar uns exemplo bonitos de solidariedade nascidos dos Fundos?
3. É uma questão que ainda deixa a desejar? Dar exemplos
4. Vocês acham que a solidariedade é importante? Porque?
5. Tem qualquer tipo de organização que nasceu da prática dos Fundos Rotativos? Dar exemplos.
6. Quais são as vantagens da organização? Dar exemplos.
7. A comunidade conseguiu avançar com o trabalho dos Fundos? Dar exemplos.
8. Vocês acham que os membros do grupo aprenderam a ter mais iniciativa? Citar exemplos.

##### **II – Funcionamento dos Fundos**

1. Quem trouxe o trabalho com cisternas e Fundos Rotativos?
2. Essa pessoa (organização?) continua na frente?
3. Se ele fosse embora, o trabalho continuaria?
4. Quem decidiu?
  - como escolher os beneficiados
  - como seria a devolução do dinheiro
  - quem deve receber o repasse
  - quem faz as compras de material
5. Funciona realmente como foi decidido?
6. Todo mundo na comunidade está sabendo

- quanto dinheiro tem em caixa?
  - se tem pessoas que estão sem pagar ou atrasando os pagamentos?
  - porque não pagam?
7. A comunidade discute a respeito? Que decisões são tomadas?
  8. As pessoas mais carentes da comunidade têm oportunidade de participar dos Fundos e de ter sua cisterna?
  9. Se discute com a comunidade que decisão tomar a seu respeito?
  10. Que decisões estão sendo tomadas?
  11. Às cisternas estão sendo construídas em mutirão?
  12. O mutirão tem vantagens? Tem dificuldades?
  13. O mutirão tem a ver com solidariedade? Como?
  14. Os jovens participam? Como?
  15. E as mulheres?

# ANEXOS

## **Declaração do Semiárido Brasileiro**

### **O SEMIÁRIDO TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!**

#### **Depois da Conferência da ONU, a seca continua**

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 - a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semi-áridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplitude de um fenômeno mundial "a desertificação" do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do Semiárido brasileiro.

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do Semiárido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

É disso que nós, da Articulação no Semi-Árido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km<sup>2</sup>, imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal - do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

#### **AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DEVEM SER IMEDIATAMENTE REFORÇADAS**

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semi-Árido (ASA); nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o semi-árido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientais, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no semi-árido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO SEMI-ÁRIDO!

Neste exato momento, a seca está aí, a nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como o mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos.

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A ASA, por sua vez, afirma que, sendo o semi-árido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

**NOSSA EXPERIÊNCIA MOSTRA QUE O SEMIÁRIDO É VIÁVEL**

A convivência com as condições do semi-árido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do

Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

- que a caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;
- que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;
- que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;
- enfim, que o semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

### **É PRECISO LEVAR EM CONSIDERAÇÃO A GRANDE DIVERSIDADE DA REGIÃO**

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no semiárido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a Nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no semi-árido brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres).

Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde. O que pretendemos com essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas inter-relações, impõe-se mais que nunca.

### **PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Este programa está fundamentado em duas premissas:

- A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido.
- A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

### **CONVIVER COM AS SECAS**

O semi-árido brasileiro caracteriza-se, no aspecto sócio-econômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso Programa de Convivência com o Semi-Árido inclui:

- O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o semi-árido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semi-Árido compreende, entre outras medidas:

- A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semiárido.

- A priorização de investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.

- Maiores investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.

- Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas.

- A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

#### **ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE**

O semi-árido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formado por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infra-estruturas deficientes. Pior ainda: as políticas macro-econômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

#### **FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL**

Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do semi-árido. Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa Convenção. A ASA propõe para vigência desse direito:

- O reforço do processo de organização dos atores sociais, visando sua intervenção qualificada nas políticas públicas.

- Importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano. Em particular:

- A erradicação do analfabetismo no prazo de 10 anos.

- A garantia do ensino básico para jovens e adultos, com currículos elaborados à partir da realidade local.

- A articulação entre ensino básico, formação profissional e assistência técnica.

- A valorização dos conhecimentos tradicionais.

A criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o semi-árido e atravesse toda a sociedade brasileira.

#### **INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens. Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5º da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a "promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens", a Articulação no Semi-Árido Brasileiro reivindica, entre outras medidas:

- que seja cumprida a Convenção 100 da OIT, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;
- que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra.
- que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;

### **PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS**

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação "as atividades que... têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II - a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III - a recuperação de terras degradadas." A caatinga é a formação vegetal predominante na região semi-árida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no semi-árido brasileiro, 60% das quais endêmicas.

Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- A realização de um zoneamento sócio-ambiental preciso

A implementação de um programa de reflorestamento.

- A criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semiárido.
- O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o semi-árido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.
- O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental.

A proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas.

- A fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

### **FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, se

comprometeram a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”.

Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semi-Árido seja financiado através de quatro mecanismos básicos.

- A captação de recursos a fundos perdidos, a serem gerenciados pelas Organizações da Sociedade Civil.
- A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas.
- Uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste).

Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos efeitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, custaram aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (56 reais por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar.

Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no semi-árido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

O semiárido que a Articulação está construindo é aquele em que os recursos são investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, saúde, informação. Esperamos que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que possamos trocá-las por outras, como convivência, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento, ecologia e justiça.

Recife, 26 de novembro de 1999

### **Carta de Princípios**

São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à "Declaração do Semiárido" (Recife 1999) e à presente Carta de Princípios;

1. A Articulação no Semi-Árido (ASA) é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no Semiárido brasileiro.
2. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
3. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em:  
a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido;
4. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido;



5. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido;
6. A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;
7. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semi-Árido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação.

Igarassú (PE), 15 de fevereiro de 2000.

# Eu plantei, gostei, guardo e recomendo

A semente do milho branco está presente na Comunidade de Lagedo da Timbaúba, no Município de Soledade e vem sendo manejada desde a década de 50. Os mais antigos dizem hoje que essa semente é uma herança dos irmãos Pedro Alcântara, conhecido por Sr. Santo e Antonio Alcântara, conhecido por Sr. Galdino. O Agricultor Inácio Tota afirma que a variedade de milho branco vem sendo repassada de geração para geração, de pai para filho e pretendemos que ela continue assim. O milho branco tem características importantes para a região do Cariri e Seridó por sua resistência e boas condições de adaptação a seca. Ele tem uma produção mais rápida, com setenta dias já é possível encontrar milho maduro no roçado.



Família guardiã do milho branco

O milho branco tem boa produção de palha, uma semente graúda, rende muito mais para alimentação da criação animal principalmente para as famílias que armazenam forragem. Na propriedade da família a palha desse milho é muito importante para os animais. Aqui eu faço silagem, feno, farelo que vem garantindo alimentação das cabras, ovelhas e vacas no período da seca, conta o agricultor. Possuir uma variedade que produz sementes e palhas ao mesmo tempo é garantia para segurança alimentar das famílias e dos animais.



Produção familiar de silagem



Estocagem de feno com palhas do milho branco



Dona Inácia Marinho diz que a grande desvantagem desse milho é para alimentação humana, apesar de ser mais doce que outros plantados nos dias de hoje o branco não é bem aceito. Tanto a pamonha quanto a canjica feita com esse milho fica sem coloração e não chama atenção. Por isso, muita gente deixou de plantar essa semente que quase foi perdida, não só aqui na comunidade, mas em toda a região de atuação do Coletivo. Esse fato aconteceu principalmente com a chegada do vitamilho e sua coloração amarela chamou mais atenção. Assim o milho branco foi sendo esquecido e sua semente quase foi perdida.



Banco de Sementes Comunitário - Lagedo da Timbaúba

Mesmo assim, nossa comunidade guarda até hoje esse milho branco porque ele lembra nossos antepassados e rende muito mais que o milho amarelo. Essa é uma semente da nossa paixão, ela pertence a todos aqueles agricultores que cuidam dela e fazem de tudo para manter sua história. A família tem sementes armazenadas em garrafas plásticas há três anos. Esse ano de 2009 plantamos uma semente armazenada e sua germinação foi excelente. Esse sucesso é fruto do cuidado na hora de guardar as sementes, elas devem ser selecionadas ainda no roçado, depois estar bem sequinhas e por fim devemos utilizar produtos naturais como a casca de laranja e pimenta do reino para sua conservação em garrafas por muito tempo.



Roçado de milho branco cultivado pela família

Inácio conta que na propriedade tem a experiência de plantar primeiro o milho amarelo e quinze dias depois plantamos o milho branco. Assim evitamos o cruzamento entre essas variedades e continuamos cultivando nossa história.

Nossa família é guardiã do milho branco e na minha propriedade só não terá mais essa semente quando eu morrer. Mas meus filhos já sabem que para manter viva nossa história devem continuar plantando e guardando a semente do milho branco.

Recomendo para todas as famílias agricultoras que cultivem o milho branco para que essa história de sucesso continue sendo conservada e que as futuras gerações possam agradecer a todos nós.

# O Candeeiro

## A experiência da Família de Seu Alcides e Dona Carminha

Seu Alcides João e Dona Maria do Carmo, mais conhecida como Carminha, moram na Comunidade Trapiche, no Município de Fagundes, Agreste Paraibano. Casaram-se no ano de 1971 e tiveram 07 filhos. Nos 08 primeiros anos de casados moraram numa Fazenda como posseiros. Em 1979 aceitaram a proposta de um compadre para morar num sítio com 2 hectares, na condição de morador, onde vivem até hoje.

Quando chegaram para morar neste sítio só tinha mato e poucas fruteiras. Por esse motivo começaram a produzir nos roçados dos vizinhos para sustentar a família. Tempos depois constataram que a produção do roçado não garantia o sustento da família, sendo assim seu Alcides começou a trabalhar no corte da cana em Usinas no estado de Pernambuco.



Seu Alcides e Dona Maria do Carmo

Dona Carminha conta que a decisão de ficar sozinha não foi fácil, mesmo assim ficou em casa cuidando dos meninos. Seu filho mais velho já ajudava nos trabalhos do roçado, cuidando da casa e dos animais. Na época eles tinham 2 Cabras, 1 porca parideira, 1 jumento e algumas galinhas. A filha mais velha ficava em casa cuidando das outras crianças.

Dona Carminha conta que vivia cansada de trabalhar nas terras dos outros, mesmo assim não podiam deixar. Foi quando ela e seus filhos começaram a cuidar do ao redor de sua casa, plantando flores para ornamentação e também fruteiras como: mamoeiros, laranjeiras, goiabeiras, cajueiros, mangueiras, limoeiros, jabuticabeiras e outras plantas importantes como erva doce, chuchu, açafrão, tomate, couve, coentro, cebolinha, pimentão e pimenta. A partir dessa iniciativa também começaram a plantar milho, fava, mandioca, batata, macaxeira, capim, cana-de-açúcar numa pequena vazante perto de casa. Conta orgulhosa Dona Carminha que toda essa luta durou mais de 10 anos.



Dona Carminha colhendo fava

Já Alcides ficava fora trabalhando nas Usinas e vinha em casa de quinze em quinze dias. Lá na Usina Seu Alcides conta que fez de tudo, trabalhou no corte, no plantio, na pulverização e na colheita da cana. Segundo ele o pior serviço era a pulverização, pois tinha que carregar uma bomba pesada cheia de veneno nas costas o dia todo pulverizando a plantação. O veneno ficava em grandes tambores dentro dos partidos de cana, os trabalhadores trabalhavam protegidos por que o veneno era tão forte que podia até matar. Segundo Alcides os agricultores acreditavam que o veneno era a única solução para controlar as pragas e doenças da cana-de-açúcar.



Nesse período de 10 anos o seu filho mais velho Valdim também foi trabalhar no corte da cana, mas ele não ficou muito tempo por lá, o trabalho era pesado e perigoso. Quando conseguiu juntar um dinheirinho Valdim comprou sua passagem e foi para o Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor. Quando chegou lá e começou a trabalhar, Valdim sempre mandava buscar algum dos seus irmãos, hoje são 06 filhos trabalhando e morando no Rio de Janeiro.

Desde 1999 Seu Alcides deixou de trabalhar no corte de cana e dedica-se ao trabalho no Sítio Trapiche, com o dinheiro da indenização comprou alguns animais e continua trabalhando no ao redor da sua casa e apenas no período do inverno faz roçado fora do seu sítio.

Na volta para continuar as atividades o agricultor conta que usou veneno algumas vezes pelo costume que adquiriu nas Usinas. Dona Carminha nunca gostou e sempre reclamava, era muito fedorento e ninguém agüentava, ela passava o dia sufocada porque era pulverizado no roçado ao redor de casa. Mas Seu Alcides não conhecia outra maneira para controlar formigas e lagartas.

Foi em 2005 que um vizinho deles chamado Tota, percebeu a grande quantidade de formigueiros no sítio e recomendou o uso da manipoeira para controlar as formigas. Alcides conta que a experiência foi tão bem sucedida que até hoje usa 5 litros de manipoeira em cada buraco de formigueiro, abafa e as formigas vão aos poucos desaparecendo. Hoje Seu Alcides não usa mais nenhum tipo de veneno em suas terras e recomenda que os outros façam o mesmo.

Hoje a família diz que os produtos que tem de sua pequena terra são saudáveis, contudo quando pulverizavam com veneno o que produziam comiam com medo, pois sabiam dos riscos para a saúde.



Misturando a manipueira

Comenta Seu Alcides que seu jeito de produzir é muito simples, pois, o que eles compram fora é muito pouco uma vez que produzem quase tudo no sítio. Do roçado de fora da propriedade produzem boa parte dos grãos necessários para alimentação da família e dos animais. Deixam para o dono da terra a palha das plantas do milho, já as espigas guardam para alimentar as vacas e os pequenos animais. O esterco das vacas colocam na área da vazante e no ao redor da casa onde cultivam capim, cana-de-açúcar, macaxeira, batata doce e fruteiras. A família conta também que retomaram o cultivo da mandioca para produção de farinha para o consumo da família, assim como aproveitam a manipoeira para controlar as pragas das plantações.



Produção de forragens, sementes e manipueira na propriedade de Seu Alcides e Dona Carminha.

Realização:



Apoio:



Secretaria de  
Segurança Alimentar  
e Nutricional

Ministério do  
Desenvolvimento Social  
e Combate à Fome

